

Brasil

1994·2002



A era do Real

Brasil 1994-2002 A era do Real

Brasil

1994·2002



A era do Real

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidente Fernando Henrique Cardoso

Secretaria de Estado de Comunicação de Governo
Secretário João Roberto Vieira da Costa

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Estado
de Comunicação do Governo.

Brasil 1994 – 2002: a era do Real. Brasília: SECOM, 2002.
468 p. : il.

1. Economia. 2. Política Social. 3. Plano Real.

CDD 338.981

CDU 338.22

Sumário

Apresentação 15

O País avançou e a vida do brasileiro melhorou 17

O real derrotou a inflação 17

O salário mínimo é o mais alto dos últimos quarenta anos 18

Maior bem-estar para as famílias 19

Diminuiu a pobreza 21

A população come melhor e mora melhor 24

Mais conforto nas residências 26

Telefones chegam aos lares de baixa renda 28

Toda criança na escola 29

Escolas têm mais crianças pobres e negras 30

O analfabetismo recua a passos largos 30

Rumo à erradicação do trabalho infantil 32

Mortalidade infantil cai e expectativa de vida sobe 32

A batalha para elevar o IDH 34

Saber ler e escrever já faz parte da vida de 120 milhões 35

Um país mais preparado e conectado à internet 37

A Rede de Proteção Social: fazer mais para quem precisa mais 43

37,6 milhões de benefícios regulares para os mais pobres 43

Erradicação do trabalho infantil leva 800 mil crianças à escola 46

Auxílio Gás chega a 8,1 milhões de famílias em apenas nove meses 47
Programas sociais: o Brasil gastou mais e melhor 48

Cartão do Cidadão: ajudar sem humilhar 53

Todos os benefícios sociais numa só conta 53
Cadastro único facilita atendimento aos carentes 55
Pagamento direto valoriza papel da mulher na sociedade 56
O dinheiro mensal em nome da mãe 58
“Estamos inaugurando uma nova política de distribuição de renda” 59

Projeto Alvorada: ação onde o Brasil é mais pobre 63

A herança da exclusão social 67
Jovens tornam-se agentes do desenvolvimento 68
A presença dos Portais do Alvorada 69
Parceria com o Farol do Desenvolvimento 70
Programa Luz no Campo 70

Educação para todos 71

Toda criança na escola 71
Melhor aprendizado na infância 73
Bolsa Escola Federal mantém aluno na sala de aula 74
Um mar de livros didáticos 79
Merenda escolar em todos os municípios 79
Dinheiro Direto na Escola: confiança na participação 81
Ensino Médio cresce 70% 82
Educação profissional: em busca de um Brasil mais competitivo 83
Ensino Superior retoma a expansão 84
Pós-graduação espalha-se pelo País 86
Professores mais qualificados 87
Tecnologias de ensino nas escolas públicas 88
A qualidade do ensino em avaliação permanente 90
Capacitação para o Nordeste 92

A revolução da saúde 93

Brasil supera meta da ONU na queda da mortalidade infantil	94
Programa Saúde da Família: 54,8 milhões atendidos	96
Um exército de mais de 170 mil agentes comunitários	100
Saúde da mulher: 10 milhões de consultas de pré-natal em 2001	101
Bolsa Alimentação: 1,3 milhão de beneficiários em apenas 13 meses	102
Crianças mais bem alimentadas	103
Melhorias sanitárias nos bairros pobres	106
Câncer de colo do útero: 37 milhões de exames preventivos	107
Saúde do idoso: vacinas contra a gripe e mutirões de cirurgias	108
O sucesso dos genéricos	109
Mais medicamentos para distribuição gratuita	111
Combate à Aids: reconhecimento internacional	114
A vitória na guerra internacional das patentes	116
Prevenção e controle de doenças transmissíveis	117
Brasil, o segundo do mundo em transplantes	120
Expansão da assistência aos índios	120
Descentralização das ações de saúde	121
Mais dinheiro para os serviços públicos de saúde	123
Controle do tabagismo e outras iniciativas na área do câncer	124
Regulamentação dos planos de saúde	125

A maior reforma agrária do mundo contemporâneo 127

Em 8 anos, bem mais famílias assentadas do que em 3 décadas	127
Vinte milhões de hectares obtidos, área maior que o Paraná	130
Redução dos custos da obtenção de terras	132
Combate às superindenizações	132
Combate à grilagem de terras	133
A articulação para o desenvolvimento rural sustentável	133
Reforma agrária em sintonia com a Agenda 21	137
Banco da Terra: um novo modelo de acesso	138
Crédito para vencer a pobreza rural	139
Pronaf: promovendo o desenvolvimento rural	139
Arcos da comercialização	143

O desafio da expansão do emprego 145

- Melhor mão-de-obra, mais carteiras assinadas, maior presença feminina 147
- Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas foi de 7,5% em setembro de 2002 149
- O desemprego no mundo 150
- A recuperação da carteira assinada 152
- Planfor dá mais qualificação a 16,7 milhões de trabalhadores 153
- Seguro-desemprego amplia atendimento em 25% 155
- Abono salarial já atinge 5,9 milhões de pessoas 156
- Nova Carteira do Trabalho é mais segura 157
- Mais empregos e renda: o Proger urbano e rural 158

Comunidade Solidária: parcerias contra a pobreza 161

- Universidade Solidária aproxima estudantes e comunidades carentes 163
- Alfabetização chega a 2,4 milhões de brasileiros 164
- Capacitação Solidária forma 115 mil jovens 164
- Programa revitaliza artesanato em 53 comunidades 166
- Rede Jovem abre as rotas da internet 167

Casa própria para mais de 2 milhões de famílias 169

Expansão cultural com parcerias e incentivos fiscais 173

- Cultura recebeu 528% a mais de recursos 173
- Apoio a 17 mil projetos culturais 175
- A retomada do cinema brasileiro 177
- Respeito ao patrimônio histórico 180
- Bibliotecas para 26 milhões de brasileiros em pequenos municípios 181
- Música e artes cênicas 182
- Promoção do orgulho afro-brasileiro 183

Meio ambiente: compromisso com a vida 185

- Combate ao desmatamento 186

Proarco	189
Unidades de conservação	190
Tumucumaque: o maior parque de floresta tropical do mundo	191
Agenda marrom	192
Programa Brasil Joga Limpo	192
A criação da ANA	193
Fundo já apoiou mais de 700 projetos	194
Combate aos crimes ambientais	196
A Agenda 21 e o desenvolvimento sustentável	197
Jardim Botânico	199

Direitos humanos: resgate da dignidade 201

Desaparecidos políticos, respeito à memória nacional.	201
Promoção da igualdade e Ações Afirmativas	202
Condenação da escravidão e do tráfico de escravos	205
Portadores de deficiência: a conquista da cidadania	205
Os direitos da criança e do adolescente	206
A maior demarcação de terras indígenas já feita	208
Outras iniciativas de destaque	210

Segurança contra o crime e a violência 211

Plano Nacional de Segurança Pública	211
Combate ao crime organizado	212
Ações da Polícia Federal	214
Infoseg	215
Conportos	215
Polícia Rodoviária Federal	215
Programa penitenciário	216
A nova realidade do trânsito	216
Segurança institucional	217
Agência Brasileira de Inteligência	220

Combate à corrupção 223

- Bancos de dados para acesso do público 224
- Transparência e credibilidade 226
- Acordos de cooperação 227
- Sistema Federal de Controle Interno 227
- Comissão de Ética Pública 228

Em defesa dos cofres públicos 231

- Dimensões e atuação 233
- Outros órgãos 234

Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento 237

- Doutorados e mestrados crescem com qualidade 237
- Produção científica melhora conceito na cena internacional 239
- Mais bolsas ajudam na formação dos pesquisadores 241
- Mais recursos, melhor gestão de C&T 242
- Busca da excelência e criação de institutos federais 243
- Grupos de excelência na vanguarda 243
- Desenvolvimento regional 244
- Nas fronteiras do conhecimento 245
- Incentivo à inovação 246
- Qualidade e competitividade 248
- Eliminação da desigualdade digital 248
- Aumenta a presença do Brasil no cenário mundial 249
- Energia nuclear para a saúde 250
- Atuação do setor espacial 251

Os programas estratégicos que preparam o País para o futuro 253

Uma política econômica de combate às desigualdades sociais 271

- As bases para um novo tipo de desenvolvimento 272

O crescimento do PIB	273
Indústria, agricultura e serviços mostram dinamismo	275
Só a China atraiu mais investimentos que o Brasil	278
O fortalecimento regional	279

Privatizações melhoram os serviços públicos 281

Comunicações para o terceiro milênio 285

Telecomunicações	285
Qualidade dos serviços de telecomunicações	289
Rádiodifusão	289
Serviços postais	293

Desenvolvimento e comércio exterior 299

A força para competir no mercado internacional	299
Redução de custos	301
Disseminação de informações sobre comércio exterior	307
Portal do Exportador	307
Redução de barreiras	308
Acesso a mercado de bens	310
Acesso a mercados em serviços	312
Defesa comercial	313
Barreiras Técnicas	314
Política agressiva de promoção das exportações	315
Política industrial moderna	318

Agropecuária: sempre uma safra de boas notícias 331

Supersafra de grãos bate recorde	333
Soja ultrapassa marca de 40 milhões de toneladas por ano	334
Carne brasileira conquista mercados no mundo inteiro	335
A contribuição de cada cultura	337

Moderfrota: tecnologia para enfrentar a concorrência internacional	338
Crédito rural	339
Seguro agrícola	341
Investimento em pesquisa impulsiona produtividade no campo	342

Transportes: os novos caminhos do desenvolvimento 349

As obras mais importantes em rodovias	349
A modernização das ferrovias	353
A nova abertura dos portos	358
As principais obras no setor portuário	359
O Brasil descobre as hidrovias	361
Aeroportos com mais segurança e conforto	363
Metrô: melhor qualidade de vida nas grandes cidades	367
Marinha Mercante	379
A reestruturação do setor	380

A verdade sobre a origem da Dívida Pública 381

Saneamento das contas de Estados e municípios	384
Fortalecimento dos bancos públicos federais	385
Reconhecimento dos “esqueletos” da dívida pública	385
Custo da dívida – financiamento por títulos cambiais	386
Programas e ações de governo	387
O “colchão” de recursos para gestão da dívida	388
Troca de dívida externa por dívida interna	388
A redução com privatizações, superávits primários e outros recursos	390
A tendência de estabilização da dívida pública	390
A dívida externa permaneceu estável	392

Previdência Social dá impulso à redistribuição da renda 393

Aposentados recebem mais por mês	394
Renda nos lares com aposentados é maior	395
Expansão ajuda a reduzir a pobreza	396

Pagamentos chegam a 20% da renda familiar no Nordeste da seca	397
Os efeitos para os pequenos municípios e para a zona rural	397
A reforma da Previdência Social	398
O sistema de previdência complementar	399
Revolução no atendimento ao cidadão	402

Energia: aprendendo com a crise 409

País fez 2,5 Itaipus de 1995 a 2001	411
Linhões levam eletricidade a regiões distantes	414
Gás natural, a alternativa que se fortalece	417
Desenvolvimento energético	421
Programa de energia nas pequenas comunidades	422

Desenvolvimento regional 425

Água e terra irrigada para o Nordeste	425
Nordeste sustentável	428
Defesa civil	429
Convivência com o semi-árido	431

A decolagem do turismo 433

Turismo interno	438
Pólos de Turismo	439

Política externa 441

O Brasil em face da globalização	443
Por uma nova arquitetura financeira	450
Governança global	451
O problema mundial das drogas e o crime organizado transnacional	451
O relacionamento bilateral	452
Cooperação técnica e ação cultural	458
A atuação externa no plano cultural	460

Defesa: mais proteção para a Amazônia 463

Integração das Forças Armadas no Ministério da Defesa 463

Dois grandes projetos para Amazônia 465

Soberania e preservação da integridade territorial 467

Apresentação

Fernando Henrique Cardoso

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OS FATOS E NÚMEROS AQUI REUNIDOS PRESTAM CONTA DAS AÇÕES DO GOVERNO E, ao mesmo tempo, buscam retratar as transformações do Brasil nos últimos oito anos. Ofereço este balanço sem a pretensão de me antecipar ao julgamento da história, mas com um sentimento profundo de dever cumprido como Presidente e, sobretudo, de confiança no País.

O Brasil, cujo governo eu transmitirei ao meu sucessor dentro de alguns dias, é um País vitorioso, particularmente, pelos resultados positivos que alcançou num mundo turbulento, num período em que tantos países em desenvolvimento viram-se condenados à estagnação ou ao retrocesso. Os dados a seguir mostram isso de maneira inequívoca para quem não tem a percepção distorcida por preconceitos. Da inadimplência generalizada à responsabilidade fiscal, da hiperinflação à estabilidade de preços, da estagnação a um crescimento moderado mas contínuo do PIB, do atraso à atualização tecnológica, sacudimos a poeira da “década perdida” de 1980 e saltamos obstáculos no caminho do desenvolvimento sustentado da economia. Os progressos na educação, na saúde, na reforma agrária, nos programas de combate à pobreza foram ainda mais marcantes do que os avanços no plano econômico.

Os resultados medidos objetivamente pelos indicadores econômicos e sociais são significativos, mas não são tudo. Tão ou mais importantes foram as mudanças no modo como o governo se organizou e se relacionou com a sociedade para alcançar esses resultados.

O reencontro do Brasil com a democracia, na segunda metade da década de 1980, deu-se com as limitações de um Estado que não era mais capaz de garantir desenvolvimento para a minoria, como fizera no passado, nem os direitos da maioria prometidos pela nova Constituição.

Para consolidar a democracia e lançar as bases de um novo ciclo de desenvolvimento com justiça social, nós tivemos que reformar o Estado brasileiro, corroído pela inflação, enfrentando a incompreensão dos que só enxergavam a negação do velho e não a construção do novo.

Os marcos da transformação estão aí, nem sempre tão evidentes, mas não menos reais: um novo padrão de articulação de investimentos públicos e privados, que permitiu retomar a expansão da infra-estrutura nacional; as agências de regulação, que representam a contrapartida política necessária ao fortalecimento do mercado; as parcerias do Governo Federal com os estados e municípios e com as organizações não-governamentais na execução e fiscalização dos programas sociais; a transparência e a responsabilidade fiscal enraizadas na lei e na mentalidade das pessoas. Em suma, os fundamentos de um *Estado democrático* distintamente brasileiro, mas que nada fica a dever às grandes democracias do mundo. E, mais ainda, aberto à sociedade civil com suas múltiplas organizações.

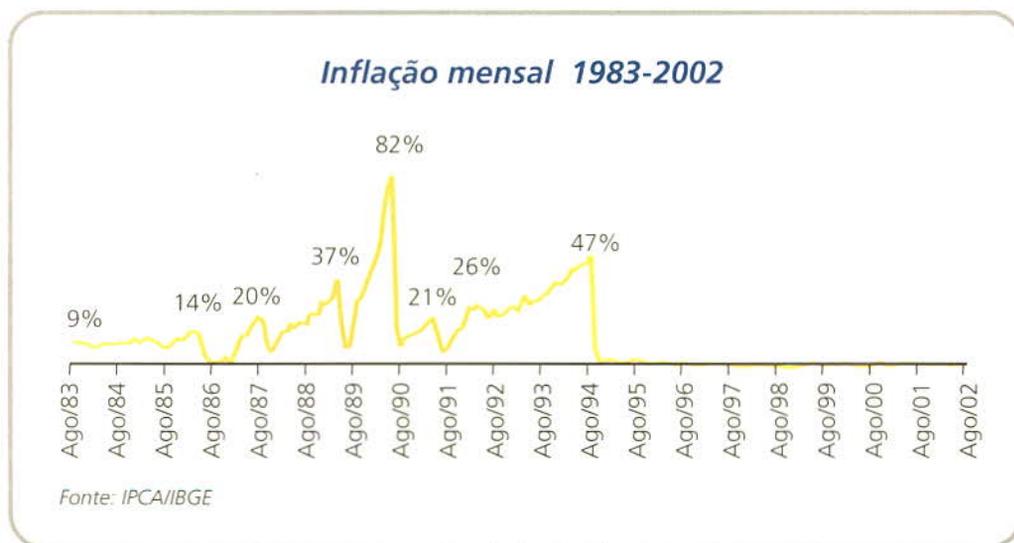
O saldo maior de todas essas mudanças, a meu ver, é a estabilidade. Não só a estabilidade da economia, mas das instituições. Uma estabilidade que permite encarar sem susto a alternância no poder e, para além do jogo político-partidário, alarga os espaços do debate público e multiplica as possibilidades de participação organizada da sociedade nas ações e decisões do governo.

A consolidação da democracia é uma vitória do País, muito mais do que de um governo. Gosto de pensar que contribuí para ela como Presidente e, antes disso, ao lado de milhões de brasileiros. Vem daí meu sentimento de dever cumprido e a certeza de que o Brasil continuará a se transformar e a avançar pela via democrática.

O País avançou e a vida do brasileiro melhorou

O real derrotou a inflação

COM A INFLAÇÃO EM DISPARADA, O SALÁRIO ERA CORROÍDO A OLHOS VISTOS A cada mês, e as famílias não podiam poupar nem planejar nada para o futuro. Era um problema crônico para o Brasil, com efeitos devastadores. Em 1990, o aumento dos preços bateu recorde, chegando a nada menos que 82% num único mês, o de março. Em junho de 1994, a inflação estava em 47% mensais, quando foi controlada drasticamente com o Plano Real. Desde então, a média mensal da inflação ficou em 0,8%. Em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês.



- O cotidiano era muito marcado pela inflação. Naqueles tempos, o brasileiro não tinha referências seguras para saber se uma mercadoria estava cara ou barata. Qualquer demora ou atraso de pagamentos levava a pessoa a perder dinheiro.
- Sem falar no transtorno que era ter de correr ao supermercado no dia de receber o salário para evitar os efeitos da remarcação constante de preços.
- Quem se lembra do nome dos planos? Foram tantos e sem sucesso: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I (1990) e Plano Collor II (1991).
- O gráfico anterior mostra os sobressaltos da inflação, em seu sobe-e-desce nervoso, até ser finalmente ferida de morte com o Plano Real, em julho de 1994. De lá para cá, a linha azul encostada “no chão” resume o controle.
- As reformas feitas a partir do Plano Real sustentaram a estabilidade dos preços e, ao contrário dos outros planos econômicos, garantiram ganhos duradouros aos trabalhadores e aos mais pobres.
- A inflação manteve-se em níveis de países desenvolvidos, e a estabilidade econômica fincou raízes.

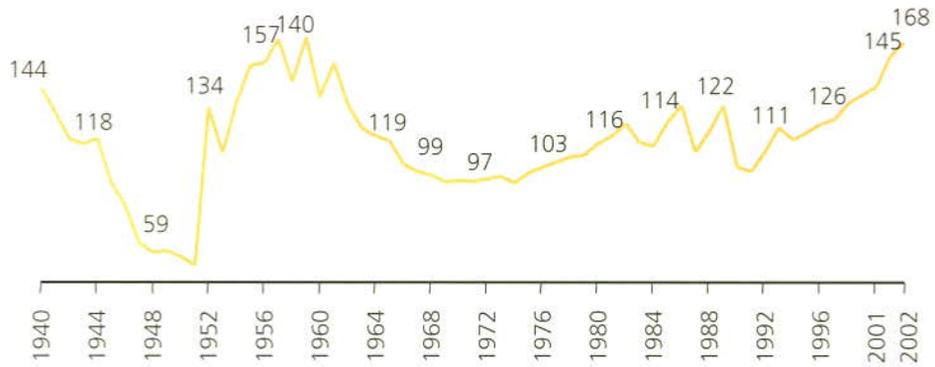
O salário mínimo é o mais alto dos últimos quarenta anos

A corrosão do valor do dinheiro pela inflação atingia em cheio o bolso dos mais pobres. O salário mínimo perdia mensalmente a corrida contra a inflação. De 1990 a 1994, seu valor real ficou abaixo da média da década de 1980. Mas com a nova moeda (o real, lançado em julho de 1994), o salário mínimo teve ganhos de 27% (em relação ao primeiro semestre de 1994). Em relação ao começo dos anos 1990, o ganho é maior, atingindo 41% em relação a janeiro de 1990-dezembro de 1993.

- Naquela época de inflação muito alta, os ricos conseguiam se defender, aplicando seu dinheiro no mercado financeiro. Já os trabalhadores e os mais pobres não dispunham de defesa alguma. A inflação funcionava como um imposto socialmente perverso, que penalizava os mais carentes.
- O efeito positivo da estabilidade econômica é ainda mais marcante quando se compara a evolução do salário mínimo com o custo da cesta básica. Nesse caso, o ganho desde a introdução do real chega a quase 100%.
- Antes do real, um salário mínimo comprava pouco mais da metade de uma cesta básica (60%). Em 2001, passou a comprar uma cesta básica inteira e mais um quinto (120%, média no ano). Se for comparado com o período de abril a junho de 2002, o salário mínimo comprava ainda mais: 129%.

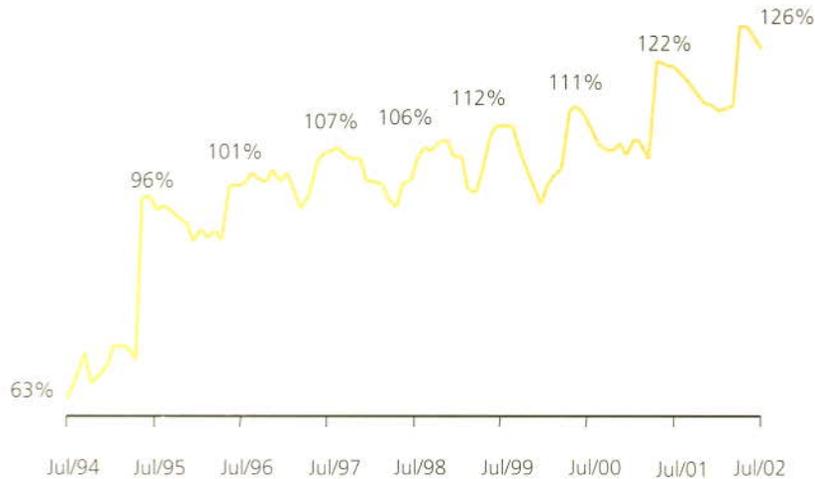
Salário mínimo real

Médias anuais, deflacionadas pelo IPC-Fipe, em R\$ de abril de 2000



Fonte: IPEA

Evolução da relação salário mínimo/cesta básica



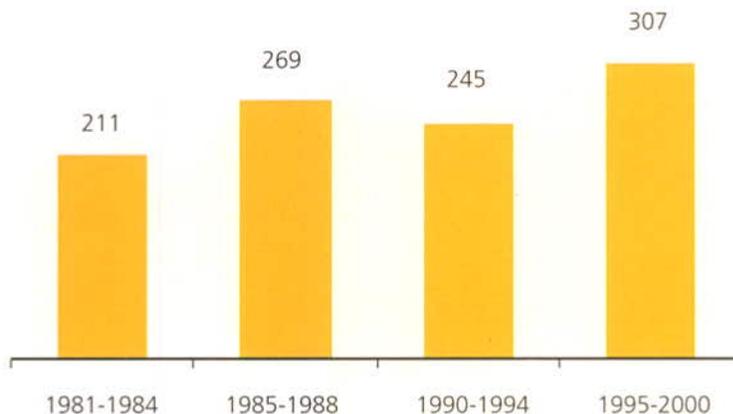
Fonte: Dieese. Elaboração: SPE/IMF

Maior bem-estar para as famílias

A estabilidade da economia trouxe maior bem-estar material para os lares brasileiros, o que pode ser comprovado pelo salto da renda familiar *per capita*, que, entre 1995 e 2000, foi 25% superior à média de 1990 a 1994.

Renda domiciliar per capita

Média mensal em R\$ de 1999

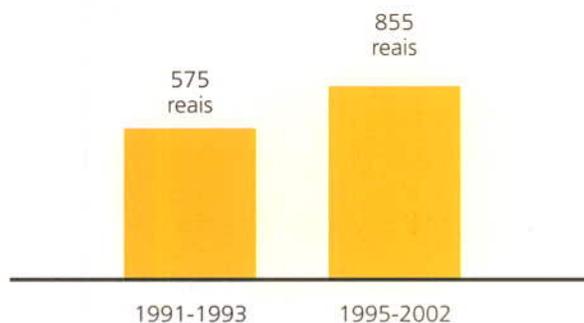


Fonte: IBGE

- Nos dois primeiros anos do Plano Real, o rendimento dos trabalhadores aumentou fortemente graças à queda persistente da inflação e à expansão do emprego. Depois, manteve-se relativamente estável até o fim de 1998.
- É preciso admitir que o salário teve perdas nos últimos anos, mas ainda assim, na média de 1995 a 2002, o rendimento mensal dos trabalhadores nas seis maiores regiões metropolitanas chegou a R\$ 855 – a preços de julho de 2002 – contra R\$ 575, de 1991 a 1993, com aumento real de 49%.

Rendimento médio mensal dos trabalhadores

Nas seis regiões metropolitanas do Brasil, a preços de julho de 2002. O aumento real foi de 49%

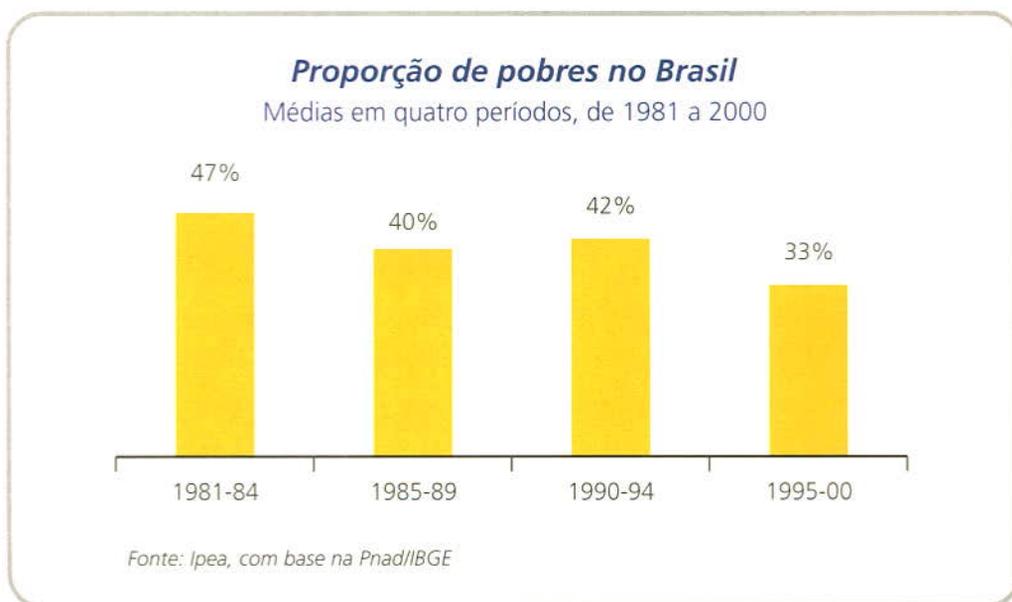


Fonte: IBGE

Diminuiu a pobreza

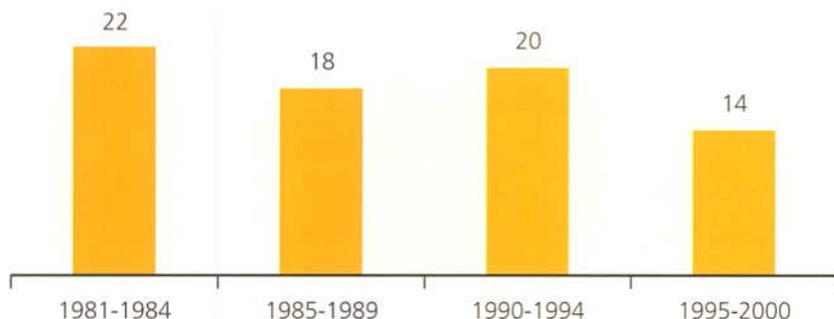
O Brasil deixou de ter pelo menos nove milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza nos últimos anos. O número absoluto de pobres caiu de cerca de 65 milhões (média de 1990 a 1994) para cerca de 55 milhões (média de 1995 a 2000). Isso deve-se ao crescimento da renda domiciliar *per capita* – houve forte redução da pobreza após o real. Essa redução mantém-se até os dias atuais.

- A proporção de pobres caiu do patamar médio de 42% da população total, em 1990-1994, para a média de 33%, em 1995-2000. Isso quer dizer o seguinte: antes, de cada cem pessoas no Brasil, nada menos que 42 eram pobres. Depois, esse número caiu para 33 (*confira nos gráficos a seguir*).
- Houve o mesmo com os indigentes (pessoas em situação de extrema pobreza). A queda foi de 20% da população brasileira para 14%. Trocando em miúdos: antes, em 1990-1994, de cada cem pessoas no Brasil, 20 eram indigentes. Depois, em 1995-2000, esse número caiu para 14.
- Esses novos patamares, alcançados e mantidos após o real, são ainda muito altos, mas são seguramente os mais baixos índices de pobreza de toda a história do País.
- O número absoluto médio de indigentes, que, em 1990-1994, era de cerca de 30 milhões, reduziu-se para 23 milhões de pessoas, em média, no período 1995-2000.
- Neste último período, mesmo com uma população média de 163 milhões, o número absoluto de pessoas pobres e indigentes foi menor que o do início da década de 1980, quando o País tinha apenas 125 milhões de habitantes em média.



Proporção de indigentes no Brasil

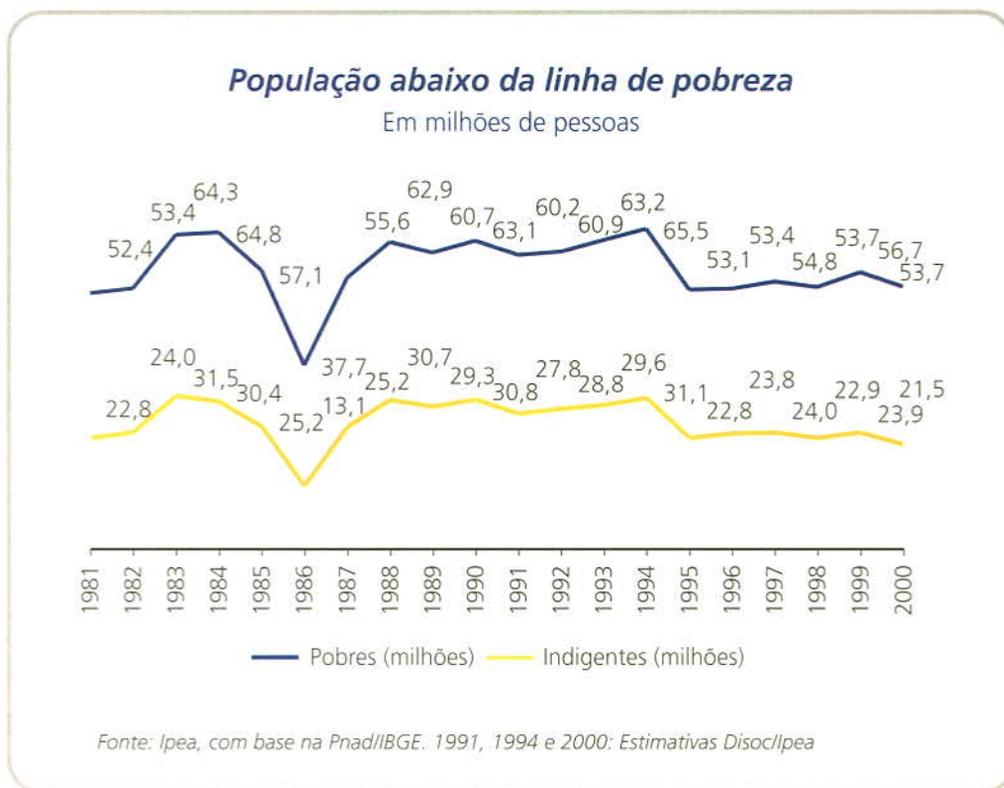
Médias em quatro períodos de 1981 a 2000



Fonte: Ipea, com base na Pnad, IBGE

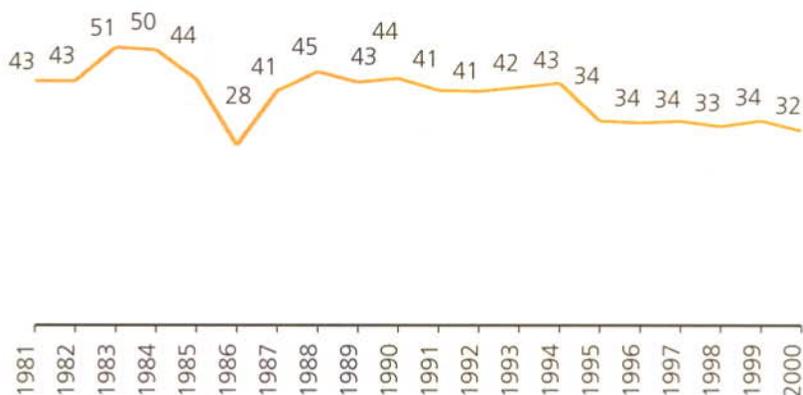
- Os pesquisadores adotam critérios diferentes para fazer a estimativa do número de pobres e indigentes. Entretanto, qualquer que seja o critério adotado, houve uma diminuição significativa da pobreza logo após o real – uma diminuição que se manteve depois.
- A queda da mortalidade infantil apontada pelo Censo 2000 e a melhora dos indicadores de nutrição no País confirmam a redução da pobreza.
- Ao contrário do que aconteceu com o Plano Cruzado, em 1986, o alívio da pobreza a partir do Plano Real não foi passageiro, graças a um conjunto consistente de programas sociais (*confira as linhas do gráfico a seguir*).
- A inflação disparada e a ausência de crescimento econômico agravavam a miséria secular do brasileiro. O Brasil ainda tem um número muito grande de pobres e indigentes, mas os passos para acabar com a pobreza estão sendo dados com firmeza e determinação.
- A redução da pobreza no período pós-real ocorreu tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, mas se deu de forma mais acentuada nas áreas rurais. Na mesma tendência, a redução da pobreza atingiu todas as regiões do Brasil, embora tenha ocorrido de maneira mais acentuada no Nordeste.
- Organizações internacionais como o Pnud e o Banco Mundial adotam como linha de pobreza a renda abaixo de dois dólares por pessoa por dia (em paridade de poder de compra, PPC). Como linha de indigência ou de extrema pobreza, a renda de um dólar por pessoa por dia, (em paridade de poder de compra, PPC). Já o Ipea usa

linhas de pobreza regionalizadas (mínimo de 68 e máximo de 126 reais por pessoa por mês), dependendo da região do País e da situação urbano/rural.



- As linhas dos gráficos a seguir mostram a mesma tendência ano-a-ano. Em 2000, de cada cem brasileiros, 32 eram pobres, número bem menor que antes do Plano Real. O mesmo se deu com os indigentes: em 2000, eles eram 13 em cada 100 brasileiros. Os indigentes estão incluídos no número de pobres, portanto não devem ser somados.

Proporção de pobres no Brasil



Fonte: IPEA, com base na PNAD/IBGE

Proporção de Indigentes no Brasil



Fonte: IPEA, com base na PNAD/IBGE

A população come melhor e mora melhor

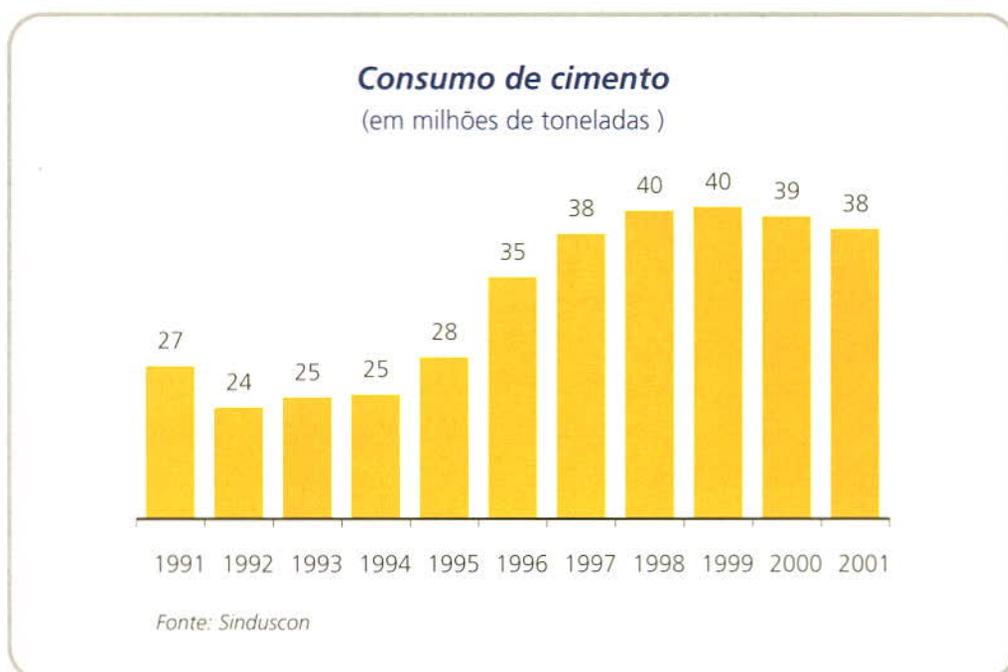
Com o aumento da renda familiar, mudaram os padrões de consumo dos brasileiros. A alimentação passou a ter mais proteína (carnes e derivados de leite).

- O frango virou uma espécie de herói do Plano Real – a produção deu um pulo de 86% entre 1994 e 2000, acompanhada pela do iogurte (82%) e de outros produtos. Os refrigerantes mais que dobraram a presença no consumo.

- A extraordinária expansão atendeu a uma demanda contida nas camadas de mais baixa renda.
- Os brasileiros puderam também melhorar suas casas. O consumo de cimento, que havia caído na década de 1980, começou a se recuperar em 1995 e deu um salto em seguida, ficando 45% acima da média de 1991 a 1994.

Produção de alimentos	
Crescimento 1994-2000	
Frango	86%
Carne suína	57%
Carne bovina	35%
Iogurte	82%
Queijo	41%
Refrigerante	106%
Cerveja	75%
Biscoitos	51%

Fonte: Abia



Mais conforto nas residências

As casas e os apartamentos oferecem hoje melhor condição de vida para seus moradores, como comprovam os dados da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE.

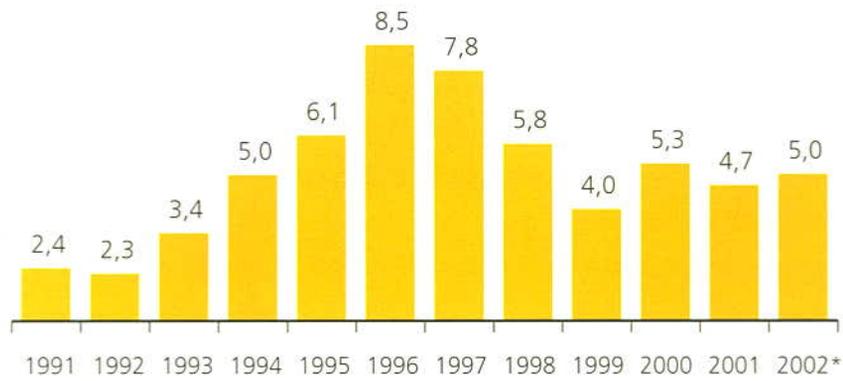
- Um número muito maior de brasileiros tem hoje luz elétrica, água encanada, esgoto e coleta de lixo em suas casas.
- As residências estão mais bem equipadas com eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. Cada vez mais famílias têm telefone, TV em cores, máquina de lavar roupa, *freezer* e videocassete, antes restritos às elites.
- A presença da TV em cores generalizou-se e o acesso ao automóvel também teve nítida expansão, conforme os dados das entidades das indústrias do setor.

Em sintonia com a vida moderna			
Proporção de lares brasileiros com serviços urbanos e aparelhos domésticos			
	1993	2001	Número de lares que têm
Abastecimento de água (rede geral)	75,0%	81,1%	37,7 milhões
Rede coletora de esgoto + fossa séptica	58,8%	66,8%	31,0 milhões
Lixo coletado	69,9%	83,2%	38,7 milhões
Iluminação elétrica	90%	96,0%	44,7 milhões
Telefone fixo	19,8%	58,9%	27,4 milhões
Fogão	95,5%	97,6%	45,4 milhões
Geladeira	71,8%	85,1%	39,6 milhões
<i>Freezer</i>	13%	18,8%	8,7 milhões
Máquina de lavar roupa	24,3%	33,7%	15,7 milhões
Rádio	85,1%	88,0%	40,9 milhões
Televisão	75,8%	89,0%	41,4 milhões

Fonte: IBGE/Pnad 1993 e 2001

Produção de TV em cores

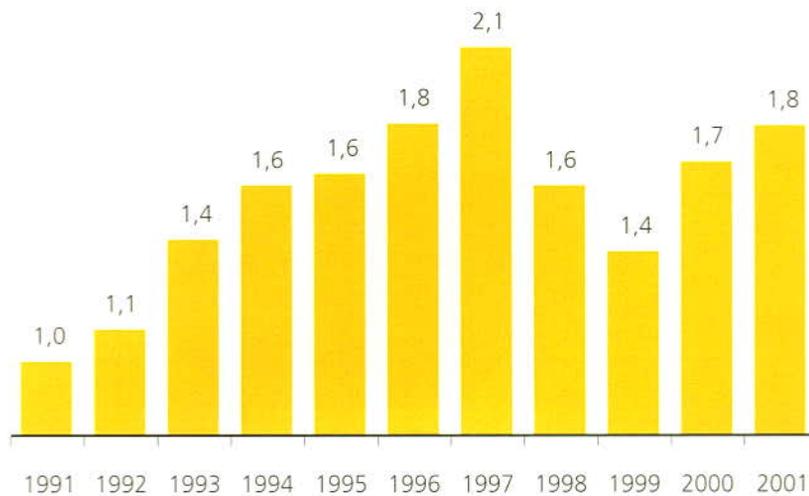
Em milhões de aparelhos



Fonte: Abinee, Eletros; * estimativa

Produção de veículos

Em milhões de unidades



Fonte: Anfavea.

Telefones chegam aos lares de baixa renda

Com a privatização das telecomunicações, milhões de pessoas de baixa renda conseguiram instalar em casa um aparelho de telefone fixo, que durante décadas foi privilégio de gente mais abastada.

- Em 1994, havia 13,3 milhões de telefones fixos instalados no Brasil, número que saltou para 49,4 milhões em 2002, isto é, 271% a mais.
- Entre 1997 e 2001, a participação da fatia da classe D no bolo de telefones fixos saltou de 6% para 61% nas Regiões Sudeste, Nordeste e Norte do País e de 5% para 51% nas Regiões Sul, Centro-Oeste, no Acre e em Rondônia.

Em linha direta			
Como se expandiu a rede de telefones no Brasil entre 1994 e 2002			
	1994	2002	Variação (%)
Telefones fixos residenciais	13,3 milhões	49,4 milhões	271%
Telefones fixos residenciais por 100 habitantes	8,6 unidades	28,8 unidades	235%
Telefones celulares	800 mil	31,6 milhões	3.850%
Telefones fixos públicos	343 mil	1,4 milhões	367%

Fonte: Anatel; * 2002: até agosto

Telefone para todos								
Proporção de terminais fixos residenciais por classe social (1997-2001)								
	Classe A		Classe B		Classe C		Classe D	
	1997	2001	1997	2001	1997	2001	1997	2001
Região 1: Sudeste, Nordeste, Norte	85%	99%	71%	91%	34%	82%	6%	61%
Região 2: Sul, Centro-Oeste, Acre e Rondônia	91%	99%	77%	99%	25%	87%	5%	51%
Região 3: São Paulo	95%	99%	77%	93%	36%	77%	11%	46%

Fonte: Anatel

- Na tabela anterior, observe como a coluna da classe C aponta para uma rápida universalização do telefone fixo (82%, 87% e 77%), isto é, muito em breve, praticamente todas as famílias terão a sua linha.

- Na coluna da classe D, o salto foi o mais significativo (de 6%, 5% e 11% para 61%, 51% e 41%), embora ainda falte uma distância importante para ser percorrida até que todos tenham sua linha em casa.

Toda criança na escola

O Brasil tem hoje 97% das crianças de 7 a 14 anos de idade na escola, o que representa praticamente a universalização do Ensino Fundamental, uma realização histórica do Governo Federal na área social.

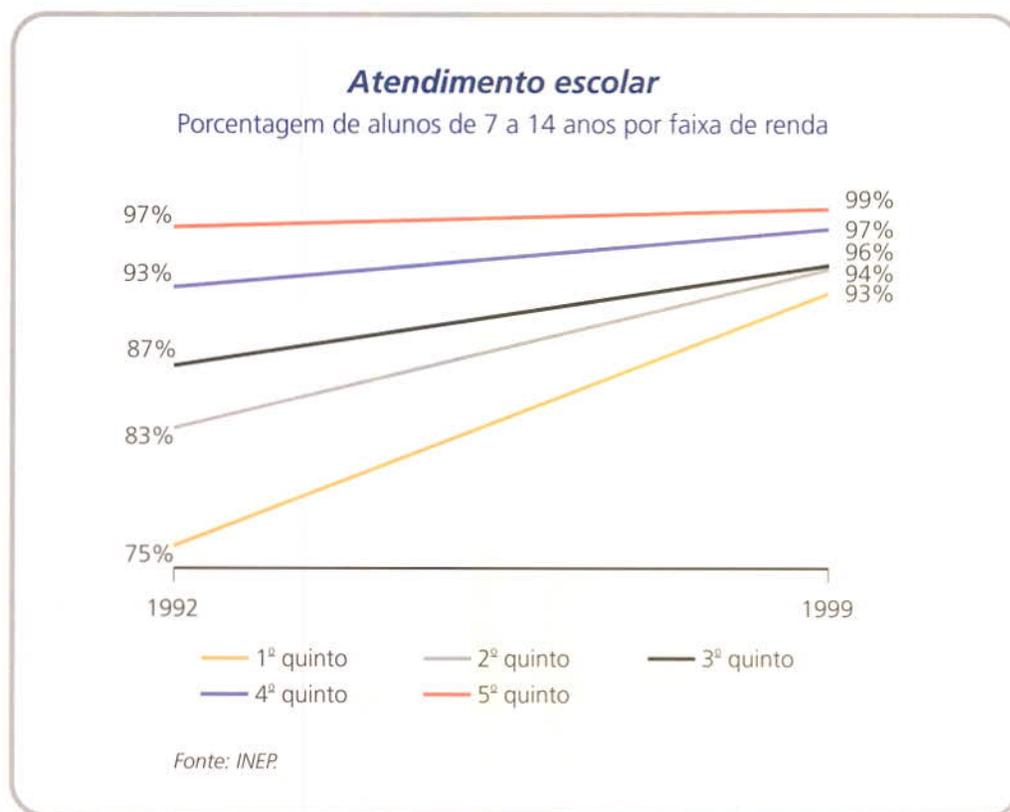
- Em 2001, 35,3 milhões de crianças estavam matriculadas em todo o País, no Ensino fundamental, isto é, 3,3 milhões de matrículas a mais que em 1994 (ou ainda, 12,7% a mais).
- Assim, o Ensino Fundamental é o primeiro serviço público a atingir efetivamente o ideal republicano de atender a todos sem distinções.



Escolas têm mais crianças pobres e negras

Com mais oportunidades de acesso às escolas, o Brasil está vencendo as barreiras das desigualdades sociais e raciais no setor educacional. Hoje, é muito maior a proporção de crianças pobres e negras matriculadas no ensino fundamental.

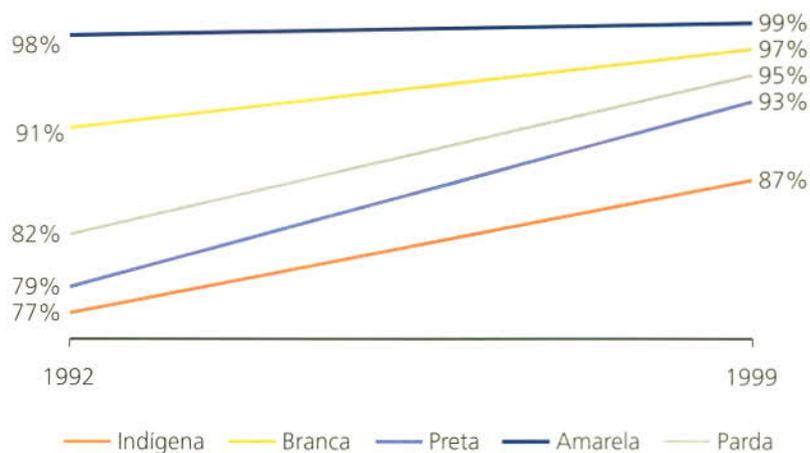
- Em 1992, uma em cada quatro crianças pobres estava fora da escola (25%). Em 1999, essa proporção caiu para 7%.
- Quanto à raça, a distância das crianças negras para as brancas diminuiu de 12 para 4 pontos percentuais. Das crianças pardas para as brancas, a distância diminuiu de 8 para 2 pontos percentuais.



O analfabetismo recua a passos largos

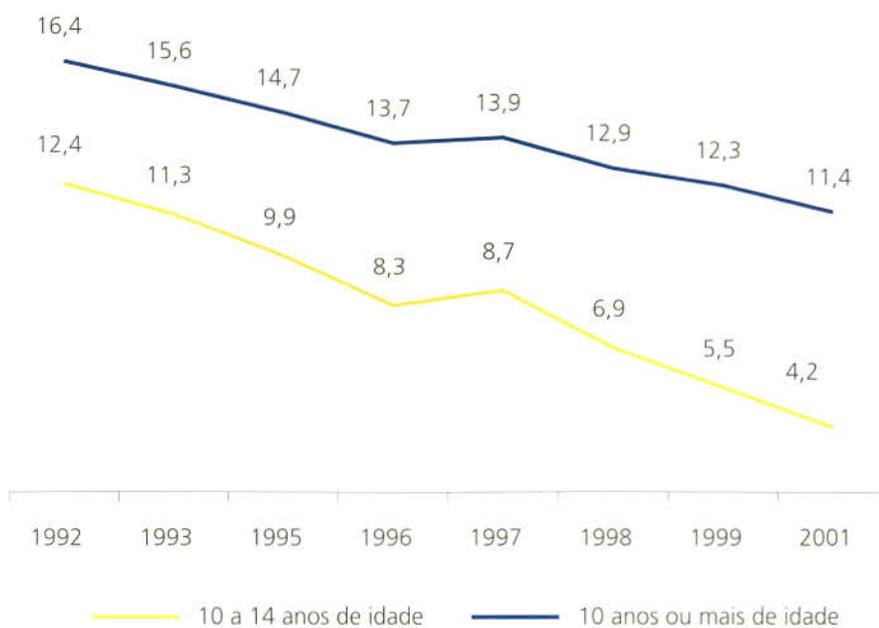
Mantido o ritmo atual, o analfabetismo de crianças e adolescentes estará erradicado no Brasil em breve. A atual política educacional tem feito a taxa de analfabetismo cair aceleradamente. Em 1993, havia 11,3% de analfabetos entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade, proporção que caiu para 4,2% em 1999.

Porcentagem de alunos de 7 a 14 anos por raça



Fonte: IBGE

A queda da taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: IBGE/Pnad

- Na população com 10 anos de idade ou mais, que inclui os adultos, verifica-se também a tendência de queda. Em 1993, havia 15,6% de analfabetos entre brasileiros de 15 anos ou mais, número que caiu para 11,4% em 1999.

Rumo à erradicação do trabalho infantil

- Os bons resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o aumento do acesso às escolas trouxeram um novo horizonte para crianças que ainda dão duro em atividades penosas, insalubres, degradantes e perigosas, em carvoarias, plantações de laranja ou canaviais, entre outros locais de produção.
- De 1995 a 1999, o número de crianças de 5 a 15 anos ocupadas na produção caiu 25%, de 5,1 para 3,8 milhões. O esforço brasileiro foi reconhecido em maio de 2002 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- A Pnad-2001 confirmou o recuo do trabalho infantil. Entre 1991 e 2001, cerca de 735 mil crianças de 10 a 14 anos de idade deixaram de fazer parte da população economicamente ativa do País.
- O Peti concede uma bolsa às famílias das crianças para que estas deixem o trabalho e passem a freqüentar a escola.

Trabalho infantil: crianças de 5 a 15 anos ocupadas no Brasil

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	5,1 milhões	334 mil	2,3 milhões	231 mil	1,4 milhão	915 mil
1999	3,8 milhões	236 mil	1,9 milhão	221 mil	873 mil	604 mil
1995/1999	- 25%	- 29%	- 18%	- 4%	- 35%	- 34%

Fonte: Pnad (1995-1999)/IBGE

Mortalidade infantil cai e expectativa de vida sobe

Divulgados em maio de 2002, os resultados do Censo 2000 apontaram uma queda histórica na mortalidade infantil brasileira ocorrida ao longo da década de 1990. A queda foi de 47,8 óbitos por mil nascidos vivos para 29,6. O Nordeste foi o estado que mais se destacou.

Mortalidade infantil

Taxa de óbitos por mil nascidos vivos entre 1990 e 2000

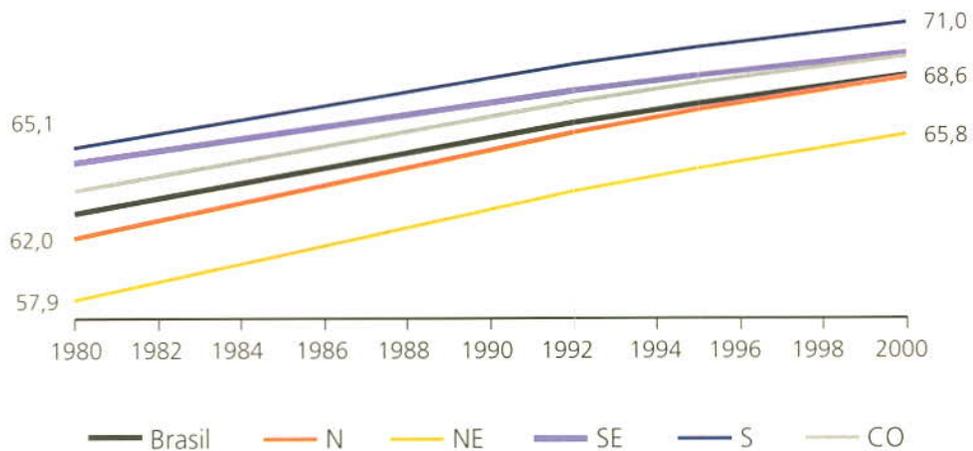
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
47,8	45,2	43	41,1	39,6	38,4	34,5	36,7	36,1	34,6	29,6

Fonte: IBGE

- Na média, o brasileiro passou a viver 2,6 anos a mais, quando comparados os dados de 1991 e os do fim da década, ou seja, a expectativa de vida ao nascer passou para 69 anos (em 2000).
- A política brasileira para enfrentar a Aids teve reconhecimento internacional – a projeção catastrófica que se fazia sobre o avanço da doença não se confirmou graças às campanhas de prevenção e à distribuição de medicamentos específicos pela rede pública de saúde.

Expectativa de vida

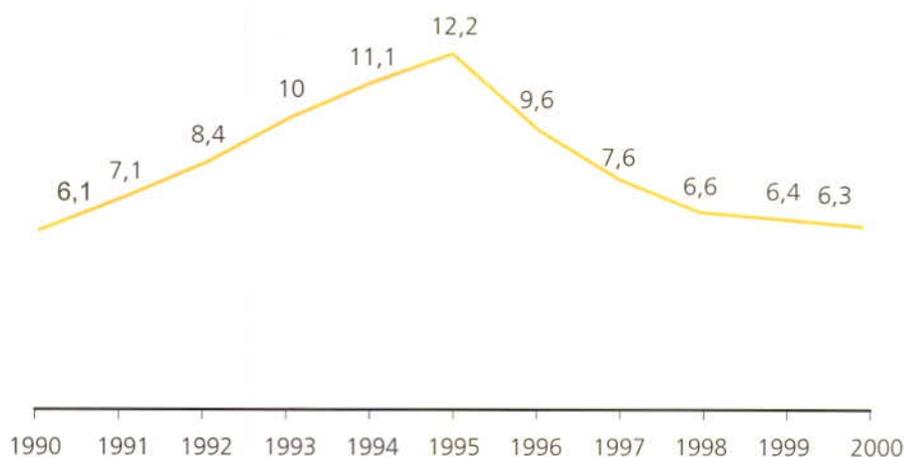
Em anos (Brasil e regiões)



Fonte: IBGE

Taxa anual de mortalidade por Aids

Por cem mil habitantes, no Brasil (1990-2000)



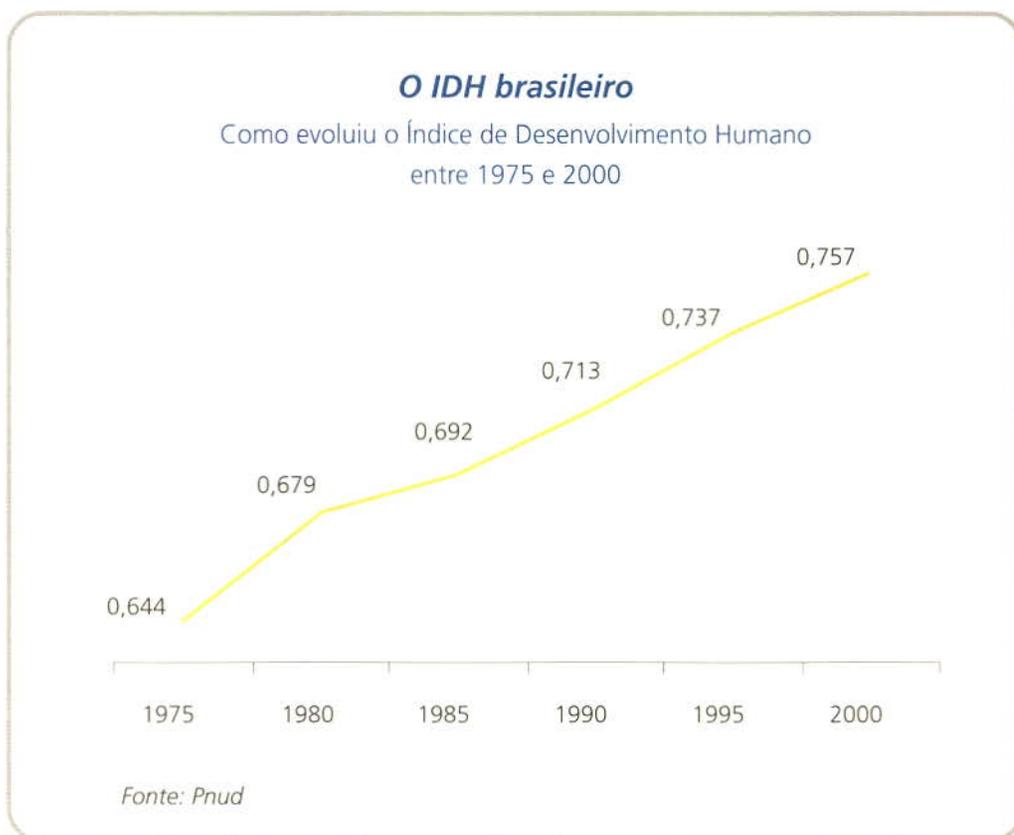
Fonte: SIM/DATASUS/IMS

A batalha para elevar o IDH

As condições sociais no Brasil melhoraram num ritmo maior que na década anterior. É o que mostra a tabela com a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estabelecido anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Apesar do avanço, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer.

- A atualização anual do índice foi divulgada pelo Pnud, no final de julho. O IDH do Brasil aumentou de 0,753 para 0,757 entre 1999 e 2000.
- O Brasil passou da 75ª posição a 73ª posição no ranking de 173 países no mesmo período. Permanece, assim, no grupo dos países com desenvolvimento humano médio (com índice entre 0,500 e 0,799).
- O IDH é a síntese de três indicadores: longevidade, educação e renda. A primeira é medida pela expectativa de vida da população. A segunda é uma combinação da taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino com a taxa de alfabetização de adultos. A terceira é dada pelo PIB *per capita* medido em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra – PPS US\$), calculado pelo Banco Mundial.

- Mesmo com as limitações, o Brasil vem conseguindo manter-se à frente da média latino-americana no conjunto do desenvolvimento humano desde 1980.
- Todos os anos, desde 1990, o Pnud encomenda o Relatório do Desenvolvimento Humano a um grupo independente de especialistas. Uma rede mundial consultiva de pesquisadores universitários, governo e sociedade civil contribui com informações.



Saber ler e escrever já faz parte da vida de 120 milhões

A comparação entre os Censos 1991 e 2000 comprovou que as conquistas educacionais valem para a população inteira, em suas mais diferentes faixas. Em 2000, a proporção de pessoas alfabetizadas de 10 anos de idade ou mais era de 87,2%, ou seja, havia cerca de 120 milhões de brasileiros que se consideraram em condições de saber ler e escrever, pelo menos, um bilhete simples. Em 1991, essa proporção era de 80,3%.

- O aumento mais significativo ocorreu na zona rural, onde a taxa de alfabetização passou de 59,9% para 72,4%, representando um acréscimo na proporção de

alfabetizados de 12,5 pontos percentuais, bem superior ao crescimento nacional, que foi da ordem de 7 pontos percentuais.

- Quanto às faixas etárias, foi mais expressivo o aumento em duas delas: entre 10 e 14 anos de idade, de um lado, e a partir de 40 anos, de outro.
- Foram registrados avanços importantes nas Regiões Norte e Nordeste do País, o que contribuiu para diminuir as diferenças regionais quanto aos benefícios da educação.
- Ao mesmo tempo em que a taxa de alfabetização crescia, o País assistia a um crescimento sem precedentes em seu mercado editorial. O brasileiro tem hoje mais títulos lançados anualmente e consome mais exemplares, como mostra o Diagnóstico do Setor Editorial.

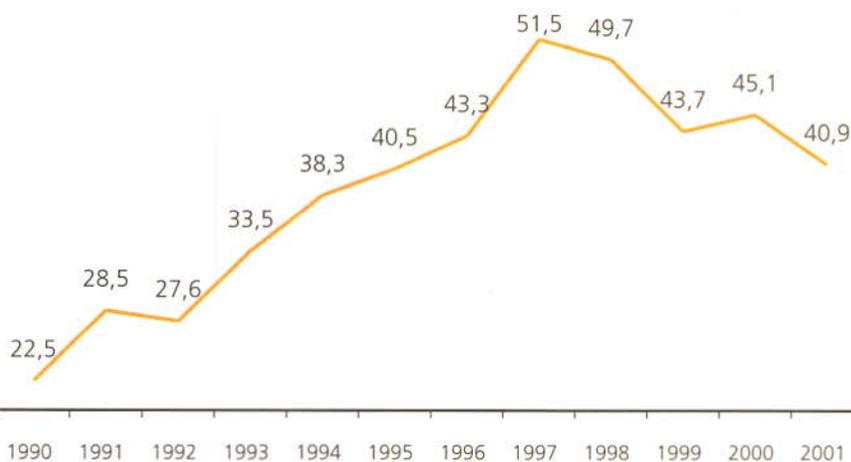
A alfabetização no Brasil (1991-2000)

Proporção de pessoas alfabetizadas com 10 anos de idade ou mais

	1991	2000
Total	80,3%	87,2%
Urbana	86,4%	90,4%
Rural	59,9%	72,4%
Homens	80,0%	86,8%
Mulheres	80,6%	87,5%

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Títulos de livros editados ou reeditados no Brasil



Fonte: Câmara Brasileira do Livro, Abigraf e Cerlalc.

- Em 1994, foram lançados 38.253 títulos. Em 1997, esse número chegou a 51.460 e vem-se mantendo em níveis bem superiores aos do começo da década passada.
- O total de exemplares produzidos (editados ou reeditados) passou de 246 milhões, em 1994, para 331 milhões, em 2001.

Exemplares de livros editados ou reeditados no Brasil

(de 1990 a 2001 em milhões)



Fonte: Câmara Brasileira do Livro, Abigraf e Cerlalc

Um país mais preparado e conectado à internet

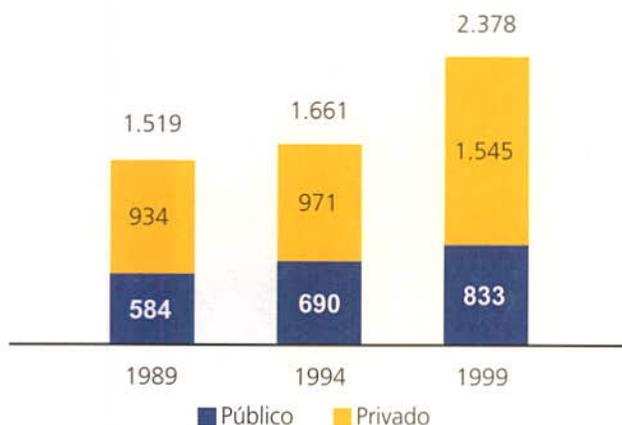
Numa era da valorização do conhecimento, foram amplas as oportunidades nas universidades brasileiras. De 1994 a 1999, a matrícula nos cursos superiores aumentou 8,6% ao ano, em média, contra 3,6% entre 1989 e 1994. Na rede pública, 143 mil novas vagas foram abertas de 1994 a 1999. Na rede privada, foram 547 mil novas vagas.

- Expressão da inteligência brasileira é o salto vertiginoso do número de artigos publicados pelos nossos pesquisadores em revistas científicas: 97% entre 1994 e 2000.
- A privatização das telecomunicações foi uma contribuição decisiva do Governo Federal para colocar o brasileiro conectado à expressão mais marcante da revolução tecnológica em curso no planeta: a internet.

- O número de pessoas com acesso à rede mundial de computadores saltou de 170 mil em janeiro de 1996 para 12 milhões em setembro de 2001.
- A escolaridade média da população também se expandiu, como mostra o quadro a seguir.

Matrículas no Ensino Superior

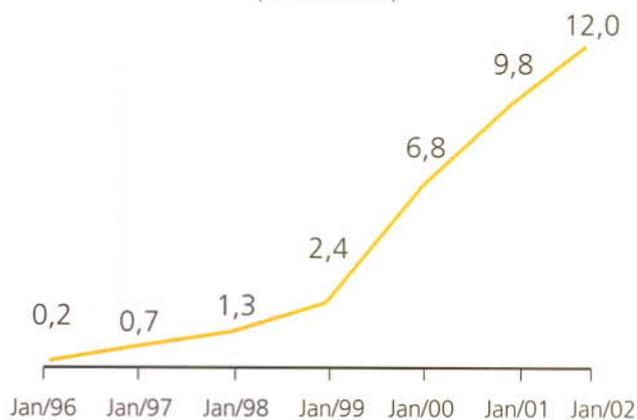
Em milhares



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Usuários da Internet no Brasil

(Em milhões)



Fonte: pesquisas diversas. Elaboração: www.e-commerce.org.br

Tempo de estudo dos brasileiros com 10 anos ou mais de idade

	Sem instrução e com menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
1992	18,4	22,1	33,9	11,4	14,1
1993	17,1	22,1	34,5	11,7	14,4
1995	16,1	21,0	34,9	12,3	15,5
1996	15,8	19,6	34,6	13,6	16,3
1997	15,1	19,7	34,5	13,5	17,0
1998	14,0	19,2	34,1	14,4	18,0
1999	13,4	18,3	34,2	14,8	19,0
2001	12,6	16,5	33,1	15,3	21,7

Fonte: IBGE/Pnad

ONU premia Fernando Henrique pela contribuição ao desenvolvimento humano

Presidente é a primeira personalidade mundial a
receber a homenagem, lançada em 2002

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 15 de outubro de 2002, como vencedor do Prêmio Mahbub ul Haq pela Excepcional Contribuição ao Desenvolvimento Humano, verificada em seus dois mandatos. Concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o prêmio foi lançado este ano para homenagear o economista paquistanês Mahbub ul Haq, o criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia os países a partir de três indicadores – educação, renda e longevidade da população.

A láurea será entregue, a cada dois anos, ao chefe de Estado ou líder mundial que mais tenha obtido êxito ao colocar o tema dos avanços sociais no centro da agenda política de seu país. A escolha fez do presidente brasileiro a primeira personalidade mundial a receber o prêmio, cuja entrega foi marcada para 9 de dezembro, em uma cerimônia na sede da ONU, em Nova York.

Segundo a nota oficial da ONU, Fernando Henrique foi indicado “por suas conquistas na realização de melhorias concretas em matéria de emprego,

combate à pobreza, melhorias na saúde e educação, bem como por seu compromisso com os direitos humanos e o Estado democrático de direito”.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse na nota que “a permanente dedicação do Presidente Cardoso ao progresso humano e a sua liderança democrática no Brasil elevaram um padrão pelo qual a prática da governança pode ser julgada em toda a América Latina”. Já o administrador do Pnud, Mark Brown, declarou que, durante o governo de Fernando Henrique, “a luta contra a pobreza se tornou uma prioridade nacional, e a democracia, uma realidade vibrante”.

A escolha do nome do presidente brasileiro foi feita por uma comissão de cinco especialistas internacionais em questões de desenvolvimento, entre eles Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia em 2000, professor da Universidade de Colúmbia e um grande crítico do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os outros integrantes foram: princesa Basma Bint Talal, do Fundo para o Desenvolvimento Humano; Kwesi Botchwey, do Instituto Terra, da Universidade de Colúmbia; Moisés Naím, ex-ministro da Indústria e Comércio da Venezuela; e Gita Sen, do Instituto Indiano de Administração de Bangalore.

O júri tomou a decisão com base nos seguintes programas sociais e iniciativas desenvolvidos no Brasil, nos últimos oito anos, sempre de acordo com o texto da nota da ONU:

1. Projeto Alvorada, “um programa antipobreza em 2.361 municípios mais pobres do país, baseado nas necessidades dos municípios com relação à classificação do IDH, que avalia os avanços em três aspectos do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e um padrão de vida decente”. “O projeto está proporcionando saúde básica, água potável e educação em 14 estados.”
2. “De 1995 a 2001, o percentual de crianças fora da escola caiu de 10% a quase zero. A proporção das crianças mais pobres que vão à escola aumentou para 75%, em 1995, e para 93%, em 1999. De todas as crianças em idade escolar, 97% estão atualmente matriculadas nas escolas.”
3. “O trabalho infantil caiu significativamente. De 1995 a 1999, o número de crianças de 5 a 15 anos que trabalhavam em atividades econômicas caiu 25%, de 5,1 milhões para 3,8 milhões.”

4. “A mortalidade infantil diminuiu de 47,8 mortes por 1.000 nascidos, em 1991, para 29,6, em 2000.”
5. “Reconhecendo a responsabilidade do Estado por violações aos direitos humanos durante o período da ditadura militar, foi estabelecida uma Comissão Especial Para Assassinatos Políticos, que já investigou 336 casos e pagou indenizações para as famílias de 265 vítimas.”
6. “As mortes por AIDS foram reduzidas em 64%, de 1995 a 2000, graças a intensas campanhas de prevenção e à distribuição gratuita de medicamentos.”
7. “O salário mínimo, em 2002, está 27% acima do seu nível no começo da década de 90”
8. “A porcentagem da população abaixo da linha de pobreza caiu de 42%, entre 1990 e 1994, para 33% na atualidade. Isso se traduz em menos nove milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.”
9. “8,9 milhões de empregos foram criados de 1993 a 2001, ajudando a manter a taxa de desemprego em cerca de 7%.”
10. “No que diz respeito à reforma agrária, mais de 588 famílias foram assentadas entre 1995 e 2002. Durante esse período, quase 20 milhões de hectares de terras foram distribuídas aos sem-terras.”

Todos os anos, desde 1990, a entidade que organizou o prêmio, o Pnud, divulga o Relatório de Desenvolvimento Humano, encomendado a um grupo independente de especialistas, que investigam as principais questões de interesse global. Uma rede mundial consultiva de líderes na universidade, governo e sociedade civil contribui com informações, idéias e experiências para apoiar as análises e propostas publicadas no relatório. De acordo com as propostas do criador desse movimento, o indiano Mahbub ul Haq, o conceito de desenvolvimento humano enxerga mais longe que outros indicadores, como a renda per capita. Presente em 166 países, o Pnud é também a rede global de desenvolvimento humano da ONU, “que estimula mudanças e conecta os países por meio do conhecimento, experiência e recursos, de forma a ajudar as pessoas a construir melhores vidas para si”.

A Rede de Proteção Social: fazer mais para quem precisa mais

37,6 milhões de benefícios regulares para os mais pobres

A O LADO DOS PROGRAMAS SOCIAIS QUE SE DESTINAM A TODA A SOCIEDADE, O Governo Federal deu destaque, a partir de 1995, àquelas ações voltadas para os brasileiros mais pobres entre os pobres. Eles precisam de atenção especial, pois são os mais desprotegidos e vulneráveis de todos os carentes do País. Para essa vasta parcela da população formou-se a Rede de Proteção Social, que já soma mais de 37,6 milhões de benefícios regulares aos brasileiros em todas as regiões.

- A Rede de Proteção Social coordena os esforços de 12 programas diferentes do Governo Federal, para os quais havia recursos estimados em mais de R\$ 30 bilhões em 2002 (*veja a lista adiante*).
- É a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor dos pobres realizada até agora pelo Estado brasileiro em toda a história do País.
- O quadro mostra como a Rede de Proteção Social ampara exatamente os mais vulneráveis entre os pobres, como nos exemplos:
 - As crianças, desde a gestação. Elas são beneficiadas pelo Bolsa Alimentação, pelo Bolsa Escola e pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
 - As mulheres gestantes e com os filhos em amamentação, favorecidas pelo Bolsa Alimentação;
 - Os idosos ajudados pelo Renda Mensal Vitalícia, pela Aposentadoria Rural ou pelo Benefício de Prestação Continuada;

- Os desempregados, auxiliados pelo Abono Salarial, pelo Seguro-Desemprego ou pelo Bolsa Qualificação;
- Os pequenos agricultores atingidos pela seca do Nordeste, com o Seguro Safra;
- As famílias de baixa renda em geral, com o Auxílio Gás, concedido para a compra dos botijões desde o começo de 2002;
- O impacto desse dinheiro na vida de cada família pobre é imediato. Uma mãe que tem três filhos no programa Bolsa Escola pode receber R\$ 45, religiosamente, todo mês.
- Uma vez cadastrados, os membros das famílias beneficiadas têm prioridade em programas e serviços sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação e geração de renda.
- Essa prioridade é assegurada pelo Cartão do Cidadão, em fase adiantada de implantação, que funciona como um autêntico passaporte para a cidadania, substituindo no futuro o RG, como carteira básica de identidade individual.
- Os avanços registrados em todos os indicadores sociais não são fruto de passe de mágica. Representam o produto de trabalho comprometido e competente, tanto das políticas universais de educação e saúde como dos programas diretamente voltados para a superação da pobreza, lastreado por consistente investimento social. Fica, portanto, um legado capaz de contribuir para que se concretize, de forma mais rápida e consistente, o ideal de um país mais justo.
- Para se ter uma noção do que a soma de recursos investidos na Rede de Proteção Social representa, basta dizer que os mais de R\$ 30 bilhões significam 50% a mais do que tudo o que o Governo Federal arrecada com o Imposto de Renda de pessoas físicas, seja em valores de 2002, seja em de 2003.

Imposto de Renda versus Rede de Proteção Social

(em R\$ bilhões em 2002)

Imposto de Renda de Pessoa Física	4,05
Imposto de Renda Retido nas Fontes (Trabalho)	16,13
Total	20,18*
Rede de Proteção Social	30

Fonte: Receita Federal; Ministérios setoriais; * Reestimado

Os 12 programas da Rede de Proteção Social

Em 2002, o Governo Federal concedeu mais de 37,6 milhões de benefícios, regularmente, para a população mais necessitada, com gastos estimados em mais de R\$ 30 bilhões

Nome	Público-alvo	Valores	Número de benefícios
Bolsa Alimentação	Crianças até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até seis meses, em famílias com até meio salário mínimo per capita	R\$ 15 por criança até 3 crianças	1.300.000
Eradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Crianças de 7 a 15 anos envolvidas com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até meio salário mínimo per capita	R\$ 25 por criança na área rural e R\$ 40 na área urbana	810.769
Bolsa Escola	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até meio salário mínimo per capita	R\$ 15 por criança até 3 crianças	8.633.354
Auxílio Gás	Famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha, com a abertura do mercado de combustíveis	R\$ 7,50 ao mês por família, pago bimestralmente em parcelas de R\$ 15	8.108.758
Brasil Jovem (Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano)	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até meio salário mínimo	R\$ 65 por mês	105.000
Abono Salarial PIS/Pasep	Trabalhador que receber em média até 2 salários mínimos mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, e trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias)	1 salário mínimo	4.434.328
Bolsa Qualificação	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador	Calculado com base nos 3 últimos salários	10.400

Seguro Desemprego	Trabalhador dispensado sem justa causa (inclusive o doméstico), e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	De 1 salário mínimo a R\$ 336,78, durante até cinco meses. Para o trabalhador doméstico e para o pescador artesanal, 1 salário mínimo	4.686.233
Seguro Safra	Família em situação de risco na área da seca	R\$ 100 / parcela (máximo de 6 parcelas)	938.000
Aposentadoria e pensões rurais	Trabalhadores rurais	1 salário mínimo	6.370.547
Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas)	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo	1 salário-mínimo	1.450.660
Renda Mensal Vitalícia	Idosos com mais de 70 ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo	1 salário mínimo	724.124
Total			37.572.173

Fonte: Ministérios setoriais e Mensagem ao Congresso Nacional

Erradicação do trabalho infantil leva 800 mil crianças à escola

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) já devolveu aos bancos escolares mais de 800 mil meninos e meninas que antes trabalhavam como catadores de lixo ou bóias-frias nas culturas da laranja, do café, do fumo, da cana-de-açúcar, entre outras atividades; todas extremamente prejudiciais ao seu desenvolvimento e consideradas penosas, insalubres, degradantes e perigosas.

- O Peti concede uma bolsa às famílias de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos envolvidos no trabalho precoce para compensar a renda que levavam para casa. Em contrapartida, são exigidas a retirada da criança do trabalho e sua freqüência na escola e em atividades extra-escolares na jornada ampliada.
- O valor da bolsa pago às famílias varia: para a área rural, são repassados, prioritariamente para as mães, R\$ 25 mensais por criança ou adolescente atendido. Já para aqueles que trabalham em áreas urbanas, o valor sobe para R\$ 40.
- Além da bolsa, o Peti prevê o repasse de recursos para que os municípios implantem a Jornada Ampliada, que oferece atividades de esporte, lazer, cultura, entre tantas outras,

no turno complementar ao da escola. As prefeituras das áreas rurais recebem R\$ 20 para viabilizar a jornada, as das áreas urbanas, R\$ 10. São consideradas áreas urbanas as capitais, as regiões metropolitanas e as cidades com mais de 250 mil habitantes.

- Lançado em 1996 nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, o programa atendeu naquele ano 1.500 crianças em 14 municípios. Teve um rápido desenvolvimento. Em agosto de 2002, estava presente nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, alcançando 2.590 municípios, num total de 810.769 crianças inscritas. O Piauí liderava a adesão ao programa com 222 municípios, seguido de Goiás (209), Minas Gerais (189), Paraná (164), São Paulo (160) e Pernambuco (157). A soma dos recursos (bolsas mais Jornada Ampliada) foi de R\$ 37 milhões em agosto, enviada pela Secretaria de Estado de Assistência Social, órgão responsável pela coordenação do Peti.
- Depois das carvoarias do Mato Grosso do Sul, o programa chegou aos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco e à região produtora de sisal na Bahia. A escolha desses locais como ponto de partida teve como objetivo atingir áreas que faziam uso de mão-de-obra infantil em grande escala.
- No Brasil, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, vigora o limite mínimo de 16 anos para o início do trabalho, sendo proibido qualquer tipo de trabalho abaixo desta idade. A aprendizagem pode ser feita a partir dos 14 anos. E 18 anos é a idade estabelecida para a realização de trabalho em horários noturnos e em local ou atividade considerados perigosos e insalubres.

Auxílio Gás chega a 8,1 milhões de famílias em apenas nove meses

Criado em janeiro de 2002, o Programa Auxílio Gás teve uma expansão vertiginosa e, apenas nove meses depois de começar a funcionar, já estava sendo pago a mais de oito milhões de famílias de baixa renda em todo o País. No mês de outubro, praticamente todos os municípios brasileiros estavam sendo atendidos (5.554 de um total de 5.561).

- O programa foi criado para compensar as famílias pobres pelo fim do subsídio indireto ao preço do gás de cozinha, extinto desde 1º de janeiro de 2002 com a abertura total do mercado de combustíveis no País. O benefício é de R\$ 7,50 ao mês por família, pago bimestralmente em parcelas de R\$ 15. Para fazer os pagamentos de fevereiro a outubro, o Ministério de Minas e Energia destinou R\$ 474 milhões.

- Os recursos são provenientes do recolhimento da Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada com a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. O objetivo é alcançar todas as famílias com renda de até meio salário mínimo (equivalente hoje a R\$ 100) por pessoa ao mês em todas as cidades brasileiras.
- Para receber o benefício, a família procura a prefeitura de sua cidade, ou a administração regional no caso do Distrito Federal, e inscreve-se no Cadastro Único do Governo Federal. Os nomes dos cadastrados são encaminhados à Caixa Econômica Federal para a liberação dos R\$ 15 a cada dois meses.
- De acordo com as estimativas do Ministério de Minas e Energia, 9,3 milhões de famílias têm direito a receber o Auxílio Gás em todo o País.

Balço do Auxílio Gás (fevereiro a outubro de 2002)

Número de famílias pobres e potenciais beneficiárias do programa (estimativa)	9.310.177
Famílias beneficiárias até outubro de 2002 (87% do público-alvo)	8.108.758
Projeção do número de pessoas atendidas	36.489.411
Número de municípios existentes	5.561
Número de municípios atendidos	5.554
Total de recursos até outubro de 2002	R\$ 474 milhões

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Programas sociais: o Brasil gastou mais e melhor

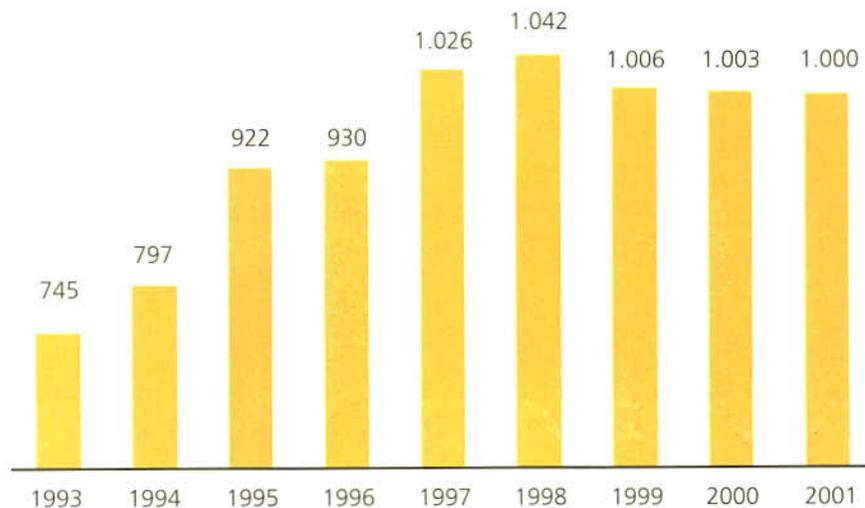
Desde 1995, o Brasil gastou mais e, principalmente, melhor nas políticas sociais. Agravado pela inflação elevada, antes havia um círculo vicioso, que funcionava assim:

- Historicamente, o Brasil gastava mal os recursos públicos.
- Com prioridades erradas, o governo protegia os ricos e deixava os pobres desamparados.
- Muita burocracia, troca de favores políticos e corrupção acabavam por consumir os recursos antes mesmo que eles chegassem às regiões necessitadas.
- Em vez de ajudar a combater a pobreza, muitas vezes os programas sociais, no fim das contas, ajudavam a aumentar a desigualdade.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) fez um levantamento comparativo entre os gastos sociais do Brasil em diferentes períodos da história recente, resumido nos gráficos a seguir. Na evolução dos anos, na média por habitantes ou na porcentagem do PIB, há uma nítida tendência geral de elevação dos gastos sociais feitos pelo Governo Federal.

Brasil: gasto social real do Governo Federal por habitante, 1993-2001

Em reais de dezembro de 2001



Fonte: IPEA / DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI / SIDOR

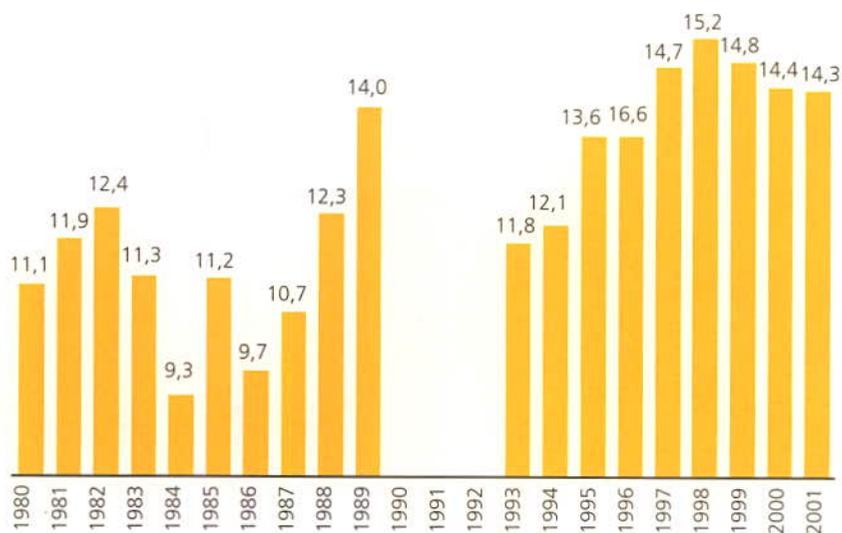
ENTRE ASPAS

O ponto de partida dessa política foi o combate à inflação. Veja o que o Presidente Fernando Henrique dizia, já em 1993, quando era ainda ministro da Fazenda:

A inflação é o mais injusto e cruel dos impostos. São os mais pobres que o pagam. As empresas e os ricos aprenderam a se defender. A legião dos excluídos vê se deteriorar a cada dia o valor de seus escassos rendimentos."

Não há política social mais eficaz do que a queda da inflação. Só a estabilidade de preços criará condições para o crescimento da produção e do emprego e para a distribuição de renda, acabando com o abismo entre o Brasil rico e o Brasil miserável."

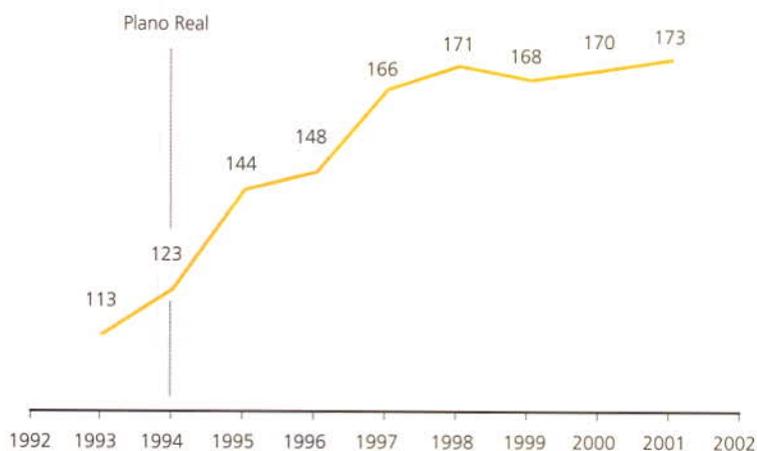
**Brasil: gasto social do Governo Federal
como porcentagem do PIB, 1980-2001**



1980-1989 : Fabricio Oliveira. Texto p/ Discussão n. 649. IPEA / DISOC, 1999. 1990-1992: não disponíveis.
1993-2001 : IPEA / DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI / SIDOR.
Para garantir a comparabilidade, a série 1993-2001 não inclui gastos com CsT nem Organização Agrária.

**Brasil: gasto social real do
Governo Federal, 1993-2001**

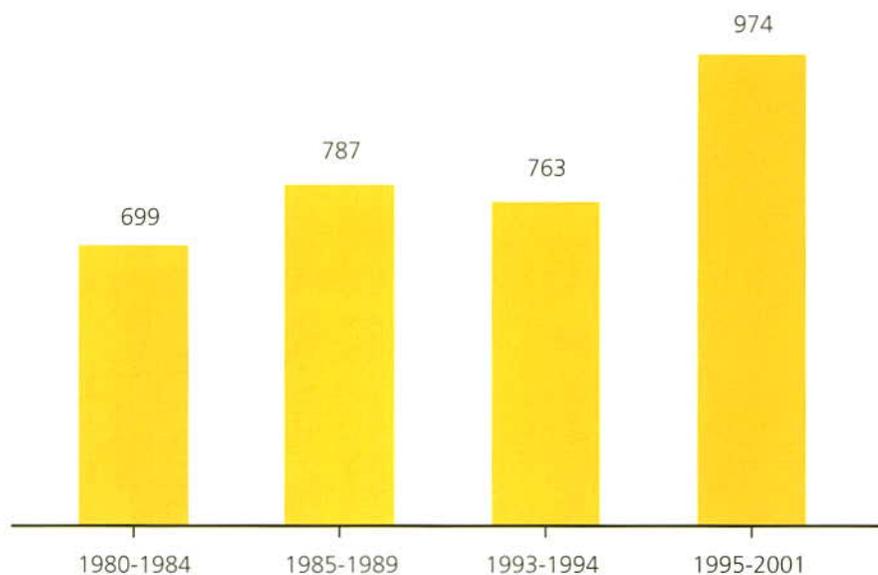
Em bilhões de reais de dezembro de 2001



Fonte: IPEA/DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI/SIDOR

Brasil : Gasto Social real do Governo Federal, por habitante, médias por períodos

Em reais de dezembro de 2001



1980-1989 : Fabricio Oliveira. Texto p/ Discussão n. 649. IPEA / DISOC, 1999. 1990-1992: não disponíveis.

1993-2001 : IPEA / DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI / SIDOR.

Para garantir a comparabilidade, a série 1993-2001 não inclui gastos com CsT nem Organização Agrária.

Cartão do Cidadão: ajudar sem humilhar

Todos os benefícios sociais numa só conta

O GOVERNO FEDERAL LANÇOU O CARTÃO DO CIDADÃO, EM JUNHO DE 2002, UM cartão amarelo, de plástico e magnético, como os usados na rede bancária, que permite a uma família pobre sacar facilmente o dinheiro pago pelos programas sociais nos quais estiver cadastrada. Inicialmente, cinco programas destinados aos brasileiros de baixa renda passaram a fazer parte do Cartão do Cidadão: Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano. Uma família que esteja cadastrada, por exemplo, em três desses programas ao mesmo tempo, passa a ter um só cartão para fazer os saques a que tem direito nas agências e nos postos da Caixa Econômica Federal ou em casas lotéricas autorizadas.

- Em outubro de 2002, já havia 3,7 milhões de unidades do Cartão do Cidadão em circulação no País, de um total previsto de 4,3 milhões para serem entregues até o fim do ano.
- Quando estiver integralmente implantado, estará nas mãos de 9,3 milhões de famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa por mês, de acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Para uso individual e personalizado, o Cartão do Cidadão é entregue preferencialmente para as mães, como forma de fortalecer o papel das mulheres nas famílias. O nome que aparece gravado no cartão magnético também é o da mãe, preferencialmente.
- Cada usuário tem uma senha e pode verificar no seu extrato a movimentação do que está recebendo em cada programa social. O cartão permite sacar o dinheiro em

qualquer município, sem que o beneficiado fique devendo favores de qualquer natureza a políticos ou autoridades. O crédito na conta é uma operação bancária eletrônica feita para todos os beneficiados pela Caixa Econômica Federal, sem quaisquer intermediários nas comunidades locais, nas prefeituras, nos governos estaduais ou nas repartições do Governo Federal.

- O Cartão do Cidadão é um instrumento poderoso de “amarração” e consolidação da Rede de Proteção Social – um conjunto de iniciativas que destina mais de 39 milhões de benefícios mensais em dinheiro a brasileiros de baixa renda em todas as regiões. É a mais abrangente redistribuição de renda em favor dos pobres em toda a história do País, com recursos de R\$ 30,14 bilhões somente em 2002.

Os cinco programas iniciais do Cartão do Cidadão

Nome	Objetivos e valores de pagamento	Benefícios mensais
Bolsa Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que todas as famílias carentes mantenham seus filhos de 7 a 14 anos na escola • Paga R\$ 15 por mês, por cada criança, até o limite de três (R\$ 45 no total) 	8,6 milhões
Bolsa Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Promover as condições de saúde e nutrição das gestantes, mães amamentando seus filhos menores de seis meses e crianças até 6 anos e 11 meses de idade • Paga R\$ 15 por mês, por beneficiados na família, até o limite de três (R\$ 45 no total) 	1,3 milhão
Auxílio Gás	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar na compra de gás de cozinha, compensando as famílias pobres pelo fim do subsídio a este combustível • Paga R\$ 15 a cada dois meses 	8,1 milhões
Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	<ul style="list-style-type: none"> • Erradicar o trabalho penoso, insalubre, degradante e perigoso que envolve crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, das áreas urbana e rural, possibilitando o acesso e a permanência na escola • Paga R\$ 25 por criança na área urbana, e R\$ 40, na área rural 	811 mil
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar jovens entre 15 e 17 anos para atuar em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo, a fim de elevar os indicadores sociais do município • Paga R\$ 65 mensais por jovem, durante um período de seis meses 	105 mil

Fonte: Secretária de Estado de Assistência Social

Cadastro único facilita atendimento aos carentes

O Cartão do Cidadão está consolidando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, lançado em julho de 2001. É um banco de dados, centralizado na Caixa Econômica Federal, com a relação e as informações sobre as famílias que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa em todo o Brasil. O que determina a possibilidade de uma família entrar para o cadastro é o fato de estar em situação de pobreza.

- Pela primeira vez, o Brasil pode contar com um retrato real e fiel do público-alvo das políticas sociais: qual a renda dessas famílias, como são constituídas, qual o grau de escolaridade de seus membros e quais os programas a que podem ter acesso. Essas informações permitem a formulação e a implantação de serviços sociais mais adequados às necessidades da população em situação de pobreza. Assim, o Cadastro Único vem-se tornando um instrumento eficaz para a identificação adequada de quem realmente precisa da Rede de Proteção Social.
- Quando o Governo Federal começou a avançar na implantação dos programas sociais, constatou-se que, apesar de ter um mesmo público, cada um de seus programas de transferência de renda tinha um cadastro próprio de beneficiários. Além disso, muitas vezes os beneficiários deixavam de receber os recursos por problemas específicos de estados e municípios, intermediários do pagamento. A unificação em um só banco de dados foi a solução encontrada para garantir que as políticas públicas chegassem até as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.
- Uma vez identificados os beneficiários dos programas sociais, o responsável pela família passa a ter acesso direto aos recursos. O pagamento é sempre em dinheiro, e o beneficiário pode sacá-lo de acordo com o calendário de pagamento disponível nas agências.
- Quando o processo de cadastramento identifica pessoas sem documentação, a família é cadastrada e seus documentos imediatamente providenciados.
- Ao longo de 2002, o Cadastro Único converteu-se no mais abrangente banco de dados social do País, contendo as informações de outros arquivos preexistentes de programas de transferência de renda e também do Cadastramento Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde (Cadsus).
- A meta é atingir toda a população em situação de indigência e pobreza. O universo dessa população foi estimado com base nas informações do Censo 2000 cruzadas com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 1999), ambos

do IBGE, que apontaram a existência de 9,3 milhões de famílias com renda mensal *per capita* abaixo de meio salário mínimo.

- As prefeituras são parceiros importantes do Governo Federal na tarefa de realizar o cadastramento. As prefeituras ganham com essa iniciativa, pois é uma oportunidade de incluir a população mais pobre dos municípios nos programas sociais. Com sua população cadastrada, o município conta com um instrumento de elaboração de políticas sociais adequado às reais condições e necessidades da população carente. Além disso, com a transferência regular dos recursos da Rede de Proteção Social, aumenta o dinheiro em circulação na cidade, com conseqüências altamente positivas para a economia local, como a expansão do comércio e o surgimento de novas oportunidades de negócio.
- Muita gente participa do esforço nacional de cadastramento em todo o território nacional: professores da rede municipal de ensino, Agentes Comunitários de Saúde; organizações não-governamentais, monitores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, pessoas interessadas, voluntários, entre outros.
- A Caixa Econômica Federal é responsável pela distribuição dos formulários e pelo processamento do banco de dados. Trata-se de um formulário padrão, por meio do qual as famílias informam os dados de seus integrantes em detalhes. Em geral, todos os membros de uma família entram no cadastro. O que define um núcleo familiar é a renda compartilhada, ou seja, pessoas que vivem com uma renda comum. Mesmo não sendo parentes, são cadastradas como uma única família.
- Em outubro de 2002, havia 4,9 milhões de famílias nesse Cadastro Único, o equivalente a pouco mais da metade (52%) do número estimado de famílias pobres no Brasil. Isso representava 20,7 milhões de pessoas pobres, também um pouco mais da metade (53%) do contingente de pessoas pobres estimadas no País.

Pagamento direto valoriza papel da mulher na sociedade

Ao definir as mães como responsáveis pela conta bancária na qual é depositado o dinheiro dos programas sociais, o Governo Federal está contribuindo muito para valorizar o papel das mulheres na sociedade. É uma iniciativa simples, bem-sucedida e que vem trazendo resultados surpreendentes, como mostra a experiência do Programa Bolsa Escola Federal, em que o dinheiro é remetido diretamente para as mães das crianças pobres, sem intermediários. Estudo do Banco Mundial comprovou que a transferência do dinheiro para a mulher, em vez de ser remetido para o homem, resulta em uso mais apropriado

Cadastramento único para os programas sociais do Governo Federal

Estimativa do número de famílias e pessoas pobres cadastradas
por estado em outubro de 2002

Unidade da Federação	Estimativa de famílias pobres	Famílias pobres cadastradas	%	Estimativa de pessoas pobres	Pessoas pobres cadastradas	%
Acre	28.539	24.361	85%	119.866	108.289	90%
Alagoas	309.839	172.086	56%	1.301.324	734.237	56%
Amazonas	121.640	30.285	25%	510.888	151.890	30%
Amapá	23.763	7.294	31%	99.805	34.262	34%
Bahia	1.285.501	635.244	49%	5.399.104	2.655.333	49%
Ceará	767.284	611.093	80%	3.222.593	2.533.009	79%
Distrito Federal	72.958	1.241	2%	306.424	6.516	0%
Espírito Santo	159.503	49.421	31%	669.913	213.278	32%
Goiás	284.323	91.284	32%	1.194.157	362.761	30%
Maranhão	654.911	346.533	53%	2.750.626	1.557.171	57%
Minas Gerais	989.776	566.305	57%	4.157.059	2.468.236	59%
Mato Grosso do Sul	106.398	47.942	45%	446.872	200.812	45%
Mato Grosso	115.693	54.357	47%	485.911	234.130	48%
Pará	231.932	165.229	71%	974.114	816.923	84%
Paraíba	335.653	256.829	77%	1.409.743	1.066.089	76%
Pernambuco	716.508	427.876	60%	3.009.334	1.722.165	57%
Piauí	339.770	189.644	56%	1.427.034	777.493	54%
Paraná	468.956	209.973	45%	1.969.615	890.742	45%
Rio de Janeiro	413.467	53.931	13%	1.736.561	229.511	13%
Rio Grande do Norte	247.783	229.686	93%	1.040.689	913.029	88%
Rondônia	32.470	19.148	59%	136.374	86.092	63%
Roraima	8.345	3.651	44%	35.049	17.213	49%
Rio Grande do Sul	404.352	189.351	47%	1.698.278	772.167	45%
Santa Catarina	162.282	99.556	61%	681.584	442.919	65%
Sergipe	158.804	76.043	48%	666.977	356.571	53%
São Paulo	772.508	285.282	37%	3.244.534	1.192.135	37%
Tocantins	101.577	44.887	44%	426.623	195.465	46%
Total	9.314.535	4.888.532	52%	39.121.049	20.738.438	53%

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social

dos recursos, além de assegurar uma maior participação das mães na educação e no desenvolvimento da criança.

- A valorização das mulheres pode ser verificada especialmente nas cidades menores e mais pobres do interior do País, pois a regularidade mensal do pagamento ajuda a firmar o conceito das mães como pessoas responsáveis. Em inúmeros casos, elas exercem na prática o papel de chefes de família, uma tendência crescente na sociedade brasileira.
- Como não há intermediários, evita-se o constrangimento para muitas mulheres de receber o dinheiro e ficar devendo favores aos políticos locais. É um golpe duro no clientelismo.
- Ter o Cartãozinho Azul, como é conhecido em alguns lugares, passou a ser símbolo de respeito para inúmeras mães. Em abril de 2002, eram mais de 4,55 milhões de cartões magnéticos entregues a mulheres, contra menos de 500 mil entregues a homens. De cada dez cartões, nove vão para mulheres.
- A avaliação é de que as mães entenderam muito bem o sentido do Bolsa Escola e se esforçam para que os filhos freqüentem as aulas assiduamente.
- Em grande parte dos casos, o dinheiro enviado representa um aumento de cerca de 20% na renda familiar.

O dinheiro mensal em nome da mãe

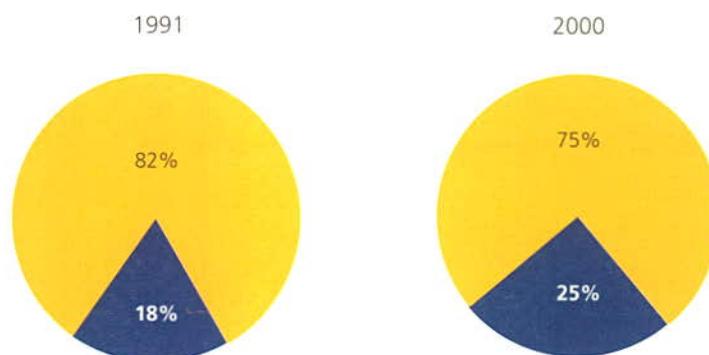
A decisão de colocar o programa em nome da mãe partiu da constatação de que são as mulheres – mães, avós, irmãs – que mantêm o núcleo familiar, de acordo com Wanda Engel, secretária de Estado de Assistência Social e coordenadora nacional do Projeto Alvorada. “As mulheres cuidam dos membros mais vulneráveis, criam e alimentam a família”, explica a secretária. A seguir, trechos de um depoimento de Wanda Engel sobre o assunto:

- “Hoje, chega a 43% o percentual de famílias em situação de extrema pobreza chefiadas por mulheres.”
- “A garantia de uma renda permite que a mulher diga não aos maus tratos e às surras do marido. Garante o teto quando o marido se for nos braços de outra cabocla. E, se quiser, ela mesma arruma um novo chamego.”
- “O Projeto Alvorada tem o objetivo de estender esse tipo de iniciativa a 15 programas nas áreas de educação, saúde e geração de renda nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano, para as famílias mais pobres.”

- “O Alvorada é um projeto *em nome da mãe*. Para ela, prioritariamente, estão voltados os apoios financeiros diversos, a titulação da terra, os programas de geração de emprego e renda. Trata-se do maior esforço já realizado no Brasil para combater a desigualdade.”
- “No Brasil, a desigualdade tem face. E ela é negra, feminina e nordestina. São elas, as Severinas, as Marias, os agentes capazes de fazer com que suas famílias superem a situação de pobreza a que estão submetidas. Há de se apoiá-las nessa missão.”

Mais mulheres como chefes de família

A proporção do sexo feminino como responsável nos lares brasileiros cresceu 38% , entre 1991 e 2000, conforme os censos de 1991 e 2000



	Total	Homens	Mulheres	%Homens	%Mulheres
1991	34 milhões	28 milhões	6 milhões	82%	18%
2000	45 milhões	34 milhões	11 milhões	75%	25%

Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1991 e 2000

“Estamos inaugurando uma nova política de distribuição de renda”

Os temas do Cartão do Cidadão e do Cadastro Único foram abordados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no programa de rádio *Palavra do Presidente* nos dias 15 de fevereiro e 5 de março de 2002. O mesmo ocorreu na reunião com os ministros em 6 de fevereiro de 2002. A seguir, um resumo do que ele disse.

Simplificação e garantia

- “Estamos inaugurando uma nova política de distribuição de renda. (...) Com o cadastramento único, facilitamos a inscrição nos nossos programas e, com o cartão magnético, simplificamos a forma de pagamento para garantir que o dinheiro não se perca no meio do caminho. Para garantir que o benefício chegue nas mãos de quem precisa, de uma forma nova e moderna. O cartão magnético pode ser usado em mais de 10 mil e 500 pontos do Brasil, que são agências da Caixa, lojas de loteria e postos autorizados” (5/3/2002).

Tecnologia contra a burocracia

- “O grande problema de alguns programas sociais é fazer com que os recursos cheguem à casa das famílias sem atraso e sem intermediários. É o atraso, é a burocracia que diminuem e muitas vezes eliminam os esforços que o governo faz para ajudar as pessoas de baixa renda.”
- “Agora, temos melhores condições para tocar a nossa Rede de Proteção Social. Nos últimos meses, os funcionários da Caixa Econômica Federal começaram a percorrer aqueles pequenos municípios que não dispõem de agências de banco ou sequer de postos de loteria. Nesses lugares, a Caixa está contratando padarias, farmácias, mercearias ou armazéns, que funcionarão como se fossem bancos da cidade.”
- “A antena parabólica usada nas casas para melhorar a imagem da TV vai-nos prestar um grande serviço. Graças aos recursos da tecnologia, basta que se ligue um computador a uma antena parabólica para transformar a padaria num banco da cidade onde você vai receber o seu benefício. Aí você vem com o cartão da Bolsa Escola ou do Peti, passa no computador, e o funcionário da padaria lhe entrega o dinheiro que o Governo Federal mandou.”
- “Pequenos municípios não dispõem de agência bancária, mas estão lá com a sua parabólica, seu computador, instalados nos tais bancos da cidade, onde chegam seus benefícios da rede de proteção social.”
- “Em maio, as duas mil menores cidades terão estabelecimentos transformados em bancos da cidade para levar recursos de nossos programas sociais” (15/2/2002).

O “famoso cartão” e a Rede de Proteção Social

- “Os programas de distribuição direta de renda chegaram a R\$ 29,4 bilhões. Ou seja, estamos redistribuindo a renda, sim! (...) E o mais importante, ou tão importante quanto, é o fato de que, efetivamente, estamos mudando também a maneira de fazer

isso. Estamos mudando a maneira de fazer isso por quê? Porque nós estamos fazendo o famoso cartão.”

- “Este ano, espero que possamos terminar esse trabalho e ter esse cartão que aí está, chamado de Rede de Proteção Social. Essa Rede de Proteção Social significa precisamente isso: estamos juntando num só programa, ou melhor, juntando numa só maneira de distribuir os recursos, os vários programas. Esses vários programas são formas de distribuição de renda e incentivo à educação e à saúde” (6/2/2002).

Como Funciona o Cartão do Cidadão

- São cartões magnéticos personalizados, iguais ao que vemos abaixo, entregues depois que as famílias são cadastradas.
- No período de maio a agosto de 2002, foram emitidos cerca de dois milhões do novo modelo do Cartão do Cidadão do Governo Federal, segundo a Caixa Econômica Federal.
- As mães podem sacar o dinheiro do benefício a que tem direito diretamente, sem constrangimento e burocracia.
- O dinheiro sai diretamente da Caixa Econômica Federal, para a conta da mãe. Em muitas cidades, ter o cartão passou a ser símbolo de respeito para inúmeras mães. Em muitos casos, facilita o crédito no comércio local.
- Não há intermediários. Portanto, as mães não precisam ficar devendo favores aos políticos locais. É um golpe no clientelismo.
- Sem intermediários, não há risco de desvio do dinheiro. É um golpe na corrupção.



Projeto Alvorada: ação onde o Brasil é mais pobre

NO BRASIL HÁ 2.361 MUNICÍPIOS, EM 23 ESTADOS, ONDE VIVEM mais de 38,3 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Para eles, o Governo Federal criou um programa especial, destinado a melhorar as condições de vida das famílias mais carentes. É o Projeto Alvorada, no qual foram investidos nada menos que R\$ 8,4 bilhões, entre 2000 e 2002, para combater as desigualdades exatamente onde elas se manifestam. Assim, enquanto prepara o Brasil para o futuro, o Governo Federal age no sentido de atender às exigências mais prementes das camadas de baixa renda. No Alvorada, até o fim do governo, serão aplicados pela União cerca de R\$ 9 bilhões.

- O Projeto Alvorada articula 17 programas sociais do Governo Federal, como o apoio à agricultura familiar, à erradicação do trabalho infantil, o Bolsa Escola, o Saúde da Família, o saneamento básico ou o desenvolvimento turístico do Nordeste.
- O critério para a seleção dos municípios respeitou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelas Nações Unidas e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), base 1991.
- Para tanto, foram selecionados todos os municípios das microrregiões com IDH menor ou igual a 0,500, bem como os municípios isolados, na mesma condição, das outras microrregiões com IDH superior a 0,500.
- Para o município emancipado após 1991, adotou-se o IDH daquele que lhe deu origem. Foram incluídos, também, para atendimento em 2002, os municípios da área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), não enquadrados no presente critério, que estavam em situação de calamidade pública em 31/12/2001.

As ações articuladas pelo Projeto Alvorada

Ações	Objetivos
Alfabetização Solidária	Reduzir os índices de analfabetismo registrados nos estados selecionados por meio do reforço ao Programa de Alfabetização Solidária
Apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental e educação de jovens e adultos (Recomeço)	Promover a universalização do ensino fundamental mediante financiamento de projetos que contribuam para esse objetivo
Apoio ao Ensino Médio	Apoiar projetos estaduais no âmbito do ensino médio, para garantir o atendimento integral dos egressos do ensino fundamental
Bolsa Escola	Garantir renda mínima para famílias carentes, possibilitando a permanência dos filhos de 7 a 14 anos na escola
Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	Erradicar o trabalho penoso, insalubre, degradante e perigoso que envolve crianças e adolescentes de 7 a 15 das áreas urbana e rural
Água na Escola	Prover o abastecimento de água potável a escolas da região, com opção de atendimento às comunidades vizinhas
Saneamento Básico	Reduzir a morbidade e a mortalidade infantis provocadas por doenças associadas à falta ou à deficiência de saneamento
Saúde da família e Agentes Comunitários de Saúde	Priorizar as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família, de forma integral e contínua, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde
Humanização do parto, redução da mortalidade materna e neonatal	Desenvolver ações de promoção e assistência à saúde de gestantes e recém-nascidos, promovendo a ampliação do acesso, o incremento da qualidade e da capacidade instalada da assistência obstétrica e neonatal
Infra-estrutura turística (Prodetur II)	Complementar as ações desenvolvidas pelo Prodetur Nordeste I para consolidá-las e dar sustentabilidade ao turismo no Nordeste
Combate à Pobreza Rural nos Estados do Nordeste (PCPR)	Atender as áreas mais pobres do Nordeste Rural, com programas desenvolvidos pelos estados e apoio financeiro do Banco Mundial
Apoio à agricultura familiar (Pronaf – Infra-estrutura)	Apoiar à agricultura familiar, conforme estratégia de desenvolvimento sustentável do meio rural
Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza (Pronager)	Controlar a situação de desemprego e subemprego nas comunidades pobres, urbanas e rurais, gerando ocupações produtivas e renda, mediante a capacitação de pessoas e comunidades para a sua organização produtiva.

Energia das pequenas comunidades	Atender com energia elétrica as localidades isoladas não supridas pela rede convencional
Promoção do desenvolvimento do Estado de Tocantins	Repassar recursos para programas de desenvolvimento, em virtude da criação do estado, no montante de R\$ 300 milhões no período de três anos
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Atendimento de jovens entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do benefício mensal de R\$ 65,00 por seis meses
Bolsa Alimentação	Melhorar as condições de saúde de crianças de até seis anos, gestantes e mães que amamentam, com até meio salário mínimo <i>per capita</i> (R\$ 15 por criança, até três crianças)

Fonte: Mpas, Seas, Coordenação do Projeto Alvorada

- No cálculo do IDH, três dimensões são consideradas: a renda, a longevidade da população (expectativa de vida ao nascer) e o grau de escolarização (alfabetização e matrículas escolares).
- Em 2000, o Governo Federal identificou 14 estados brasileiros que tinham o IDH inferior à mediana desse índice no País: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Nesses estados, havia 1.962 municípios enquadrados no critério mencionado anteriormente, a maioria com o IDH muito baixo, às vezes comparável aos países mais atrasados da África, como Serra Leoa.
- A atuação do Governo Federal nessas áreas estendeu-se também aos demais estados da Federação, beneficiando mais 399 municípios, na mesma condição, em nove estados: Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.
- O total foi de 2.361 municípios, em 23 estados, conforme quadro a seguir.

O mapa dos beneficiados pelo Projeto Alvorada

Unidade da Federação	2000	2001	2002	Municípios do Alvorada	Municípios (Total na UF)	Porcentagem do Alvorada no total (%)	População no Projeto Alvorada
Os 14 estados com IDH abaixo de 0,500							
1 Acre	3	12	3	18	22	81,82%	228.029
2 Alagoas	42	43	16	101	102	99,02%	1.866.031
3 Bahia	14	130	258	402	417	96,40%	8.949.519
4 Ceará	4	97	81	182	184	98,91%	4.374.454
5 Maranhão	20	122	62	204	217	94,01%	3.870.275
6 Pará	4	34	61	99	143	69,23%	2.156.949
7 Paraíba	34	88	98	220	223	98,65%	2.567.392
8 Pernambuco	17	85	73	175	185	94,59%	4.257.084
9 Piauí	60	69	92	221	222	99,55%	1.963.876
10 R. G. do Norte	12	79	74	165	167	98,80%	1.433.607
11 Rondônia	5	6	1	12	52	23,08%	124.134
12 Roraima	4	4		8	15	53,33%	16.048
13 Sergipe	9	22	40	71	75	94,67%	1.006.332
14 Tocantins	25	15	44	84	139	60,43%	446.474
Subtotal	253	806	903	1.962	2.163	90,71%	33.260.204
Os 9 estados com parcela de municípios de IDH abaixo de 0,500							
1 Amapá		4		4	16	25,00%	25.751
2 Amazonas		21	25	46	62	74,19%	763.985
3 Espírito Santo		6		6	78	7,69%	54.313
4 Goiás		14	8	22	246	8,94%	132.023
5 Mato Grosso		7	7	14	139	10,07%	115.819
6 Minas Gerais		145	140	285	853	33,41%	3.708.401
7 Paraná		9	10	19	399	4,76%	213.602
8 R. G. do Sul		1		1	497	0,20%	5.707
9 São Paulo		2		2	645	0,31%	7.024
Subtotal		209	190	399	2.935	13,59%	5.026.625
Resumo							
14 estados	253	806	903	1.962	2.163	90,71%	33.260.204
9 estados	0	209	190	399	2.935	13,59%	5.026.625
Total	253	1015	1093	2.361	5098	46,31%	38.286.829

A herança da exclusão social

A missão mais importante de um governo é elevar a qualidade de vida da população e reduzir desigualdades sociais, proporcionando a cada cidadão oportunidades de trabalho e acesso aos bens e serviços para o bem-estar e a dignidade da pessoa humana. A questão da pobreza é um desafio enfrentado pela maior parte dos países no mundo contemporâneo. Mudanças profundas nos processos produtivos em escala mundial têm contribuído para o agravamento da concentração de renda e da pobreza em diversas áreas do globo.

- No Brasil, esse desafio assume proporções gigantescas. Parcela significativa da população ainda vive abaixo da linha da pobreza, privada dos benefícios do desenvolvimento econômico. O problema da exclusão social no Brasil diz respeito não apenas a dificuldades recentes, mas a desigualdades que se acumularam historicamente.
- A estratégia de manutenção da estabilidade econômica e realização de reformas estruturais, perseguida com determinação e consistência nos últimos anos, colocou o País no rumo do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, nunca se perdeu de vista a necessidade de adoção de políticas específicas na área social, voltadas para a melhoria das condições de vida da população.
- A pobreza no Brasil está vinculada a uma distribuição de renda extremamente desigual e à baixa eficácia do gasto público. Para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade é necessária uma estratégia que privilegie ações com potencial para romper de forma definitiva esse círculo vicioso da pobreza. Os programas que compõem o Avança Brasil contemplam ações capazes de viabilizar esse objetivo. Ao mesmo tempo, é preciso insistir na eficiência da gestão e na eficácia do gasto público. Fazer com que o benefício resultante desse gasto chegue efetivamente ao cidadão.

Os investimentos do Projeto Alvorada de 2000 a 2002

Execução orçamentária em R\$ milhões

Ano	2000	2001	2002	Total
Recursos anunciados	1.461,64	5.173,92	5.602,07	12.237,63
Recursos aprovados no Orçamento Geral da União	1.407,80	5.443,13	5.197,07	12.048,00
Recursos executados	887,10	4.189,61	3.317,55	8.394,26
(empenhados)	63,01%	76,97%	63,84%*	69,67%

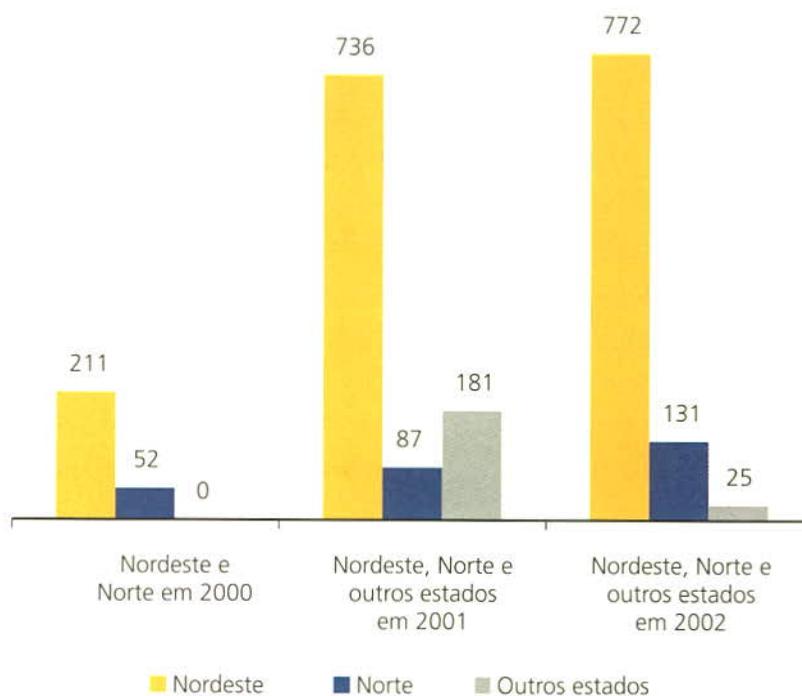
Fonte: Projeto Alvorada; * Em 2002: recursos empenhados até 30 de outubro

Jovens tornam-se agentes do desenvolvimento

- No Projeto Alvorada, há participação garantida para adolescentes de 15 a 17 anos no Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Eles recebem uma bolsa mensal de R\$ 65,00, o que ajuda a melhorar a qualidade de vida e os indicadores sociais nos locais em que moram.
- Em 2001, havia 25,7 mil integrantes do Agente Jovem atuando com o Projeto Alvorada.
- Além desses jovens, 6.300 atuavam nos Portais do Alvorada, núcleos criados pelo Governo Federal, com o apoio das prefeituras, para dar suporte aos programas sociais. Nesses locais, os moradores de baixa renda podem ter informações sobre os benefícios do Projeto Alvorada e cadastrar-se.
- O Agente Jovem não se limita à esfera do Projeto Alvorada, que prioriza os municípios mais pobres. Executado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) em parceria com o Ministério da Justiça, o Agente Jovem está também nas grandes cidades, como uma das formas mais eficientes de combate à violência. Presente em 2.138 municípios dos 27 estados da federação, já são 105 mil jovens oriundos de comunidades pobres prontos para repassar a estas comunidades a capacitação que receberam nas áreas de meio ambiente, saúde, direito e cidadania.

A presença dos Portais do Alvorada

Número de portais em outubro de 2002



Fonte: Seas

A presença dos Portais do Alvorada

- Até 2001, 1.267 desses portais estavam em funcionamento em 21 estados brasileiros, representando investimentos de R\$ 21 milhões e geração de cerca de 8.900 postos diretos de trabalho. Desses, 6.335 eram para Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano.
- Em 2002, outros 928 foram instalados, com trabalho direto para 6.496 pessoas, representando um investimento de R\$ 46 milhões.
- As equipes dos portais implantados, os técnicos das prefeituras, os prefeitos, secretários, conselheiros e outras lideranças comunitárias, participaram dos cursos do Projeto Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco) da Seas. Ao todo, foram capacitadas 13.927 pessoas, e outras 20.258 estão em processo de capacitação.

Parceria com o Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste

- O Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste consiste em reuniões realizadas sob coordenação dos agentes de desenvolvimento do banco em todos os 1.983 municípios da região. Seu objetivo é discutir e viabilizar soluções para o desenvolvimento local com a participação de lideranças representativas dos vários setores populares, oficiais e religiosos das localidades.
- Em parceria realizada com a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), visando inserir o Projeto Alvorada nas reuniões do Programa Farol do Desenvolvimento, foi elaborada a oficina de Mobilização para Inserção Social, que reuniu 57.926 líderes comunitários em 1.896 reuniões.
- A oficina tratou de temas como: potencialização dos programas do Governo Federal para o combate à pobreza; reforço do sentimento de co-responsabilidade dos líderes municipais no desenvolvimento social de todos os segmentos da comunidade; compreensão do quadro de desigualdades no mundo, no Brasil e no Nordeste; objetivos do Projeto Alvorada e formas de acesso aos programas que o compõem.
- Ao final de cada reunião foram definidas ações e geradas agendas de compromissos com ações para solucionar os problemas identificados.

Programa Luz no Campo

- Outra parceria importante deu-se no fim de 2000 com o Programa Nacional de Eletrificação Rural – Luz no Campo, da Eletrobrás. O objetivo foi estabelecer cooperação para que o programa pudesse acolher, com a oferta de atendimento da sua rede de serviços, o maior número possível das demandas prioritárias dos municípios do Projeto Alvorada.
- A iniciativa permitiu que chegasse energia elétrica a 1.373 municípios do Projeto Alvorada, beneficiando 233.677 famílias com a construção de 42.000 quilômetros de rede de distribuição, melhorando muito as condições de desenvolvimento humano daquelas comunidades carentes.

Educação para todos

Toda criança na escola

UMA DAS MAIS IMPORTANTES REALIZAÇÕES SOCIAIS DE TODOS OS TEMPOS no Brasil é a universalização do Ensino Fundamental, conseguida a partir da arrancada que começou em 1995, destinada a colocar todas as crianças na escola. O País alcançou a marca histórica de ter 97% das crianças de 7 a 14 anos de idade matriculadas no Ensino Fundamental. Em 2001, foram 35,3 milhões de matrículas. Isso faz do Ensino Fundamental a primeira política social republicana da nossa história: acessível a todos os brasileiros sem distinção.

Matrícula inicial no Ensino Fundamental (1994-2001)						
Em mil alunos						
Ano	Total	Estadual	Municipal	Particular	Estadual e municipal	Pública
1994*	31.911	18.053	10.254	3.569	28.307	28.341
1999	36.060	16.589	16.164	3.277	32.754	32.782
2000	35.718	15.807	16.694	3.189	32.501	32.529
2001	35.298	14.918	17.145	3.208	32.062	32.090
Crescimento 1994-2001	12,7%	-8,5%	56,5%	-6,9%	15,1%	15,1%

Fonte: MEC/Inep *Dados estimados

- Os resultados ganham ainda mais significado quando os dados são vistos por nível de renda e de cor: aumentou muito a proporção de crianças pobres e negras nos bancos escolares de todo o País.
- O grande responsável pela virada foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujos recursos favoreceram o atendimento escolar a alunos de 7 a 14 anos e melhoraram o salário dos professores. Instituído pela Emenda Constitucional nº 14, em 1996, o Fundef ajudou o País a enfrentar um quadro marcado pela carência de vagas na rede pública e pelas elevadas taxas de evasão escolar, repetência e distorção idade-série, no Ensino Fundamental.
- Em meados da década passada, o principal desafio era conseguir um aumento de oferta de vagas suficiente para assegurar o acesso e a permanência dos quase 10% da população de 7 a 14 anos, que continuavam fora da escola. Ao mesmo tempo, era preciso melhorar a qualidade do ensino.
- A legislação que criou o Fundef estabeleceu que Estados e prefeituras devem aplicar no mínimo 15% de suas receitas e transferências na manutenção e no desenvolvimento do Ensino Fundamental, pelo prazo de dez anos. Desse montante, pelo menos 60% se destinam ao pagamento da remuneração de professores em exercício efetivo. Além disso, a cada ano, é fixado um valor mínimo nacional por aluno. O Governo Federal deve complementar os recursos do Fundef quando esse valor mínimo não for atingido no âmbito dos Estados.
- O Fundef apresentou um efeito notável, sobretudo nos municípios mais pobres. Sem ele, um total de 2.315 municípios teria menos de R\$ 439 por aluno, em 2002. Nesse caso, estaria disponível para cada um dos 11,7 milhões de estudantes matriculados nessas redes municipais a quantia de apenas R\$ 210,60, em média. Com o Fundef, essa média sobe para R\$ 542,57, um incremento de 157,6%. E, para as 1.140 localidades que compõem os dois primeiros estratos, cujo valor anual por aluno situava-se aquém de R\$ 200,00, a receita adicional transferida graças ao fundo deve superar R\$ 2 bilhões. No passado, muitos municípios do Nordeste tinham gastos médios inferiores a R\$ 100 por aluno.
- Em três anos, de 1997 a 2000, foi possível conseguir resultados que, em três décadas de acelerada massificação das matrículas, não haviam sido alcançados. Assim, registrou-se um acréscimo de 1.488.560 alunos ao contingente do Ensino Fundamental, crescimento de 4,3%. O aumento foi muito mais expressivo nas Regiões Nordeste (11,8%) e Norte (8,7%).

Melhor aprendizado na infância

O crescimento no Ensino Fundamental não foi apenas do número de vagas oferecidas para toda a população. Ao longo dos últimos oito anos, houve grande esforço para melhoria constante da qualidade do ensino, cujos efeitos podem ser constatados pelos seguintes fatos:

- Mais alunos estão concluindo o Ensino Fundamental. Em 1994, era de 1,6 milhão o número de estudantes que terminavam a última série. Em 2000, o contingente passou para 2,6 milhões, 67% a mais.
- Em 1995, os cálculos do fluxo escolar estimavam 52 concluintes para cada cem ingressantes. Em 1999, a taxa esperada era de 61 concluintes para cada cem ingressantes.
- O tempo médio de conclusão dos oito anos de Ensino Fundamental, que era de 11 anos em 1995, vem diminuindo ano a ano.
- A proporção de estudantes em atraso escolar, que era de 66% em 1994, baixou para 42% no ano 2000.

Melhor desempenho nas salas de aula

Porcentagem de alunos que passam de ano, repetem ou abandonam a escola no Ensino Fundamental no Brasil

	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5%	30,2%	5,3%
1999	73,6%	21,6%	4,8%

Fonte: MEC/Inep/SEEC

- Para melhorar a qualidade do ensino é preciso ampliar a capacitação dos professores, a começar pela elevação do seu padrão salarial.
- O pagamento do magistério em muitas cidades não chegava sequer ao salário mínimo. As Regiões Nordeste e Norte tiveram maiores ganhos, como mostra o quadro a seguir.
- A valorização do magistério foi possível graças aos recursos do Fundef. Os maiores índices de reajuste ocorreram na rede pública municipal e foram concedidos aos profissionais das cidades mais pobres. Assim, foi reduzida a distância entre seus vencimentos e a média das demais Regiões.

Os salários dos professores

O aumento médio na rede pública de dezembro de 1997 e junho de 2000

Nordeste	60%
Norte	35%
Centro-Oeste	27%
Sudeste	24%
Sul	22%
Brasil	29,5%

Fonte: MEC

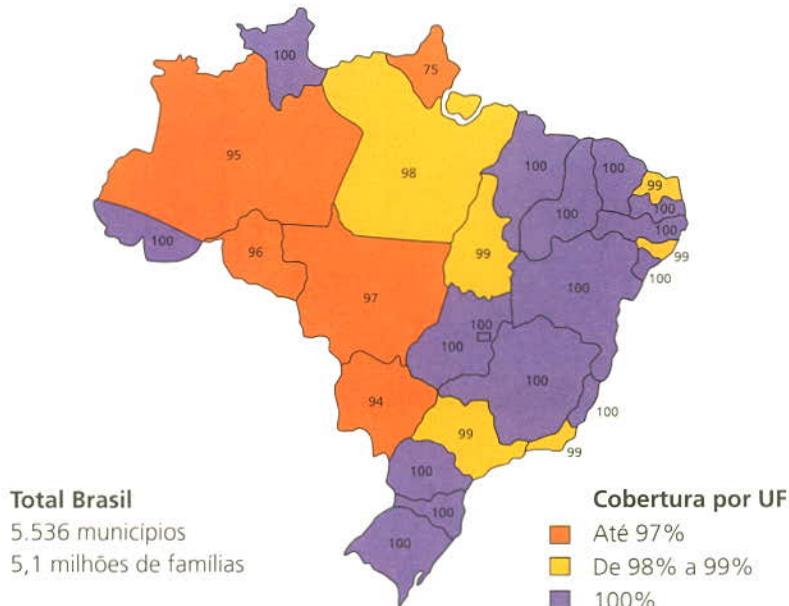
Bolsa Escola Federal mantém aluno na sala de aula

Ao completar um ano de funcionamento efetivo, em julho de 2002, o Bolsa Escola Federal já era o maior programa de distribuição de renda do País. Naquele mês, foram beneficiados 8,7 milhões de crianças em 5.545 municípios brasileiros, pertencentes a 5,1 milhões de famílias. O investimento foi de R\$ 129,5 milhões no mês, o que representou um total de R\$ 888,4 milhões, no período de janeiro a julho de 2002. O objetivo é incentivar as mães a manter os filhos nas salas de aula e elevar a renda das famílias carentes.

O funcionamento do programa é muito simples e eficaz:

- Todo mês, rigorosamente, cada família recebe R\$ 15 para manter na escola um filho entre 6 e 15 anos de idade, cursando o Ensino Fundamental.
- Uma família pode ter até três crianças no programa e ganhar R\$ 45 reais por mês. A média atual no Brasil é de R\$ 30.
- As mães cadastradas ganham um cartão magnético personalizado que dá direito a sacar, sem burocracia, o valor mensal numa agência da Caixa Econômica Federal.

Rápida aceitação nacional do Bolsa Escola



Fonte: MEC/Secretaria Nacional do Programa Bolsa Escola

Mesmo com pouco tempo de funcionamento, os resultados do Bolsa Escola Federal são muito animadores:

- As avaliações indicam que as mães entenderam muito bem o sentido do programa e se esforçam para que os filhos frequentem as aulas assiduamente.
- O pagamento é feito diretamente às mães, sem intermediários e possibilidade de desvios.
- Afirmações contidas em relatório elaborado pelo Banco Mundial, em 2000, comprovam que o envio do dinheiro para as mães fortalece o papel da mulher na educação dos filhos.
- Em muitos casos, o dinheiro representa um aumento de cerca de 20% na renda familiar.
- Nas cidades menores, sobretudo, a regularidade mensal do pagamento ajuda a firmar o conceito das mães como pessoas responsáveis.
- O programa provoca impactos muito positivos na dinâmica da vida familiar. Ocorre uma significativa melhora na auto-estima de crianças e pais. As mães sentem-se mais importantes e valorizadas, capazes de oferecer uma melhor educação para os filhos,

já que o complemento de renda proporcionado pelo Bolsa Escola permite a compra de materiais escolares, uniformes, calçados e alimentação para as crianças, entre outros. As crianças, por sua vez, sabem da responsabilidade de freqüentar a escola para que a família continue sendo beneficiada.

- Nesse sentido, para o público-alvo do programa, o benefício representa mais que uma cesta básica ou uma renda mínima para a subsistência, é uma carta de compromisso da família com o futuro da criança, um passaporte para o exercício da cidadania, na medida em que assegura o acesso educação – principal instrumento de garantia da plena cidadania.
- A meta do Bolsa Escola Federal é beneficiar 5,7 milhões de famílias, totalizando 10 milhões de crianças, de 6 a 15 anos em todo o País, ou seja, todas as que atendem aos critérios do programa. Aproximadamente, uma em cada três crianças que hoje freqüentam o Ensino Fundamental será atendida.
- A participação das prefeituras e das comunidades foi vital para a aceitação do Bolsa Escola. Em maio de 2001, havia apenas 43 municípios participantes. Em julho de 2002, o número saltou para 5.536. Em apenas 14 meses, 99% do território nacional foi coberto.

O Governo Federal vem perseguindo, desde 1995, os objetivos de combater a pobreza estrutural e promover a inclusão social. Quebrar o círculo vicioso da pobreza significa oferecer oportunidades para as camadas de renda mais baixa, sobretudo por meio da educação de qualidade. A seguir, as origens do Bolsa Escola:

- Além de ampliar a oferta de vagas no Ensino Fundamental, o Governo Federal tratou de adotar novas medidas de transferências de renda, com vistas a incentivar as matrículas e a permanência na escola. Assim, foi implantado, em 1997, o Programa de Garantia de Renda Mínima, que atribuía uma complementação de renda às famílias de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental. Em 1999, o programa beneficiou 1,1 milhão de crianças pertencentes a 504 mil famílias, em mil municípios, atingindo 853 mil famílias e 1,7 milhão de crianças em 2000.
- Em 2001, Bolsa Escola Federal veio substituir o Programa de Garantia de Renda Mínima, com propostas mais ousadas, inovadoras e abrangentes, pois está investindo no futuro de toda uma geração de pequenos brasileiros, que terão a permanência na escola garantida – o programa exige a freqüência mensal mínima de 85% como condição para o recebimento do benefício.
- Foram estabelecidos, além do requisito da freqüência, dois parâmetros para definir a população beneficiada: faixa etária e renda. Sendo assim, todas as crianças entre 6 e

15 anos que freqüentem o Ensino Fundamental e cujas famílias tenham renda per capita mensal de até R\$ 90,00 podem receber o benefício do Bolsa Escola Federal de R\$ 15 por mês, limitado a R\$ 45 por família.

- Os municípios que adotam o programa, após instituírem por lei municipal um programa de renda mínima e criarem o Conselho de Controle Social do Programa, assinam o termo de adesão, comprometendo-se a desenvolver ações socioeducativas voltadas para a manutenção das crianças na escola em período extraclasse, e cadastram todas as famílias que tenham direito ao benefício.
- Todo o processo de acompanhamento e supervisão do Programa é feito por intermédio de um Conselho Municipal de Controle Social, já estabelecido ou criado especificamente para esse fim, em cuja composição deve haver o mínimo de 50% de membros na condição de representantes da sociedade civil, sem vínculos com a administração municipal. Uma parceria com a Pastoral da Criança, que está presente em 3.403 municípios, estará ajudando na fiscalização do programa nas 32 mil comunidades onde atua.

Participação mensal dos Estados nos recursos do Bolsa Escola Federal

A Bahia lidera os que mais receberão até o final de 2002

Dos dez primeiros, cinco estão no Nordeste e no Norte

Lugar	Estados	Número de municípios	Número de famílias	Número de crianças	Recursos (em R\$)
1º	Bahia	416	699.454	1.190.263	17.853.945
2º	Minas Gerais	853	541.587	942.214	14.133.210
3º	Ceará	184	448.061	895.250	11.470.935
4º	São Paulo	644	394.791	672.729	10.090.935
5º	Maranhão	216	344.780	614.113	9.211.695
6	Pernambuco	185	308.284	514.610	7.719.150
7º	Pará	140	237.464	445.224	6.678.360
8º	Paraná	398	254.880	422.620	6.339.300
9º	Rio Grande do Sul	497	224.205	349.527	5.242.905
10º	Rio de Janeiro	91	205.989	328.669	4.930.035
11º	Piauí	222	190.282	328.210	4.923.150
12º	Paraíba	223	187.409	323.967	4.859.505
13º	Alagoas	102	136.895	236.384	3.545.760
14º	Rio Grande do Norte	166	133.827	225.156	3.377.340
15º	Goiás	246	132.828	212.736	3.191.040
16º	Santa Catarina	293	94.837	159.426	2.391.390
17º	Amazonas	59	81.224	153.453	2.301.795
18º	Espírito do Santo	78	91.084	148.542	2.228.130
19º	Sergipe	75	79.102	132.128	1.981.920
20º	Mato Grosso	136	60.782	106.475	1.597.125
21º	Tocantins	138	52.395	91.868	1.378.020
22º	Mato Grosso do Sul	72	42.628	69.365	1.040.475
23º	Distrito Federal	1	43.245	64.612	969.180
24º	Rondônia	51	28.355	49.134	737.010
25º	Acre	22	22.640	39.369	590.535
26º	Amapá	13	20.815	33.314	499.710
27º	Roraima	15	7.507	14.517	217.755
Brasil		5.536	5.062.190	8.633.354	129.500.310

Fonte: Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola, julho de 2002

Um mar de livros didáticos

Cerca de 120 milhões de livros didáticos foram distribuídos no ano letivo de 2002 para crianças de 162 mil escolas de todas as regiões do Brasil, incluindo dicionários e obras de literatura. O benefício atinge 32 milhões de crianças com livros de português, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia, para séries específicas. No total, de 1995 a 2002, foram distribuídos 720 milhões de obras didáticas.

Desde 1995, o programa vem sendo aperfeiçoado da seguinte maneira:

- *Pontualidade* – Em 2001, pela primeira vez, o processo de distribuição dos livros foi iniciado três meses antes do ano letivo.
- *Ampliação* – Os títulos já abrangem as oito séries do Ensino Fundamental.
- *Dicionários* – Foi incluída a distribuição de dicionários de língua portuguesa, que acompanham o aluno nos anos seguintes e servem de consulta para a família. Em 2002, estavam previstos 10,1 milhões de dicionários para distribuição.
- *Avaliação* – A escolha dos livros passou a ser feita por rigorosa avaliação de experientes educadores que analisam a qualidade e o conteúdo.
- *Durabilidade* – O livro está mais resistente, feito para durar três anos.
- *Bibliotecas* – Em 98, cerca de 20 mil escolas receberam um acervo de 215 títulos indicados por escritores para formar uma biblioteca básica para os alunos.

Para fazer do Brasil um país de leitores

As ações do Programa Literatura em Minha Casa, em 2002

Quem recebe	8,5 milhões de alunos de 4ª e 5ª séries em todo o País, que podem ficar com o livro e levar para casa
Obras distribuídas	60 milhões de exemplares de 30 títulos literários
Autores	Ruth Rocha, Luís Fernando Veríssimo, João Ubaldo, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Wilde, Mark Twain, entre outros

Fonte: MEC/Radiobrás

Merenda escolar em todos os municípios

Alimentação escolar é um direito da criança e responsabilidade do Estado. O Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) é um dos únicos programas universalizados em todo o mundo. Em 2001, cerca de 37 milhões de crianças tiveram refeições regularmente, durante 200 dias, ao longo do ano letivo – isso é o equivalente à população de um país

como a Argentina. São alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Pré-Escolar das redes públicas ou de escolas mantidas por entidades filantrópicas.

Até 1998, a participação do PNAE dependia da adesão das prefeituras, mediante a celebração de convênios que muitas vezes não se realizavam, devido a questões burocráticas. A partir de 1999, com a transferência automática de recursos financeiros, o programa passou a ter o caráter universal, garantindo oferta de merenda escolar a todos os alunos do ensino pré-escolar e fundamental durante os 200 dias letivos.

A distribuição da Merenda Escolar contribui para:

- Manutenção da saúde e da nutrição da criança.
- Formação de bons hábitos alimentares.
- Bem-estar, ânimo e aumento de capacidade de concentração.
- Freqüência às aulas, principalmente quando passa a ser fornecida de maneira regular.

Delegar aos municípios a execução do programa garantiu os avanços atuais:

- O programa foi instituído em 1954. Em 1994, começou a descentralização e os recursos passaram a ser transferidos por meio de convênios.
- Entre 1994 e 1998, elevou-se de 1.532 para 4.314 o número de municípios que aderiram à descentralização.
- Em 1999, todos os municípios passaram a receber recursos diretamente, com repasse automático condicionado à constituição do Conselho de Alimentação Escolar e que as escolas respondessem ao Censo Escolar.
- A descentralização favorece a elaboração de cardápios com hábitos regionais e vocação agrícola dos municípios.
- Controle social com a participação efetiva da sociedade civil e do CAE.
- Uma etapa fundamental é o “planejamento dos cardápios”, para garantir a qualidade e os aspectos nutritivos da alimentação escolar, além de ajudar a formar bons hábitos alimentares entre as crianças. O planejamento é feito por nutricionistas e o CAE.
- Uma das orientações é que o cardápio deve ser programado para fornecer, no mínimo, por refeição, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

Alimentos considerados básicos na merenda escolar

Açaí	Feijão	Ovos
Açúcar	Frutas	Pão
Amido de milho	Fubá	Pescado (congelado, fresco, resfriado)
Arroz	Grão-de-bico	Polpa (de frutas, de tomate)
Banha	Inhame	Polvilho
Batata (doce e inglesa)	Legumes	Queijo (de coalho, de minas)
Biscoito de polvilho	Leite (em pó, fluido)	Rapadura
Bolacha doce (tipo maisena)	Lentilha	Sagu
Bolacha salgada (tipo cracker)	Macarrão	Sal
Café	Mandioca	Sardinha em conserva (óleo)
Canjiquinha/xerém	Manteiga	Sêmola de milho
Cará	Margarina	Soja em grão
Carne bovina (congelada, fresca, resfriada)	Mel de abelha	Suco de laranja concentrado
Carne salgada	Melado de cana	Suco natural
Carne suína (congelada, fresca, resfriada)	Milho para canjica (mungunzá)	Temperos
Charque ou carne-seca	Milho para pipoca	Toucinho defumado
Creme de milho	Miúdos congelados	Trigo para quibe
Farinha (mandioca, milho, rosca, tapioca, trigo)	Miúdos resfriados	Verduras e hortaliças
Fécula de batata	Miúdos congelados	Vinagre
Frango (congelado, fresco, resfriado)	Óleo de soja	

Fonte: Gepae/FNDE

Dinheiro Direto na Escola: confiança na participação

Um dos fatores responsáveis pelos bons resultados da educação brasileira é o Programa Dinheiro Direto na Escola, criado por este Governo, e que estabelece o repasse direto de recursos financeiros para as escolas públicas das redes estadual, do DF e municipal do Ensino Fundamental e escolas de educação especial mantidas por ONGs.

- O programa atende todas as escolas da rede pública com mais de 20 alunos, promovendo a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica. Os recursos destinam-se ao atendimento de despesas que concorram para o funcionamento das escolas, tais como:

manutenção, conservação e reparos; compra de equipamentos, de material didático-pedagógico e de consumo e capacitação de profissionais da educação.

- É orientado pelos princípios da descentralização, participação e eficiência do gasto público, com envolvimento da comunidade escolar por meio da constituição de milhares de Associações de Pais e Mestres (APM).
- A APM permite a participação da comunidade nas decisões da escola, essencialmente no processo de gestão financeira e pedagógica. O valor transferido depende do número de alunos matriculados em cada escola, com base nos dados do censo escolar do ano anterior.

Evolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (1995-2001)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Escolas com APMs*	11.643	27.426	48.266	55.390	67.865	71.276	71.576
Escolas sem APMs	132.663	140.334	58.445	75.082	62.859	60.945	50.634
Alunos (em mil)	28.350	31.288	26.673	28.961	30.666	31.492	30.590
Valor (em mil R\$)	229.348	259.745	279.419	306.375	305.787	315.635	307.156

Fonte: FNDE; *APM: Associação de Pais e Mestres

- De forma resumida, 130 mil escolas, em média, foram atendidas a cada ano nos sete anos do programa.
- 30 milhões de alunos são beneficiados, em média, por ano.
- 72 mil escolas criaram suas APMs e receberam os recursos diretamente em suas contas bancárias.
- Mais de R\$ 2 bilhões foram repassados direto às escolas de 1995 a 2001.

Ensino Médio cresce 70%

O Ensino Médio brasileiro incorporou 3,5 milhões de novas matrículas desde 1994. Em sete anos, cresceu o equivalente aos 14 anos anteriores. No período de 1980-1994, o sistema havia acrescentado apenas 2,1 milhões de matrículas às já existentes. Em 1994, havia 4,9 milhões de matriculados. O número de adolescentes foi para 8,4 milhões em 2001, ou seja, mais 70,1%. Outras características que mostram a democratização do Ensino Médio:

- A elevação da oferta de vagas foi acompanhada pelo maior acesso concedido aos mais pobres e às regiões mais carentes de recursos.
- Nordeste e Norte tiveram maior crescimento, de 98,1% e 93,2%, entre 1994 e 2001, respectivamente. Diminuem assim as diferenças regionais quanto ao Ensino Médio no País.
- Também teve excelente resultado o Ensino Médio Supletivo. De 340 mil matrículas em 1995, pulou para 987 mil em 2001 (mais 190%). Outro resultado ainda mais surpreendente: o número dos que concluem o supletivo saltou de 76,4 mil, em 1995, para 380 mil, em 2000 (mais 398%).

Matrículas e concluintes no Ensino Médio (1994-2001)

Ensino Médio (Regular)		
Ano	Matrículas	Concluintes
1994	4.932.552	917.298
2001	8.398.008	1.836.130*
Crescimento 1994-2001	70,1%	100,2%
Ensino Médio (Supletivo)		
Ano	Matrícula	Concluintes
1995	340.046	76.413
2001	987.376	380.764*
Crescimento 1995-2001	190%	398%

Fonte: MEC/Inep/Sec ; * Concluintes referentes ao ano de 2000

Educação profissional: em busca de um Brasil mais competitivo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou a considerar a Educação Profissional estratégica para a competitividade, colocando-a em sintonia com o mundo do trabalho, com as demandas do setor produtivo e com as necessidades de desenvolvimento do Brasil.

- A Educação Profissional desvinculou-se do antigo segundo grau, passando a ser complementar à formação básica, isto é, não substitui a educação básica e nem concorre com ela.
- Desmembrada do Ensino Médio, passou a contar com cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho locais e regionais.
- Está estruturada em três níveis: básico (independentemente de qualquer escolaridade anterior); técnico (simultâneo ou posterior ao Ensino Médio) e tecnológico (pós-médio superior).

- A estrutura curricular em módulos permite ao aluno fazer vários cursos de curta duração, em diferentes momentos de sua vida profissional, e apresenta conteúdos flexíveis que levam em conta as preferências dos estudantes.
- Com identidade própria, a Educação Profissional vem atraindo jovens que desejam, verdadeiramente, atuar como profissionais de nível médio.
- O Censo da Educação Profissional, realizado em 1999, apontou 3.948 escolas ou instituições que já ofereciam cursos básicos, técnicos e tecnológicos (escolas técnicas federais, estaduais e municipais e estabelecimentos privados de ensino). Havia 2,8 milhões de estudantes matriculados, a maior parte no nível básico (71,5%) em cursos de curta duração.
- Cresceu a rede federal de educação tecnológica de 114 para 137 escolas, entre 1995 e 2001. As matrículas aumentaram em cerca de 300% (de 90 mil para 267 mil).
- Cabe ao Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) preparar o estudante para entrar em um mercado de trabalho altamente competitivo. O objetivo é corrigir um sistema que privilegiava a classe média e formava profissionais fora da realidade do mercado.
- Criado em 1997 para ser desenvolvido até 2003, o Proep dispõe de US\$ 500 milhões, dos quais US\$ 250 milhões vêm do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante do Governo Federal.
- Esses recursos estão sendo aplicados ao longo de seis anos para dotar os Centros de Educação Profissional de infra-estrutura, equipamentos e pessoal capacitado e adequar e atualizar currículos. O programa financia projetos de reforma e construção de escolas de ensino profissional, sejam estaduais, federais ou de iniciativa do segmento comunitário.

Ensino Superior retoma a expansão

No Ensino Superior, o grande desafio que o Governo Federal está vencendo é o de garantir, com qualidade, a expansão e a diversificação do sistema, em um mundo que exige cada vez mais as ferramentas do conhecimento. A expansão foi retomada depois de longo período de baixo crescimento no número de alunos matriculados. Entre 1994 e 2000, foram agregados mais de um milhão de novos alunos.

- De 1997 a 2000, o período de maior crescimento, a taxa média de expansão foi de 11,5% ao ano. Para se ter uma idéia da velocidade desse aumento, basta observar que

o percentual é praticamente o mesmo atingido pelo sistema em toda a década de 1980. Entre 1980 e 1994, as matrículas cresceram apenas 20%.

- O percentual da população com nível superior completo, entre os adultos com 25 anos ou mais, é semelhante ao de países como a Áustria, a Itália e o Uruguai, e superior ao da China, da Indonésia e da Turquia.

Expansão das matrículas nos cursos de graduação				
	Total	Instituições públicas	Instituições federais	Instituições privadas
Antes: 1994	1,7 milhão	690 mil	364 mil	971 mil
Depois: 2000	2,7 milhões	887 mil	483 mil	1,8 milhão
Crescimento	62%	29%	33%	86%

Fonte: MEC/Inep/Seec

Algumas características básicas dessa expansão:

- O setor privado teve um papel decisivo com a oferta de cursos como Administração, Direito, Comunicação, Economia e Ciências Contábeis.
- Passou a vigorar uma avaliação de desempenho como o principal critério de credenciamento e recredenciamento de cursos e instituições.
- A sociedade acompanha a aferição periódica da qualidade do ensino nas faculdades de todo o País pelo mecanismo do Provão.
- Num ritmo muito superior ao de antes, formam-se cada vez mais alunos em nossas faculdades e universidades. Para cada cem estudantes que ingressavam em 1989, 64 concluíam seus cursos. Em 1999, 70 passaram a concluir os cursos. Essa proporção é maior nas escolas privadas que nas públicas.
- A matrícula nas universidades federais cresceu mais que no período anterior.

Quantos concluem o Ensino Superior				
	Total	Instituições públicas	Instituições federais	Instituições privadas
1994	246 mil	88 mil	43 mil	158 mil
1999	325 mil	112 mil	59 mil	212 mil
Crescimento	32%	28%	38%	34%

Fonte: MEC/Inep/Seec

Pós-graduação espalha-se pelo País

As oportunidades para um estudante fazer pós-graduação no Brasil estão deixando de estar concentradas na Região Sudeste, que durante muito tempo deteve quase um monopólio dessa área educacional. De 1994 a 2001, também houve em outras regiões um crescimento expressivo de programas, cursos, alunos matriculados e estudantes que concluíram a pós-graduação. É o que mostra o quadro a seguir, no qual Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte superaram o Sudeste em termos de expansão.

A expansão da pós-graduação			
Total de cursos de mestrado e doutorado por região			
	1994	2001	Crescimento
Norte	32	49	53%
Nordeste	195	311	59%
Sudeste	1.189	1.508	27%
Sul	231	422	83%
Centro-Oeste	66	113	71%
Brasil	1.713	2.403	40%

Fonte: MEC/Capes

- Em sintonia com todos os outros níveis da educação brasileira, a pós-graduação também teve uma expansão considerável, especialmente nas instituições públicas federais, como mostra a tabela abaixo.
- Na conta geral, somando cursos públicos e privados, o resultado foi o seguinte: nos cursos de mestrado, verificou-se uma elevação das matrículas de 43.121, em 1994, para 62.280, em 2001 (mais 44%). O número de cursos de doutorado cresceu 67,9%, subindo de 19.492, em 1995, para 332.731, em 2001.

Matrículas na pós-graduação federal		
	Mestrado	Doutorado
1994	23,3 mil	6,9 mil
2001	45,4 mil	17 mil
Aumento	95%	146%

Fonte: MEC

Professores mais qualificados

A melhoria do ensino no Brasil, a partir de 1995, pode ser constatada pela elevação da qualificação dos professores do Ensino Básico, entre outros aspectos. Dentro do que recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os professores das pré-escolas e das 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental precisam ter, no mínimo, o magistério completo. Atualmente, 90% das funções docentes nesses níveis de ensino já respeitam a LDB. Eram 75% em 1995.

- Está havendo, portanto, decréscimo acentuado de professores com baixa formação, sobretudo daqueles sem escolaridade mínima aceitável.
- Nas 5ª a 8ª séries do Fundamental e no Ensino Médio, os percentuais de professores com formação superior com licenciatura completa estão em 67% e 77%, respectivamente.
- Houve uma tendência, no período 1995-2001, de crescimento dos docentes com a formação adequada.

Qualificação dos professores no Ensino Básico (1995-2001)

Proporção das funções docentes segundo o grau de formação em porcentagem (%)

Grau de Formação	Pré-Escola		Ensino Fundamental				Ensino Médio	
			1ª a 4ª série		5ª a 8ª série			
	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001
Total de Docentes	282.970	248.632	811.052	809.253	598.436	770.362	333.613	448.569
No máximo								
Fundamental completo	21,7	7,1	15,7	5,8	0,9	0,4	0,4	0,1
Médio sem Magistério	6,6	4,3	6,8	3,3	10,6	5,8	11,3	5,7
Magistério	57,0	63,9	58,7	63,8	16,7	19,3	6,0	5,4
Superior	14,7	24,7	18,8	27,1	71,8	74,5	82,3	88,9
Sem Magistério e sem Licenciatura	0,1	0,6	0,1	0,5	1,1	2,3	5,2	5,2
Com Magistério e sem Licenciatura	0,8	4,1	0,6	3,4	1,8	5,3	3,2	6,4
Com Licenciatura	13,8	20,0	18,1	23,2	68,9	66,8	73,8	77,2

Fonte: MEC/Inep/Seec; As funções docentes contabilizam docentes que atuam em mais de uma modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento escolar

Também o crescimento do Ensino Superior se faz acompanhar da melhoria na qualidade. As instituições vêm buscando elevar o padrão do ensino, proporcionando sobretudo a elevação da titulação de seus professores.

- Em 1999, esse quadro somava 174 mil funções docentes. Nesse universo, a proporção dos professores com pós-graduação ou em cursos de mestrado ou doutorado cresceu substancialmente. Contam-se aí todas as situações de profissionais que atuam em mais de uma área de conhecimento ou em mais de um estabelecimento escolar.
- Alcançamos, pela primeira vez na história do País, mais de 51% dos docentes com mestrado ou doutorado, sendo que os professores com título de doutor representam 22% do total.
- Nas instituições públicas federais e estaduais, a proporção de professores titulados é bem mais alta e também melhorou significativamente nos últimos anos.

Qualificação de professores no ensino superior (1994-2001)								
	Total				Federal			
	Docentes com doutorado		Docentes com mestrado ou doutorado		Docentes com doutorado		Docentes com mestrado ou doutorado	
1994	21.327	15%	54.858	39%	9.147	21%	24.046	55%
2000	39.522	22%	94.141	51%	16.302	37%	29.509	67%
Crescimento % (1994-2000)	85%		72%		23%		23%	

Fonte: MEC/Inep/Seec

Parâmetros Curriculares Nacionais

Pela primeira vez na história do país foram fixados Parâmetros Curriculares Nacionais para todos os níveis de ensino: Educação Fundamental, Infantil e Indígena, Ensino Médio e Ensino Profissional. É uma referência de qualidade para professores, profissionais da educação brasileira e autores de livros didáticos.

Tecnologias de ensino nas escolas públicas

- Tecnologias novas e modernas foram colocadas à disposição das escolas públicas no Brasil, em sintonia com as mudanças mundiais na educação. Os investimentos

significativos em infra-estrutura tecnológica, além de enriquecer o ensino presencial, servem de base para importantes ações de educação a distância.

- Os programas têm abrangência nacional e visam valorizar a escola pública e reduzir a exclusão tecnológica.

Tecnologia nas escolas públicas		
Projeto	Alcance	Resultados
TV Escola	Cerca de 29 milhões de alunos Cerca de 1,3 milhões de professores 27 estados 5.206 municípios	57 mil escolas com TV, vídeo e antena parabólica instalados. 21 milhões de material impresso para apoio ao programa 14 horas/dia; 7 dias/semana de transmissão de programas educacionais de qualidade Mais de 4.000 vídeos educacionais disponíveis para as escolas
Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo	Cerca de 7 milhões de alunos beneficiados 27 estados 1.116 municípios	1.419 multiplicadores de ensino capacitados Mais de 56 mil professores treinados 2.738 escolas com laboratórios de informática 29 mil computadores

Fonte: MEC

- De forma resumida, 130 mil escolas, em média, foram atendidas a cada ano em 7 anos do programa.
- 30 milhões de alunos são beneficiados, em média, por ano.
- 72 mil escolas criaram suas APMs.
- R\$ 2 bilhões foram entregues direto às escolas, de 1995 a 2001.

<i>Evolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (1995-2001)</i>							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Escolas com APMs (*)	11.643	27.426	48.266	55.318	67.865	71.276	71.660
Escolas sem APMs	132.663	140.334	58.445	75.082	62.859	60.945	51.507
Alunos (em mil)	28.350	31.288	26.673	28.961	30.666	31.492	30.590
Valor (em mil R\$)	229.348	259.745	279.419	306.375	305.787	315.635	307.160

Fonte: FNDE; (*) APM: Associação de Pais e Mestre

A qualidade do ensino em avaliação permanente

A avaliação permanente do ensino passou a ser parte essencial da política educacional no país. O Saeb, o Enem e o Provão têm hoje reconhecimento nacional.

Uma amostra de alunos da 4ª e da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, seus professores e diretores é avaliada a cada dois anos pelo *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)*, que se consolidou definitivamente como instrumento de avaliação da qualidade do Ensino Básico.

Está estruturado em três eixos: rendimento do aluno; perfil e prática docentes; e perfil dos diretores e formas de gestão escolar.

De 1995 a 2001, foram avaliados 825 mil alunos. Em 2001, houve avaliação de uma amostra de 6.935 escolas, 6.820 diretores e 21.754 professores.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

	Nº de escolas da amostra	Nº de diretores da amostra	Nº de funções docentes pesquisadas	Nº de alunos avaliados
1995	2.839	2.839	4.967	90.499
1997	1.933	1.933	18.077	167.196
1999	6.890	6.890	53.815	279.764
2001	6.935	6.820	21.754	287.719
Total acumulado de alunos avaliados				825.178

Obs: São avaliadas as 4^{as} e 8^{as} séries do Ensino Fundamental e 3^o do Ensino Médio, nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, podendo haver a inclusão de outras disciplinas em diferentes edições do exame.

Fonte: MEC/INEP/DAEB.

- O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está atingindo a marca de 3,3 milhões de alunos avaliados desde 1998, quando foi realizado o primeiro exame. Vem sendo ampliado para um número cada vez maior de municípios que sediam os exames, para facilitar o acesso a todos os que estão concluindo o Ensino Médio, em todo o Brasil. É gratuito para os alunos de escolas públicas, para os alunos da Educação de Jovens e Adultos e para os carentes de escolas privadas.
- O Enem vem sendo considerado peça importante para aferir competências dos alunos que saem do Ensino Médio. É crescente o número de universidades e outras instituições de Ensino Superior que utilizam seus resultados como parte dos critérios de seleção de candidatos aos cursos de graduação.
- Já são 375 as instituições de Ensino Superior que consideram os resultados do Enem como critério de seleção para seus cursos de graduação. Em 2002, as provas foram realizadas em 600 municípios de todo o País.

Exame Nacional de Cursos (Provão)

	Nº de áreas de graduação	Nº de cursos	Nº de inscritos presentes no exame
1996	3	616	55.537
1997	6	822	85.576
1998	10	1.710	126.823
1999	13	2.151	160.018
2000	18	2.888	197.840
2001	20	3.701	271.421
2002	24	5.030	396.920
Total acumulado de participantes			1.294.135

Fonte: MEC/INEP/DAES.

- Nas sete edições do Exame Nacional de Cursos, o Provão, cerca de 1,3 milhão de estudantes (graduandos e recém-graduados em cursos do Ensino Superior) estiveram presentes às provas.
- Ano a ano, foram sendo incorporadas novas áreas de graduação e ampliados os cursos a ser examinados.
- Em 2002, o número de inscritos no exame representou cerca de 90% dos concluintes de cursos de educação superior do país.
- Em 1996, primeiro ano de realização do exame, 55 mil alunos de 616 cursos haviam sido avaliados, o que significava cerca de 23% dos concluintes dos cursos de graduação.

Capacitação para o Nordeste

O Governo Federal, por meio do Banco do Nordeste, procura, com ações antecedentes e conseqüentes ao crédito, capacitar empreendedores com estudos técnicos e gerenciais.

- Como exemplo, pode-se citar o Programa Rádio Nordeste, de capacitação a distância, que foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência das atividades dos empreendedores da Região.
- Utilizando-se de aulas transmitidas pelo rádio, veículo barato e onipresente nos lares nordestinos, além de cartilhas e momentos presenciais, já foram capacitadas no âmbito do programa mais de 1 milhão de empreendedores ativos e potenciais.
- Para o desenvolvimento de forma sustentável da Região Nordeste, várias ações foram desenvolvidas para facilitar o acesso de empreendedores de todos os portes à informação e ao conhecimento técnico. Voltada para o trabalho, a capacitação visa contribuir para a constituição de empreendimentos sustentáveis e duradouros na região e para a geração de renda, garantindo o retorno de recursos aplicados, fazendo convergir e integrar crédito, educação básica e capacitação.

A revolução da saúde

A TÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1990, NÃO ERA POSSÍVEL IMAGINAR QUE O BRASIL conseguiria dar os passos necessários para melhorar as condições de saúde da população, sobretudo da parcela mais pobre, tamanho era o atraso em matéria de saúde pública. Graças à inédita atuação do Governo Federal nessa área, esse quadro começou a ser revertido.

O indicador mais relevante da área de saúde, capaz de resumir os avanços sociais conquistados nos últimos anos e mostrar de forma contundente o resultado das políticas públicas, é a taxa de mortalidade infantil, que teve uma queda de 38% ao longo da última década. A Região Nordeste, que historicamente apresentou os índices mais elevados de mortalidade infantil, foi a que assistiu à maior queda. A expressiva redução da mortalidade infantil no Brasil superou as metas fixadas pelas Nações Unidas.

Diminuir o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida não foi um fato isolado, mas reflexo da revolução que o Ministério da Saúde vem promovendo desde 1995, em sintonia com o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social, erguidos pelo Governo Federal.

Outras iniciativas do Ministério da Saúde também tiveram grande impacto na melhoria da saúde dos brasileiros. Entre outras, destacaram-se:

- expansão dos programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde;
- atenção especial dedicada a mulheres, crianças e idosos;
- adoção dos remédios genéricos e distribuição gratuita de medicamentos em larga escala;
- combate decisivo à Aids;
- criação do Bolsa Alimentação;

- melhorias sanitárias, com água encanada e esgoto nas residências pobres;
- um programa nacional de imunizações e de combate às doenças endêmicas;
- descentralização das ações de saúde e mais recursos para estados e prefeituras.

Brasil supera meta da ONU na queda da mortalidade infantil

De acordo com os resultados do Censo 2000 divulgados em maio deste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de mortalidade infantil no Brasil caiu 38% entre 1990 e 2000. Em 1990, para cada mil crianças nascidas vivas nada menos que 47,8 morriam antes de completar um ano de idade. Em 2000, esse número decresceu para 29,6 crianças, a taxa mais baixa da história do Brasil. No período, cerca de 405 mil crianças com menos de um ano de idade sobreviveram a problemas geralmente ligados à pobreza da família e à falta de assistência.

- A região que teve o melhor desempenho foi o Nordeste. Em 1990, a região tinha 72,9 óbitos por mil nascidos vivos; em 2000, esse número reduziu-se para 44,2 óbitos, uma queda de quase 40%. Das 405 mil vidas poupadas, quase a metade é de crianças nordestinas.
- Nas Regiões Sul e Sudeste, as taxas de mortalidade infantil estão próximas das consideradas baixas pela Organização Mundial de Saúde – de até 20 mortes por mil nascidos vivos.
- Com esses resultados, o Brasil conseguiu superar a meta estipulada pela Cúpula das Nações Unidas pela Criança, que era de 32 óbitos por mil nascidos vivos para o ano 2000. A redução brasileira foi mais de duas vezes superior à média de todos os países que participaram da reunião (14%) e superior à taxa dos países da América Latina (25%).
- O declínio de 38% foi maior do que havia sido estimado pelos próprios técnicos do IBGE, anteriormente. Eles esperavam que o Brasil chegasse ao ano 2000 com esse índice apenas perto dos 33,5%.
- Ao mesmo tempo, a esperança de vida do brasileiro ao nascer também subiu – de 65,7 anos, em 1990, para 68,4, em 2000, de acordo com o IBGE.

Diminuição maior foi no Nordeste

Evolução da mortalidade infantil por região (1990-2000)

	1990	2000
Brasil	47,8	29,6
Nordeste	72,9	44,2
Norte	45,1	29,2
Centro-Oeste	31,3	21,2
Sudeste	30,2	20,6
Sul	28,7	19,7

Fonte: IBGE, Censo 2000

ENTRE ASPAS

Celebra-se o fato de, pela primeira vez na história, o Brasil ter registrado uma taxa de mortalidade infantil inferior a 30. (...) Em termos históricos, há motivos para comemoração. A taxa supera a expectativa do próprio IBGE. No mundo real, contudo, o índice ainda é uma enormidade. (...) A redução é significativa e deve ser ressaltada como um ponto positivo do atual governo. Mas é preciso dizer que ela ainda está muito longe do ideal (Editorial da *Folha de S. Paulo*, em 13/5/2002).

A maior conquista do País nos seus indicadores sociais foi a redução na mortalidade infantil. (...) Embora o saneamento básico ainda esteja a desejar, as políticas públicas na área de saúde têm sido eficientes, com assistência às gestantes e acompanhamento próximo das parturientes por agentes locais conhecedores da realidade de suas próprias comunidades. (...) Parcerias funcionaram nos bolsões de pobreza onde os índices de mortalidade eram alarmantes e estão deixando de sê-lo (Editorial de *O Globo*, em 10/5/2002).

ENTRE ASPAS

O dado da mortalidade é decisivo para o julgamento da qualidade de vida. A década de 1990 não foi perdida. A década de 1990, em termos sociais, foi uma década que acelerou o processo de mudança social do Brasil. Superamos a meta de redução da mortalidade infantil da ONU. O Brasil ultrapassou o esforço e conseguiu reduzir ainda mais a mortalidade. Reduzimos a exclusão social no Brasil. Estamos, sim, combatendo com muita força a desigualdade e a pobreza.

O dado da mortalidade infantil vem de uma pesquisa muito precisa e é decisivo para o julgamento da qualidade de vida. Isso não aconteceu por acaso. Aconteceu porque temos políticas públicas que levam a isso. Não há milagre. Há trabalho. Não se passa de um momento para outro, nem mesmo de uma década para outra, de uma situação muito precária para uma situação de céu azul. Mas dá para melhorar. Ainda há nuvens, mas já dá para vislumbrar o sol. A década de 90 não foi perdida (Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 9/5/2002).

Programa Saúde da Família: 54,8 milhões atendidos

Os avanços na área de saúde pública conseguidos nos últimos oito anos resultam de uma mudança no eixo das políticas públicas, da qual a de maior envergadura é a expansão do Programa Saúde da Família (PSF), que aproximou o atendimento médico das residências dos brasileiros, especialmente nas pequenas cidades do interior e nas periferias das capitais.

- Em outubro de 2002, o programa atingiu a marca de 54.886.049 pessoas atendidas.
- Dos 175 milhões de pessoas que formam a população do Brasil, praticamente um terço recebe os cuidados básicos do PSF. É exatamente a parcela mais pobre da população a mais beneficiada.

- Confira a evolução dos números de 1994 a outubro de 2002. O Brasil tinha apenas 328 equipes de Saúde da Família, número que saltou para 16.657. Houve um acréscimo de 16.329 equipes, ou de 4.978%, nos dois mandatos. A evolução da população atendida foi de 1,1 milhão para 54.886.049. Os municípios atendidos eram 55, número que passou para 4.187.

<i>Evolução da população coberta pelo Programa Saúde da Família</i>				
	1994	2002 (outubro)	Crescimento	Aumento (%)
Número de equipes	328	16.657	16.329	4.978%
População atendida	1.131.600	54.886.049	53.754.449	4.750%
Número de municípios	55	4.187	4.132	7.512%

Fonte: Ministério da Saúde

- O objetivo do PSF é reorganizar a assistência à população em novas bases, substituindo o modelo tradicional, orientado para a cura de doenças e realizado principalmente no hospital. O centro da atenção passou a ser a família em seu local de moradia e em seu ambiente social – uma visão mais ampla das relações entre saúde e doença.
- Nessa estratégia, a prioridade passou a ser dada às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família, do recém-nascido ao idoso, sadios ou doentes, de forma integral e contínua.
- O programa está organizado a partir da Unidade de Saúde da Família, formada por uma equipe multiprofissional composta por no mínimo nove pessoas: um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde. Cada equipe assume a responsabilidade por uma parcela da população (cerca de 3.500 pessoas em média).
- Eles devem estar preparados para conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, por meio do cadastramento e do diagnóstico das suas características. Além disso, devem identificar os problemas de saúde predominantes e as situações de risco aos quais a população está exposta. E prestar assistência integral àquelas famílias em casa, na comunidade e no acompanhamento quando houver necessidade de serem atendidas nos postos de saúde e hospitais.
- Funcionando adequadamente, as unidades básicas do programa são capazes de resolver praticamente nove em cada dez problemas de saúde apresentados em uma comunidade. Prestam um atendimento de bom nível, previnem doenças, evitam

internações desnecessárias e contribuem para melhorar a qualidade de vida da população. Assim, é possível diminuir o fluxo dos usuários para os níveis mais especializados e desafogar os hospitais.

- Além de ampliar o acesso aos serviços de saúde, o programa humaniza o atendimento porque os profissionais que compõem as equipes conhecem todas as famílias que moram na área sob sua responsabilidade.
- Além de médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários, outros profissionais podem ser incorporados ao trabalho, a exemplo de dentistas, assistentes sociais e psicólogos. Eles formam equipes de apoio, de acordo com as necessidades e as possibilidades locais.
- Cada consulta de uma equipe de Saúde da Família evita que estatísticas elevadas sobre certas doenças no Brasil continuem crescendo. Mais que isso: o projeto mostra na prática que é possível humanizar o atendimento. Quem já foi atendido sabe da eficácia. Doenças são evitadas, diagnósticos são mais rápidos e precisos.
- A estratégia de Saúde da Família reafirma e incorpora os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) definidos na Constituição Federal de 1988: universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade.
- A primeira etapa de implantação do PSF começou em 1991, por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A partir de 1994, foram formadas as primeiras equipes Saúde da Família, incorporando e ampliando a atuação dos agentes comunitários.
- Em 2001, foram implantados 30 cursos de residência médica com especialização em Saúde da Família.

O Programa Saúde da Família, estado por estado

Número de equipes, municípios e população coberta pelo programa em outubro de 2002

Estado	Municípios	Equipes	População coberta
Acre	17	76	262.200
Amazonas	44	279	956.858
Amapá	3	27	93.150
Pará	84	361	1.229.571
Rondônia	44	110	374.396
Roraima	11	69	233.175
Tocantins	120	247	748.724
Norte	323	1.169	3.898.074
Alagoas	99	594	1.848.213
Bahia	187	820	2.734.981
Ceará	176	1.203	4.086.579
Maranhão	132	536	1.818.825
Paraíba	210	767	2.321.026
Pernambuco	172	1.145	3.905.944
Piauí	216	691	2.167.304
Rio Grande do Norte	151	494	1.590.884
Sergipe	67	373	1.235.270
Nordeste	1.410	6.623	21.709.026
Distrito Federal	1	43	148.350
Goiás	233	814	2.619.966
Mato Grosso do Sul	69	216	729.346
Mato Grosso	132	344	1.139.088
Centro-Oeste	436	1.417	4.636.760
Espírito Santo	65	323	1.055.809
Minas Gerais	670	2.243	7.582.796
Rio de Janeiro	78	809	2.697.868
São Paulo	409	1.715	5.729.368
Sudeste	1.222	5.090	17.015.841
Paraná	306	1.055	3.469.752
Rio Grande do Sul	227	437	1.378.465
Santa Catarina	264	866	2.778.141
Sul	797	2.358	7.626.358
Total	4.187	16.657	54.886.049

Fonte: Ministério da Saúde

Um exército de mais de 170 mil agentes comunitários

Com a expansão do Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), metade dos brasileiros já recebe atenção em seus lares. Os agentes são pessoas da própria comunidade contratadas pelas prefeituras para atuar junto à população. Embora o programa já existisse desde início dos anos 1990, só deslançou mesmo a partir de 1997, quando foi regulamentado como parte do processo de descentralização de recursos do SUS.

- As estatísticas mostram a seguinte evolução do PACS, entre 1994 e outubro de 2002. O Brasil tinha 29.098 agentes comunitários e passou a ter 173.593, isto é, houve um acréscimo de 144.495 agentes, o equivalente a 496% a mais. O número de municípios saltou de 879 para 5.047, ou seja, 90% do total.
- A população atendida passou de 16,7 milhões para 89,8 milhões. Isso equivale a dizer que um em cada dois brasileiros recebe a visita regular de um agente comunitário em casa. Verdadeiro elo entre os serviços de saúde e a população, os agentes comunitários cadastram todos os domicílios e identificam as pessoas ou as famílias que precisam de mais atenção das equipes de saúde.

Evolução do Programa Agentes Comunitários de Saúde				
	1994	2002 (outubro)	Crescimento	Aumento (%)
Número de agentes	29.098	173.593	144.495	496%
População atendida	16.731.350	89.821.527	73.090.177	436%
Número de municípios	879	5.047	4.168	474%

Fonte: Ministério da Saúde

Perfil do agente comunitário de saúde: quem é e o que faz

- É uma pessoa escolhida dentro da própria comunidade para atuar junto à população.
- Deve ter idade mínima de 18 anos, saber ler e escrever, residir na comunidade há pelo menos dois anos e ter disponibilidade para dedicação integral, requisitos verificados no processo de seleção.
- Recebe pelo menos um salário mínimo, pago pelo município com ajuda de recursos do Ministério da Saúde.
- Deve atender entre 400 e 750 pessoas com iniciativas de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas e coletivas, nos domicílios e na comunidade.
- Visita pelo menos uma vez por mês cada família da sua comunidade.

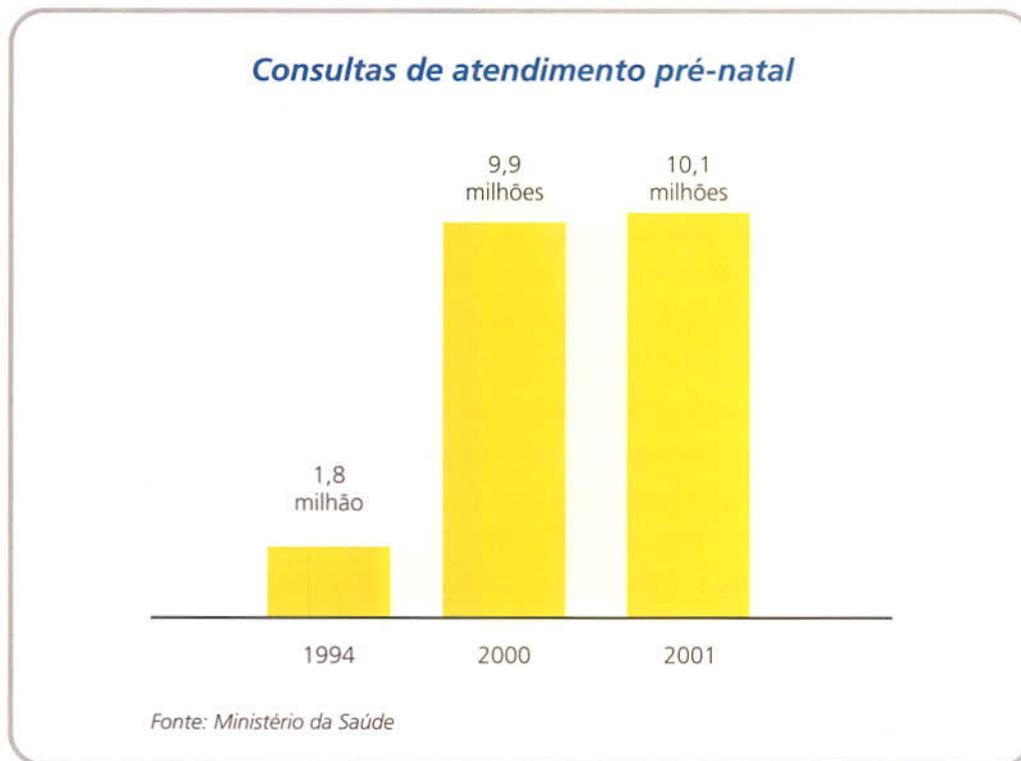
- Pesa e mede mensalmente as crianças menores de dois anos e registra a informação no Cartão da Criança.
- Identifica as gestantes e as encaminha ao pré-natal.
- Orienta a família sobre prevenção e cuidados em situação de endemias.
- Monitora doenças de pele ou causadas por parasitas em crianças.
- Realiza ações educativas para a prevenção do câncer de colo do útero e de mama.
- Identifica portadores de deficiência psicofísica e orienta os familiares para o apoio necessário no próprio domicílio.

Saúde da mulher: 10 milhões de consultas de pré-natal em 2001

Pela primeira vez, as mulheres passaram a ter atenção especial no sistema de saúde. O Programa Saúde da Mulher enfatizou a qualidade da assistência à gravidez, ao parto, ao pós-parto e ao recém-nascido. A seguir, alguns resultados importantes.

- Houve aumento de mais de cinco vezes no número de consultas para atendimento pré-natal, que passaram de 1,8 milhão, em 1994, para mais de 10,1 milhões, em 2001, em todo o País. Com o Programa de Humanização do Parto e Nascimento, as gestantes chegam a fazer até seis consultas e todos os exames de laboratório no decorrer do pré-natal.
- Os partos cesáreos caíram de 32%, em 1995, para 25%, em 2001, o que representa menos riscos para a mãe e o bebê. Hoje, apenas um em quatro partos da rede pública é cesariana, pois o SUS passou a pagar mais 160% pelos partos normais e inibiu as cirurgias desnecessárias. A iniciativa contribuiu para fazer cair em 18% a taxa de morte materna no SUS.
- Numa decisão simples, mas de grande alcance humanitário, a gestante atendida pelo SUS passou a ter direito à anestesia para o parto normal.
- Também foram criados mecanismos simples que permitem à futura mãe saber antecipadamente o local do parto.
- Mais de 19 mil leitos obstétricos foram colocados à disposição em hospitais e maternidades do Programa de Atendimento à Gestante de Alto Risco somente em 2001. Foram feitos investimentos em 263 maternidades com o objetivo de qualificá-las para atendimento a gestantes de alto risco, e, até outubro de 2002, 117 haviam sido qualificadas.

- Em 2001, 26 dos 27 estados brasileiros receberam apoio para o treinamento de cerca de 4.300 profissionais que lidam com saúde da mulher.
- Houve queda acentuada da mortalidade materna nas internações hospitalares pelo SUS, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Na média nacional, a taxa caiu de 37,4 óbitos por 100 mil internações obstétricas em 1995 para 28,6 por 100 mil, em 2001, uma redução de 22%.
- Foi implantada, em todas as regiões do País, uma rede de serviços para atender mulheres vítimas de violência.



Bolsa Alimentação: 1,3 milhão de beneficiários em apenas 13 meses

Em setembro de 2002, o Programa Bolsa Alimentação completou um ano de existência com a marca de 1,2 milhão de beneficiários de baixa renda, uma das ações sociais de maior rapidez na implantação, presente em 3.522 municípios de todo o País naquela data. Esses beneficiários eram 1.067.124 crianças e 133.839 gestantes e mães no período de amamentação. Já em outubro de 2002, o número de beneficiados chegou a 1,3 milhão, em 900 mil famílias, com o investimento de quase R\$ 20 milhões mensais.

- O valor mensal da bolsa-alimentação é de até R\$ 45 por família. Em contrapartida pelo benefício, as mães assumem o compromisso de adotar cuidados com a saúde, como fazer consultas de pré-natal, pesar e vacinar o bebê regularmente e receber orientações sobre alimentação e nutrição.
- O objetivo é diminuir as carências nutricionais em famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita* (R\$ 90).
- Ao estabelecer as exigências, o Ministério da Saúde vincula os beneficiários a unidades de saúde ou a equipes do Programa Saúde da Família. Em 15 municípios visitados para avaliação, nada menos que 99,6% das famílias estavam utilizando os recursos com alimentos.
- Os benefícios são pagos por meio de cartão magnético nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal, tendo as mães preferencialmente como responsáveis. A duração é de seis meses, mas pode ser prorrogada por períodos iguais caso a pessoa se mantenha nas condições de pobreza e cumpra os compromissos com a saúde.
- O Bolsa Alimentação tem sido uma maneira eficiente de fazer chegar até a população de baixa renda os recursos do Fundo de Combate à Pobreza. Muitos municípios fazem parte do Projeto Alvorada do Governo Federal.
- O Nordeste é a região prioritária para o programa e recebe quase 800 mil bolsas mensais, o que corresponde a mais de 65% do total de benefícios pagos em todo o País.
- Dos R\$ 20 milhões investidos mensalmente pelo Ministério da Saúde, R\$ 12 milhões são destinados apenas ao Nordeste. Cerca de 50% das crianças e 43,6% das mulheres atendidas pela bolsa-alimentação residem nessa região, o que evidencia a forte vocação do programa em contribuir para diminuir as desigualdades regionais e a pobreza.
- Praticamente nove em cada dez municípios brasileiros já aderiram ao Bolsa Alimentação (4.848, ou 87%). Parte deles está na fase de cadastramento das famílias que irão receber os benefícios.

Crianças mais bem alimentadas

Além da queda da taxa de mortalidade infantil, o Governo Federal apresenta outros resultados expressivos na melhoria da saúde infantil.

Cai o nível de desnutrição infantil

- As crianças pobres estão se alimentando melhor e houve uma queda importante nos índices de desnutrição infantil. As mortes provocadas por desnutrição recuaram 61% entre 1995 e 1999.
- O número de internações de crianças menores de 1 ano por diarreia nos hospitais do SUS caiu 39% entre 1995 e 2001. As mortes de crianças provocadas por diarreia caíram 71%. No caso de mortes por pneumonia, a queda foi de 48%.
- A duração mediana da amamentação, que era de apenas 5,5 meses em 1989, evoluiu para 9,9 meses em 1999.
- A deficiência em ferro e vitamina A está sendo solucionada com a distribuição de leite integral ou de outro produto de comprovada eficácia na recuperação da desnutrição.
- Foram distribuídos 4 milhões de doses de vitamina A para crianças de seis a nove meses no Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, regiões secularmente caracterizadas pelo problema de deficiência alimentar.
- Nos municípios do Nordeste que implantaram o Programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais, houve uma queda de 13,6% na desnutrição em menos de um ano (entre junho de 1999 e abril de 2000), muito significativa em relação à tendência registrada até então.
- O fornecimento de merenda escolar diária para 37 milhões de crianças nas escolas de todos os estados também contribuiu decisivamente para robustecer a saúde das crianças brasileiras. O Programa de Merenda Escolar, custeado pelo Governo Federal, é o maior programa de distribuição alimentar do mundo.

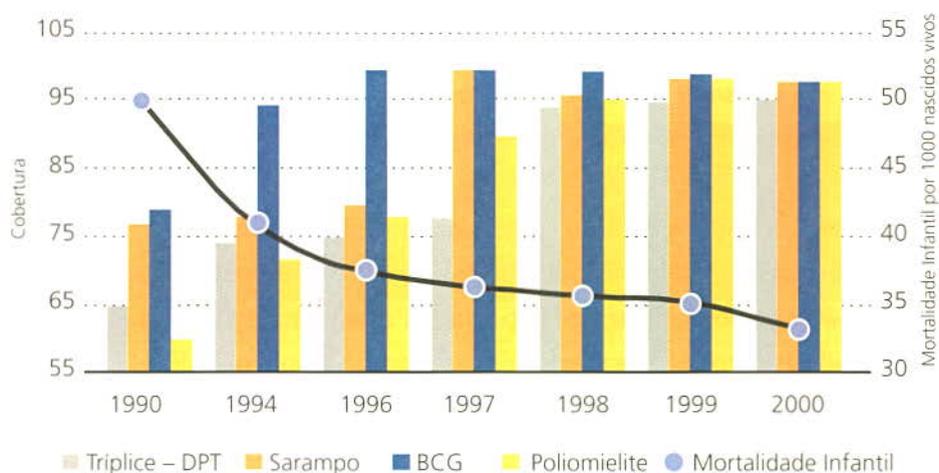
Vacinação reduz ocorrência de doenças infantis

- A vacinação de crianças tornou-se uma rotina dos serviços de saúde e um dos fatores decisivos para a redução da mortalidade infantil. Nos últimos seis anos, o Programa Nacional de Imunizações cobriu 100% das crianças menores de um ano com a imunização pela BCG.
- O Ministério da Saúde manteve a poliomielite erradicada. Há 12 anos não existe registro de caso de paralisia no Brasil.
- Contra uma das principais causas da meningite infantil, o Ministério da Saúde mantém a vacinação rotineira contra a *Haemophilus influenzae* tipo B em crianças menores de dois anos.
- Ações de prevenção conjugadas com vacinação têm permitido manter também sob controle formas graves de tuberculose na infância, tétano, coqueluche, difteria, sarampo, raiva humana, febre amarela silvestre e caxumba.

- Em junho de 2000, uma grande campanha de vacinação contra o sarampo imunizou mais de 16 milhões de crianças entre 1 e 11 anos de idade, o que corresponde a 100% da população-alvo. Essa vacinação ocorrida em todo o Brasil fez parte do plano de eliminação do sarampo nas Américas, culminando várias ações de vigilância, prevenção e controle que foram intensificadas desde 1998. Desde então, o Brasil não registra casos de sarampo.

Como a vacinação ajudou na queda da mortalidade infantil

As barras verticais coloridas representam quatro vacinas (tríplice, sarampo, BCG e poliomielite), cuja aplicação o Governo Federal foi aumentando em menores de um ano depois de 1995. Veja como a linha curva da mortalidade infantil foi caindo no mesmo período até chegar ao patamar atual.



Fonte: Ministério da Saúde

Assistência aos bebês mais humanizada e de melhor qualidade

- Com o objetivo de prestar assistência a recém-nascidos de alto risco e prematuros, o Ministério da Saúde implantou uma rede nacional de Bancos de Leite Humano. Reconhecida internacionalmente como a maior e melhor desse tipo no mundo, essa rede já conta com 161 unidades instaladas em 25 estados, com serviços de coleta, distribuição de leite pausterizado com controle de qualidade e promoção da amamentação. São coletados e distribuídos por ano mais de 100 mil litros de leite humano que beneficiam milhares de bebês.

- Para incentivar mais ainda a amamentação e promover a humanização da atenção aos recém-nascidos, o Ministério da Saúde vem estimulando a implantação de iniciativas como Hospital Amigo da Criança e Projeto Mãe-Canguru. Foram credenciados 232 hospitais como Amigo da Criança em 24 estados. O Projeto Mãe-Canguru está implantado em 269 maternidades do SUS.
- Mais de 18,4 mil carteiros em todo o Brasil participam do projeto Carteiro Amigo, uma iniciativa conjunta do Ministério da Saúde e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, promovendo o aleitamento materno e levando informação para 2 milhões de gestantes e mães de 3 milhões de crianças menores de um ano.

Melhorias sanitárias nos bairros pobres

A prevenção e o controle de doenças têm forte relação com a disponibilidade de água encanada e esgoto nas residências. Por isso, o Ministério da Saúde passou a fazer investimentos em saneamento básico, especialmente em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor que 0,5 e selecionados conforme critérios epidemiológicos.

- Banheiro, água encanada e esgoto foram as melhorias introduzidas nos lares das famílias, além da coleta de lixo.
- Para os municípios muito pobres, com IDH mais baixo, houve um aumento expressivo de verbas destinadas ao saneamento básico. O Projeto Alvorada, que inclui ações do Ministério da Saúde, contempla exatamente essa faixa de pobreza.

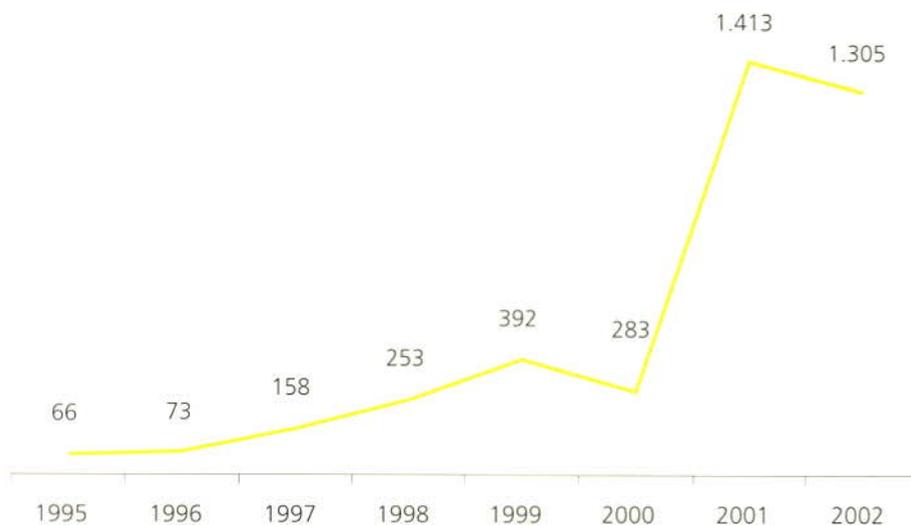
Ações de saneamento básico		
	Municípios atendidos	Famílias beneficiadas (1995-2001)
Água	1.438	1.816.770
Banheiro	1.904	678.305
Esgoto	461	764.667

Fonte: Ministério da Saúde

- No total, os recursos saltaram de R\$ 66 milhões, em 1995, para R\$ 1,3 bilhão, em 2002, nos diversos programas do Ministério da Saúde em saneamento: água, esgoto, lixo, drenagem, melhorias habitacionais e sanitárias domésticas e para populações indígenas.

Água, esgoto, lixo e outras melhorias sanitárias

Recursos aplicados pelo Ministério da Saúde
em todos os programas de saneamento em R\$ 1 milhão



Fonte: Ministério da Saúde

Câncer de colo do útero: 37 milhões de exames preventivos

Em 1995, durante uma conferência mundial sobre a mulher, realizada na China, o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver um programa nacional para controle do câncer de colo do útero, que está na origem de 16% das mortes por câncer em mulheres brasileiras da faixa etária de 35 a 49 anos.

- Em 1997, surgiu o projeto-piloto Viva Mulher em seis localidades (Curitiba, Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Belém e Estado de Sergipe).
- Com base nessa experiência, em 1998 o programa chegou a 98% dos municípios brasileiros, com a realização de mais de 3 milhões de exames. Entre agosto de 1998 e julho de 2002, atingiu-se a marca de mais de 37 milhões de exames.

Programa Viva Mulher

Ações para controle do câncer de colo do útero em todo o País
de agosto de 1998 a julho de 2002

Exames de Papanicolau realizados em todas as faixas etárias	37 milhões
Equipamentos de cirurgia de alta frequência distribuídos	326
Ginecologistas treinados para cirurgias de alta frequência	123
Profissionais capacitados em coleta do exame citopatológico	3.446
Profissionais capacitados para o programa	2.009

Fonte: Inca/Ministério da Saúde

Saúde do idoso: vacinas contra a gripe e mutirões de cirurgias

Assim como as crianças e as mulheres, pela primeira vez os idosos passaram a contar com programas especiais voltados ao atendimento à saúde e prevenção de doenças.

- Uma das iniciativas de destaque foi a vacinação contra a gripe, a difteria e o tétano, promovida pelo Programa Valorização e Saúde do Idoso.
- Iniciada em 1999, a primeira campanha alcançou 7,5 milhões de pessoas acima de 65 anos. Em 2000, estendeu-se a vacinação para aquelas pessoas com mais de 60 anos. Em 2001, mais de 10,7 milhões de idosos foram imunizados contra a gripe, atingindo cobertura vacinal de 82%, ou seja, de cada cinco idosos, quatro receberam a vacina. Isso ajudou a reduzir a incidência de doenças do aparelho respiratório e a procura por atendimento nos hospitais e nos postos de saúde. Estima-se que mais de 8 mil internações hospitalares por complicações da gripe foram evitadas por ano.
- Nos últimos anos, o Ministério da Saúde realizou campanhas nacionais para atendimento de portadores de catarata, varizes e doenças da próstata, típicas dos idosos. Os mutirões de cirurgias realizados no período das campanhas diminuíram as filas de espera, que em muitos casos podia durar vários anos, e reduziram a demanda por atendimento. Com a cirurgia de catarata, os idosos voltaram a enxergar bem.

Mutirões de cirurgias

Doença	Cirurgias realizadas
Catarata (maio de 1999 a julho de 2002)	886.453
Próstata (maio de 1999 a julho de 2002)	126.526
Varizes (maio de 1999 a julho de 2002)	210.166
Retinopatia diabética* (abril de 2000 a julho de 2002)	200.953

Fonte: Ministério da Saúde; * Tratamento a laser, chamado de fotocoagulação

- Na humanização do atendimento, destacam-se a permissão de acompanhamento ao idoso hospitalizado e a criação do Programa Nacional de Cuidadores de Idosos, além de campanhas contra os maus-tratos.
- Para melhorar a assistência ao idoso, o Ministério da Saúde estabeleceu normas para cadastramento de 74 Centros de Referência em Assistência à Saúde do Idoso e também o Programa de Assistência aos Portadores da Doença de Alzheimer. Até novembro de 2002, 26 centros já haviam sido criados.
- Em 2002, somente para o pagamento da assistência domiciliar de alta complexidade para idosos e internações em hospital-dia serão utilizados R\$ 25 milhões. Para o custeio dos Centros de Referência em Assistência à Saúde do Idoso serão destinados R\$ 34 milhões.

O sucesso dos genéricos

Resultado da intervenção direta do Governo Federal no mercado de medicamentos, a introdução dos genéricos barateou o custo dos remédios nas prateleiras das farmácias em um curto espaço de tempo. Durante quase uma década, o projeto de lei dos genéricos no Brasil ficou marcando passo no Congresso Nacional até virar lei, finalmente, em 1999. Em 2000, foram registrados os primeiros produtos desse tipo no País. Desde então, vieram os seguintes resultados:

- Os genéricos são 40% mais baratos, em média, que os remédios de marca e têm a mesma garantia quanto aos efeitos terapêuticos. Em alguns casos, o preço do genérico chega a ser mais de 70% menor.
- Dados de novembro de 2002 indicam que existem 696 medicamentos genéricos registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dos quais mais de 500 já estão nas prateleiras das farmácias à disposição dos consumidores. Os registros envolvem 37 laboratórios e 245 diferentes princípios ativos, dentre os quais antibióticos, antiinflamatórios, para tratamento de diabetes e pressão alta. Há ainda mais 86 princípios ativos em fase de avaliação aguardando registro na Anvisa.
- De acordo com levantamento da Anvisa, o Brasil já produz, mensalmente, mais de 10 milhões de unidades de genéricos e comercializa 11,9 milhões de unidades, que representam R\$ 73,9 milhões de vendas, de acordo com dados de maio de 2002. A quantidade de genéricos vendida era equivalente a 8,9% do mercado total de medicamentos no País.
- Cerca de 95% dos brasileiros conhecem os genéricos, e 48% dos consumidores pedem por eles nas farmácias, segundo pesquisa promovida pelo Ministério da Saúde.

O mercado de genéricos no Brasil

Indicadores	Junho de 2000	Mai de 2002	Varição (%)
Produção mensal (unidades)	2,7 milhões	10,2 milhões	278%
Venda mensal (unidades)	2,0 milhões	11,9 milhões	495%
Venda mensal (R\$)	R\$ 7,7 milhões	73,9 milhões	860%
Participação no mercado total (quantidade vendida)	1,5%	8,9%	—
Participação no mercado total (R\$)	0,6%	5,4%	—
Oferta nas prateleiras (novembro de 2002)	Registrados e comercializados		
Princípios ativos	245		
Apresentações comerciais	2.271		
Laboratórios responsáveis	37		

Fonte: Ministério da Saúde; Mercado de medicamentos genéricos – junho de 2000 a maio de 2002, Anvisa

- A Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, autorizou o Poder Executivo a promover medidas especiais relacionadas ao registro, à fabricação, ao regime econômico-fiscal, à distribuição e à liberação de medicamentos genéricos. Isso possibilitou à Anvisa criar uma norma técnica para registro de medicamento genérico, o que foi feito usando regulamentações internacionais como base. Quando a Lei foi promulgada, não existia nenhum medicamento genérico registrado no Brasil.

Venda de genéricos no Brasil

Em milhões de unidades
de junho de 2000 a junho de 2002



Fonte: Anvisa

Mais medicamentos para distribuição gratuita

Por meio de uma parceria entre o Governo Federal, os estados e as prefeituras, a distribuição gratuita de remédios à população mais carente teve um grande impulso. Os medicamentos estão divididos em três categorias: os básicos, os estratégicos e os excepcionais.

Medicamentos básicos

São os mais utilizados nas Unidades Básicas de Saúde (postos e centros de saúde) e pelas equipes de Saúde da Família. Compõem uma cesta básica com 42 medicamentos, entre os quais se destacam antiinflamatórios, antitêrmicos, vermífugos, antiparasitários, analgésicos, diuréticos e aqueles destinados a combater a asma, a anemia, a úlcera gástrica, a hipertensão e a diabetes.

Em 1997, os medicamentos básicos eram suficientes para a cobertura de 26 milhões de pessoas. Em 2001, a cobertura dos programas passou para 107,5 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 81,2 milhões ou 313%. Portanto, o programa já atendia, naquela data, 65% da população do País ou 83% da população dependente do SUS.

Fazem parte os seguintes programas:

- *Assistência Farmacêutica Básica* – O Governo Federal financia 50%, e os estados e os municípios os outros 50% para aquisição e distribuição de remédios, que é feita pelos próprios estados e prefeituras. Em 1997, foram distribuídas 11.768 farmácias básicas aos 4.178 municípios cobertos, beneficiando mais de 35 milhões de habitantes.
- *Farmácia Popular* – O Governo Federal compra e distribui os medicamentos para reforço ou ampliação do programa de Assistência Farmacêutica Básica. A Farmácia Popular consiste de um *kit* de medicamentos, com mais de 30 itens de atenção básica, pesando 80 quilos. O Ministério da Saúde monta os *kits* e os envia às prefeituras ou diretamente aos postos e equipes do Saúde da Família para distribuição gratuita entre a população. Quando uma equipe do Saúde da Família diagnostica uma doença durante o atendimento médico residencial, imediatamente é fornecido o remédio necessário ao tratamento do paciente. Ao final de 2002, terão sido distribuídos 58.230 *kits* em cerca de 4.051 municípios, beneficiando aproximadamente 50 milhões de pessoas.
- *Programa Especial de Hipertensão e Diabetes* – Representou gastos de R\$ 80 milhões, em 2002, consumidos para aquisição, por conta do Ministério da Saúde, de remédios essenciais para essas duas doenças. Por meio de campanhas nacionais, foram identi-

ficados e cadastrados os hipertensos (pessoas que têm pressão alta) e os diabéticos. O Ministério passou a comprar os remédios principais para esses males e a enviá-los para distribuição gratuita pelos estados e pelas prefeituras. Em 1997, eram atendidos 1,092 milhão de pessoas, atendimento que subiu para 4,75 milhões, em 2001, e para 6 milhões em agosto de 2002.

- Essas duas doenças estão entre as que mais matam no Brasil, e muitas dessas mortes podem ser evitadas se os pacientes forem tratados adequadamente. São 8 milhões de hipertensos, dos quais 4 milhões tratados nesse programa. Os outros podem receber medicamentos de estados e prefeituras por meio da Assistência Farmacêutica Básica ou da Farmácia Popular ou, ainda, comprar seus próprios medicamentos. Os diabéticos são 1,34 milhão. O Ministério da Saúde distribuiu remédios nesse programa para cerca de 850 mil diabéticos. Há, ainda, mais cerca de 500 mil dependentes de insulina, dos quais boa parte recebe o produto pelo SUS. O número de hipertensos e diabéticos (8 milhões e 1,34 milhão, respectivamente) é uma estimativa com base em cálculos de população e incidência de doenças.

Medicamentos estratégicos

São aqueles utilizados para o tratamento de doenças de perfil endêmico, aquelas que ocorrem com incidência significativa em uma determinada região ou população, como tuberculose, hanseníase, Aids, malária, esquistossomose, filariose ou tracoma. Também se destinam ao tratamento de diabetes e hemofilia. O Ministério da Saúde compra os remédios e distribui aos estados e aos municípios.

Medicamentos estratégicos			
População assistida nos principais programas			
Programa	1997	2002	Variação (%)
Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids	35.900	140.000	289,97%
Hemoderivados	4.000	7.600	90%
Pneumologia Sanitária	48.200	100.000	107,46%
Hanseníase	58.100	70.000	20,48%
Insulina (diabete insulino dependente)	182.000	355.450	95,3%
Saúde da Mulher	300.000	2.700.000	800%

Fonte: Ministério da Saúde

Medicamentos excepcionais

São aqueles de uso continuado e, em geral, de alto custo, integralmente financiados pelo Ministério da Saúde por meio da transferência às secretarias estaduais de saúde para aquisição e distribuição aos portadores.

- Até 1996, eram atendidos pacientes em hemodiálise e transplantados. A partir de 1997, foram sendo incluídos, gradativamente, medicamentos destinados a doenças neurológicas, osteoporose, hepatites e doença de Gauchê.
- Em 2002, estavam sendo incluídos: colírio para glaucoma, doença de Alzheimer, anemia falciforme; doenças genéticas (identificadas pela triagem neonatal como a fibrose cística, anemia falciforme, fenilcetonúria, hipotireoidismo e talassemia), dor crônica, hepatite C, asma grave, colesterol, doença de Parkinson, hiperplasia, artrite reumatóide, esclerose lateral amiotrófica, doença de Crohn, epilepsia de difícil controle, esquizofrenia refratária, esclerose múltipla e osteoporose.
- A população assistida cresceu 384% entre 1997 e 2001, passando de 22.600 para 109.500. Com a desoneração dos impostos em 2002, os medicamentos excepcionais chegarão a 338 mil pessoas, com distribuição de 90 medicamentos.
- Um dos destaques é o tratamento de câncer. Houve um enorme crescimento nos medicamentos na área de oncologia para pacientes com necessidade de quimioterapia e já incluídos nos respectivos procedimentos ambulatoriais ou hospitalares pagos pelo SUS. Em 2001, 151 mil pessoas foram atendidas, com recursos de R\$ 307 milhões.
- É importante diferenciar o conceito de “cobertura” do conceito de “atendimento ao portador”. O programa da Aids atende o portador da doença, ou seja, há um número conhecido de pacientes que efetivamente recebem o medicamento. O programa de medicamentos básicos trabalha com o conceito de cobertura. Os medicamentos fornecidos ou co-financiados são estimados para atender às necessidades de uma determinada população (a população da cidade), não significando que todos recebem o medicamento, pois nem todos necessitam dele. O mesmo ocorre com o conceito de internação. A rede hospitalar deve ser suficiente para a cobertura estimada das necessidades de internação da população.
- A produção dos laboratórios públicos (federais e estaduais), inteiramente destinada aos programas de assistência farmacêutica gratuita, é um dos indicadores seguros do crescimento desse esforço para favorecer a população mais carente. A produção pública de medicamentos, que em 1997 foi de 2,18 bilhões de unidades farmacêuticas (comprimidos, cápsulas, líquidos, semi-sólidos e injetáveis), passou para 3,99 bilhões de unidades em 2001, isto é, um crescimento de 92%.

Evolução dos gastos com programas de medicamentos

Em R\$ milhões

	1997	2001	2002
Ministério da Saúde	740,2	1.497,6	1.684,7
1. Medicamentos Básicos	45,0	213,2	327,9
Assistência Farmacêutica	-	168,2	172,4
Farmácia Popular	45,0	45,0	75,5
Hipertensão e Diabetes	-	-	80,0
2. Estratégicos	524,6	834,9	867,3
3. Excepcionais	170,6	449,5	468,07*
Estados e municípios (Medicamentos Básicos)	45,0	168,2	172,4
Total	785,2	1.665,8	1.875,1

Fonte: Ministério da Saúde; * Previsão com base nos gastos realizados de janeiro a setembro de 2002

- Governo Federal criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tem as funções de orientar e regular a fabricação, a distribuição e a venda de medicamentos e produtos que afetam a saúde da população. Também é responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, pelo Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados e pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares, além de exercer a fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras.

Combate à Aids: reconhecimento internacional

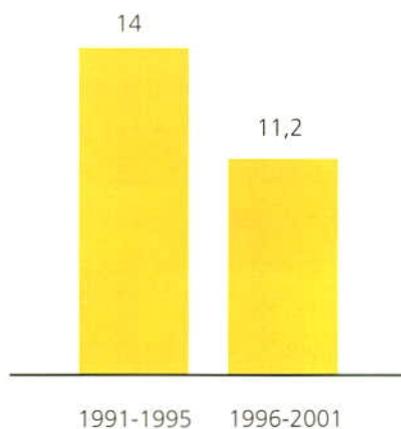
A eficácia das políticas do Governo Federal no combate à Aids é hoje reconhecida internacionalmente e serve de modelo de ação bem-sucedida na prevenção, no controle e na assistência aos portadores do vírus HIV. Alguns dos resultados:

- O Ministério da Saúde conteve a velocidade com que a doença vinha progredindo no Brasil, que hoje tem a metade dos casos que o Banco Mundial projetava para o ano 2000.
- A partir de 1996, as taxas de incidência dos casos de Aids começaram a apresentar uma estabilização em torno de 14,5 casos por 100 mil habitantes. No fim da década passada, foi percebido um decréscimo da incidência da doença. Entre 1999 e 2000, a taxa de 13,6 casos por 100 mil habitantes caiu para 12,4 casos.
- Entre 1995 e 1999, caiu pela metade o número de mortes em decorrência da Aids, passando de 12 por 100 mil habitantes, em 1995, para 6 por 100 mil habitantes, em 1999.

A Aids no Brasil: o antes e o depois

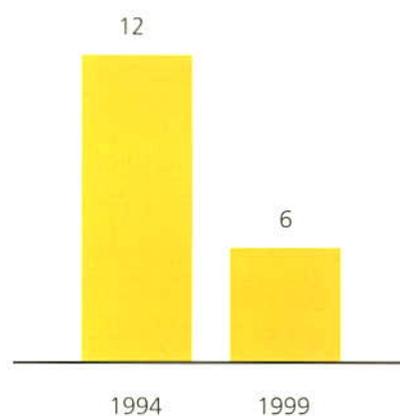
Menos doentes

Casos de Aids por
100 mil habitantes



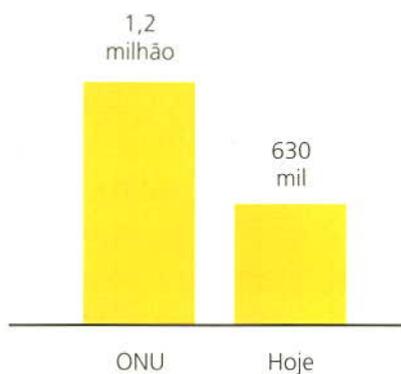
Menos mortos

Número de óbitos por
100 mil habitantes



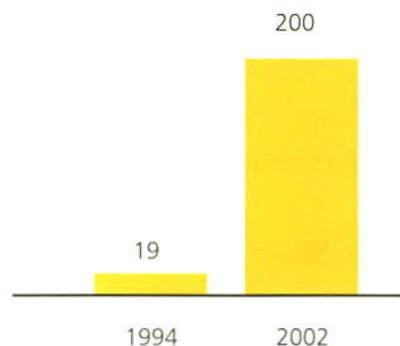
A previsão que não se confirmou

Casos de Aids



Mais camisinha

Preservativos comprados
pelo Governo (milhões)



Fonte: Mensagem ao Congresso Nacional, 2002

- O modelo brasileiro de combate à Aids permitiu em seis anos uma significativa melhoria de qualidade de vida do paciente portador do vírus HIV/Aids. Nesse período, foi reduzido o custo do tratamento em 48% e foram diminuídas a quantidade e a

duração das internações. Em 1996, ocorriam em média 1,7 internação por pacientes com HIV/Aids. Em 2001, foi registrada 0,3 internação por paciente, o que representa uma redução de 82%.

- Reduziu-se também a necessidade de tratamentos mais complexos. Entre 1996 e 2001, a ocorrência de tuberculose em pacientes com Aids reduziu 65%.
- As campanhas de prevenção do Ministério da Saúde têm um papel educativo muito relevante para a mudança de comportamento. O uso de preservativo na primeira relação subiu para 48% em 1999 (em meados da década de 1980, essa progressão era de apenas 5%). O brasileiro adota, cada vez mais, práticas seguras para evitar contrair o vírus HIV.
- Somente em 2000, foram distribuídas 78,4 milhões de camisinhas pelo Ministério da Saúde. Em 2001, a quantidade ficou em cerca de 125 milhões. Em 2002, estão sendo distribuídos cerca de 200 milhões de unidades, mais de dez vezes superior ao de 1994 (19 milhões de unidades).
- Para realização de exames e atendimento aos portadores de HIV/Aids, foram implantados 74 hospitais/dia; 54 atendimentos domiciliares terapêuticos e 700 serviços de assistência especializada, além do credenciamento de 375 hospitais convencionais entre março de 1994 e 2001.
- O Brasil é o único país em desenvolvimento que oferece um apoio tão decidido aos que contraíram a doença: cerca de 120 mil pacientes são beneficiados pela distribuição gratuita de remédio anti-retrovirais de última geração pela rede pública de saúde. Na aquisição e distribuição são aplicados em torno de R\$ 550 milhões anuais.

A vitória na guerra internacional das patentes

Graças a uma atuação firme e de grande repercussão internacional, o Governo Federal conseguiu baixar os preços dos medicamentos destinados ao tratamento de portadores do HIV, num episódio que ficou conhecido como “guerra das patentes”. Entre 1997 e 2001, a redução no preço do medicamento foi de 48%. No Brasil, o tratamento anual por drogas anti-retrovirais custa em média US\$ 2,5 mil, enquanto nos Estados Unidos e na Europa esse valor é em torno de US\$ 10 mil. Tal redução foi possível em decorrência das intensas ações junto aos organismos internacionais em torno da questão das patentes.

- No começo de 2001, o Ministério da Saúde anunciou que podia quebrar a patente dos remédios Efavirenz e Nelfinavir, integrantes do coquetel de tratamento da Aids, caso os laboratórios Merck Sharp & Dohme e Roche não reduzissem o preço. Os dois

remédios teriam a fórmula “copiada” e passariam a ser fabricados na Far-Manguinhos, o Instituto de Tecnologia em Fármacos, ligado à Fiocruz e ao Ministério. O Brasil apoiou-se na Lei das Patentes, que permite ao País conceder “licença compulsória” de produção local em caso de preços abusivos ou de emergência nacional.

- Os Estados Unidos entraram com queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a lei brasileira e a possibilidade de licenciamento compulsório.
- O Brasil obteve importantes apoios, como a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que aprovou resolução definindo o acesso aos medicamentos como questão de direitos humanos. Foram 52 votos a favor e uma abstenção, dos EUA. Também a Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou o acesso a medicamentos para Aids como um direito humano fundamental.
- Mais de 50 países alinharam-se com o Brasil para tornar menos rigorosas as regras de restrição à fabricação de remédios patenteados. Os Estados Unidos retiraram a queixa na OMC.
- Mas foi no final da 4ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, no Catar, em novembro de 2001, que o Brasil conquistou a vitória definitiva na “guerra das patentes”. Ali ficou reconhecido internacionalmente o princípio de que a saúde pública tem precedência sobre o direito de patentes. Durante a assembléia de encerramento do encontro, os 142 países-membros da OMC aprovaram declaração, proposta inicialmente pelo Brasil, garantindo que o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (Acordo de Trips) não se sobrepõe às questões de saúde pública.
- O texto aprovado refere-se à negociação com os laboratórios multinacionais detentores de patentes e garantiu aos laboratórios locais a possibilidade de produzir medicamentos quando necessário, inclusive em casos de preços abusivos. Cabe a cada país definir as regras para conceder o licenciamento compulsório e os critérios para determinar o que concretiza uma emergência nacional no campo de saúde pública.

Prevenção e controle de doenças transmissíveis

O Brasil vem alcançando resultados cruciais na prevenção e no controle de doenças transmissíveis e dispõe do mais completo programa de imunizações do mundo. O País saltou de 214 milhões para 322 milhões de doses anuais de vacinas e soros de meados da década para 2001. Tem em seu calendário básico todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. São 45 tipos de imunobiológicos disponíveis gratuita-

mente em todo o País para toda a população. Em caráter de rotina, há também vacinação, nas crianças menores de dois anos de idade, contra a bactéria causadora da meningite infantil.

A seguir, alguns dos principais resultados obtidos:

- *Poliomielite* – O Brasil é o único país que consegue, em um único dia, como acontece nas campanhas de vacinação contra poliomielite (paralisia infantil), ativar 131 mil postos de saúde, mobilizar 530 mil pessoas, entre profissionais de saúde e voluntários, e vacinar mais de 17 milhões de crianças. A doença, que pode deixar seqüelas graves e até mesmo matar, chegou a acometer 3.596 crianças no ano de 1975, mas foi totalmente erradicada do nosso País a partir de 1990. O Governo Federal manteve essa erradicação apesar das epidemias que ocorreram em vários países da África e da Ásia durante a última década.
- *Sarampo* – Chegava a atingir de 2 a 3 milhões de crianças nos anos epidêmicos na década de 70, encontra-se sem registro de casos autóctones no País desde dezembro de 2000.
- *Difteria* – Também era muito presente entre as crianças. Apresentou, em 2001, apenas 19 casos confirmados de 130 notificados, isto é, houve uma redução superior a 99%, quando comparado ao registrado em 1980, que foi de 4.646. Os óbitos por essa doença reduziram-se de 266 para 10 nesse mesmo período.
- *Tétano neonatal* – A redução obtida foi de 584 casos, em 1982, para 33 casos em 2001. As mortes por essa causa também se reduziram 17 vezes, de 470 ocorrências, em 1982, para 27, em 2001. Com esses dados, o Brasil já atingiu a meta de incidência inferior a um caso por mil nascidos vivos, considerada pela Organização Panamericana de Saúde (Opas) como indicativa da eliminação dessa doença como problema de saúde pública.
- *Cólera* – Em 1998, ocorreram 2.745 casos de cólera em todo País. Em 2001, esse número caiu para apenas sete casos. Em 2002, não há registro de casos. Esse resultado é fruto das várias ações implantadas, como o monitoramento, pelas secretarias municipais e estaduais de saúde, das doenças diarréicas agudas em 3.371 municípios, distribuição de hipoclorito e de material informativo para populações com dificuldades de acesso à água tratada.
- *Doença de Chagas* – Responsável por cerca de 100 mil casos novos por ano ao final da década de 1970, a Doença de Chagas encontra-se com a transmissão vetorial pelo *Triatoma infestans* completamente interrompida em dez estados, inclusive em Minas Gerais, onde foi descoberta. Espera-se para 2003 a certificação da interrupção pela Opas no Paraná, no Rio Grande do Sul e na Bahia, os três estados restantes.

- *Malária* – Em 1999, o número de casos de malária no país atingiu 637 mil, com tendência de crescimento. Em agosto de 2000, foi lançado o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária (PIACM), no qual foram priorizadas ações em 254 municípios da Amazônia Legal, em parceria com estados e prefeituras. Em 2001, foram registrados 389 mil casos da doença, isto é, 248 mil a menos que dois anos antes, uma redução de 40%. Estima-se que foram evitadas 800 mil novas vítimas da malária no período 2000-2001. Nas áreas indígenas, a redução alcançada foi de 63%.
- *Filariose* – Está sendo interrompida a transmissão de filariose, que permanecia de forma endêmica em três capitais: Belém, Recife e Maceió. Em Maceió, a prevalência está próxima de zero, bastante próxima da interrupção da transmissão da doença. Na região metropolitana de Recife, onde a doença tinha sua maior prevalência, o número de casos caiu de 1.713, em 2000, para 897 casos, em 2001.
- *Febre amarela* – A partir de 1998, foi intensificada a vacinação nas áreas endêmicas e de risco, assim como de pessoas que para lá se destinassem. No período 1998-2001, aplicaram-se 63,4 milhões de doses da vacina. Essa ação possibilitou manter sob controle a febre amarela silvestre (em 2000, foram registrados 85 casos e 41 em 2001) e, principalmente, manteve-se erradicada a febre amarela urbana.
- *Dengue* – O Brasil sofreu importantes surtos epidêmicos de dengue, assim como vários países tropicais do mundo. O número de municípios infestados pelo mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença, chegou a 3.529 em 2001, com um número de 358 mil casos notificados entre janeiro e junho daquele ano. Já em 1995, o Governo Federal implementou um plano de intensificação das ações de controle da doença. Entre 1997 e 2000, foi colocado em prática um plano de controle do mosquito *Aedes aegypti*, levado a todo o País, especialmente nos municípios localizados nas áreas de maior incidência da doença. O Ministério da Saúde transferiu a 4.210 municípios o equivalente a R\$ 374 milhões para o combate à dengue. Em julho de 2002, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Controle da Dengue, ampliando os recursos que chegam a mais de R\$ 1 bilhão e incluindo um forte componente de informação e mobilização social.
- *Hanseníase* – Tem apresentado uma redução significativa de sua prevalência, de 16,4 casos por 10 mil habitantes, em 1985, para 4,7 em 2000, aproximando-se da meta proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de eliminar essa doença como problema de saúde pública, com a redução de sua prevalência para 1,0 por 10 mil habitantes no ano de 2005.

Brasil, o segundo do mundo em transplantes

A partir da edição da Lei dos Transplantes e da sua regulamentação, em 1997, o Ministério da Saúde começou um intenso trabalho para organizar o Sistema Nacional de Transplantes, implantar listas únicas de receptores e criar centrais estaduais de transplantes para, assim, reduzir as filas de espera por órgãos. O Brasil já é o segundo país do mundo em número de transplantes.

- Com o impacto da regulamentação da atividade de transplantes, do aumento de recursos para os procedimentos e da compra de medicamentos para os transplantados, houve grande crescimento do número de cirurgias realizadas. Entre 1997 e 2001, o número de transplantes por ano cresceu 83,85%, passando de 3.932 para 7.229. Para 2002, está prevista a realização de 7.895 transplantes – até agosto foram realizadas 5.922 cirurgias. No quadro, o detalhamento da evolução.

Crescimento dos transplantes realizados pelo SUS (1997-2001)

Rim	70%
Córnea	81%
Coração	80%
Medula óssea	99%
Fígado	168%
Pâncreas	200%
Pulmão	1.600%

Fonte: Ministério da Saúde

Expansão da assistência aos índios

Desde que o Ministério da Saúde assumiu integralmente a saúde indígena, em 1999, vários avanços foram verificados. O mais expressivo foi a queda na taxa de mortalidade infantil. Estima-se que essa taxa no ano de 1998 era de 130 em cada grupo de mil crianças nascidas vivas. Em 2001, caiu para 57,2 por mil, representando uma redução de 56%. Em algumas áreas, como o Espírito Santo, a mortalidade infantil se reduziu a zero em 2001.

- Os recursos para assistência à população indígena tiveram acréscimo significativo nos últimos anos. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa, responsável também pela saúde indígena) destinou R\$ 62,4 milhões para o setor em 1999. No ano passado,

foram empregados mais de R\$ 190 milhões, o que representa um acréscimo de quase 206%.

- As ações do Governo Federal incluem o atendimento materno-infantil, com ênfase no combate à desnutrição, no controle de enfermidades infectoparasitárias (como malária, tuberculose, infecções respiratórias e verminoses), bem como a vacinação da população indígena, entre outras iniciativas.
- Em quase três anos, o Ministério da Saúde estruturou o atendimento aos índios por intermédio de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Os DSEIs integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS), um avanço do setor de saúde brasileiro.
- A inexistência, até então, de uma política setorial no SUS que atendesse à diversidade dos povos indígenas comprometia o acesso adequado às ações de saúde, impossibilitando o exercício da cidadania e a garantia das diretrizes estabelecidas na Constituição, no que diz respeito ao atendimento de saúde diferenciado aos índios.

Descentralização das ações de saúde

O Governo Federal implementou uma série de políticas de transferências de recursos para estados e municípios visando à descentralização do SUS. Foi implantado o Piso de Atenção Básica fixo, recurso transferido mensalmente aos municípios para organização das ações de atenção básica. O PAB financia antecipadamente as ações desta área de acordo com o tamanho da população de cada município. Assistiu-se também a um aumento expressivo de outras modalidades de transferências diretas do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais.

- O PAB foi implantado em 1997. Foram identificados os gastos realizados em atenção básica em cada município. Na grande maioria, os gastos eram inferiores a R\$ 5 *per capita*. Estabeleceu-se em R\$ 10 o valor *per capita* mínimo e os pagamentos por faturamento (consultas de clínico geral, suturas simples) foram suspensos. Partindo do zero, em 1997, muitos municípios passaram a montar sistemas de atenção básica. Hoje, são 5.534 os municípios que recebem esse repasse diretamente do Ministério da Saúde. Em 2002, serão quase R\$ 2 bilhões.
- Promoveu-se também uma intensa transferência de responsabilidades, atribuições e recursos. Mais de 500 municípios habilitados na Gestão Plena do Sistema Municipal

foram habilitados para atuar como gestores do SUS, assumindo a condução direta dos atendimentos à população em todos os níveis de complexidade.

- Em abril de 1999, o Ministério da Saúde criou o Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação (Faec) com o objetivo de garantir o financiamento federal para procedimentos de alta complexidade e para as áreas estratégicas e prioritárias da saúde pública.
- Além da definição clara das competências da União, estados e municípios nas ações de epidemiologia e controle de doenças, foi também estabelecida a Programação Pactuada Integrada, que estabelece as atividades a serem executadas e as metas a serem atingidas para cada unidade da Federação, assim como os correspondentes recursos financeiros necessários à sua consecução.
- Nos últimos anos, foram ampliados de R\$ 300 milhões para R\$ 718 milhões (R\$ 547 milhões de recursos federais e R\$ 171 milhões de contrapartida de estados e municípios) os recursos destinados ao custeio das ações de epidemiologia e controle de doenças. Implantou-se um novo modelo de repasse de recursos para estados e municípios. A forma de convênio – demorada e burocrática – foi substituída pela transferência fundo a fundo, rápida, prática e transparente.
- A Funasa cedeu para estados e municípios 26 mil servidores que exerciam atividades de campo de controle de endemias. Também foram cedidos da Funasa bens móveis e imóveis utilizados na execução das ações descentralizadas.
- A assistência ambulatorial e hospitalar também se expandiu, como pode ser verificado no balanço da frequência anual de cirurgias, a seguir.
- O número de sessões de hemodiálise passou de 3,3 milhões em 1995 para 6,58 milhões em 2001, correspondendo a um acréscimo de 95,1%. Para 2002, está prevista a realização de 6,7 milhões de sessões. Até agosto deste, ano já foram realizadas 4,46 milhões de sessões de hemodiálise.

Evolução das cirurgias na rede pública (1995-2001)

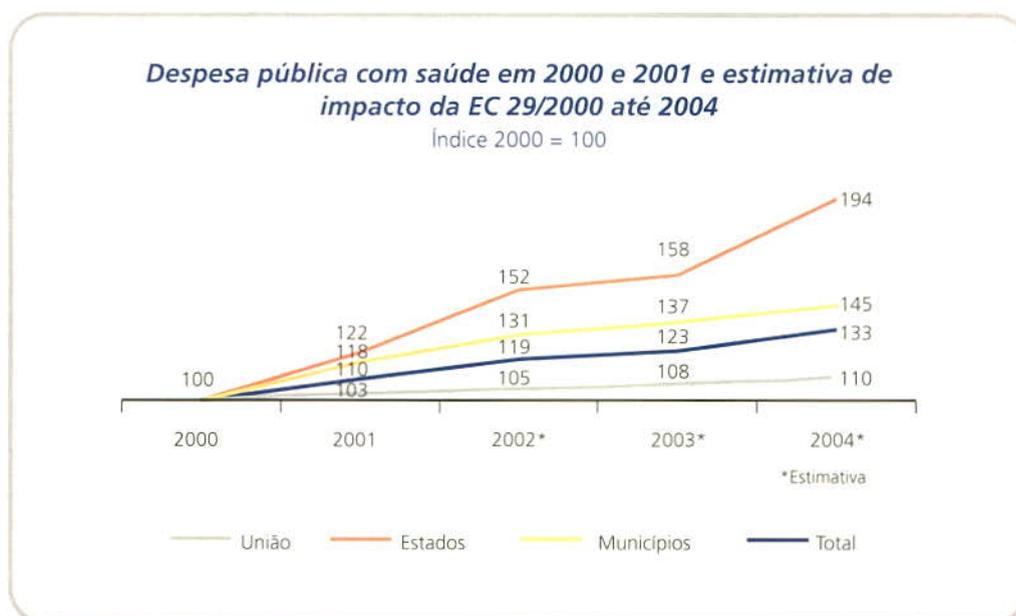
Tipo	1995	2001	Aumento
Cardíaca	51.390	78.141	52,05%
Otorrinolaringológica	42.202	58.432	58,46%
Oncológica	43.418	58.400	34,51%
Ortopédica e traumatológica	569.351	637.622	11,99%
Geral	663.360	766.978	15,62%

Fonte: Ministério da Saúde

Mais dinheiro para os serviços públicos de saúde

Com a Emenda Constitucional 29/2000, o Governo Federal garantiu a expansão dos recursos públicos para o setor de saúde. Estima-se que as despesas com ações e serviços públicos de saúde poderão aumentar mais de 30% entre 2000 e 2004. Isso está sendo feito, pois a emenda estabeleceu a vinculação de recursos orçamentários da União, estados e municípios para despesas com saúde, à semelhança do que já vem sendo feito com sucesso no setor de educação.

- No caso da União, a EC nº 29/2000 determina que, para o ano 2000, o montante mínimo aplicado em ações e serviços públicos de saúde deveria ser acrescido de 5% em relação a 1999, sendo corrigido pela variação nominal do PIB a partir de 2000.
- Para os estados e os municípios, os percentuais mínimos de vinculação de sua receita de impostos deverão chegar a 12% e 15% em 2004, respectivamente. Foram estipulados o valor mínimo de aplicação em 7% em 2000 e uma regra de progressão gradual entre 2001 e 2003 para os estados que em 2000 não aplicavam os percentuais mínimos estabelecidos para 2004.
- Dessa forma, buscou-se um aumento gradual para os gastos em saúde, visando minimizar as disparidades existentes em ações e serviços públicos de saúde pelos 26 estados, Distrito Federal e os 5.559 municípios do Brasil.
- Como mostram o gráfico e a tabela a seguir, de acordo com estudos e projeções feitos, é possível observar que o impacto da EC nº 29/2000 representará um acréscimo de mais R\$ 12 bilhões para a execução das ações e dos serviços públicos de saúde.



Impacto da Emenda Constitucional 29/2000 nas despesas públicas de saúde

em R\$ milhões de 2001

Esfera de governo	2000 Empenhado	2001 Empenhado	2002 Estimativa	2003 Estimativa	2004 Estimativa	Recursos adicionais (2001/2004)
União	21.744	22.474	22.924	23.382	23.850	2.106
Estados	6.745	8.262	10.221	10.672	13.099	6.354
Municípios	7.850	9.229	10.247	10.719	11.357	3.507
Total	36.339	39.965	43.392	44.772	48.305	11.967

Fonte: Ministério da Saúde

Controle do tabagismo e outras iniciativas na área do câncer

- Os esforços de prevenção e vigilância para o controle do câncer tiveram um grande estímulo com a aprovação, em dezembro de 2000, da Lei Federal nº 10.167, que banuiu a propaganda do cigarro dos veículos de comunicação de massa, bem como de *outdoors*, placas e cartazes luminosos. A publicidade do tabaco ficou restrita à parte interna dos locais de venda do produto, por meio de pôsteres, painéis e cartazes.
- A lista de proibições ao cigarro incluiu ainda: a distribuição de qualquer tipo de brinde associado ao produto; a venda em estabelecimentos de ensino e saúde; o consumo em aviões e a venda pelo correio, além da propaganda indireta conhecida como *merchandising*.
- O Instituto Nacional do Câncer é o responsável pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, que busca a capacitação gerencial e técnica das secretarias municipais de saúde para ações em nível local, como a criação de ambientes de trabalho livres do cigarro.
- A assistência aos pacientes com câncer mediante uso de tecnologia e medicamentos de alto custo recebeu atenção especial. Em 2001, o registro foi o seguinte: cirurgias (12.956), aplicações de quimioterapia (35.702) e transplantes de medula óssea (83), um cenário bem mais esperançoso do que em meados da década.
- O Ministério da Saúde organizou a Rede Nacional de Assistência aos pacientes com câncer, formada por 262 serviços de oncologia. Foram incorporados novos procedimentos na tabela do SUS e houve significativo aumento de tratamentos mais

complexos. O gasto anual em oncologia passou de R\$ 393 milhões, em 1997, para R\$ 662 milhões, em 2001, um crescimento de 69%.

Regulamentação dos planos de saúde

Pela primeira vez em quase quatro décadas de existência, os planos de saúde passaram a ter regulamentação e fiscalização efetiva por parte do Governo Federal. Isso passou a ocorrer com base em uma nova legislação (a Lei nº 9.656, sobre Planos Privados de Assistência à Saúde) e com a criação de uma agência reguladora para o setor (a Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS). Os mais de 34 milhões de consumidores de planos de saúde passaram a ter direitos claramente definidos e instâncias administrativas a quem recorrer contra os abusos.

- Nos seus *três anos* de existência, a ANS completou a regulamentação básica do setor e *atendeu* a 32 mil consultas (72.854 demandas de consumidores, sendo 64.473 esclarecimentos diversos e 8.381 denúncias contra operadoras). Encaminhou 8.381 denúncias de usuários, que, em conjunto com os mecanismos de fiscalização indireta, resultaram em medidas como: a exigência de 91 planos de recuperação das operadoras (obrigando-as a investir mais de R\$ 135 milhões); a aplicação de 1.797 multas; a liquidação extrajudicial de 11 operadoras e a decretação de direção fiscal para saneamento econômico-financeiro em outras 96.
- O processo de transição ainda não está finalizado, mas hoje são muito maiores as garantias dos usuários de planos de saúde, seja na manutenção de seu plano ou seguro, seja na garantia de atendimento de suas necessidades de saúde.
- Permanece, como grande desafio, acelerar a migração dos usuários com contratos anteriores à regulamentação, que ainda são a maioria (70% dos usuários) e sofrem ainda sérias restrições de cobertura assistencial, principalmente a exclusão de doenças e lesões preexistentes e com reajustes abusivos por faixa etária.
- Outro desafio é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do setor, que hoje movimenta mais de R\$ 25 bilhões por ano, e sua expansão sustentada, principalmente em relação aos planos coletivos empresariais, acompanhando o novo formato do mercado de trabalho brasileiro.

Dez conquistas da Lei dos Planos de Saúde

- Garantiu ampla cobertura assistencial, proibindo a exclusão de doenças e tratamentos, inclusive câncer, Aids e transplantes *como de rins e de córneas*.
- Proibiu o rompimento unilateral dos contratos por parte das operadoras, até mesmo para contratos antigos.
- Estabeleceu o controle de reajustes das mensalidades, até mesmo para os planos antigos. Em 2002, o reajuste máximo autorizado pela ANS foi de 7,69%. Nos seus três anos de existência, o reajuste acumulado autorizado pela ANS foi de 23,41%, enquanto o IGPM foi de 36,14%.
- Limitou os reajustes por faixa etária. A maior mensalidade hoje está limitada a seis vezes a menor mensalidade, e os usuários com mais de 60 anos e mais de 10 anos de plano não podem sofrer qualquer reajuste. Antes a maior mensalidade chegava a ser mais de 33 vezes maior que a da primeira faixa etária.
- Proibiu a seleção de risco por parte das operadoras, de forma inédita no mundo. As operadoras não podem recusar um usuário, seja por motivo de idade ou condição de saúde, mesmo em casos de doença e lesão preexistente, ou qualquer outro.
- Estabeleceu, também de forma inédita no mundo, uma inversão na lógica da doença e lesão preexistente, ao definir que só pode ser assim qualificada aquela que o consumidor é portador e sabe que é portador no momento da assinatura do contrato. Além disso, limitou os procedimentos que podem ser excluídos aos de alta complexidade e garantiu atendimento integral após dois anos de contrato. Antes, as exclusões, além de absurdas, permaneciam por todo o contrato.
- Limitou as carências a seis meses no máximo, exceto para parto (10 meses) e cobertura parcial temporária (até 24 meses).
- Garantiu o atendimento aos recém-nascidos e sua inscrição automática no plano dos pais, sem qualquer carência ou exclusão, inclusive de possíveis doenças congênitas.
- Aumentou a proteção à poupança do consumidor e a garantia de atendimento futuro ao obrigar as operadoras a constituir reservas financeiras que assegurem a continuidade de seus serviços. O total de reservas deve ultrapassar os R\$ 5 bilhões dentro *de* cinco anos.
- Proibiu as operadoras de encerrar suas atividades e simplesmente deixar seus consumidores sem atendimento, como era comum antes da regulamentação. O encerramento de atividades hoje só é autorizado após a garantia de atendimento dos consumidores, nas mesmas condições de seu contrato original, por outra operadora.

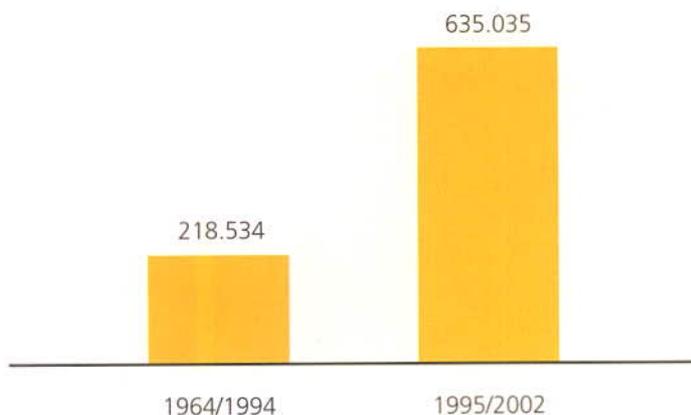
A maior reforma agrária do mundo contemporâneo

Em 8 anos, bem mais famílias assentadas do que em 3 décadas

A HERANÇA AGRÁRIA RECEBIDA PELO GOVERNO FEDERAL FOI BASTANTE PESADA. Elevada concentração fundiária, êxodo rural com a expulsão de pequenos agricultores, grilagem de terras e conflitos com alto grau de violência no campo caracterizavam a situação do campo no Brasil. Mudar este quadro tornou-se, além de um desafio, um compromisso político de resgate da cidadania no campo, de inclusão social e econômica de milhares de trabalhadores rurais e, principalmente, de instituir as bases do desenvolvimento rural sustentável. Iniciava-se assim a implementação do maior programa de reforma agrária do mundo contemporâneo em regimes democráticos.

- Depois de oito anos de governo, 635.035 famílias foram contempladas com o acesso à terra, entre 1995 e 2002. Além de promover a inserção de agricultores e trabalhadores rurais no processo de cidadania, reduzindo a pobreza rural e gerando milhares de empregos e ocupações no campo, o Programa de Reforma Agrária contribuiu decisivamente para a redução da violência no campo.
- Em comparação ao que foi realizado nos 30 anos anteriores (1964-1994), quando 218.534 famílias foram contempladas, a média de famílias assentadas por ano cresceu dez vezes mais (79 mil contra apenas 7,3 mil famílias por ano), e o total alcançado supera em quase três vezes o resultado anterior.
- Em termos geográficos, a maior parte dos assentamentos se concentrou nas regiões Norte e Nordeste do País, com 67,7% do total geral.

Famílias assentadas nos períodos 1964-1994 e 1995-2002



Fonte: INCRA, NEAD e Secretaria do Banco da Terra

- Isso resultou de uma decidida ação governamental em busca do reordenamento fundiário necessário para alterar a realidade agrária daquelas regiões, caracterizada por concentração de latifúndios, elevada demanda por terra, grilagem de terras e alta incidência de conflitos agrários.
- Na região Centro-Oeste verificou-se um total de 17,8% dos assentamentos realizados, enquanto que as regiões Sul e Sudeste, juntas, respondem pelo percentual de 14,5%.
- A tabela a seguir apresenta os resultados da reforma agrária por unidade federativa em comparação com o que foi realizado no período 1964-1994. Os números de 1995-2002 estão detalhados pelo tipo de acesso à terra:
 - Assentamento em terras obtidas pelas vias da desapropriação, arrecadação de terra pública ou aquisição por compra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
 - Aquisição de áreas mediante o financiamento do Banco da Terra.
 - Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PCPR).
- Em quase todos os Estados o número de famílias assentadas supera em mais de 100% o número registrado nos 30 anos anteriores a 1995. Em termos nacionais, a performance deste governo representa um crescimento de 191% em relação ao número global alcançado no período de 1964-1994.

**Beneficiários da reforma agrária, por estado
períodos 1964/1994 e 1995/2002**

Estado	Período 1964/1994	PERÍODO 1995/2002			Total de beneficiários (Incra+BT+PCPR)	Percentual (95/02 x 64/94)
		Incra	Banco da Terra*	PCPR (*)		
Acre	11.088	26.574			26.574	140%
Amapá	2.990	7.638			7.638	155%
Amazonas	16.210	23.666			23.666	46%
Pará	43.851	86.830			86.830	98%
Rondônia	42.701	35.597	192		35.789	-16%
Roraima	14.715	13.104			13.104	-11%
Tocantins	3.583	25.678	300		25.978	625%
REGIÃO NORTE	135.138	219.087	492		219.579	62%
Alagoas	367	5.215	943		6.158	1578%
Bahia	15.855	26.284	2.908	1.216	30.408	92%
Ceará	5.746	26.677	3.000	170	29.847	419%
Maranhão	10.205	65.094	2.130	1.469	68.693	573%
Paraíba	2.173	12.061	986		13.047	500%
Pernambuco	2.945	17.269	2.584	839	20.692	603%
Piauí	1.115	15.211	1.270		16.481	1378%
Rio Grande do Norte	2.022	17.436	535		17.971	789%
Sergipe	1.016	6.072	835		6.907	580%
REGIÃO NORDESTE	41.444	191.319	15.191	3.694	210.204	407%
Espírito Santo	378	3.079	584		3.663	869%
Minas Gerais	2.285	9.795	4.208		14.003	513%
Rio de Janeiro	3.176	4.621	533		5.154	62%
São Paulo	2.075	11.588	3.713		15.301	637%

REGIÃO SUDESTE	7.914	29.083	9.038	38.121	482%	
Paraná	3.710	21.139	2.461	23.600	536%	
Rio Grande do Sul	1.927	9.687	11.433	21.120	996%	
Santa Catarina	2.205	3.869	5.340	9.209	318%	
REGIÃO SUL	7.842	34.695	19.234	53.929	588%	
Distrito Federal	1.254	9.665		9.665	671%	
Goiás	2.482	6.374	3.120	9.494	283%	
Mato Grosso	16.219	75.776	2.961	78.737	385%	
Mato Grosso do Sul	6.241	13.734	1.572	15.306	145%	
REGIÃO CENTRO OESTE	26.196	105.549	7.653	113.202	332%	
TOTAL	218.534	579.733	51.608	3.694	635.035	191%

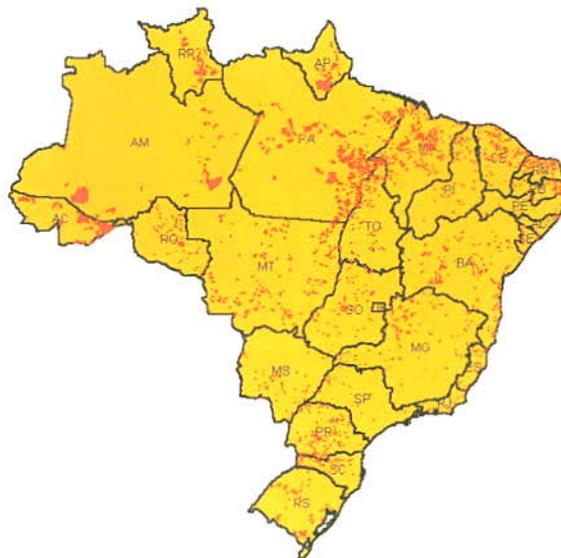
Fonte: INCRA, NEAD e Secretaria do Banco da Terra.

Vinte milhões de hectares obtidos, área maior que o Paraná

Para democratizar o acesso à terra, mediante a ação do Incra, os instrumentos de obtenção fundiária passaram por um processo de modernização. Nessa direção, a partir de proposições do Governo Federal, o Congresso Nacional aprovou uma ampla reforma da legislação agrária com o objetivo de acelerar o processo de desapropriação, com destaque para:

- A Lei do Rito Sumário, que confere aos processos de desapropriação maior agilidade, com uma justa indenização.
- As medidas que diminuem a possibilidade de indenizações superavaliadas pelas terras desapropriadas.
- A criação de novos instrumentos para dar mais eficácia à reforma agrária, como o Banco da Terra e o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Projetos de assentamento criados desde 1995



Fonte: INCRA

Obtenção de terras

De 1995 a 2001, em hectares

Região	Desapropriação	Compra e venda	Arrecadação	Reconhecimento	Transferência de domínio	Total
Norte	3.811.491	235.828	3.536.383	686.435	490.952	8.761.089
Nordeste	3.522.204	239.692	101.216	341.039	945.776	5.149.927
Sudeste	460.621	17.902	1.034	182.788	97.742	760.087
Sul	327.631	61.843	1.131	47.316	52.110	490.031
Centro-oeste	3.238.549	173.235	521.404	26.251	445.296	4.404.735
Brasil	11.360.496	728.502	4.161.163	1.283.828	2.031.880	19.565.869

Fonte: Incra

- No balanço geral da obtenção fundiária desde 1995, os números alcançados de longe ultrapassam os resultados verificados em períodos anteriores. Nestes últimos oito anos, foram obtidos e disponibilizados para o programa de assentamento rural, 20.179.088 hectares.

- Do total da área obtida, 11.360.496 hectares são fruto de ações de desapropriação, representando 57,8% de toda área obtida; 21,3% correspondem às terras arrecadadas; 6,7%, à área dos projetos estaduais de assentamento reconhecidos pelo Incra; 3,6%, à área dos imóveis adquiridos; e 10,5% correspondentes a outras formas de obtenção.

Redução dos custos da obtenção de terras

Somada à estabilidade econômica, a aplicação de novos procedimentos no processo de desapropriação, como uniformização de metodologias de avaliação de imóveis rurais, teve como consequência a redução dos preços da terra, refletida diretamente na diminuição dos custos de desapropriação.

- Desde 1995, o custo médio por família assentada vem caindo, sensivelmente, em todo o Brasil. Naquele ano, a média nacional chegou a R\$ 19.412,74. Sete anos depois, em 2001, chegou a R\$ 9.730,06, correspondente a uma redução de 49,9%.

Combate às superindenizações

As superindenizações são formas de elevação, artificiais e exorbitantes, dos valores pagos a título de indenização aos proprietários de terras desapropriadas, por interesse social, para fins de reforma agrária. Essa prática representava elevadíssimo ônus aos cofres públicos, algo em torno de R\$ 10 bilhões.

- Diante disso, foi adotado um conjunto de medidas para combater as superindenizações: reestruturação da Procuradoria Jurídica com a ampliação do número de procuradores, contratação de contadores judiciais e uma ação efetiva na contestação de condenações decretadas pela Justiça contra o Incra, além de mudanças na legislação agrária.
- Houve economia com precatórios, verificada desde o momento em que o combate às superindenizações foi intensificado.
- A redução dos gastos foi de 55,9%. Antes de 1997, a cobrança de precatórios superava em até três vezes o valor do orçamento anual do Incra, que este ano é de R\$ 1,3 bilhão.
- Naquele ano, a economia chegou a 59,86% (R\$ 467,2 milhões) e nos anos seguintes continuou evoluindo, chegando, em 2000, a 84,52% (R\$ 115 milhões). Em 2001, o total economizado atingiu 42,99% (R\$ 15,2 milhões).

A economia com os precatórios			
Ano	Economia anual	% sobre gastos previstos inicialmente	Atualização (dezembro/2001)
1997	467.236.330,10	59,86%	618.906.860,43
1998	16.186.391,60	16,93%	20.318.571,91
1999	40.983.974,32	33,51%	50.609.403,85
2000	115.046.052,65	84,52%	130.437.057,61
2001(*)	15.298.710,72	42,99%	16.358.089,84
TOTAL	654.751.459,39	55,96%	836.629.983,64

Fonte: Procuradoria Geral do INCRA; (*) Atualização/correção: UFIR/IPCA-E – Unidade Fiscal de Referência/ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-Especial; dezembro de 2001

Combate à grilagem de terras

O propósito de fazer a reforma agrária em benefício de milhares de trabalhadores rurais pressupõe um decidido e intenso combate à grilagem de terras, que vem a ser a apropriação fraudulenta de títulos de porções de terras que, em muitos casos, sequer existem de fato.

- As ações desenvolvidas buscaram desmascarar as fraudes e inibir novas invasões de terras públicas, culminando no cancelamento dos registros cadastrais, junto ao Incra, de milhões de hectares. Parte das áreas retomadas, algo em torno de 20 milhões de hectares, foi repassada ao Ministério do Meio Ambiente para a criação de reservas legais.
- Em 28 de agosto de 2001, o Presidente da República sancionou a Lei nº 10.267 que criou o Sistema Público de Registro de Terras. A iniciativa pretende unificar as informações dos diversos órgãos responsáveis pela certificação de propriedade da terra e dar maior transparência aos registros cartoriais e, assim, impedir os mecanismos que favoreciam a grilagem de terras.

A articulação para o desenvolvimento rural sustentável

Entre as principais diretrizes que guiaram o processo de reforma agrária, destacam-se:

- Integração dos programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf).

- Ações articuladas entre os diversos órgãos e os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Busca do desenvolvimento sustentável dos assentamentos como condição imprescindível para o sucesso da reforma agrária.
- Estabelecimento de parcerias entre os diversos atores governamentais e não-governamentais.

Com base nessas diretrizes, a política de implantação e consolidação dos projetos de assentamento criados buscou a inserção competitiva dos novos agricultores familiares no mercado, incorporando uma visão mais global do processo de reforma agrária. Neste processo, um conjunto de ações vem sendo desenvolvido visando assegurar as condições de estruturação produtiva e de sustentabilidade sócio-ambiental dos novos assentamentos.

Seleção dos beneficiários

- Convênio firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em novembro de 2000, facilitou e democratizou o acesso ao Programa de Reforma Agrária.
- As 12.108 agências dos Correios espalhadas pelo país estão credenciadas a receber inscrições dos trabalhadores rurais. Como critério principal de seleção, é considerada a experiência comprovada de, no mínimo, cinco anos em atividade agrícola. Servidores públicos e aqueles com rendimento superior a três salários mínimos mensais não podem participar.
- Após uma pré-seleção, os candidatos são entrevistados por técnicos do Incra para efeito de habilitação e classificação final. A definição das famílias selecionadas somente ocorre após a legitimação da relação de beneficiários no município-sede do assentamento, com a participação dos interessados, de entidades estaduais e municipais, além da necessária homologação pelo Incra.

Apoio à instalação das famílias nos assentamentos

- Com a criação do projeto de assentamento, um conjunto de ações é realizado durante o período de instalação dos assentados. O objetivo é apoiar as famílias até que consigam estruturar suas atividades produtivas.
- O Incra disponibiliza, via associações dos assentados, créditos de apoio para a compra de alimentação, insumos e ferramentas para o primeiro plantio e capacitação básica.

- Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) são iniciados os trabalhos de demarcação dos lotes, para os quais são contratadas empresas especializadas ou são firmados convênios com organizações públicas.

Programa de Habitação no Campo

- A partir de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Caixa Econômica Federal, implantou o Programa Habitação no Campo, utilizando recursos orçamentários e verbas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- As ações realizadas até 2001 beneficiaram 65.333 trabalhadores rurais assentados pelo Incra, resultado de um investimento de R\$ 163.332.500.
- Até o fim de 2002, a previsão é de que mais 30 mil famílias sejam contempladas por este programa.
- Somadas as 100 mil famílias que deverão ser atendidas pelo Incra, pelo Banco da Terra e pelo Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PCPR), haverá um total de 130 mil beneficiários até o fim do atual exercício.

Ações de infra-estrutura

- A implantação de infra-estrutura nos projetos de assentamento é desenvolvida em conjunto com a Caixa Econômica Federal, para onde são transferidos os recursos orçamentários.
- A Caixa celebra convênios com as prefeituras municipais e promove a fiscalização das obras, assegurando-se, em todas as fases, a participação dos assentados.
- De 1995 até 2001, o Incra investiu um total de R\$ 642,76 milhões em infra-estrutura nos projetos de assentamento.

Capacitação básica para os beneficiários da reforma agrária

- Para a assistência técnica de implantação, o Incra prevê a alocação de valor equivalente a R\$ 100 por família, para cobrir os custos de elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos; e a alocação de mais R\$ 100 por família por ano, para acompanhamento da implantação desse PDA, durante três anos.
- Com isso, viabiliza-se a assistência técnica de implantação para todos os novos assentamentos de reforma agrária.
- Assim, por exemplo, considerando-se a meta de 2002 de assentamento de 60 mil famílias pelo Incra, foram aplicados R\$ 6 milhões na elaboração de PDA's e mais R\$ 6 milhões na assistência técnica de implantação relativa ao primeiro ano, após a elaboração do PDA.

Ações de infra-estrutura nos projetos de assentamento – 1995-2001

Obras/R ecursos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Estradas (Km)	1.007	3.005	5.344	6.193	6.351	1.441	4.253	27.594
Eletrifica ção (Km)	357	833	1.828	2.694	2.637	209	7.342	15.900
Poços (Und)	22	123	255	401	530	104	281	1.716
Açudes (Und)	28	37	29	294	144	-	52	584
Ponte (Und)	-	-	-	-	-	-	19	19
Orçamento (R\$)								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Provisão	3.487.200	118.006.169	203.134.635	207.165.486	43.507.224	40.260.206	73.511.853	689.072.773
Recebida								
Liquidado	2.870.621	99.284.090	180.972.874	206.445.799	41.979.829	38.498.447	72.710.460	642.762.120

Fonte: INCRA.

Assistência técnica para aplicação do crédito para a produção

- De acordo com as normas vigentes, um percentual relativo a 2% da operação de crédito Pronaf – Grupo A, contratada pelos beneficiários da reforma agrária, é destinado à remuneração dos serviços de assistência técnica, relacionados à formulação do projeto e seu acompanhamento no primeiro ano.
- A partir do ano agrícola 2002-2003, o Governo Federal promoveu a ampliação do teto de financiamento desta linha de crédito, de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil, medida que vale para os novos beneficiários do programa. Do valor contratado, até 7,7% podem ser destinados ao pagamento de assistência técnica.

Educação para os beneficiários

- O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é resultado de uma parceria entre o Governo Federal, instituições de ensino superior e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de promover a educação, em todos os níveis, nos projetos de assentamento da reforma agrária.
- O público alvo são os jovens e adultos dos projetos criados pelo Incra ou pelos órgãos estaduais de terra, analfabetos e/ou com escolarização fundamental incompleta,

monitores e educadores de ensino fundamental, coordenadores locais e alunos universitários.

- Os beneficiários indiretos são as comunidades dos projetos de assentamento e adjacentes.
- Desde 1998, foram aplicados no Programa R\$ 42,8 milhões e alfabetizados cerca de 136 mil alunos provenientes de projetos de assentamento.

Programa Nossa Terra, Nossa Escola

Com o objetivo de incentivar a educação dos filhos dos beneficiários da reforma agrária, o Governo Federal criou o Programa Nossa Terra, Nossa Escola. Mediante a comprovação da frequência dos filhos com idade entre 7 e 14 anos, é concedido aos assentados um desconto de 50% no ato do pagamento das parcelas anuais referente à terra e aos créditos de instalação.

Reforma agrária em sintonia com a Agenda 21

Em conformidade com o ideal de sustentabilidade da Agenda 21, a gestão ambiental assume grande importância na implementação dos programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar.

A percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar evoluiu significativamente nos últimos anos. Com isso, os agricultores familiares começam a ser identificados como um grupo social distinto dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural, sendo protagonistas da agenda nacional de desenvolvimento sustentável.

Entre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal dentro do Programa de Reforma Agrária, em favor da conservação da biodiversidade, destacam-se:

- Ampliação das áreas de unidades de conservação (UCAs). A criação das UCAs tem como base as terras arrecadadas pela União e aquelas provenientes do combate à grilagem, decretadas áreas de interesse ambiental. Vinte milhões de hectares foram repassados ao Ministério do Meio Ambiente.
- Mudança do processo de criação e implantação de projetos de assentamento de reforma agrária, introduzindo o componente ambiental. A partir da Resolução 289, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), os projetos de assentamento passam por um processo de regularização e licenciamento ambiental.

- Incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais. O MDA tem aprimorado o Pronaf para aumentar a oferta de créditos destinados ao financiamento de atividades de caráter ambiental. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, criou o Pronaf Florestal, para estimular a prática da silvicultura, aqüicultura, pesca artesanal, ecoturismo, agricultura orgânica, criação e manejo da fauna silvestre e reflorestamento e manejo florestal.

Banco da Terra: um novo modelo de acesso

Em fevereiro de 1998, foi instituído o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com a finalidade de prover recursos financeiros para o conjunto de programas voltados para o financiamento da compra de imóveis rurais e a implantação de obras de infra-estrutura básica, destinado a empreendedores rurais.

- Seu objetivo é contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo importante mecanismo para a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e o seu bem-estar.
- O Banco da Terra financia, aos pequenos empreendedores rurais, a compra de imóveis rurais e a implantação de obras de infra-estrutura básica, como construção ou reforma de residência, água para consumo humano e animal, construção de estradas, rede interna de eletrificação, abertura, recuperação ou construção de vias de acessos internos e construção ou reforma de cercas.
- Os beneficiários do programa contam também com crédito produtivo concedido pelo Pronaf.
- O Banco da Terra se destaca por ser um mecanismo inovador, com execução descentralizada. É operacionalizado por agências estruturadas pelos estados ou associações de municípios, em todas as regiões do país. Outro aspecto importante é a flexibilidade e transparência na operacionalização, já que é o próprio beneficiário quem escolhe e negocia o imóvel.
- Os produtores rurais têm até 20 anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência, estabelecidos em função da capacidade de pagamento, e os juros são prefixados, em média, em 4% ao ano.
- Têm acesso ao programa trabalhadores que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência em atividade rural e que estejam, prioritariamente, organizados em cooperativas, associações ou condomínios rurais. O imóvel financiado é a garantia do empréstimo, ficando alienado até o pagamento final.

- Em quase quatro anos de existência, o Banco da Terra contabiliza 51.608 beneficiários em cerca de 1.500 municípios, sendo que, para esse atendimento, foram investidos R\$ 939.277.678.

Crédito para vencer a pobreza rural

- O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PCPR) surgiu como iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio do Banco Mundial (BIRD). Conta, desde a sua origem, com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reivindicava um programa de crédito fundiário complementar aos programas tradicionais de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar.
- O objetivo é contribuir para a redução da pobreza rural no Nordeste e em estados do Sudeste e do Sul do Brasil, promovendo o aumento da renda de cerca de 50 mil famílias de trabalhadores rurais.
- O projeto tem custo total da ordem de US\$ 400 milhões, 94,5 % dos quais são repassados diretamente aos beneficiários, com a seguinte destinação: financiamento para a aquisição de terras (reembolsável) e financiamento de investimentos comunitários complementares.
- Foi concebido para beneficiar as camadas mais pobres de trabalhadores rurais. Podem ser beneficiados trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros) e proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar.
- Até o mês de agosto de 2002, o PCPR havia beneficiado 3.694 agricultores em quatro Estados da Região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco).

Pronaf: promovendo o desenvolvimento rural

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a primeira e mais relevante política diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. Em pouco tempo, tornou-se um dos principais programas federais que atua na promoção do desenvolvimento local no país.

- A agricultura familiar é um importante segmento representado por cerca de 4,14 milhões de unidades produtivas, ou 85% do total de estabelecimentos agropecuários do país.
- Esse segmento responde hoje por 77% das ocupações no meio rural e por 38% da renda bruta da produção agropecuária; utilizando, para isso, apenas 25% do total dos financiamentos disponíveis, e ocupando 30% da área total dos estabelecimentos.
- O Pronaf foi desenvolvido, desde o início, com base numa ampla negociação, que envolveu as organizações representativas dos agricultores familiares e diferentes setores do próprio governo. A descentralização é uma de suas marcas.
- Foi estabelecido a partir de quatro linhas de ação: financiamento da produção; infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores e negociação de políticas públicas.
- Além dessas quatro linhas o programa destina recursos, também, para a Pesquisa Tecnológica e para Assistência Técnica e Extensão Rural.

Financiamento: R\$ 14,5 bi de crédito aos agricultores familiares

A decisão do Governo Federal de proporcionar melhores condições para a inserção do agricultor familiar no mercado do setor primário determinou o estabelecimento de linha de crédito que se destacasse no conjunto das demais ações direcionadas para essa classe de produtores rurais. Assim, as condições do crédito previstas para a safra 2002-2003 encerram todos os avanços observados no decorrer da execução da ação de crédito rural, no período de 1996-2002.

Categorização: Para o acesso ao Pronaf, os agricultores familiares são subdivididos em grupos A, B, C, e D.

- *Grupo A* (assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária):
 - a) Ampliação do limite das operações para o crédito produtivo para até R\$ 12.000.
 - b) Garantia de ações de assistência técnica integral e de extensão rural.
- *Grupo B* (agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 1.500): Ampliação e intensificação da linha de crédito.
- *Grupos C e D*
Encargos financeiros: 4% ao ano para as operações de custeio e para operações de investimento, que podem ser reduzidos para 3% ao ano sob condições de adimplência.
- *Pronaf Floresta:* criação das linhas de crédito de investimento para silvicultura e sistemas agroflorestais.

No período de 1995 à 2001, o Pronaf disponibilizou mais de R\$ 14,5 bilhões, processando 4,27 milhões de contratos de empréstimos em suas várias linhas de crédito. Isso o tornou um dos principais programas na área de desenvolvimento rural, com a geração de emprego e renda no campo.

Essa ação vem favorecendo também a economia das pequenas e médias cidades do interior do Brasil – 70% dos municípios atendidos pelo Pronaf têm menos de 20 mil habitantes.

<i>Evolução das operações de crédito do Pronaf</i>						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total de Operações	332.828	496.550	709.906	802.849	969.727	909.802
Valor Aplicado (R\$ 1.000)	649.796,0	1.637.440,0	1.814.972,0	1.829.732,0	2.188.655,0	2.151.068,0

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar – SAFIMDA

- Entre as principais características da ação do crédito rural do Pronaf, destacam-se:
- Beneficiários: assentados da reforma agrária; agricultores atendidos pelo Banco da Terra; agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas; cooperativas e associações de produção de agricultores familiares.
 - Os créditos podem destinar-se a atividades de custeio (financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias) e de investimento (financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas).
 - Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais).

Infra-estrutura e serviços municipais

- O Pronaf – Infra-Estrutura e Serviços é executado por meio de uma forma bastante moderna de gestão, em que o poder público federal repassa recursos a instâncias locais para execução de obras e serviços previstos nos planos municipais de desenvolvimento rural de cada município.

- Essas obras e serviços devem beneficiar comunidades de agricultores familiares e devem ser aprovadas e acompanhadas pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, o que estimula o controle social de sua execução e uso.
- As aplicações de recursos e o número de beneficiários do Pronaf Infra-estrutura e Serviços vêm crescendo a cada ano. No início, foram repassados R\$ 63,5 milhões, para 461 municípios, beneficiando 375 mil pessoas vinculadas à agricultura familiar. Em 2001, foram repassados R\$ 170 milhões, para 1.253 municípios, atendendo 1,2 milhão de pessoas.
- Esse aumento revela o esforço do Governo Federal para garantir condições mínimas para o desenvolvimento da agricultura familiar e a consolidação dos territórios rurais.

Capacitação e profissionalização

- As ações do Pronaf no plano da capacitação abrangem desde os agricultores familiares até técnicos que atuam na Assistência Técnica e Extensão Rural, além dos Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- O objetivo dessa ação é capacitar esses atores para que possam interferir na qualidade do processo de desenvolvimento e geração de renda no meio rural. Essa capacitação não busca uma formação puramente administrativa, mas voltada, de fato, ao conhecimento de novas tecnologias e alternativas de geração de trabalho e renda, e a práticas de planejamento e gestão, dentro de uma perspectiva participativa.
- Para o ano de 2002, estão em curso atividades que envolvem a capacitação de 150 mil agricultores, lideranças, técnicos e conselheiros municipais de desenvolvimento rural.

Negociação de políticas públicas

- O maior trunfo administrativo do Pronaf é o fato de ter organizado uma rede voltada à construção de uma estratégia de desenvolvimento rural, com base no fortalecimento da agricultura familiar. Construiu-se uma verdadeira co-gestão da política de desenvolvimento rural no Brasil. Essa rede é que dá vida ao programa.
- Na base estão os sindicatos de trabalhadores rurais, que assumiram a responsabilidade de formar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Os conselheiros respondem pela elaboração dos planos de desenvolvimento e pelo acompanhamento da concessão de empréstimos por parte dos bancos.
- Ainda compondo a rede, estão os órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de outros movimentos sociais como a Frente Sul da Agricultura Familiar e um conjunto

variado de Organizações Não-Governamentais (ONG's), comprometidas com o fortalecimento da Agricultura Familiar.

- As atividades referem-se a negociações que envolvem desde os atores dessa rede, até esferas do Governo Federal, a exemplo dos ministérios da Fazenda e do Planejamento ou Banco Central, com os quais são negociados recursos e regras para o financiamento da produção (crédito rural) e outras linhas do programa.

Outras iniciativas

- Pesquisa tecnológica – Em 1998, o Pronaf passou a apoiar as instituições estaduais de pesquisa agropecuária para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura familiar. Essas entidades estão mais próximas dos agricultores familiares, possuem maior capacidade de entrosamento com os órgãos de extensão rural e, também, com as organizações representativas desses agricultores.
- A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é uma atividade bastante significativa para o programa, em complemento às ações de crédito e ao processo de apropriação do novo saber tecnológico pelos agricultores familiares. Foram investidos R\$ 131,9 milhões para ações de Ater.

Arcos da comercialização

- Há no Brasil, hoje, cerca de 4,1 milhões de famílias produzindo em regime de agricultura familiar, grande parte em assentamentos da reforma agrária. Esse grupo é responsável por 60% dos alimentos que são postos à mesa dos brasileiros e por uma variedade de produtos agrícolas, além de artesanato e insumos para a agroindústria.
- Para dar agilidade ao processo produtivo e profissionalizar os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados foram criadas as Agências Regionais de Comercialização (Arcos).
- Como atuam:
 - Assessorando os grupos de agricultores familiares na comercialização da produção.
 - Organizando comitês regionais de gestão das cadeias produtivas de maior interesse dos agricultores familiares.
 - Realizando estudos sobre as possibilidades do agronegócio.
 - Identificando a situação atual e tendências das cadeias produtivas.
 - Mobilizando, organizando e capacitando os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados.

- Estimulando a articulação dos serviços de assistência técnica e assessoramento de especialistas;
- Estimulando a demanda de pesquisa;
- Difundindo tecnologias.
- As Arcos atuam em áreas de grande concentração de produtores e se organizam em três instâncias gerenciais: geral, de produção e de comercialização.
- À área de produção cabe levantar o que está sendo produzido e em que quantidade, ou seja, identificar as cadeias produtivas. Qualquer falha ou deficiência detectada no processo é sanada por meio de cursos de capacitação ou orientação de novas estratégias. A Arco também busca recursos em parceria para a realização de investimentos necessários à melhoria da produção.
- À área de comercialização cabe buscar mercados consumidores. Para isso, promove avaliação criteriosa da qualidade do que está sendo produzido. A partir daí, é feita uma pesquisa de mercado, planejamento de marketing e contatos comerciais são efetivados para que seja realizada a venda propriamente dita.
- As Arcos se articulam através dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), que recebem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Além disso, articulam outras parcerias em nível local e regional que permitem o desenvolvimento de projetos de interesse dos produtores.
- São coordenadas pela Agência Nacional de Comercialização (Arco/BR), encarregada de viabilizar soluções para problemas específicos, promover o intercâmbio de experiências, buscar parcerias em âmbito nacional e internacional e fortalecer a imagem institucional da produção e dos serviços da agricultura familiar e da reforma agrária no Brasil. Foi criado também, em parceria com a organização não-governamental Instituto Pró-Natura, um escritório em Paris, França, responsável pela busca de negócios na Europa.
- Desde 2000, já existem 35 Arcos em todo o Brasil e mais dez deverão ser criadas até o final de 2002. A área de cobertura dessas agências corresponde a uma comunidade de cerca de 350 mil agricultores familiares, 191 mil assentados da reforma agrária e um total de 624 municípios do País.

O desafio da expansão do emprego

NA ÚLTIMA DÉCADA, O DESEMPREGO FOI UM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS que os brasileiros enfrentaram – e continuam a enfrentar. O levantamento mais fiel sobre a dimensão dessa realidade é o fornecido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita em todo o País pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aceita como principal referência para medição do mercado de trabalho por economistas, sociólogos, planejadores e estudiosos do assunto. A pesquisa referente ao ano de 2001 foi divulgada em 12 de setembro de 2002, permitindo avaliar como se deu a evolução do emprego e do desemprego no Brasil nos últimos anos. A comparação dos números, ano a ano, feita pelos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica e Administrativa (Ipea) aponta as seguintes tendências (*acompanhe na tabela*):

- Depois do Plano Real (1994), houve geração de 8,9 milhões de empregos no Brasil. O número de pessoas ocupadas passou de 66,6 milhões, em 1993, para 75,5 milhões em 2001.
- Houve um crescimento de 3,4 milhões no número de desempregados depois do Plano Real. As pessoas desocupadas somavam 4,4 milhões, em 1993, e passaram a ser 7,8 milhões.
- A geração de 8,9 milhões de empregos deu-se ao mesmo tempo que o crescimento do desemprego em 3,4 milhões. O Brasil não foi capaz de gerar empregos na mesma velocidade em que se deu a entrada de novas levas de pessoas no mercado de trabalho.
- Os números mostram de maneira clara que não houve retração de emprego nem destruição de postos de trabalho no Brasil, numa visão de conjunto. O que houve foi um crescimento mais rápido da população economicamente ativa do que o crescimento da oferta de emprego.

Evolução do desemprego no Brasil

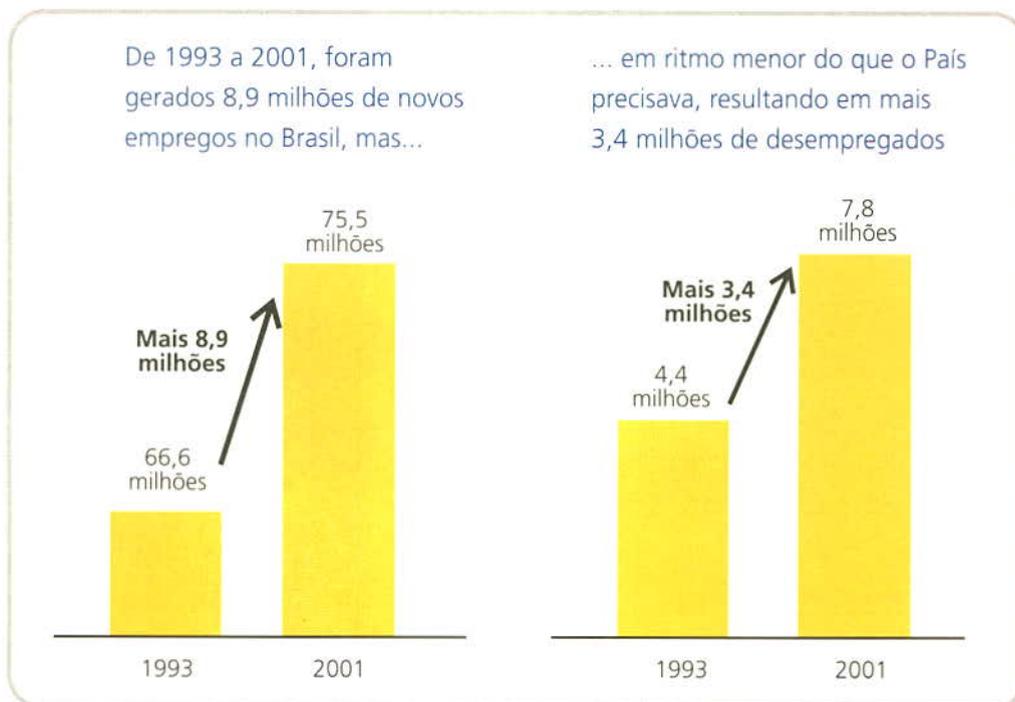
De 1993 a 2001 em milhões de pessoas

Ano	Ocupados	Desocupados	Taxa de desemprego
1993	66,6	4,4	6,2%
1995	69,6	4,5	6,1%
1996	68,0	5,1	6,9%
1997	69,3	5,9	7,8%
1998	70,9	6,9	9,0%
1999	73,3	7,8	9,6%
2001	75,5	7,8	9,4%
1993-2001	8,9	3,4	-

Fonte: Ipea, com base nas Pnads; Em 2000, a Pnad não foi realizada por ser o ano do Censo. Idem em 1994, por razões administrativas

- A tendência de crescimento do número de desempregados ao longo do período não se manteve entre 1999 e 2001, quando se verificou um ligeiro recuo de 7.830.218 para 7.785.067 (isto é, menos 45.151). A taxa de desemprego diminuiu 0,2 pontos (de 9,6% para 9,4%, conforme a última coluna da tabela). No mesmo período, o número de ocupados passou de 73,3 milhões para 75,5 milhões, isto é, mais de 2,1 milhões de empregos gerados.
- Os números do desemprego no Brasil são muito preocupantes, mas estão situados num patamar bem abaixo do que as versões divulgadas sobre o assunto. A Pnad de 2001 comprovou isso.
- A amostra da Pnad 2002 teve 378.837 pessoas entrevistadas em seus locais de moradia. Sua série teve início no segundo trimestre de 1967, com periodicidade trimestral. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, feitos no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Em 1994, também não se fez a Pnad, por razões administrativas. Na Região Norte, as estatísticas referem-se somente à parcela urbana, na qual se aplicam os questionários.
- O crescimento ainda lento da economia brasileira é um dos fatores que explicam as dificuldades que as famílias têm para encontrar emprego com ou sem carteira assinada. Além disso, na década de 1990, o mercado de trabalho brasileiro sofreu ajustes que já haviam ocorrido em outros países no decênio anterior. As exigências dos novos tempos – com globalização crescente, abertura econômica, reestruturação produtiva, aumento da escolaridade média dos assalariados – mudaram profundamente o mercado de trabalho.

- Como resultado, de um lado as empresas passaram a empregar menos pessoas para produzir a mesma quantidade de bens e serviços, além de exigir trabalhadores mais qualificados. De outro lado, mais trabalhadores entraram no mercado de trabalho: cerca de 1,3 milhão a mais todo ano. Como os números da Pnad mostraram, mesmo com a geração de mais 8,9 milhões, a economia do País não conseguiu acompanhar as novas necessidades.



Melhor mão-de-obra, mais carteiras assinadas, maior presença feminina e menos trabalho infantil

Comparada com o ano de 1999, a Pnad de 2001 apontou outras tendências relevantes que confirmam a modernização do mercado de trabalho brasileiro, cuja população economicamente ativa (PEA) passou de 81,2 milhões para 83,2 milhões de pessoas.

- Melhorou a qualidade da mão-de-obra: os trabalhadores têm mais tempo de estudo, é maior a escolaridade. O segmento que teve maior crescimento (19,1%) foi o daqueles com 11 anos de estudo ou mais (secundário completo). Também se expandiu o segmento entre 8 e 10 anos de estudo (8,7%). Houve retração entre os segmentos de menor escolaridade: sem instrução e menos de um ano (-6,8%), de 1 a 3 anos de estudo (-10,3%) e de 4 a 7 anos (-2,5%)

- O número de empregados com carteira assinada cresceu em 10,2%, entre 1999 e 2001, subindo de 20,1 milhões para 22,2 milhões (portanto, mais 2,1 milhões de pessoas com carteiras assinadas). A mesma tendência verificou-se entre os trabalhadores domésticos, em que o número de carteiras assinadas passou de 1,368 milhão para 1,535 milhão, um acréscimo de 166,6 mil em todo o País, o equivalente a 12,1% de aumento.
- Houve queda relevante no trabalho infantil. A parcela de pessoas entre 10 e 14 anos de idade consideradas economicamente ativas caiu em 25,6%. Em 1999, havia 2,9 milhões de crianças e adolescentes nessa condição, número que caiu para 2,1 milhões, uma redução de 737 mil.
- Continua a se ampliar a presença das mulheres no mercado de trabalho. A fatia correspondente ao sexo feminino era de 41,4% do total da PEA, em 1999, e cresceu para 41,9% em 2001.

Ocupação no Brasil (1999-2001)						
	1999	2001	Varição absoluta	Varição (%)	Fatia em 1999 (%)	Fatia em 2001 (%)
Ocupados	73.345.531	75.458.172	2.112.641	2,88	100,0	100
Por sexo						
Homens (economicamente ativos)	43.804.996	44.747.449	942.453	2,2	58,6	58,1
Mulheres (economicamente ativas)	29.540.535	30.710.723	1.170.188	4,0	41,4	41,9
Entre 10 e 14 anos de idade						
Economicamente ativos	2.878.496	2.141.721	736.775	25,6	-	-
Por anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano	9.363.741	8.724.334	639.407	6,8	12,8	11,6
1 a 3 anos	11.676.077	10.474.148	1.201.929	10,3	15,9	13,9
4 a 7 anos	22.635.970	22.067.840	568.130	2,5	30,9	29,2
8 a 10 anos	11.130.278	12.099.147	968.869	8,7	15,2	16,0
11 anos ou mais	18.291.745	21.782.886	3.491.141	19,1	24,9	28,9
Com carteira assinada						
Empregados	20.120.892	22.179.855	2.058.963	10,2	-	-
Trabalhadores domésticos	1.368.468	1.535.046	166.578	12,2	-	-
Total	21.489.360	23.714.901	2.225.541	10,4	-	-

Fonte: Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2001 - síntese de indicadores, IBGE, setembro de 2002

Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas foi de 7,5% em setembro de 2002

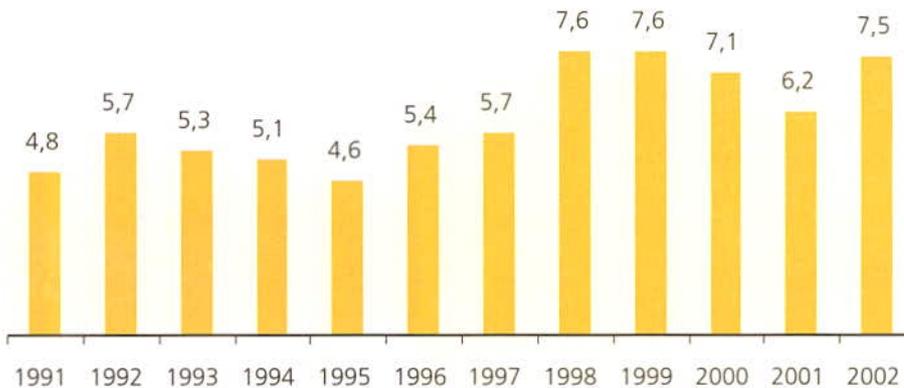
Outro levantamento relevante para se avaliar o nível de ocupação no Brasil é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também medida pelo IBGE. Em setembro de 2002, a taxa de desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras ficou em 7,5% em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador, a partir de uma amostra de 40.351 domicílios.

Desemprego nas regiões metropolitanas			
População desocupada de 15 anos de idade ou mais, em setembro de 2002			
	População Economicamente Ativa (PEA)	População desocupada	Taxa de desemprego aberto*
Recife	1.283.818	95.627	6,3%
Salvador	1.287.756	98.558	7,7%
Belo Horizonte	1.949.646	127.678	6,5%
Rio de Janeiro	4.513.367	246.228	5,5%
São Paulo	8.591.013	795.439	9,3%
Porto Alegre	1.646.058	105.790	6,4%
Total das áreas	19.271.658	1.469.320	7,5%

Fonte: PME, IBGE; * Semana

- A pesquisa segue recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de servir de padrão de comparação estatístico com outros países.
- Na soma das seis regiões, em setembro de 2002 a população economicamente ativa era de 19,3 milhões de pessoas, das quais 1,5 milhão estavam sem emprego.
- Em 2001, a taxa de desemprego da PME ficou em 6,2%, a mais baixa dos anos recentes, e deve ficar em 7,5% em 2002, se for mantida a tendência verificada de janeiro a setembro.

Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (em %)

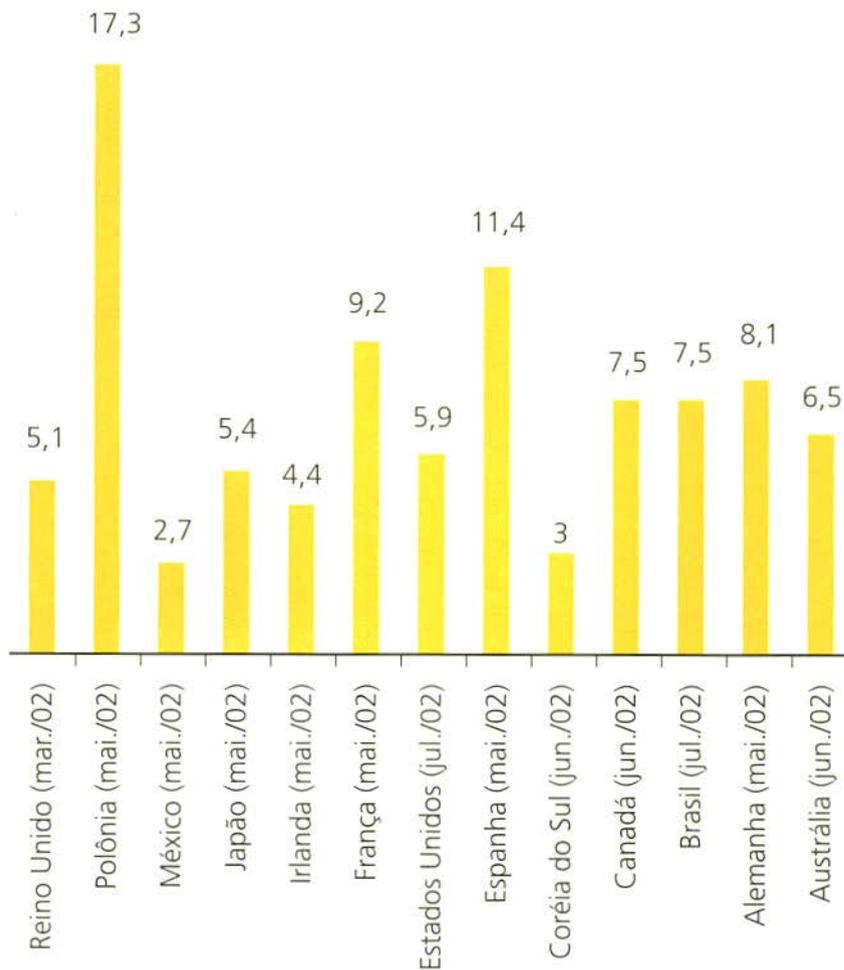


Fonte: PME/IBGE; Para 2002, média de janeiro a setembro

O desemprego no mundo

Um estudo publicado em *Nova Política Industrial* (7/9/2002), do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), permite comparar a taxa de desemprego aberto no Brasil (7,5%, em julho de 2002) com a de outros países do mundo em períodos semelhantes. O gráfico mostra a Polônia em primeiro lugar, com 17,2%, a Espanha em segunda posição, com 11,4 %, seguida pela França, com 9,1%. O México com 2,7% e a Coreia do Sul com 3% estão entre os países com as menores taxas de desemprego. Nos Estados Unidos, o desemprego é de 5,9%,

Países selecionados: taxa de desemprego no mês corrente (%)



Fonte: Nova Política Industrial; IEDI

- O gráfico acima ajuda bastante a esclarecer o peso que o desemprego tem nas economias desses países. Já a comparação pura e simples do número absoluto de desempregados nos diversos países só se presta a estabelecer confusão, deliberada ou não. O tamanho absoluto do contingente de desempregados no Brasil guarda relação com a dimensão da força de trabalho de que dispomos. Países populosos como o Brasil têm mais desempregados – e empregados – que outros menores. Somos a quinta maior

população economicamente ativa do mundo (PEA), entendida como o conjunto de pessoas ocupadas ou procurando se colocar no mercado de trabalho. Apenas China, Índia, Estados Unidos e Indonésia têm forças de trabalho mais numerosas que a brasileira. A Espanha e a França, por exemplo, têm respectivamente 39,7 milhões e 59,4 milhões de trabalhadores, respectivamente, muito menos que os 83,2 milhões da PEA no Brasil.

A recuperação da carteira assinada

Desde 1995, tem havido uma recuperação do número de postos de trabalho com carteira assinada, o chamado “mercado formal”. Um dos instrumentos para acompanhar essa evolução é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. Todas as empresas e pessoas jurídicas em atividade no País são obrigadas a informar ao Caged as admissões e as demissões efetuadas mês a mês, feitas com trabalhadores formalizados. A evolução foi assim:

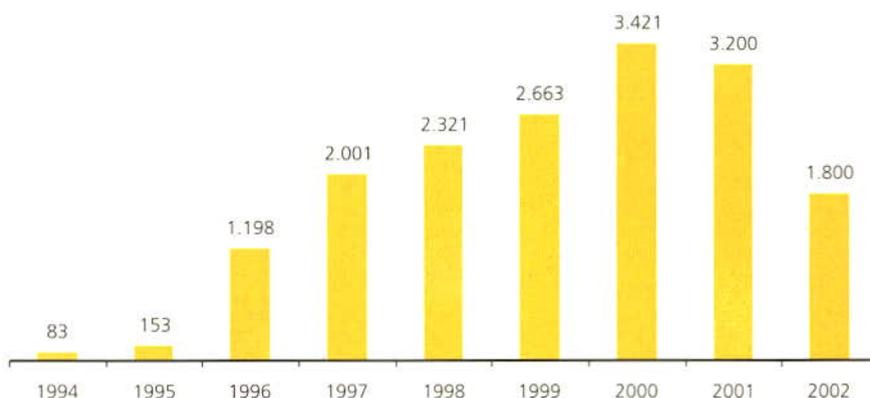
- Entre 1995 e 1999, houve uma redução das perdas de postos de trabalho.
- A partir de abril de 1999, o número de postos de trabalho formais criados passou a superar sistematicamente o número de fechados.
- Em 2000 e 2001, o saldo da criação de postos com carteira assinada atingiu, respectivamente, 658 mil e 591 mil empregos.
- Os dados de agosto de 2002 consolidam essa tendência: houve um aumento de cerca de 78 mil empregos formais apenas nesse mês.
- Nos últimos 12 meses, a geração de novos postos de trabalho totaliza quase 718 mil, refletindo uma expansão de 3,4% nos empregos de carteira assinada.
- De janeiro de 2000 a agosto de 2002, houve um saldo líquido positivo de 2 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada.
- A recuperação do emprego com carteira assinada também é confirmada pela Pnad de 2001, conforme visto acima, e pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita pelo IBGE.

Planfor dá mais qualificação a 16,7 milhões de trabalhadores

A integração da economia brasileira à economia global repercutiu no funcionamento do mercado de trabalho e exigiu mudanças importantes nos órgãos que regulam as relações de trabalho. Com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), o Governo Federal tem desenvolvido ações de fomento ao emprego e ao trabalho e de proteção e assistência ao trabalhador.

- Uma das mais importantes é o Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), destinado a assegurar a integração ao mercado de trabalho, promovendo o aumento da empregabilidade, da produtividade e da renda.
- O Planfor é executado por entidades especializadas em formação profissional, em parceria com associações patronais, centrais sindicais e governos estaduais.
- De 1995 a 2001, foram qualificados pelo Planfor 14,9 milhões de trabalhadores em todo o País, com investimentos de R\$ 2,3 bilhões do FAT.
- No ano de 2002, o programa deve atingir mais 1,8 milhão de trabalhadores, com investimentos de R\$ 300 milhões. Até o fim do ano, haverá um total acumulado de 16,7 milhões de pessoas qualificadas, representando investimentos de R\$ 3 bilhões, desde 1995.

Trabalhadores qualificados pelo Planfor



Fonte: MTE/Planfor

- Desde 1995, o Planfor focaliza suas ações em parcelas mais vulneráveis da população, ou seja, aquelas que têm menos acesso a outras oportunidades de qualificação, por razões de pobreza, baixa escolaridade e fatores de discriminação no mercado de trabalho.
- O programa serve como instrumento para romper o círculo vicioso da discriminação no mercado de trabalho e da exclusão social. Desse modo, está direcionado prioritariamente para pessoas desempregadas ou precariamente ocupadas. Elas estão agrupadas em quatro categorias:
 - Pessoas desempregadas, em especial os beneficiários do seguro-desemprego.
 - Pessoas em risco de desemprego permanente ou conjuntural, por fatores como reestruturação produtiva, crises econômicas ou fenômenos climáticos.
 - Pequenos e microprodutores do setor urbano ou rural.
 - Trabalhadores do setor informal (autônomos, cooperados).
- O primeiro grupo, de pessoas desempregadas, é prioridade absoluta no programa. Do total de 9,3 milhões de pessoas qualificadas entre 1999 e 2001, nada menos que 57% (ou 5,3 milhões) estão nessa categoria, incluindo beneficiários do seguro-desemprego.
- O Planfor chegou a 4.300 municípios, ou seja, a 78% do total de 5.547 existentes em todo o País.

Municípios atendidos pelo Planfor						
(1996-2001)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Municípios						
a) existentes	5.502	5.507	5.507	5.507	5.547	5.547
b) atendidos	2.614	3.843	4.729	3.990	4.824	4.300
b/a	48%	70%	78%	72%	87%	78%
Comunidade Solidária						
a) selecionados	1.111	1.370	1.370	1.370	1.370	1.370
b) atendidos – Planfor	629	1.076	1.076	1.007	1.180	1.100
b/a	57%	68%	78%	74%	86%	80%

Fonte: MTE; Ano de 2002: meta

- Dentre os 1.370 municípios selecionados pelo Comunidade Solidária, onde se situam os focos de pobreza e exclusão social, o Planfor atingiu 1.180, ou seja, 86% em 2000.

- Além do Comunidade Solidária, há integração do Planfor com outros programas sociais do Governo Federal. Um deles está na área dos direitos humanos, como suporte para a implantação do Serviço Civil Voluntário para moças e rapazes de 18 anos. A iniciativa une qualificação profissional com elevação de escolaridade, formação para a cidadania e prestação de serviços comunitários, com bolsa-auxílio para todos os participantes.
- Entre 1998 e 2001, mais de 39 mil jovens já realizaram o Serviço Civil Voluntário por meio do Planfor. Em 2002, outros 12 mil estão sendo incorporados em outros estados.

Seguro-desemprego amplia atendimento em 25%

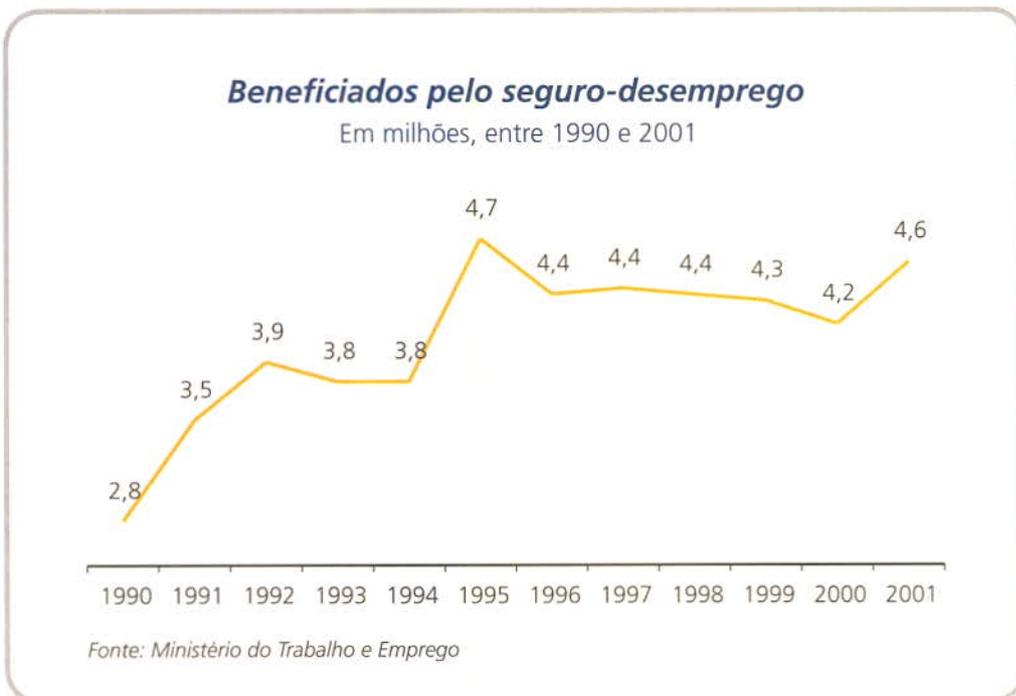
Ação de amparo aos trabalhadores demitidos sem justa causa, o seguro-desemprego chegou a um número maior de pessoas que puderam comprovar vínculo empregatício com carteira assinada nos seis meses anteriores à data da dispensa. O beneficiário tem direito a um número de parcelas entre três e cinco, de acordo com o número de meses trabalhados nos últimos três anos.

- Entre 1995 e 2001, a média anual de trabalhadores que recebeu o seguro-desemprego foi de 4,4 milhões, isto é, 25% maior que no período anterior. Entre 1990 e 1994, a média anual foi de 3,5 milhões.
- O valor total dos benefícios pagos em média anualmente subiu 75%.
- O valor do benefício também cresceu: foi de R\$ 205 para R\$ 243, na comparação entre os mesmos dois períodos, um aumento de 19%.
- A partir de 1992, foi instituído o seguro-desemprego para os pescadores artesanais, durante o período de defeso, quando a pesca fica proibida pelo Ibama. Em 2001, foi criado o seguro-desemprego para o empregado doméstico cadastrado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS e demitido sem justa causa.

Os Ganhos do trabalhador com o Seguro-Desemprego Formal

	Antes: 1990-1994 (Média anual)	Depois: 1995-2001 (Média anual)	Varição (%)
Número de segurados (anual)	3,5 milhões	4,4 milhões	+ 25%
Valor total dos benefícios (anual)	R\$ 2,7 bilhões	R\$ 4,7 bilhões	+ 75%
Valor real médio do benefício	R\$ 205	R\$ 243	+19%

- Em 2001, foram beneficiados cerca de 4,6 milhões de trabalhadores, com desembolso de R\$ 5 bilhões. Para 2002, estima-se que os recursos chegarão a R\$ 5,5 bilhões.



- O aumento no número de segurados reflete a elevação do patamar de demissões de pessoas com carteira assinada. Além disso, os critérios para a concessão estão mais flexíveis – a partir da segunda metade da década de 1990, houve redução do tempo de vínculo empregatício necessário para o acesso ao benefício.
- Ao longo da década de 1990, o pagamento do seguro-desemprego ajudou a preservar, em média, pouco mais de um terço da renda de salário do trabalhador do setor privado com carteira assinada dispensado sem justa causa. É o que mostra a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.
- Em 2001, o seguro-desemprego abriu-se para dar cobertura também ao empregado doméstico, que representa 7,4% da população ocupada, somando 5,3 milhões de trabalhadores.

Abono salarial já atinge 5,9 milhões de pessoas

Outra iniciativa de assistência ao trabalhador, o abono salarial está chegando a um número maior de brasileiros: 5,9 milhões receberam o benefício, em 2001, em todo o

País. Esse número foi 23% superior à média dos trabalhadores assistidos no período de 1990 a 1994 (de 4,4 milhões).

- O abono salarial representa em média um acréscimo de 5% na renda anual de cada assalariado – uma complementação significativa. No mês em que é pago o abono, o impacto na renda pode alcançar até 70% e funcionar como um 14º salário.
- O percentual de trabalhadores que recebeu o pagamento do abono aumentou de 71% em média (entre 1990 e 1994) para 82% (entre 1995 e 2001).
- Em 2001, foram pagos R\$ 978 milhões em abonos com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).
- A previsão é de que 5,8 milhões de trabalhadores serão assistidos pelo abono em 2002, com gastos de R\$ 1 bilhão.
- O abono salarial equivale ao pagamento anual de um salário mínimo a todo trabalhador da iniciativa privada ou do setor público que esteja inscrito no PIS-Pasep há mais de 5 anos, entre outros requisitos.

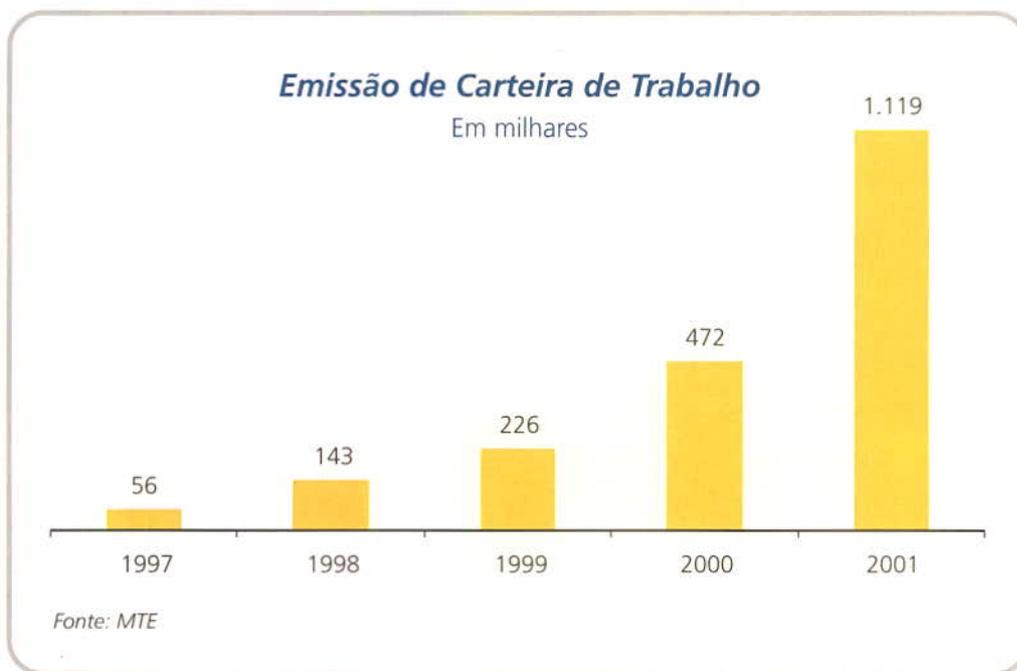
Os ganhos do trabalhador com o abono salarial			
	Antes: 1990-1994	Depois: 1995-2001	Variação
Trabalhadores que receberam	4,4 milhões	5,4 milhões	+ 23%
Trabalhadores que receberam (porcentagem sobre o total)	71%	82 %	+ 15 %

Fonte: MTE

Nova Carteira do Trabalho é mais segura

A Carteira de Trabalho e Previdência Social, documento indispensável para o trabalhador, ganhou uma versão mais moderna. Agora, contém vários itens de segurança, que dificultam as fraudes contra o seguro-desemprego, o FGTS e os benefícios previdenciários.

- O novo documento traz a identificação do trabalhador por meio do número do PIS-Pasep, a fotografia, a assinatura e a impressão digitalizadas.
- A implantação começou em 1997 e caminha a passos largos em todo o País. Toda a Região Sul, os Estados do Amapá e Sergipe e boa parte das capitais das outras unidades da Federação já estão sendo beneficiados com a inovação.
- A emissão prevista para 2002 é de cerca de 3 milhões de carteiras. No total, de 1997 até 2001, cerca de 1,8 milhão do novo modelo foi emitida.



Mais empregos e renda: o Proger urbano e rural

O Programa de Geração de Emprego e Renda/Proger instituído em março de 1994, teve suas primeiras operações contratadas em 1995. O programa vem-se consolidando como um dos principais instrumentos de que dispõe o Governo para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia, nas áreas urbana e rural. Essas ações, voltadas para a geração de emprego e renda, integram e complementam as demais iniciativas do sistema público de emprego, tais como a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra.

As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A concessão de crédito está vinculada a programas de capacitação técnico-gerencial, qualificação profissional, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos beneficiados.

Desde o seu início até 2001, o Proger aplicou aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em cerca de 860 mil operações contratadas.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Total de Operações	81.545	161.691	114.382	102.689	83.931	203.787	111.625	859.650
Valor Aplicado (R\$ mil)	623.796	1.382.158	1.231.479	910.603	778.425	1.080.539	878.444	6.885.444

Fonte: MTE/PROGER

A meta do Proger no PPA para 2002 prevê uma aplicação da ordem de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão de recursos, com realização de cerca de 134 mil operações de crédito.

- Uma recente avaliação do Proger Urbano, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que analisou o comportamento do emprego direto com carteira assinada de quase 30 mil micro e pequenas empresas que se beneficiaram do referido programa, apresentou os seguintes resultados positivos:
- Cada operação de crédito gerou 1,22 empregos diretos com carteira assinada ou foi observado um custo médio de R\$ 19.724,01 por posto de trabalho direto com carteira assinada (foram considerados apenas os empreendimentos que informaram movimentação no Caged). Considerando os postos de trabalho indiretos e decorrentes do efeito renda, chega-se à estimativa de que foram gerados nove postos de trabalho por operação de crédito ou um posto de trabalho a cada R\$ 2.668,62 aplicados no programa.
- Houve sustentabilidade dos empregos diretos com carteira assinada gerados. Mesmo mais de três anos depois do crédito, ainda ocorreu geração de empregos, ou seja, não apenas se mantiveram os postos de trabalho criados nos três primeiros anos, assim como ainda estavam sendo criadas novas ocupações.
- As micro e pequenas empresas apoiadas pelo Proger Urbano tiveram incremento de 34,8% na geração de empregos diretos nos seis meses depois do crédito relativamente aos seis meses anteriores ao crédito.
- As micro e pequenas empresas apoiadas pelo Proger Urbano tiveram incremento de 18,1% no estoque de empregados diretos, com carteira assinada depois do crédito.

Enquanto as micro e pequenas empresas, no Brasil como um todo, tiveram crescimento de 2,64% no emprego formal no ano de 1998, uma amostra daquelas financiadas pelo Proger Urbano em janeiro de 1998 teve incremento de 29,91% do estoque de empregados diretos com carteira assinada no mesmo intervalo de tempo.

Comunidade Solidária: parcerias contra a pobreza

O CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA FOI CRIADO EM 1995 COM base na constatação de que a sociedade civil contemporânea se apresenta como parceira indispensável de qualquer governo no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. Essa iniciativa inaugurou um novo tipo de mobilização social no Brasil, articulando recursos intelectuais e financeiros provenientes do Estado, da iniciativa privada e do setor privado sem fins lucrativos (o Terceiro Setor). São áreas que, hoje, passaram a atuar conjuntamente a favor do desenvolvimento do País, de forma sempre transparente.

Comunidade Solidária: parcerias contra a pobreza

- A busca de políticas sociais públicas mais eficientes e o crescimento da participação da sociedade civil em iniciativas sociais impulsionaram a criação da Comunidade Solidária.
- Somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social.
- Pouco a pouco, foram desenvolvidos programas inovadores, como o Universidade Solidária e o Alfabetização Solidária, criados pelo Conselho da Comunidade Solidária e que consolidaram um novo modelo de atuação na área social (veja resumo no quadro seguinte).
- Esses projetos são uma alternativa ao assistencialismo tradicional, marcado pela ineficiência e pelo excesso de centralização. Eles têm em comum: envolvimento das comunidades, autonomia na gestão, administração profissional e avaliações permanentes dos resultados.
- Até dezembro de 2001, o número de empresas parceiras era de 423.

Programas da Comunidade Solidária

Universidade Solidária (UniSol)	Mobiliza universitários de todo o País para trabalhar em comunidades pobres
Capacitação Solidária (CapaSol)	Financia cursos de capacitação profissional para jovens pobres de 16 a 21 anos. Apóia a capacitação de gestores de projetos sociais em ONGs.
Alfabetização Solidária (AlfaSol)	Promove parcerias entre empresas, universidades, prefeituras e voluntários, com apoio do Ministério da Educação, para alfabetização de jovens e adultos
Artesanato Solidário	Cuida de revitalizar formas de artesanato tradicionais como alternativa de renda
Rede Jovem	Oferece pontos de acesso à internet e alternativas de lazer e aprendizado para jovens, especialmente aqueles em situação de risco social
Voluntários	Trabalha para disseminar no Brasil a moderna cultura do voluntariado, preocupada com a eficiência dos serviços e a qualificação das pessoas e instituições. O Programa Amigos da Escola, em parceria com uma rede de televisão, levou colaboradores voluntários a 30 mil escolas em todo o País

Fonte: Conselho da Comunidade Solidária

- A Comunidade Solidária atua em duas frentes, ao mesmo tempo.
- São promovidas parcerias entre o governo e as organizações da sociedade civil. Essa é uma responsabilidade do Conselho da Comunidade Solidária.
- O programa ajuda a fazer parcerias dentro do próprio governo, entre os níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento de municípios pobres. Essa é uma atribuição da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.

Os números de três programas da Comunidade Solidária ano a ano

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
UniSol								
Alunos mobilizados	990	760	2.200	2.200	2.460	4.500	4.100	17.210
AlfaSol								
Alunos beneficiados	–	9.150	228.000	538.850	724.000	1.676.000	1,2 milhão	3,6 milhões
CapaSol								
Alunos capacitados	1.073	4.211	14.053	32.002	35.952	27.665	9.522	124.470

Fonte: Conselho da Comunidade Solidária

Universidade Solidária aproxima estudantes e comunidades carentes

- O Programa Universidade Solidária (UniSol) foi criado em 1995 e mobiliza universitários para trabalhar em comunidades pobres.
- O UniSol já envolveu 180 instituições de ensino superior em 910 municípios. Em 2001, foram 4.500 universitários participantes, de 180 universidades, atuando em 250 municípios beneficiados. Até o fim de 2002, a previsão é de um total de 17.210 alunos e 1.415 professores mobilizados entre 1996 e 2001.
- Nesse trabalho, ocorre uma troca de experiências entre os universitários e a população que resulta na formação de uma rede de agentes locais com maior capacidade para enfrentar os desafios dos municípios. A busca do desenvolvimento sustentável, de novas formas de organização e de soluções para os problemas também caracteriza as atividades em cada área focada.
- Eis o papel de cada um:
 - a Coordenação do Universidade Solidária articula a rede de parcerias;
 - as empresas públicas e privadas colocam recursos para sua realização;
 - as universidades selecionam e capacitam as equipes;
 - as prefeituras dos municípios oferecem alojamento e transporte local.

Alfabetização chega a 2,4 milhões de brasileiros

- O Programa Alfabetização Solidária (AlfaSol), criado em 1997, tem o objetivo de reduzir as alarmantes taxas de analfabetismo que ainda vigoram em muitas regiões do Brasil.
- Para executar essa tarefa, o AlfaSol passou a atuar com base no ranking de municípios que concentram analfabetos produzido pelo IBGE a partir do Censo 1991.
- No primeiro semestre de 1997, cerca de 9.200 pessoas foram atendidas em 38 cidades das regiões Norte e Nordeste. Até dezembro de 2001, o *Alfabetização Solidária* atingiu a meta de atendimento de 2,4 milhões de brasileiros em 1.578 municípios.
- Este ano, o programa está presente em 2.010 municípios de 21 estados e nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com um custo de R\$ 34 por aluno.
- Até agora, foram 114 mil alfabetizadores treinados por 204 universidades.
- O trabalho do AlfaSol é desenvolvido por meio de parcerias com empresas, instituições universitárias, pessoas físicas, prefeituras e o MEC.

Evolução do Alfabetização Solidária

De 1997 a 2002, o número de municípios de atuação do programa passou de 120 para 2.010 em todo o País

Ano	Municípios de atuação	Alunos atendidos
1997	120	38.650
1998	581	237.150
1999	866	538.850
2000	1.016	724.000
2001	1.578	900.000
2002*	2.010	1,2 milhão

Fonte: Conselho da Comunidade Solidária

*Previsão

Capacitação Solidária forma 115 mil jovens

- O Programa Capacitação Solidária (CapaSol) foi criado em 1996 a fim de financiar cursos de qualificação profissional para jovens de 16 a 21 anos, de baixas escolaridade e renda, com restrito acesso a programas educativos de formação e treinamento

profissional. Outro objetivo é trabalhar pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil.

- Entre 1996 e 2001, o programa fez parceria com 2.342 ONGs, capacitando mais de 115 mil jovens de 9 regiões metropolitanas do País. São elas: Recife, Fortaleza, Aracaju, Belém, São Luís, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro.
- Os projetos são executados com recursos de empresas públicas e privadas, além de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento. Os cursos são propostos pelas ONGs e têm como fundamento aproveitar as oportunidades de mercado identificadas nas próprias comunidades.

Os números do Capacitação Solidária

(1996-2001)

Alunos capacitados	115 mil jovens
Cursos ministrados	3.882
ONGs envolvidas	2.342

Fonte: Comunidade Solidária

- Quanto às atividades de fortalecimento das organizações da sociedade civil, os cursos oferecidos, com seus respectivos números, foram os seguintes:
 - *Gestão Social*. Destinado a profissionais que desenvolvem e gerenciam projetos sociais em ONGs, organizações governamentais, sindicatos, universidades, Sistema S (Sesc, Senac, Senai, etc.) e empresas interessadas. Até o fim do ano de 2001, foram realizados 125 cursos de Gestão Social com a participação de 4.400 profissionais de 19 estados brasileiros.
 - *Planejamento e Gestão de Microempreendimentos*. Destinado a coordenadores ou gerentes de organizações que tenham projetos para capacitação profissional de jovens financiados pelo CapaSol. Até 2001, foram feitos 66 cursos para 2.232 profissionais.
- No início de 2001, o PCS foi convidado pela Secretaria de Assistência Social do Governo Federal a participar do Portal do Alvorada, parte integrante do Projeto Alvorada. O CapaSol estruturou o curso de Desenvolvimento de Habilidades Interpessoais e Administrativas e, até o fim do ano, ministrou 87 cursos para 3.224 participantes (a maioria composta por jovens) de 255 municípios das Regiões Norte e Nordeste, onde a pobreza é maior – aqueles com os IDHs mais baixos do Brasil.

Programa revitaliza artesanato em 53 comunidades

- Com o objetivo de revitalizar o artesanato tradicional, o Programa de Artesanato Solidário surgiu como uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária em parceria com o Sebrae, a antiga Sudene e a Caixa Econômica Federal. Atualmente, está em 53 comunidades brasileiras, com cerca de 2.000 artesãos envolvidos.

Os municípios pioneiros e seus artesanatos

Alagoas	<ul style="list-style-type: none">• Pão de Açúcar: rendas e madeiras• Piranhas: rendas
Ceará	<ul style="list-style-type: none">• Juazeiro do Norte: embalagens
Piauí	<ul style="list-style-type: none">• Pedro II: tecelagem• Parnaíba: cestaria• São João da Varjota: cerâmica
Rio Grande do Norte	<ul style="list-style-type: none">• Nísia Floresta: rendas
Paraíba	<ul style="list-style-type: none">• Esperança: brinquedos populares• Itabaiana: brinquedos populares
Sergipe	<ul style="list-style-type: none">• Divina Pastora: renda irlandesa• Poço Verde: tecelagem
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none">• Bezerros: xilogravuras• Serrita: cerâmica e couro• Tracunhaém: cerâmica• Ibimirim: santos de madeira
Bahia	<ul style="list-style-type: none">• Irará: cerâmica• Valente: traçados de fibras• Araci: traçados de fibras• Entre Rios (Porto de Sauípe): traçados de fibras• Rio Real: cerâmica
Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Berilo: tecelagem• Turmalina (Vale do Jequitinhonha): cerâmica• Minas Novas (Vale do Jequitinhonha): cerâmica• Cônego Marinho (Candeal): cerâmica• Uruçuaia: doces e fibras
Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none">• São Mateus: fibras e madeira

Fonte: Comunidade Solidária

Ouvindo as reivindicações e sugestões das comunidades artesanais, são traçados planos de trabalho para apoiar o que já fazem e ampliar o número de pessoas envolvidas. Os pontos básicos dessa atuação são, entre outros:

- Trabalhar com grupos que fazem artesanato de cunho tradicional, isto é, ligado aos modos de vida do lugar, às matérias-primas disponíveis, aos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos por meio de ensino informal, com padrões estéticos desenvolvidos a partir da vivência da própria comunidade;
- Orientar a formação de associações de artesãos ou o fortalecimento das já existentes;
- Aprimorar a produção;
- Divulgar a produção artesanal, valorizando seu aspecto cultural, os conhecimentos necessários à sua realização e a sua integração a um determinado modo de vida;
- Facilitar a obtenção de espaços para a realização do trabalho;
- Abrir caminhos para a comercialização.

Rede Jovem abre as rotas da internet

- Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o projeto Rede Jovem destina-se a adolescentes e jovens, especialmente aqueles em situação de risco social. Por meio da informática e da internet, busca valorizar e fortalecer suas formas de expressão, criatividade e participação na sociedade.
- É um programa que tem como grande atração o Espaço Jovem – um local com computadores ligados à internet. Ali, os participantes encontram alternativas de lazer, aprendizado, conhecimento, perspectivas profissionais e estímulos à criatividade e ao convívio social. São utilizados *websites* que funcionam como um meio de animação e integração virtual entre os jovens.
- De forma descontraída, ele assemelha-se aos *cybercafés*.
- Do público-alvo, fazem parte jovens de baixa renda que não têm acesso à internet, mas que têm condições de ampliar, pela via virtual, seus contatos e a troca de informações relevantes sobre saúde, direitos e formação.

Perfil da Rede Jovem (em julho de 2002)

Número de Espaços Jovens instalados	9
Cidades	Salvador (2), Santo André (SP), Aquiraz (CE) Itaboraí (RJ), São Paulo (SP), Varjão (DF) e Rio de Janeiro (RJ)
Média de jovens por semana em cada local	300
Computadores em cada local	De 5 a 10, conectados à Internet
Empresas parceiras	IBM
Instituições que apóiam	Ministério da Ciência e Tecnologia, Unicamp e Senac

Fonte: Comunidade Solidária

Casa própria para mais de 2 milhões de famílias

A RETOMADA DOS FINANCIAMENTOS PÚBLICOS PARA A CASA PRÓPRIA E A revitalização do sistema habitacional estão entre as principais conquistas do Governo Federal no setor de construção de moradias para a população de baixa renda. Em abril de 2002, houve a entrega simbólica da chave de número 2.000.000, referente ao total de contratos da Caixa Econômica Federal celebrados de 1995 até aquele mês.

Em síntese, esse foi o desempenho entre 1995 e junho de 2002: 2.062.860 famílias beneficiadas, o que representou um investimento de R\$ 28,2 bilhões de recursos públicos. Como a indústria da construção civil é forte geradora de empregos, deve-se ressaltar que esses investimentos permitiram a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho, segundo estimativas da Caixa, a responsável por 91% dos novos financiamentos habitacionais realizados no País e por 79% dos valores contratados.

A seguir, os principais números e a descrição do funcionamento dos diversos programas:

Carta de Crédito FGTS

Para famílias, de acordo com sua renda, comprarem imóveis novos, usados, na planta, construção ou materiais de construção:

- Renda até R\$ 1.000: imóveis novos, usados, na planta, construção ou materiais de construção—taxa de 6% ao ano mais TR.
- Renda entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000: imóveis usados ou materiais de construção—taxa de 8,16% ao ano mais TR.

- Renda entre R\$ 1.000 e R\$ 3.250: imóveis novos, na planta ou construção—taxa de 8,16% ao ano mais TR.
- Renda entre R\$ 3.250 e R\$ 4.500: imóveis novos, na planta ou construção—taxa de 10,16% ao ano mais TR.

Carta de Crédito Caixa

Para famílias com renda superior a R\$ 2.000 comprarem imóveis novos, usados, na planta, construção, comercial, reforma ou materiais de construção:

- Imóveis na planta (programa suspenso no exercício atual)— taxa de 10,5% ao ano mais TR.
- Imóveis novos ou construção (programa suspenso no exercício atual)— taxa de 12% ao ano mais TR.
- Materiais de construção—taxa de 1,18% ao mês mais INPC.
- Reforma residencial—taxa de 12% ao ano mais IGPM.
- Imóvel comercial—taxa de 15% ao ano mais IGPM.

Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

Para famílias com renda máxima de seis salários mínimos e imóveis com valor máximo de R\$ 22,4 mil (R\$ 28 mil para a região metropolitana das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro).

Pró-Moradia

Aplica recursos do FGTS para recuperar áreas habitacionais degradadas.

Investimentos do Governo Federal em habitação de 1995 a junho de 2002				
Programa	Famílias beneficiadas	Recursos (R\$ bilhão)	População beneficiada*	Empregos gerados*
1. Carta de Crédito FGTS	1.241.114	16,343	4.844.960	1.479.098
2. Carta de Crédito Caixa	255.738	8,443	999.180	809.686
3. Arrendamento Residencial (PAR)	67.222	1,355	273.416	131.780
4. Pró-Moradia	180.326	0,873	721304	120.598
5. Habitar Brasil – Morar Melhor	347.763	1,464	1.147.631	156.726
6. Recursos FAT	3.382	0,165	7440	8.053
Total	2.062.860	28,189	7.993.931	2.705.941

Fonte: Caixa Econômica Federal; * Período: 1995-2001

Habitar Brasil/Morar Melhor

Repassa recursos do Orçamento Geral da União a fundo perdido para comunidades carentes.

Recursos FAT

Programa operacionalizado a partir do presente exercício, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para famílias com renda superior a R\$ 2.000 comprarem imóveis novos ou na planta.

- Imóveis na planta—taxa de 4% ao ano mais TJLP.
- Imóveis novos ou construção—taxa de 5,5% ao ano mais TJLP.

ENTRE ASPAS

Do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar a entrega da chave de nº 2.000.000 de contratos da Caixa Econômica Federal(30/4/2002)

Se você já esqueceu, é bom recordar que naquele ano de 1995 o FGTS estava sem dinheiro em caixa por causa de programas habitacionais mal conduzidos. O patrimônio da Caixa estava abalado. E foi com o trabalho persistente que os servidores da Caixa e seus dirigentes levantaram novamente a instituição e os brasileiros voltaram a comprar casas financiadas.

Hoje o Fundo de Garantia está forte, financia casa própria para famílias com renda de até 2 mil reais. E tem mais: a partir de junho, a Caixa vai pagar a correção do FGTS decidida pela Justiça. O acordo que firmamos com as centrais sindicais vai indenizar os titulares de 60 milhões de contas. É muito dinheiro que vai ser reinjetado na economia através dos trabalhadores.

As linhas de financiamento da Caixa mudaram para beneficiar, principalmente, o trabalhador que quer ter sua casa própria. E não a empresa de construção, como acontecia antes.

O nosso governo criou muitos programas. Até para oferecer casa de graça para famílias de baixíssima renda, que vivem em situação de risco. Esse programa, chamado Morar Melhor, já entregou 347 mil moradias. E graças aos programas de habitação conseguimos um outro grande feito. Eu estou feliz de anunciar, na véspera do Dia do Trabalho, que esses programas geraram ou mantiveram 4 milhões de postos de trabalho.

Expansão cultural com parcerias e incentivos fiscais

Cultura recebeu 528% a mais de recursos

A ÁREA DA CULTURA BENEFICIOU-SE INTENSAMENTE, NESTE GOVERNO, DOS MECANISMOS de incentivo em parceria com organismos internacionais, estados, municípios, empresas públicas e iniciativa privada, assim como dos recursos diretos do Orçamento da União.

- Os recursos canalizados para a cultura aumentaram 528% de 1995 para 2001, passando de R\$ 93,6 milhões para R\$ 587,7 milhões.



- As leis de incentivo à cultura foram grandes criações de gestões anteriores e vigoram até hoje, mas passaram a funcionar de modo mais amplo e efetivo a partir de 1995.
- A partir de tal ano, foi aumentado o limite de descontos permitidos às empresas patrocinadoras de projetos culturais. Também se tornou mais ágil a autorização para captação de recursos. Essas leis são a Rouanet (Lei nº 8.313/1991) e a do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993).

Alguns aperfeiçoamentos da legislação foram de fundamental importância para atrair mais empresas para o sistema de mecenato (que consiste na aprovação de projetos direcionados à captação de patrocínio), para aumentar a receita orçamentária do Fundo Nacional de Cultura (que financia projetos culturais a fundo perdido) e para melhorar a estrutura da máquina administrativa. Assim, devem ser destacados:

- regulamentação da Lei Rouanet, estabelecendo a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac);
- regulamentação da conversão da dívida externa para aplicação em projetos audiovisuais brasileiros de produtoras independentes;
- aumento do percentual de abatimento do imposto de renda das pessoas jurídicas de 1% para 3% nos casos de investimentos nesses projetos audiovisuais;
- reestruturação do Ministério da Cultura, por áreas temáticas, abrangendo uma Secretaria Executiva e quatro secretarias definidas por segmentos culturais;
- aumento da dedução do imposto de renda devido pelos contribuintes às quantias efetivamente gastas em diversos tipos de áreas culturais;
- elevação dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Cultura, referentes a concursos de prognósticos e loterias federais e similares, de 1% para 3%, por meio da Lei Ubiratan;
- criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e instituição do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional (Prodecine). O objetivo foi incentivar de maneira mais substantiva a indústria cinematográfica, aumentando a articulação entre os elos da cadeia produtiva do setor audiovisual, representados pela produção, distribuição e exibição, e definindo um marco regulatório para a atividade cinematográfica no País.

Apoio a 17 mil projetos culturais

Não cabe ao Estado o papel de produtor, mas de responsável pela definição das grandes linhas da política cultural, em conjunto com a sociedade, os artistas e os produtores. É também o articulador do apoio a segmentos e iniciativas culturais relevantes que não seguem a lógica de mercado. Desde 1995, a ação do Governo Federal foi pautada pela democratização da aplicação dos recursos disponíveis no Orçamento da União e dos captados no mercado. O objetivo foi contribuir para a redução das desigualdades socioculturais existentes entre as diferentes regiões do País, assim como dar maior transparência e eficiência aos gastos.

- De 1995 a 2002, os investimentos na área cultural foram para a realização de cerca de 17 mil projetos. Apenas para efeito de comparação, isso equivale a 5,8 projetos por dia. Ou, ainda, a um projeto a cada cinco horas.
- Esses 17 mil projetos envolveram recursos da ordem de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 746 milhões dos orçamentos anuais e R\$ 2 bilhões decorrentes da captação das leis de incentivos. A música e as artes cênicas lideram as aplicações por programa de governo, conforme mostra a tabela a seguir.

Aplicações por programa de governo

De 1995 a 2002, em R\$ milhões

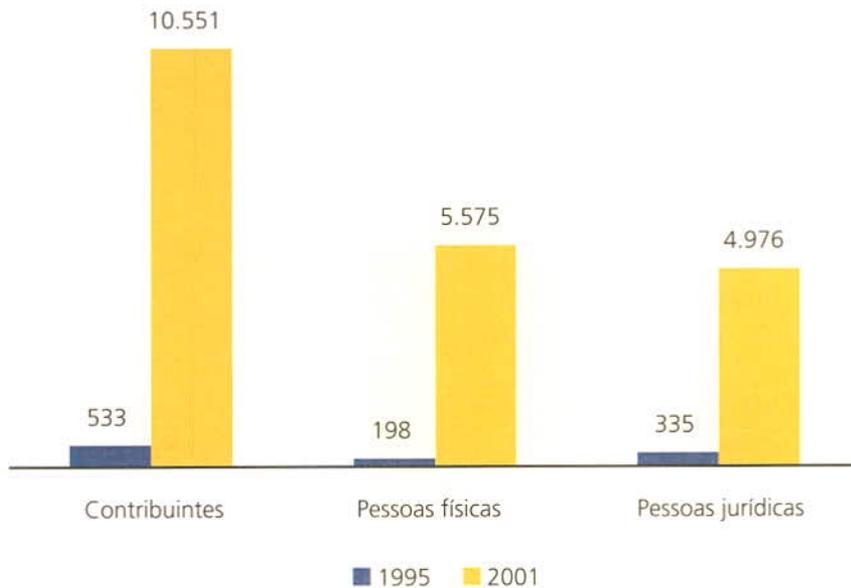
Música e artes cênicas	684,2
Produção e difusão cultural	611,9
Cinema, som e vídeo	620,7
Patrimônio cultural	525,4
Livro aberto	271,5
Cultura afro-brasileira	19,6

Fonte: MinC

- O interesse dos contribuintes do Imposto de Renda em incentivar projetos culturais por conta das leis Rouanet e do Audiovisual aumentou significativamente graças à política de divulgação implementada pelo Governo Federal sobre os mecanismos de financiamento cultural.
- Dos 533 contribuintes, com a captação de recursos de R\$ 33 milhões, em 1995, o número de incentivadores elevou-se para 10.551, e a captação somou R\$ 413 milhões, em 2001 (tabela a seguir). Ou seja: enquanto os investimentos globais cresceram 1.879%, o número de pessoas físicas cresceu 2.715%, e seus investimentos, 7.803%.

Adesão às leis de incentivo à cultura

Número de contribuintes



Fonte: MinC

Assim como o número de pessoas jurídicas elevou-se em 1.386%, com majoração de 1.141% nos investimentos.

- A criação de um centro nacional de formação de mão-de-obra e de gestores (a Fábrica de Cultura, em São Paulo) ajudou a colocar a administração cultural ao alcance de toda a sociedade. Em 2000, 285 gestores foram treinados nesse centro, em parceria com a iniciativa privada.
- Outra importante manifestação cultural, o artesanato nordestino, é o alvo de um programa específico de crédito e capacitação, operacionalizado pelo Banco do Nordeste – o qual já beneficiou mais de 9 mil artesãos na região.

Adesão às leis de incentivo à cultura

Rouanet e Audiovisual

	Número de Contribuintes			Valores (R\$)		
	1996	2001	Aumento	1996	2001	Aumento
Contribuintes	533	10.551	1.879%	33 milhões	413 milhões	1.157%
Pessoas físicas	198	5.575	2.716%	62 mil	4,9 milhões	7.803%
Pessoas jurídicas	335	4.976	1.386%	32,9 milhões	408,2 milhões	1.141%

Fonte: MinC

A retomada do cinema brasileiro

No início da década de 1990, a participação do cinema nacional no mercado de exibição chegou ao nível mais baixo. O desmonte do sistema estatal de apoio à produção e à distribuição cinematográfica, com a extinção da Embrafilme e do Concine, atingiu drasticamente a capacidade do cinema brasileiro de operar com eficiência em seu próprio mercado.

O cinema estrangeiro, sobretudo o norte-americano, ocupou a quase totalidade das salas de exibição, uma fatia significativa das televisões e tornou-se uma referência cultural absoluta para a população brasileira, especialmente os setores de mais baixa renda. A retomada do apoio governamental ao cinema brasileiro, a partir das leis de incentivo à cultura, permitiu começar a mudar a situação.

- Na comparação do período de 1990 a 1994 com o de 1995 a 2002, os lançamentos de filmes nacionais apresentam um crescimento excepcional de 693%, passando de 29 para 201 filmes.
- O público brasileiro voltou a assistir a filmes nacionais. De 350 mil espectadores entre 1992 e 1994, a frequência às salas de exibição alcançou 6 milhões em 1999 e chegou a marca de 6,5 milhões em 2002.
- Para 2003 e 2004, espera-se um crescimento progressivo no número de espectadores de filmes nacionais, ultrapassando o patamar de 9 milhões, devendo chegar em 2005 com 20% de ocupação do mercado de exibição.
- Foi inaugurado um novo modelo de relacionamento entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado. Com novos filmes, novos talentos projetaram-se.
- A qualidade do cinema nacional ganhou reconhecimento. A linguagem enriqueceu-se, os estilos diversificaram-se, o que se refletiu na variedade de temas, abordagens e simbolismos. O cinema retomou seu papel na busca das raízes e na construção das identidades culturais brasileiras.

- A partir de 1995, as mudanças no setor audiovisual foram notáveis:
 - 190 novos longas, 669 curtas-metragens e cerca de 80 documentários foram produzidos;
 - a taxa de participação do cinema nacional no mercado de exibição, em relação ao cinema estrangeiro, atingiu mais de 8% e os lançamentos nacionais representaram cerca de 27%, no ano de 2002;
 - surgiram 55 novos cineastas no País;
 - 4 filmes foram indicados para o Oscar de melhor filme estrangeiro;
 - 200 prêmios foram conquistados em competições, 100 dos quais em eventos internacionais;
 - 191 novas salas de exibição começaram a funcionar.
- Mais de 100 filmes antigos, verdadeiros marcos da história do cinema brasileiro, foram lançados em VHS.

Evolução do cinema (1990-2000)						
	Lançamentos		Frequência de público		Percentual (Nacional/Estrangeiro)	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Frequência
1990	7	231	10.000.000	85.101.000	3,03	11,75
1991	8	239	3.000.000	92.093.000	3,35	3,26
1992	3	237	36.113	74.963.887	1,27	0,05
1993	4	234	45.454	69.954.546	1,71	0,06
1994	7	216	271.454	74.728.546	3,24	0,36
Total 1990-1994	29	1.157	13.353.021	396.840.979	2,51	3,36
1995	14	222	3.150.000	81.850.000	6,2	3,85
1996	16	236	2.550.000	59.450.000	6,8	4,29
1997	22	184	2.388.888	49.611.112	11,96	4,82
1998	23	167	3.606.279	66.393.721	14	5,43
1999	34	200	6.000.000	64.000.000	17	9,38
2000	28	133	7.207.645	64.828.340	21	11,12
2001	29	124	6.978.717	67.905.774	23,39	10,28
2002	35	130	6.500.000	78.500.000	26,92	8,28
Total 1995-2002	201	1.396	38.381.138	532.538.947	14,40	7,21

Fonte: MinC

- As ações de fomento dirigiram-se também para a realização de concursos públicos para a produção de curtas-metragens, documentários culturais, desenvolvimento de projetos e roteiros, assim como para a produção, a comercialização, a distribuição e a exibição de filmes brasileiros no mercado nacional e internacional, com investimentos em torno de R\$ 45,5 milhões.
- O apoio à produção, à comercialização, à distribuição e à exibição de filmes brasileiros de longa-metragem e de baixo orçamento viabilizou-se por meio da seleção de 72 projetos, financiados pelos programas Cinema Brasil, Mais Cinema e Apoio à Comercialização de Filmes, instituídos em 1999. O Mais Cinema foi um programa de financiamento alternativo em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).
- Em 1999, foi criado o projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, a fim de promover, em televisões públicas e privadas, o reencontro do povo brasileiro com suas bases históricas e culturais.
- Veiculado, originalmente, na TV Escola do Ministério da Educação, mas já exibido no Canal Brasil e nas TVs Educativa, Cultura, Senado e Câmara, esse projeto tem hoje um alcance de cerca de 62 mil escolas públicas e privadas espalhadas de norte a sul do País e de 8,5 milhões de antenas parabólicas, com um público potencial de 30 milhões, sobretudo de pessoas das camadas menos favorecidas da população.
- O setor audiovisual brasileiro foi estimulado por meio do incentivo à realização de 143 eventos nacionais, entre festivais, mostras, seminários e *workshops* em várias regiões. Isso vem ampliando a abrangência geográfica da produção e da circulação de bens culturais. Em 2001, 16 convênios foram firmados para subsidiar a realização de festivais (Tiradentes, Florianópolis, Recife, Goiás, Curitiba, João Pessoa, São Luis e Fortaleza, entre outras).
- O cinema nacional também vem crescendo no exterior. Além da presença constante em festivais internacionais, com mais de uma centena de prêmios nos últimos anos, o governo tem apoiado mostras e festivais internacionais, como o *Festival de cinema brasileiro em Paris*, a *Mostra de Cinema Brasileiro em Los Angeles*, a *Mostra de Cinema Brasileiro em universidades inglesas*, a *Mostra de Cinema Brasileiro no Mercosul*, entre outros.

Respeito ao patrimônio histórico

- No período de 1995 a 2002, o Governo Federal contou com parcerias estaduais, municipais e da sociedade na proteção do patrimônio cultural brasileiro, elevando núcleos históricos e reservas naturais à categoria de patrimônio mundial, título concedido pela Unesco.
- Os bens brasileiros eleitos nesse período foram os centros históricos de São Luís e Diamantina (MG); as reservas de Mata Atlântica do Sudeste, em São Paulo e no Paraná, e da Costa do Descobrimento, na Bahia e no Espírito Santo; o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas; o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; a Cidade de Goiás (GO).
- Os credenciamentos desses sítios à Unesco foram precedidos de uma série de realizações na área de saneamento básico, na adequação de espaços públicos e obras de engenharia, proporcionando geração de emprego e renda. Investimentos expressivos foram realizados e favoreceram a inclusão desses núcleos em roteiros turísticos, com efeito multiplicador nos setores de hotelaria, artesanato e cultura em geral.
- A preocupação com a preservação cultural refletiu-se num grande número de tombamentos de bens móveis, imóveis, naturais e núcleos históricos. Cabe destacar os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Penedo (AL), da Lapa (PR), da Pampulha, em Belo Horizonte, e do Bairro do Recife; o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (CE); a Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis; o Quilombo do Ambrósio, em Ibiá (MG); o Hangar de Zeppelins, na Base Aérea de Santa Cruz; a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro; o Teatro Municipal de São Paulo.
- Inúmeros bens foram restaurados, a fim de beneficiar o turismo e as fontes de pesquisa e do conhecimento.
- Alguns deles são: o conjunto arquitetônico da cidade de Antônio Prado (RS); a Capela de São João Batista, em Belém (PA), onde também foram recuperadas três obras da pintura mural do italiano Antônio José Landi; o Mercado de Diamantina (MG); a Igreja Matriz e o Teatro de Pirenópolis (GO); a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Alcântara (MA); documentos dos séculos XVII e XVIII, pertencentes ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, referentes ao Forte dos Reis Magos, em Natal; o altar-mor do Mosteiro de São Bento de Olinda (PE).
- O Programa Monumenta (Preservação do Patrimônio Histórico) é a maior fonte de recursos alcançada até hoje para financiar a preservação do patrimônio histórico nacional. Resultado de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação da Unesco, ele se destina a revitalizar os principais conjuntos patrimoniais urbanos.

- Em sua primeira etapa, de 2000 até 2003, o Monumenta está mobilizando mais de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões de empréstimo do BID, US\$ 62,5 milhões dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios e o restante das instituições financeiras e das empresas participantes. Vai atender a obras em dezenas de locais históricos em vários estados. É o maior investimento já realizado na área da cultura brasileira, em um período de governo.
- Serão atendidas mais de duas dezenas de cidades, entre elas Ouro Preto, Olinda, Salvador, Brasília e Diamantina, incluídas na lista do Patrimônio Cultural da Unesco. Além dessas, foram convidadas a participar do programa outras cinco capitais – Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Manaus – e as cidades históricas de Congonhas e Mariana, em Minas Gerais; Porto Seguro, Lençóis e Cachoeira, na Bahia; Goiás, em Goiás; Alcântara, no Maranhão; Parati, no Rio de Janeiro; Laranjeiras, em Sergipe; Natividade, no Tocantins; Oeiras, no Piauí; Pelotas, no Rio Grande do Sul; São Francisco do Sul, em Santa Catarina; Icó, no Ceará; Penedo, em Alagoas; Corumbá, no Mato Grosso do Sul.
- Grandes exposições foram realizadas em museus nacionais e casas históricas, como as mostras *Auguste Rodin*, *Monet*, *Fernando Botero*, *Dali Monumental*, *Esplendores de Espanha*, *De El Grecco a Velásquez* e *Aleijadinho – o que Vemos e o que Sabemos*.
- Inaugurada em maio de 2000 no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, a *Mostra do redescobrimento* teve grande repercussão internacional e fez parte das comemorações oficiais dos 500 anos da descoberta do Brasil.
- A crescente demanda por espaços voltados para o desenvolvimento de atividades culturais está sendo atendida com uma ação específica, voltada para o estímulo às tradições locais e o reconhecimento das diferenças regionais. Com recursos da ordem de R\$ 109 milhões, foram apoiados, de 1995 a 2002, mais de 942 projetos de criação de centros culturais que proporcionam à comunidade uma oportunidade de desenvolver sua vida cultural.

Bibliotecas para 26 milhões de brasileiros em pequenos municípios

- Em 1995, a rede de bibliotecas públicas no Brasil contava com cerca de 3.800 unidades em funcionamento real. O Programa Uma Biblioteca em Cada Município vem promovendo a expansão da rede de bibliotecas públicas num ritmo sem precedentes no País.

- Concebida em 1995 e em execução desde 1996, essa iniciativa realizou até 2002 a implantação de 1.649 bibliotecas, correspondendo a um acréscimo de 43% das existentes. Destaca-se a Região Nordeste com a instalação de 387 bibliotecas, ou seja, 23% do total realizado. Só no exercício de 2001 foram instaladas mais de 500 bibliotecas, o que representa mais de uma biblioteca implantada por dia.
- Essas bibliotecas encontram-se fora dos ambientes escolares, mas são freqüentadas por 80% dos estudantes, além dos pesquisadores e da comunidade em geral. Elas representam 4,2 milhões de livros colocados à disposição da sociedade, possibilitando a criação de aproximadamente dois mil novos empregos diretos e contribuindo para que 950 mil pessoas, diretamente, passem a ler mais.
- Em 2001, mais de 26 milhões de brasileiros passaram a contar com uma biblioteca pública em seu município, o que se reflete no fortalecimento da cidadania, no desenvolvimento do hábito de leitura e na conquista da garantia da educação continuada. Até o fim de 2002, apenas 600 municípios brasileiros poderão ainda estar sem uma biblioteca.
- Ao completar 190 anos, em 2000, a Biblioteca Nacional, uma das dez maiores do mundo, pôs-se em dia com a evolução tecnológica. Hoje, sua página na Internet é visitada por mais de 2 milhões de pessoas, enquanto sua sede recebe em torno de 13 mil usuários mensais.
- O Escritório de Direitos Autorais abriu 15 representações regionais. Graças a isso, os registros de direitos autorais das obras produzidas no País cresceram 190%, passando de 94 mil em 1994 para 273 mil em 2002.
- Até o fim de 1994, a Agência Brasileira do International Standard Book Number (ISBN) tinha 63.141 títulos de livros cadastrados. Até o fim de 2000, esse número havia chegado a 197.704. O movimento anual de registros aumentou 213% no período, de oito mil para 25 mil títulos. Essa é uma medida da vitalidade do mercado editorial Brasileiro, refletindo tanto o aumento do número de leitores como o da capacidade de consumo.

Música e artes cênicas

- Houve a revitalização da tradição das bandas de música no Brasil. A criação e a manutenção de bandas de música nos municípios têm por finalidade a valorização e a difusão da música instrumental. Incentiva a participação de jovens em conjuntos musicais e promove a utilização da música como instrumento de socialização e cidadania. *De 1995 a 2002*, foram apoiadas 1.850 bandas musicais, em todas as regiões. A média de idade dos músicos de bandas diminuiu.

- A partir de 1997, o governo deu apoio às orquestras brasileiras que se propunham fazer apresentações gratuitas, adquirir instrumentos e partituras, promover concertos didáticos e gravar CDs. Até 2002, esse apoio beneficiou 190 orquestras, com repertório predominantemente nacional e prioridade para aquelas que atendiam regiões carentes de contato com a tradição musical erudita.
- Em 2001, promoveu-se o Fórum de Orquestras, a primeira iniciativa governamental no sentido de reunir músicos, maestros e administradores, para o aperfeiçoamento e a modernização dos processos de gestão e organização.
- Também no âmbito da música erudita, o Governo tem apoiado a edição de partituras de obras de compositores brasileiros.
- Para as comemorações dos 500 anos do descobrimento, foram criadas sinfonias alusivas ao tema pelos compositores Edino Krieger, Egberto Gismonti, José Antonio Rezende de Almeida Prado, Ronaldo Coutinho de Miranda e Jorge Antunes, indicados por meio de uma comissão de renomados maestros de orquestras brasileiras. Os trabalhos foram gravados em CD intitulado Sinfonias 500 anos.
- A partir de 2000, o Governo Federal começou a promover o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos, a fim de fortalecer a produção dramatúrgica e de estimular o surgimento de novos talentos. Na sua primeira edição, 1.338 textos foram inscritos, nas categorias Teatro Adulto e Teatro Infantil.
- Com vista à divulgação dos textos teatrais inéditos premiados, e de seus autores, foram feitas parcerias com instituições que promoveram leituras dramáticas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Em 2001, o concurso contou com a participação de 836 inscrições.
- O Projeto EnCENA Brasil selecionou 133 grupos de teatro e dança em 2001 e 124 grupos em 2002. Eles receberam prêmios para montagem e circulação de espetáculos, beneficiando todas as regiões brasileiras.
- Diversos festivais e eventos musicais em várias cidades também tiveram o apoio do Ministério da Cultura.

Promoção do orgulho afro-brasileiro

As ações para promover a inclusão e a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento enfatizaram a identificação, o reconhecimento e a titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos.

- Em 1995, a comunidade de Rio das Rãs (BA) teve suas terras reconhecidas, demarcadas e delimitadas, e a comunidade de Boa Vista (PA) recebeu o título de propriedade. De 1995 até 2002, foram identificadas 743 comunidades, 42 foram reconhecidas e 36 tiveram a concessão definitiva dos títulos de propriedade de suas terras.
- Destacam-se entre elas: Kalunga (GO); Mocambo (SE); Rio das Rãs (BA); Castainho (PE); Mata Cavallo (MT); Boa Sorte (MS); Jamary dos Pretos (MA); Campinho da Independência (RJ); Porto Coris (MG); Curiaúl (AP); Itamorá (PA); Ivaporanduva (SP).
- Em parceria com o *Programa Comunidade Solidária*, foram executadas ações de alfabetização em áreas de concentração de população negra nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, utilizando-se espaços físicos de várias escolas de samba, o que beneficiou mais de 2 mil alunos. Em 33 comunidades remanescentes de quilombos, nas Regiões Norte e Nordeste, foram alfabetizados cerca de 3.300 quilombolas, além de serem treinados professores entre os moradores locais.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais passaram a incluir orientações para o tratamento adequado do multiculturalismo brasileiro e do negro, em particular. Iniciou-se a produção de material didático destinado ao Ensino Fundamental, que promove os valores da igualdade e da tolerância.
- No período de 1995 até 2002, foram realizados 67 eventos culturais sobre temas relacionados à consciência negra.
- Zumbi dos Palmares foi incluído no livro dos heróis nacionais. O aeroporto de Maceió recebeu o seu nome.
- No âmbito da justiça e da segurança, vem sendo instituído o sistema de informações para a proteção dos direitos da população negra e a orientação de políticas de promoção da comunidade. Foram criadas delegacias especializadas no atendimento a vítimas de crimes raciais.
- Um programa de valorização do papel econômico, político e cultural da mulher negra cuida da sistematização da sua história, capacitação e intercâmbios, assegurando sua presença nos principais fóruns internacionais. O programa ofereceu cursos de preparação para a organização da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, patrocinada pela ONU, realizada em 2002, na cidade de Genebra, Suíça. Os preparativos para esse evento incluíram cinco pré-conferências temáticas.

Meio ambiente: compromisso com a vida

A CONFERÊNCIA RIO-92 MARCOU UMA PROFUNDA MUDANÇA NA MANEIRA de se encarar o meio ambiente em todo o planeta. O governo brasileiro tem buscado cumprir os compromissos acordados na conferência, como a implementação da Agenda 21, aliando os compromissos sociais e ambientais que caracterizam o desenvolvimento sustentável. Também preocupados com os impactos ambientais das diversas atividades produtivas, os diferentes setores econômicos do país passaram a buscar soluções sustentáveis para seus empreendimentos com o objetivo de alcançar formas cada vez mais inteligentes de uso dos recursos ambientais, de modo a não esgotá-los, perpetuando sua utilização.

A partir da segunda metade da década de 1990, o aperfeiçoamento de nossas leis e o fortalecimento das instituições dotaram o país de credibilidade frente ao seu povo e frente à comunidade internacional. A regulamentação da Lei de Crimes Ambientais proporcionou uma nova relação entre os órgãos reguladores e o setor produtivo nacional. Nos últimos anos, a sociedade pôde assistir a uma aplicação bem mais rigorosa das penalidades previstas para as infrações ambientais.

Houve um aumento substantivo dos recursos federais destinados à área ambiental. Entre 1994 e 2002, os valores previstos na Lei Orçamentária para os programas do Ministério do Meio Ambiente cresceram 4,6 vezes, passando de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão. A gestão ambiental no país passou por mudanças que envolveram a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. As principais ações que mostram a importância das medidas tomadas nessa área são as seguintes:

- Combate ao desmatamento na Amazônia.
- Maior proteção para as florestas.

- Mudanças na legislação de combate aos crimes ambientais.
- Criação da Agência Nacional das Águas (ANA).
- Expansão das Unidades de Conservação Federais (parques e reservas).
- Defesa da biodiversidade.
- Adoção do diálogo e da cooperação com as representações da sociedade civil em torno da questão ambiental.
- Elaboração da Agenda 21 Brasileira.
- Reestruturação do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Com esse conjunto de iniciativas, o Brasil vem obtendo bons resultados nas Agendas Verde (florestas e biodiversidade), Azul (recursos hídricos) e Marrom (qualidade ambiental).

Combate ao desmatamento

- As projeções do instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram uma queda nas taxas de desmatamento bruto na Amazônia Legal de 18.226 quilômetros quadrados em 1999-2000 para 15.787 quilômetros quadrados em 2000-2001, uma redução de 13,4%. Nos dois Estados que mais desmatam, Mato Grosso e Pará, a redução foi de 20% e 38%, respectivamente. A área crítica de desmatamento, o chamado Arco do Desflorestamento, é uma região que se estende do Nordeste do Pará até o leste do Acre, passando por Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.
- A queda nos índices de desmatamento da Amazônia é um reflexo direto de um novo sistema de gestão ambiental que vem sendo implantado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde 1999. Entre os principais motivos estão a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais e a Medida Provisória 2166/67, de atualização do Código Florestal que fixa a reserva legal nas propriedades da Amazônia em 80%.
- A Lei de Crimes Ambientais, regulamentada em setembro de 1999, é fundamental para dissuadir a prática do desmatamento clandestino. Entre outras punições, aumentou o valor da maior multa que era de R\$ 4,9 mil para R\$ 50 milhões.
- A edição da MP fixando a reserva legal em 80% é, também, reflexo da firme intenção do governo de reduzir os índices de desmatamento na região. Apesar das resistências de setores da sociedade, a decisão sinalizou claramente a posição do governo

brasileiro de que a exploração florestal baseada no desmatamento deve ser combatida com rigor.

- O resultado reflete o esforço do MMA, em articulação com os demais órgãos do governo federal e com os órgãos ambientais dos estados para incrementar a fiscalização. Parcerias foram estabelecidas com as Forças Armadas, Polícia Federal, Funai, e com os órgãos ambientais estaduais e municipais.
- Com as polícias militares e corpos de bombeiros dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco, Ceará, Roraima, Rondônia, Amazonas, Espírito Santo e do Distrito Federal, foi criada uma força-tarefa para monitorar e combater incêndios florestais, principalmente no Arco do Desflorestamento. Foram mobilizados 106 profissionais, entre pilotos, co-pilotos e observadores aéreos.
- O apoio logístico das Forças Armadas tem sido fundamental para garantir a eficiência do sistema de fiscalização e combate a incêndios florestais. Com o apoio das Forças Armadas, o MMA pôde utilizar uma força-tarefa aero-transportada, pronta para combater incêndios florestais em qualquer ponto da Amazônia.

Os números do desmatamento na Amazônia, ano a ano

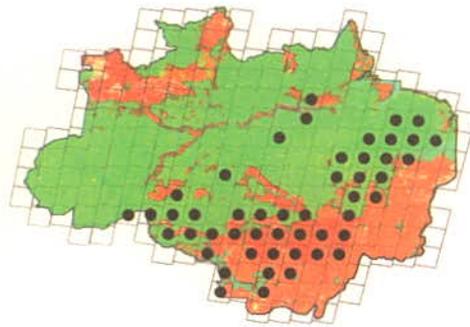
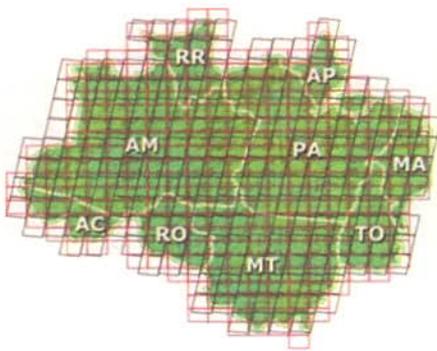
Período	Taxa média do desflorestamento bruto (km ²)
1977-1988	21.130
1988-1989	17.860
1989-1990	13.810
1990-1991	11.130
1991-1992	13.786
1992-1994	14.896
1994-1995	29.059
1995-1996	18.161
1996-1997	13.227
1997-1998	17.383
1998-1999	17.259
2000	18.226
2001	15.756

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

O Maior programa de monitoramento de florestas do mundo



O Projeto de Desflorestamento (Prodes) é a maior iniciativa do mundo em monitoramento de áreas verdes e comprova a transparência com que o Governo Federal passou a tratar dos problemas ambientais da Amazônia. Valendo-se de imagens de satélite, 85 especialistas acompanham regularmente a Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão e de Goiás). É uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados, suficiente para acomodar toda a Europa Ocidental (ao lado).



O satélite americano Landsat faz regularmente 229 imagens que cobrem toda a Amazônia Brasileira e permitem identificar as áreas mais atingidas ano a ano.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Proarco

O fogo sempre foi usado na agricultura pelos mais diversos povos. Essa situação não ocorre de forma diferente no Brasil, onde tem sido usado há séculos pelos povos indígenas para limpar pequenos sítios para cultivos diversos. Desde a década de 1970, quando o governo passou a incentivar a ocupação da Amazônia, áreas cada vez maiores passaram por esse processo para dar lugar a pastos, plantações e obras de infra-estrutura. O alto custo do desmatamento mecânico na região faz com que o fogo seja, de longe, o meio mais rápido e barato de limpar a terra. Mas se não houver controle das queimadas, há grandes riscos de acidentes provocando a queima de áreas significativas. Incêndios florestais causam perda de biodiversidade e consomem madeiras valiosas, pastagens, cercas e linhas de transmissão de energia, além de colocar em risco vidas humanas.

As comunidades da Amazônia estão cada vez mais preocupadas com a ocorrência de incêndios florestais. Isso facilita a atuação do Proarco que está incentivando a montagem de brigadas contra incêndios nos oito estados da Amazônia Legal em que atua. As brigadas são compostas por 10 bombeiros pagos e outros 20 voluntários nas comunidades. A solução garante maior envolvimento dos agricultores no combate ao fogo, permitindo a continuidade do programa. O Proarco realiza, ainda, oficinas de queima controlada, mostrando aos agricultores a maneira correta de utilizar o fogo, além de dar condições às comunidades de realizarem o combate ao fogo, caso ele fuja do controle.

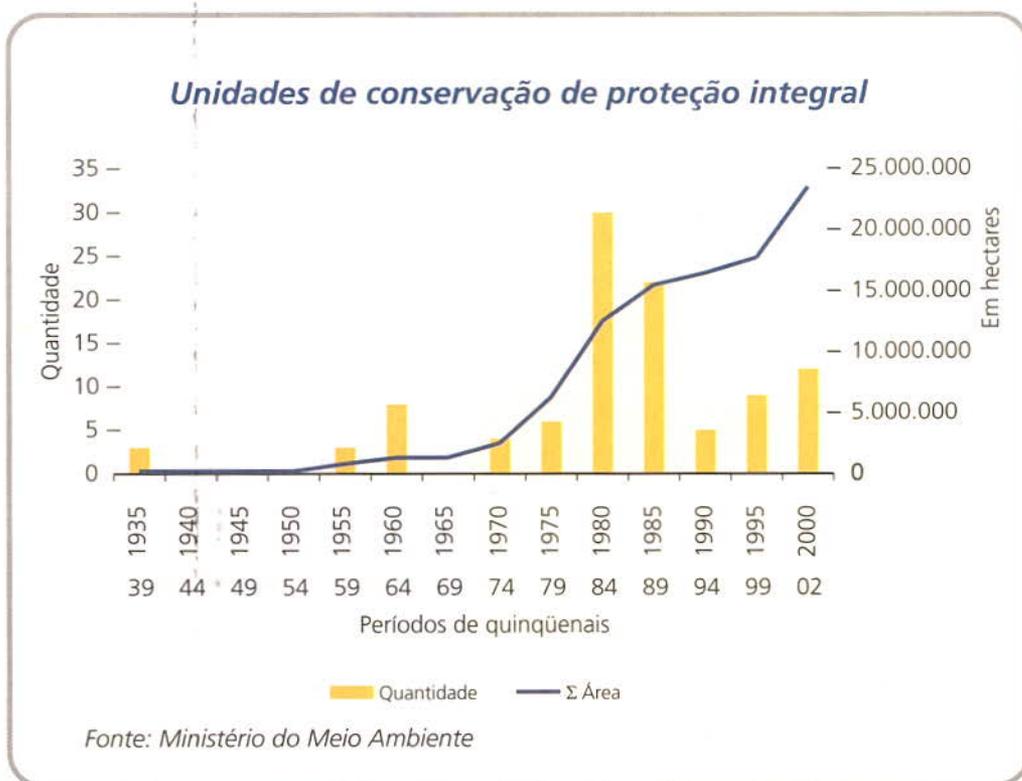
O resultado é a redução de acidentes com fogo em 90% de 1999 a 2001. Foi registrada, ainda, diminuição dos problemas respiratórios na região. Um outro problema sério era o fechamento de aeroportos devido à fumaça provocada por queimadas, mas nos últimos dois anos não houve nenhuma ocorrência.

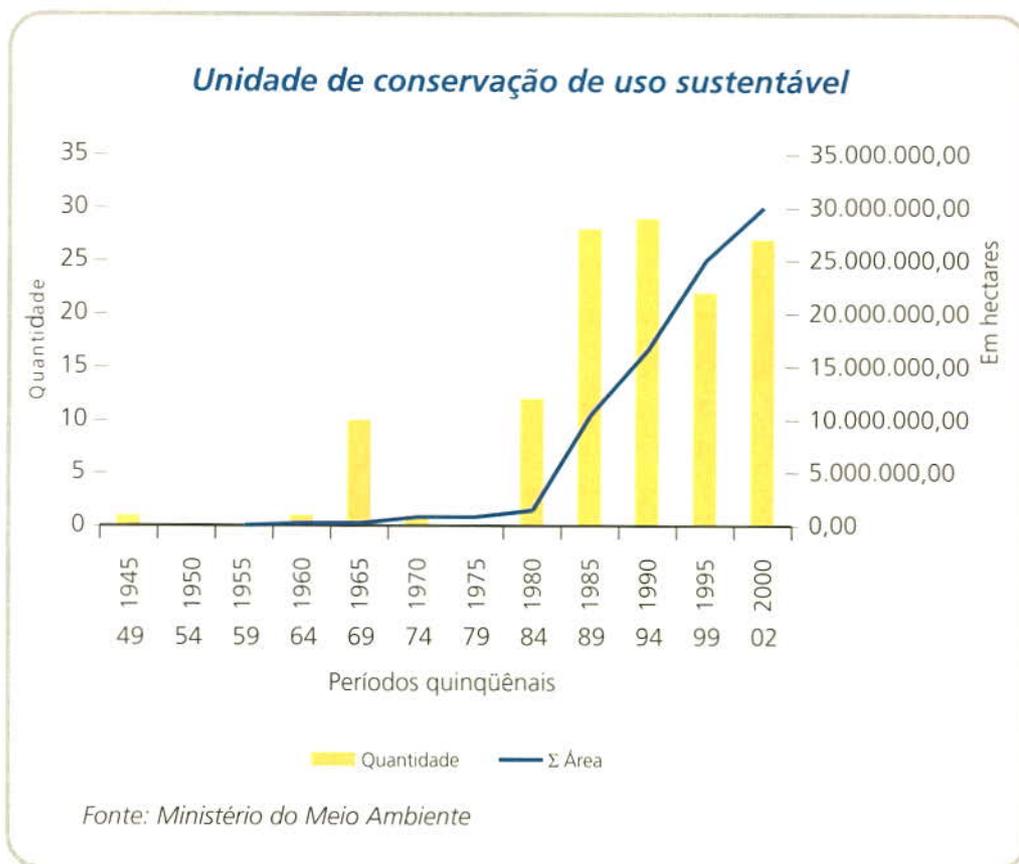
Para garantir a eficácia das ações de prevenção e combate a incêndios florestais, foi implementado um sistema de monitoramento que fornece mapas diários de ocorrência de focos de calor, mapas de risco de incêndio e um sistema de alerta para os municípios da Amazônia. O sistema utiliza imagens diárias dos satélites NOAA e GOES que fornecem informações para análises e previsões meteorológicas de curto e médio prazo. O monitoramento é realizado de forma intensiva no Arco do Desflorestamento, principal área de expansão da fronteira agrícola que compreende uma faixa contínua de cerca de 3 mil quilômetros de extensão, com até 600 quilômetros de largura, totalizando cerca de 1,7 milhões de quilômetros quadrados.

Unidades de conservação

O Brasil, por suas características geográficas, é um dos seis países detentores de megadiversidade. São paisagens espetaculares e ecossistemas vulneráveis, muitos deles ainda não protegidos. Por isso, o Governo Federal firmou compromisso de criar unidades de conservação de proteção integral, abrangendo pelo menos 10% de nossos recursos naturais, como parte de uma meta global de conservação de florestas. Atualmente, 2,76% do território brasileiro são constituídos por unidades de conservação de proteção integral e 3,59% de unidades de conservação de uso sustentável, considerando apenas a esfera federal. A soma dessas categorias totaliza 6,35% do território nacional.

De 1995 a 2002, o país praticamente dobrou a área de proteção integral sob responsabilidade do Ibama. No início daquele ano eram 15,3 milhões de hectares e hoje a área chega a 29,5 milhões de hectares. O país possui, atualmente, um conjunto de 597 unidades de conservação sob responsabilidade do Ibama. Deste total, 102 são de proteção integral, representando mais de 23,4 milhões de hectares estritamente protegidos. No grupo de áreas de uso sustentável são 495 unidades, sendo 60 florestas nacionais, 29 áreas de proteção ambiental, 17 áreas de relevante interesse ecológico, 25 reservas extrativistas e 364 reservas particulares do patrimônio natural; com cerca de 30,6 milhões de hectares.





Tumucumaque: o maior parque de floresta tropical do mundo

O Brasil acrescentou mais um recorde à lista de orgulhos nacionais. Em agosto de 2002, o país passou a ter o maior parque de floresta tropical de todo o planeta, com a criação do Parque Nacional do Tumucumaque, instalado no Amapá, numa área de 38.867 quilômetros quadrados (ou 3,8 milhões de hectares), maior que a Bélgica e quase igual à Suíça ou ao Rio de Janeiro.

- Ao transformar a região em parque, o Governo Federal está ajudando a proteger mais de 1% do total da Floresta Amazônica, o que torna mais próxima a meta de manter 10% do território amazônico sob proteção oficial.
- Totalmente demarcada em terras públicas, a nova reserva abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque, o Jari e o Aragua-ri. Praticamente toda a extensão do parque faz fronteira com a Guiana Francesa, e por isso as Forças Armadas receberam permissão especial para transitar livremente e construir um posto de comando na região.

- De 1995 a 2002, o Brasil praticamente dobrou sua área de proteção ambiental, passando de 15,3 milhões de hectares protegidos para 29,5 milhões com a criação do Tumucumaque. A partir de hoje, o total da floresta protegida passa de 135,6 mil quilômetros quadrados para 174,5 mil quilômetros quadrados.
- A nova reserva é 60% maior que o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, até então o maior do Brasil, e supera em tamanho o Parque Nacional Salonga, na República Democrática do Congo (África), que detinha o título de maior do mundo no gênero.
- A área de preservação está situada no extremo norte do Brasil, na região noroeste do Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname, onde a borda oriental do planalto das Guianas dá lugar à Serra do Tumucumaque, logo acima do Equador.

Agenda marrom

- A atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no campo da gestão ambiental urbana foi inovadora nos últimos anos. A introdução do conceito de Agenda marrom tem origem com a criação, em 1999, da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e da Gerência de Gestão Ambiental Urbana e Regional. A agenda procura inserir a questão ambiental no contexto dos problemas econômicos e sociais do país e, paralelamente, prevenir e corrigir as causas da contaminação e degradação do meio urbano que abriga hoje mais de 80% da população brasileira.
- Ainda em 1999, foi elaborado um estudo sobre as demandas de apoio chegadas ao MMA relativas a problemas urbanos. De imediato ficou evidente que a maior concentração estava na área da gestão dos resíduos sólidos, especialmente, na destinação final. Este estudo foi concluído com o desenho de uma estratégia para racionalizar a aplicação de recursos da União nesse campo, levando em conta experiências anteriores vividas pelo Estado e por algumas agências federais.

Programa Brasil Joga Limpo

O Programa Brasil Joga Limpo, gerenciado pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), é parte do Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal. Seu objetivo é reduzir a geração de lixo, aumentar a taxa de coleta e de

disposição final adequada e incentivar a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos, garantindo meios de disposição ambientalmente adequados.

- O objetivo da gestão urbana é reduzir a geração de resíduos, aumentar a reciclagem, o gerenciamento integrado e a disposição final adequada, por meio da implementação de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos. O principal programa é o Brasil Joga Limpo.
- Em 2000, foram celebrados, pela SQA e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), 62 convênios com prefeituras municipais, das várias regiões do País, para a implementação de projetos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, beneficiando cerca de 850 mil famílias.
- No ano de 2001, por meio dos Projetos Demonstrativos visando à Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental, foi possível atender os projetos de gerenciamento integrado de resíduos de 114 prefeituras municipais de várias regiões do país.
- No âmbito dessa ação, devem ser somados mais seis projetos de municípios dos Estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, inseridos no Programa de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no valor de R\$ 1,3 milhão, utilizando recursos provenientes do Ministério da Integração Nacional. No total, foram 120 projetos apoiados.

A criação da ANA

A Agência Nacional de Águas foi criada em junho de 2000 e é responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela implementação da Lei das Águas, de 1997, que disciplina o uso dos recursos hídricos no Brasil.

- O modelo brasileiro de gestão de recursos hídricos adapta-se à Federação, em que os rios tanto podem ser de domínio da União quanto dos Estados. Nos próximos anos, o Brasil terá dezenas de comitês de bacias, com suas respectivas agências de água. Para garantir a descentralização, a ANA estabelecerá contratos de gestão com as agências de água, cabendo aos comitês de bacia decidir quando e quanto cobrar pelo uso das águas dos rios.
- Um dos objetivos da ANA é contribuir para a solução de dois graves problemas do país: as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, e a poluição dos rios, quando

a ação exigida abranger mais de um Estado e tiver que ser pactuada no âmbito da bacia hidrográfica.

- A ANA está patrocinando um programa inédito de despoluição dos rios a partir da compra do esgoto tratado. Em vez de financiar obras de estação de tratamento de esgoto, o Governo pagará pelo esgoto tratado. O objetivo do novo sistema é evitar obras de saneamento inacabadas quando houver mudanças administrativas.
- Em 2001, no primeiro ano de funcionamento do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), a ANA firmou 17 contratos de pagamento por esgoto tratado, um montante de R\$ 51,8 milhões, correspondente a R\$ 138 milhões de investimento de Estados e municípios. Em 2002, foram contratados 31 empreendimentos, no valor de R\$ 84,6 milhões, correspondentes a R\$ 326 milhões investidos por governos Estaduais e municipais.
- No combate à desertificação, a agência executa a implementação do programa para construção de 1 milhão de cisternas no semi-árido brasileiro, beneficiando 6 milhões de pessoas. No total está previsto o investimento de R\$ 500 milhões. A implantação do projeto foi definida em 1999, durante a III Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre o Combate à Desertificação e à Seca, realizada em Recife (PE).
- A ANA é responsável, também, por instituir a cobrança pelo uso da água, o que, na prática, representa reconhecê-la como bem econômico, dando ao usuário uma indicação de seu real valor. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.

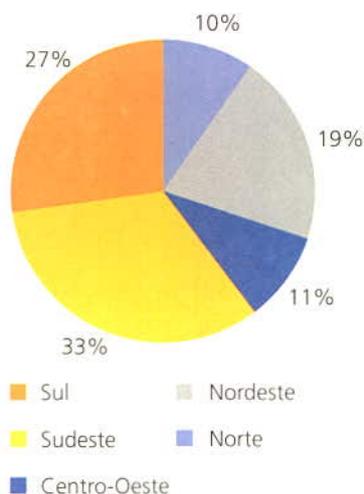
Fundo já apoiou mais de 700 projetos

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) é a unidade do Ministério do Meio Ambiente que apóia projetos ambientais em todo o país. O fundo tem como objetivo principal viabilizar a política nacional do meio ambiente, dando apoio financeiro a projetos de médio e pequeno porte que visem ao uso sustentável dos recursos naturais, à preservação ou à recuperação da qualidade ambiental no Brasil. Criado em 1989 já apoiou mais de 700 projetos em todo o país, principalmente de ONG's e prefeituras de municípios com menos de 120 mil habitantes.

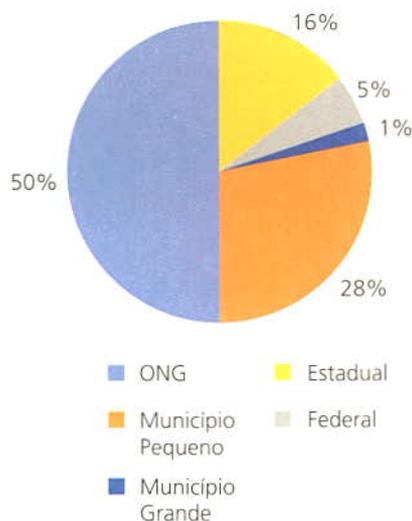
- O FNMA é um dos mais importantes instrumentos da política de meio ambiente no país, tendo sido um dos primeiros fundos públicos a incorporar membros da sociedade civil na composição do Conselho Deliberativo, participando do julgamento e da aprovação dos projetos.

- O FNMA incorporou de forma pioneira e estruturante, a participação de representantes da sociedade civil organizada em seu processo de tomada de decisão. Uma importante característica desse apoio financeiro é a descentralização na execução de projetos ambientais, que torna os executores dos projetos apoiados, parceiros do Governo Federal na resolução das principais questões ambientais no âmbito local.
- Entre esses parceiros, encontram-se as organizações não governamentais das mais remotas localidades do Brasil, que junto com as instituições públicas de municípios pequenos, compõem o principal grupo de beneficiários com, aproximadamente, 70% do total de recursos repassados a projetos, o que reflete a capilaridade de sua atuação.
- Com a formalização do segundo contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em maio de 1999, o FNMA inaugurou uma nova fase marcada pela busca contínua de maior eficiência em sua gestão executiva e pela introdução de novas modalidades de apoio a projetos, como a demanda induzida, que permitem antecipar uma significativa mudança na qualidade e na escala de operação. O orçamento do FNMA para 2001 foi de R\$ 33,7 milhões com aplicação de 98% do total. Mesmo com as medidas de contenção de despesa, o orçamento do FNMA em 2002 foi de R\$ 33,8 milhões, equivalente ao do ano anterior.

Projetos apoiados por região geográfica (1995 - 2002)



Projetos apoiados por esfera administrativa (1995 - 2002)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente.
659 projetos. Posição: 07/11/02

Combate aos crimes ambientais

O Brasil tem hoje a legislação ambiental mais rigorosa do mundo. É a Lei de Crimes Ambientais como ficou conhecida a Lei nº 9.605, de 12-2-1998, regulamentada pelo Decreto nº3.179, de 21-9-1999.

Antes, os órgãos ambientais ficavam de mãos atadas em razão da ineficácia dos efeitos das multas de baixo valor sobre quem cometia atos contra a natureza. A maior multa era de R\$ 4,9 mil, insuficientes para inibir os infratores. Hoje, os valores variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões, penalidade que pode ser triplicada em caso de reincidência. Além de responsabilizadas criminalmente, as empresas são obrigadas a reparar os danos ao meio ambiente. Além das multas, outros exemplos de penas são:

- Prestação de serviços à comunidade.
- Proibição de participar de licitações públicas, fazer contratos com órgãos públicos ou receber incentivos fiscais.
- Pagamento em dinheiro à vítima lesada.
- Recolhimento domiciliar do condenado.
- Prisão de até cinco anos.

Principais crimes contra a fauna

(atividades sem permissão oficial de autoridade ambiental)

- Matar, perseguir, caçar ou impedir a procriação de animais.
- Vender, expor à venda, exportar ou comprar, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes animais. Vale também para produtos e objetos originados desses animais.
- Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilação, bem como realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos.
- Provocar a morte de animais por meio de algum tipo de poluição.
- Fazer pesca predatória ou pescar com uso de explosivos.

Principais crimes contra a flora

- Cortar árvores, danificar ou destruir florestas de preservação permanente.
- Causar dano às Unidades de Conservação (parques, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental).
- Provocar incêndio em mata ou floresta;

- Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios em florestas.
- Extrair pedra, areia ou cal de florestas sem autorização.
- Cortar ou transformar madeira de lei em carvão.
- Usar motosserra sem licença ou registro em florestas.

Outros atos e iniciativas considerados crime na nova legislação:

- Causar poluição de qualquer natureza.
- Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização.
- Produzir, embalar, transportar ou armazenar produtos ou substâncias tóxicas em desacordo com as exigências sanitárias.
- Construir, reformar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos ou obras potencialmente poluidores.
- Disseminar doença, praga ou espécie que possam causar dano à agricultura, à pecuária ou aos ecossistemas.

A Agenda 21 e o desenvolvimento sustentável

Em julho de 2002, foi lançada a Agenda 21 Brasileira, documento no qual estão definidos compromissos com o desenvolvimento sustentável no País. Foi elaborada pela sociedade em um amplo processo de consultas, com a mobilização de lideranças e instituições, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Um dos objetivos da iniciativa é acelerar a transição do Brasil para um novo modelo de desenvolvimento e fortalecer a posição internacional do país na condução das políticas mundiais nesse domínio.

- O documento brasileiro é um desdobramento da Agenda 21, um programa de ação originado da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.
- Esse programa de ação internacional está baseado num texto de 40 capítulos que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Foi adotado por consenso, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, entre os quais o Brasil foi o primeiro signatário.

- Já o longo caminho de elaboração da Agenda 21 Brasileira teve início em 1997, com a instalação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e composta de 10 membros da sociedade civil e governo, a comissão definiu seis áreas temáticas para o início de uma ampla consulta nacional: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.
- De julho de 2000 a maio de 2001, a CPDS e o Ministério visitaram todas as 27 unidades da Federação para divulgar, organizar e realizar os debates estaduais. No conjunto, foram apresentadas 5.839 propostas sobre os seis temas originais. De junho a outubro de 2001, foram feitos os encontros regionais. Nos documentos produzidos, registraram-se os nomes de 6 mil representantes das mais diferentes instituições. E no total, mais de 40 mil pessoas se envolveram no processo.

A Agenda 21 Brasileira traz uma plataforma de 21 ações prioritárias, resumidas em torno dos seguintes objetivos:

- Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.
- Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas.
- Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional.
- Energia renovável e biomassa.
- Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável.
- Educação permanente para o trabalho e a vida.
- Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Inclusão social e distribuição de renda.
- Universalizar o saneamento ambiental protegendo o meio ambiente e a saúde.
- Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana.
- Desenvolvimento sustentável do Brasil rural.
- Promoção da agricultura sustentável.
- Promover a Agenda 21 local e o desenvolvimento integrado e sustentável.
- Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável.
- Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas.
- Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade.
- Descentralização do pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local.
- Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos.
- Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável.

- Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação.
- Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

Pelo conteúdo desses 21 objetivos, o Brasil se colocou em sintonia com a Agenda 21 internacional. Não se trata de uma política estritamente ambiental, mas de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em que o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem, mas são considerados aspectos como: geração de emprego e de renda; diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; mudanças nos padrões de produção e consumo; construção de cidades sustentáveis e adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Jardim Botânico

Nos últimos oito anos o Jardim Botânico passou por uma modificação estrutural sem precedentes que abrangeu desde a recuperação de prédios e da área verde até a reformulação da linha programática. O número de profissionais com mestrado e doutorado dobrou com a contratação de 98 funcionários aprovados por concurso, em 2002. Desde junho de 2001 funciona a Escola Nacional de Botânica Tropical, a primeira do gênero na América Latina. Um de seus objetivos é formar pesquisadores especialistas em Mata Atlântica, suprimindo as necessidades do país na área.

Criado em 1808, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro está entre as mais conceituadas instituições de pesquisas botânicas do mundo. Por sua importância histórica, cultural, científica e paisagística, o Jardim Botânico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e teve sua área definida pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Com área verde de 137 hectares, que o torna um dos principais cartões postais do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico abriga um acervo com mais de 7,2 mil plantas.

A transformação do Jardim Botânico em autarquia garante autonomia administrativa e maior agilidade na busca de recursos. Seu orçamento anual é de R\$ 3 milhões, sendo 10% do total oriundo da cobrança de taxa de ingresso às 600 mil pessoas que o visitam por ano.

Direitos humanos: resgate da dignidade

Desaparecidos políticos, respeito à memória nacional.

UM FATO DE GRANDE SIGNIFICADO HISTÓRICO E SIMBÓLICO NA POLÍTICA DE DIREITOS Humanos foi o reconhecimento pelo Estado Brasileiro da morte de pessoas desaparecidas de 1961 a 1979, acusadas ou envolvidas em atividades políticas.

- Os familiares dos desaparecidos foram indenizados e o acerto de contas com o passado foi iniciado, sem ferir a essência conciliadora da Lei da Anistia de 1979.
- A legislação criada em 1995 permitiu que o país começasse a resgatar uma dívida com seus cidadãos e a sua própria memória.
- Em dezembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei dos Desaparecidos (Lei nº 9.140), que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2/9/1961 a 15/8/1979”.
- A Lei nº 10.536, em 14 de agosto de 2002, estendeu em nove anos o período considerado pela legislação anterior e permitirá o reconhecimento de pessoas desaparecidas até a data de 5/11/1988.
- Da lista anexa à lei, constavam nomes como Rubens Paiva, David Capistrano, Honestino Guimarães, Mário Alves, Maurício Grabois, Onofre Pinto, Paulo Stuart Wright e Stuart Angel Jones, entre dezenas de outros que fizeram oposição ao regime militar.
- Foi criada uma Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, para examinar outras denúncias apresentadas por meio de requerimentos de seus familiares. A tarefa dessa comissão foi proceder ao reconhecimento de pesso-

as, localizar corpos de desaparecidos e emitir parecer sobre os requerimentos relacionados à indenização.

- Foi determinado à Polícia Federal que sejam franqueados à Comissão dos Desaparecidos Políticos ou pessoas por elas indicadas e aos legítimos interessados, para consulta em caráter irrestrito, os documentos de ordem política relativos ao período estabelecido pela Lei nº 10.536, enquanto inexistir pronunciamento oficial dos arquivos públicos de cada unidade da Federação.

Promoção da igualdade e Ações Afirmativas

Ao reconhecer a discriminação racial como um dos obstáculos para o pleno exercício da cidadania, o Governo Federal iniciou uma nova fase no enfrentamento do racismo no país. Reconheceu-se a existência e relevância do problema do racismo no Brasil e a interlocução do movimento negro, assim como a necessidade de o país adotar políticas conhecidas como Ações Afirmativas.

- O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Justiça começaram a pôr em prática as políticas afirmativas. Essas iniciativas estão sendo um marco na luta pela afirmação dos direitos dos brasileiros que não tiveram acesso histórico às oportunidades.
- O Ministério das Relações Exteriores adotou um Programa de Ações Afirmativas no âmbito do Instituto Rio Branco com o objetivo de aumentar a participação de afrodescendentes no corpo diplomático.
- Vinte afrodescendentes, candidatos à carreira diplomática, foram selecionados em 2002 para receber bolsas-prêmio no valor de R\$ 1.000 por mês até março de 2003, quando prestarão o concurso para o Instituto Rio Branco. Durante os sete meses em que recebem a bolsa de estudos, cada aluno terá um orientador do Itamaraty para prepará-lo.
- “Precisamos ter um conjunto de diplomatas que sejam um reflexo de nossa sociedade, que é multicolorida, e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse sociedade branca, porque não é.” (Fernando Henrique Cardoso, dezembro de 2001)

O Programa de Ação Afirmativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implementa políticas que visam à democratização das relações sociais. Adota uma série de medidas:

- Cota mínima de 20% de negros para o preenchimento de cargos de direção no MDA e Incra, em 2001, e 30% no ano de 2003.
- 20% dos funcionários e consultores contratados por empresas prestadoras de serviços terceirizados e de organismos internacionais deverão ser negros.
- Inclui nos editais para provimento de cargos de concursos públicos no MDA e Incra, o percentual de 20% das vagas disponíveis para candidatos negros.
- 30% do orçamento do MDA previstos nos programas de reforma agrária, incluindo o Banco da Terra, e da Agricultura Familiar (Pronaf) deverão ser destinados às comunidades rurais de predominância negra.

O Programa de Ação Afirmativa do Ministério da Justiça tem as seguintes metas, no preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior (DAS), bem como nos contratos com serviços de terceiros até o final de 2002: afrodescendentes (20%); mulheres (20%) e portadores de deficiência (5%).

- Foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, no âmbito do Ministério da Justiça, que vai estudar a adoção de políticas afirmativas em favor de grupos vítimas de discriminação, referindo-se a temas concretos, como:
 - Investimentos preferenciais na área da educação, saúde, habitação, saneamento, água potável, controle ambiental nas regiões ou áreas habitadas majoritariamente por grupos vítimas de discriminação.
 - Destinação de recursos públicos, inclusive com a participação da iniciativa privada, para bolsas de estudos a estudantes afrodescendentes, indígenas e vítimas de discriminação.
 - Projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas; de formação de lideranças negras; apoio a empreendedores negros e de intercâmbio com países africanos.

Em maio de 2002, foi lançado o Programa Nacional de Ações Afirmativas que prevê:

- A observância, pelos órgãos da administração pública federal, de requisito que garanta a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão de direção e assessoramento superiores (DAS).
- A observância, nas licitações promovidas por órgãos da administração pública federal, de crédito adicional de pontuação, a ser utilizado para beneficiar fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com os objetivos do programa.

- A inclusão, nas contratações de empresas prestadoras de serviços, bem como de técnicos e consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais, de dispositivo estabelecendo metas percentuais de participação.
- O governo brasileiro ratificou o artigo XIV da Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial, que garante o direito à petição individual em caso de violação dos direitos compreendidos pela convenção.

Cadastramento do servidor público

No final de 2002, teve início o processo de inclusão do quesito raça/cor no cadastro do servidor público da união, a fim de se conhecer melhor o universo de servidores afrodescendentes e saber quantos negros trabalham na administração federal. Para identificá-los, foi programado um cadastramento para o final de novembro. A definição étnico-racial a ser seguida é a auto-declaração, já consagrado em levantamentos censitários no Brasil e no mundo.

Para preparar os 800 coordenadores de recursos humanos encarregados do cadastramento, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Gestão e Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento fizeram uma teleconferência, no dia 11 de novembro. O objetivo da teleconferência foi malhor atender ao decreto 4.228, de 13 de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito do serviço público federal.

Na abertura da teleconferência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso explicou que o Censo Racial “representará um grande avanço para fornecer mais informações do desenho de políticas de recursos humanos”. Lembrou ainda que, pela primeira vez na história do Brasil, foi em seu governo que a existência do racismo foi reconhecida e que medidas pioneiras foram tomadas para combatê-lo.

Como parte dessa nítida mudança de postura do Estado brasileiro em relação à questão dos afrodescendentes, o IPEA incluiu, sistematicamente, em seus estudos e levantamentos estatísticos a variável racial. O Governo Federal passou a medir e a divulgar as desigualdades socioeconômicas entre as raças.

Condenação da escravidão e do tráfico de escravos

A preparação e a participação brasileiras na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, que se realizou na cidade sul-africana de Durban em agosto-setembro de 2001, deflagraram um acalorado debate público em âmbito nacional. Foram envolvidos órgãos e entidades não-governamentais, interessados em radiografar e elaborar propostas de superação dos problemas pautados pela conferência.

Entidades dos movimentos negro, indígena, de mulheres, de homossexuais e de defesa da liberdade religiosa mobilizaram milhares de pessoas nesse diálogo com o governo. Com cerca de 600 representantes, a participação brasileira na Conferência Mundial foi significativa.

A propósito, disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Em Durban, a nossa delegação apoiou a aprovação de uma declaração e de um programa de ação que reconheceram a escravidão e o tráfico de escravos como são e deveriam ter sido sempre considerados – como um crime contra a humanidade. Todos sabemos o quanto os negros sofreram com esse crime e o quanto as suas conseqüências se fazem sentir, ainda hoje, sob os seus descendentes em manifestações discriminatórias e racistas”.

Portadores de deficiência: a conquista da cidadania

Embora a Constituição de 1988 tenha assegurado direitos decisivos para as pessoas portadoras de deficiência, pouco de prático havia sido feito por elas. O período de 1995 a 2002 foi fundamental para ampliar as conquistas e garantir os direitos humanos das pessoas portadoras de deficiência. O Governo Federal apoiou projetos voltados para a melhoria de acesso aos espaços urbanos, a remoção de barreiras arquitetônicas, a qualificação profissional e a reabilitação para atividades produtivas. São exemplos:

- O Projeto Cidade para Todos, executado em parceria com prefeituras, ONGs e organismos internacionais, beneficiou cerca de 410 mil cidadãos. O trabalho integrado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Embratur e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) permitiu tornar acessíveis sítios históricos, culturais e ambientais.
- Foram firmados acordos de cooperação técnica a fim de estabelecer um marco de atuação conjunta, voltado para facilitar e promover a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, com as seguintes instituições:

Caixa Econômica Federal, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Fiat do Brasil e Banco Real.

- Houve inclusão de questões específicas sobre pessoas portadoras de deficiência no Censo 2000.
- Em 2002, o Governo Federal realizou a primeira campanha nacional com o tema Igualdade de Oportunidades.
- Houve a publicação em tinta e em Braille de diversos títulos de interesse, com distribuição de cerca de 500 mil exemplares enviados a todas as bibliotecas brasileiras, pertencentes ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Em 1999, foi criado o Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar as políticas públicas para esse segmento da população. As políticas de Ações Afirmativas passaram a fixar quotas para os portadores de deficiência no preenchimento de cargos e na contratação de serviços terceirizados.
- Destacaram-se, ainda, a edição e a regulamentação de diversas leis específicas, ampliando o efetivo exercício do direito da pessoa portadora de deficiência, bem como o apoio a um sistema de informações sobre pessoas portadoras de deficiência (o Sicoorde).

Os direitos da criança e do adolescente

O Governo Federal tem apoiado diversos projetos cujo objetivo é garantir a melhoria das condições para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), guia para toda ação de defesa dos direitos nesse domínio.

As ações giram em torno dos seguintes programas:

- *Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, voltado para coibir a violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, nas relações intrafamiliares e na comunidade. O apoio aos conselhos tutelares, às delegacias especializadas e aos núcleos especializados nas defensorias públicas, assim como a capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento, garantem um tratamento diferenciado para as questões que envolvem direitos de crianças e adolescentes.
- *Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil* que permitiu o estabelecimento de uma rede nacional de referência (a Recia) e a sensibilização da sociedade para a importância da denúncia como forma de se combater essa prática criminosa.

- *Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei*, que tem como objetivo ampliar as condições de aplicação de medida não-privativas de liberdade, mediante o reconhecimento e o apoio a boas práticas. Ao mesmo tempo, visa contribuir para a melhoria de instituições responsáveis pela aplicação de medidas preventivas de liberdade.
- *Programa de Proteção da Adoção Internacional*, em conformidade com a Convenção de Haia, relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, que fortalece o combate aos abusos.
- *Programa Paz nas Escolas*, cujo objetivo é dar respostas aos altos índices de violência nas escolas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar harmônico a partir da divulgação e sistematização de experiências e do incentivo a novas propostas de construção de uma cultura de paz.

Como resultados desses programas, podem ser destacados:

- Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em todo o território nacional.
- Implantação das Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente.
- Implantação de núcleos especializados em crianças e adolescentes nas defensorias públicas;
- Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Implementação da Rede Nacional de Proteção Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Vitimados, por meio de 35 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, nas 27 unidades da Federação.
- Apoio técnico e financeiro aos planos estaduais de promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, nas 27 unidades da Federação.
- Apoio técnico e financeiro a projetos estaduais e municipais para implantação e fortalecimento de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares. Foram implantados 3.009 Conselhos Tutelares e 3.949 Conselhos de Direitos, num universo de 5.560 municípios.
- Implantação da Rede Nacional de Informações sobre Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes (Recria), que integra e articula bancos de dados regionais, reunindo a produção de conhecimento e organizando-o nos eixos temáticos propostos pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Além disso, o Recria põe à disposição tais dados pela internet;
- Implementação do Sistema Nacional de Recepção, Tratamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Denúncias de Exploração Sexual Praticada

contra Crianças e Adolescentes, em âmbito nacional, que no período encaminhou em torno de 3.000 denúncias.

- Instalação da Autoridade Central Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes. A implantação da Autoridade Central Administrativa Federal e das Autoridades Centrais Estaduais e do Distrito Federal, bem como do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras permitiu ao governo brasileiro cumprir os compromissos decorrentes da ratificação da Convenção de Haia.
- Implantação do Sistema Integrado de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia) em 800 municípios.
- Início da implantação da Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

A maior demarcação de terras indígenas já feita

O reconhecimento dos direitos dos índios traduziu-se na demarcação de 41 milhões de hectares de terras indígenas de 1995 a 2001. Isso representa 40% de todas as terras indígenas demarcadas no Brasil desde as primeiras fixações de limites na época do Império. O Governo Federal, portanto, é o responsável pelo maior número e a maior extensão de terras indígenas demarcadas na história.

Os índios do Brasil em números

Povos indígenas	216
Línguas diferentes	180
População	350.000 índios
% de índios na população total do Brasil	0,2%
Taxa de crescimento	3,5% ao ano
Taxa de crescimento dos brasileiros em geral	1,6% ao ano
Terras demarcadas	584
Área das terras demarcadas	1 milhão de quilômetros quadrados ou 12% do território nacional
Novas terras "declaradas" (1995-2001)	104 ou 32 milhões de hectares
Novas terras "homologadas" (1995-2001)	144 ou 41 milhões de hectares
Educação	1.666 escolas indígenas com 3.041 professores indígenas

Fonte: Funai

- De 1995 a 2001, foram declaradas 104 terras indígenas (32 milhões de hectares) e homologadas 144 terras indígenas (41 milhões de hectares).
- Hoje, o Brasil conta com 584 terras indígenas, cuja extensão soma mais de um milhão de quilômetros quadrados (12,2% do território nacional). A maior parte está na Amazônia e representa um quinto do território.
- *Queda da Mortalidade* – A população indígena no Brasil vem aumentando de forma contínua, a uma taxa de 3,5% ao ano. A média de crescimento da população Brasileira como um todo foi de 1,6%, no período de 1996 a 2000. Um dos fatores para esse aumento é a queda dos índices de mortalidade, em razão da melhora na prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas. Os 350 mil índios representam 0,2% da população brasileira.
- *Parcerias* – O Governo tem inovado ao celebrar parcerias com as organizações indígenas e de apoio aos índios para realizar os trabalhos de demarcação física das terras. Um exemplo é o das Terras Indígenas do Rio Negro (no Amazonas), que somam mais de 11 milhões de hectares e foram demarcadas numa parceria entre a Federação Nacional das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Funai e o Instituto Socioambiental.
- *Isolamento* – Os povos isolados, que não mantêm relações de contato regulares com a sociedade nacional, mereceram uma atenção especial da Funai, por meio do trabalho das seis Frentes de Proteção Etno-Ambiental. Há fortes evidências da existência de pelo menos 42 povos isolados.
- *Saúde* – A prestação dos serviços de saúde chegou às populações indígenas por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, vinculados à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A organização dos 34 distritos permitiu uma melhora significativa no atendimento de saúde aos índios, em convênios que receberam R\$ 100 milhões em 2001.
- *Educação* – Houve também um cuidado especial com a educação indígena, baseada na construção de uma escola que ao mesmo tempo está inserida no sistema educacional brasileiro e mantém aspectos como o uso da língua, de materiais preparados por eles mesmos, de currículos diferenciados e de um calendário adaptado ao ritmo de vida e às atividades cotidianas e rituais.
- *Professores* – O Brasil conta hoje com 3.041 professores indígenas, que ensinam em 1.666 escolas indígenas.
- *Desenvolvimento sustentável* – O Governo Federal incentivou e apoiou iniciativas que possam garantir o retorno econômico ao mesmo tempo em que preservam o equilí-

brio ecológico nas terras dos índios. Uma delas é o Plano de Manejo Florestal desenvolvido pelos índios Xikrin do Cateté (Pará), visando à exploração e comercialização de madeira e de outros recursos, de forma sustentável. Tem financiamento da Companhia Vale do Rio Doce e do Pró Manejo (PPG7).

- *Novo Estatuto* – Em abril de 2000, o Governo Federal entregou ao Congresso Nacional uma proposta para alterar a legislação brasileira sobre o relacionamento entre os índios, o Estado e a sociedade nacional. Trata-se do Projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas. O objetivo é assegurar que a proteção aos índios se dará com base no reconhecimento do seu diferencial cultural e não mais no falso entendimento da sua inferioridade.

Outras iniciativas de destaque

- *O Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas*, feito em parceria com os Estados e com uma rede de organizações da sociedade, tem como objetivo, por um lado, proteger os cidadãos que denunciam atos criminosos daqueles que procuram intimidá-los e, por outro, oferecer assistência jurídica, social e psicológica às vítimas de crimes e a seus familiares. Até o final de 2002, cerca de 680 brasileiros estarão sendo assistidos pelo Programa.
- *O Prêmio Direitos Humanos* tem sido concedido desde 1995 a pessoas e organizações cujas atividades em favor dos direitos humanos merecem o reconhecimento e a valorização de toda a sociedade. O prêmio tem demonstrado que, ao contrário de uma visão equivocada, que associa direitos humanos à proteção daqueles que violam a lei, há um processo crescente de tomada de consciência, por parte de toda a sociedade, de que são um patrimônio da humanidade.
- O combate à tortura tornou-se prioridade para o Governo Federal com o lançamento da Campanha Nacional Permanente contra a Tortura, em 2001. A campanha é realizada em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e tem como objetivo a mobilização e a responsabilização, por meio de esforços conjuntos e articulados, das instituições públicas e de organizações da sociedade para prevenir, identificar, enfrentar e punir a tortura, bem como todas as formas de tratamento cruel, desumano e degradante, visando a sua erradicação.

Segurança contra o crime e a violência

A PARTICIPAÇÃO EFETIVA E MARCANTE DA UNIÃO, EM PARCERIA COM OS ESTADOS e os municípios, no controle da criminalidade, marcou desde o início as ações do Governo Federal. Já em março de 1995 foi sancionada a Lei nº 9.017, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à produção de cocaína e outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Outra iniciativa importante foi o plano emergencial de combate à criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, em 1996. Nesse mesmo ano, o governo reabriu a Academia Nacional de Polícia e reativou as operações de repressão a entorpecentes e combate ao crime organizado em todo o território nacional, com resultados expressivos na apreensão de drogas e na desativação de laboratórios clandestinos utilizados no seu processamento.

Houve também incentivo ao amplo debate do tema no Congresso Nacional, nas universidades, na administração pública e no meio acadêmico, sempre presente o lema constitucional: segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. A seguir, os principais destaques das ações na área de segurança pública.

Plano Nacional de Segurança Pública

Um novo patamar da participação do Governo Federal nessa área foi atingido a partir do lançamento, em junho de 2000, do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que promove a articulação de diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade no combate ao crime.

- O objetivo é o de reprimir e prevenir a criminalidade, reduzir a impunidade e aumentar a tranqüilidade e a segurança dos cidadãos brasileiros.
- O plano tem 124 ações, ordenadas em 15 compromissos, com temas como: combate ao narcotráfico e ao crime organizado, desarmamento da sociedade e controle de armas, capacitação profissional e reaparelhamento das polícias, polícia comunitária, eliminação das chacinas e das execuções sumárias e atualização da legislação sobre segurança pública.
- Foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, com recursos federais de R\$ 1,3 bilhão para o período 2000-2002.
- Esses recursos destinam-se prioritariamente ao Programa Segurança do Cidadão, (projetos de reaparelhamento e treinamento das polícias estaduais, policiamento ostensivo, implantação de sistema de acompanhamento de polícias e polícia comunitária).
- Foram aplicados R\$ 293 milhões, em 2000, e R\$ 387 milhões, em 2001, na aquisição de armamento, munição, viaturas, equipamentos de informática e comunicação, na reforma, na ampliação e na construção de instalações policiais e prisionais e no treinamento de policiais.
- Mais de 100 convênios foram firmados com todos os governos estaduais para a aquisição de armamento, munição, viaturas e equipamentos de informática e de comunicações, além de reforma, ampliação e construção de instalações policiais e prisionais.
- Foram aplicados, também, R\$ 7,6 milhões no período 2000-2002 na capacitação de 15.129 lideranças comunitárias, preferencialmente de jovens, em 10 capitais com altos índices de violência pelo projeto Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco). A parceria é entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Assistência Social.
- Tanto o Programa Modernização da Polícia Federal quanto o Programa Segurança do Cidadão se incluem entre os programas estratégicos, para os quais os recursos orçamentários estão assegurados, o que mostra a prioridade atribuída pelo governo ao enfrentamento da violência e da criminalidade.

Combate ao crime organizado

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional projetos de lei sobre lavagem de dinheiro, para combater o crime organizado, e sobre o Sistema Nacional de Controle de Armas, a fim de limitar o porte de armas, bem como controlar a sua entrada no Brasil.

Uma das principais frentes de combate ao crime organizado, incluindo o narcotráfico, é a prevenção e a repressão da lavagem de dinheiro. As iniciativas tomadas desde 1998, quando se assinou a Convenção de Viena, colocam o Brasil na linha de frente internacional nessa área.

Ainda em 1998, entrou em vigor a Lei nº 9.613, que atualizou a legislação nacional de acordo com os compromissos internacionais em relação à lavagem de dinheiro.

A nova lei

- Definiu como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, o terrorismo, o contrabando ou o tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção, a extorsão mediante seqüestro, os crimes contra a administração pública, até mesmo a corrupção, os crimes contra o sistema financeiro nacional e os praticados por organização criminosa, além do narcotráfico.
- *Obrigou bancos e outras empresas* que possam ser utilizados na lavagem de dinheiro a identificar e manter atualizado o cadastro de clientes; registrar toda transação que ultrapasse limites fixados por ramo de atividade; comunicar a tentativa ou realização de transação suspeita.
- Criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), como uma Unidade de Inteligência Financeira nos moldes definidos pelo Grupo de Egmont, que congrega entidades similares de 53 países, e ao qual o Brasil se filiou em 1999.
- Vinculou ao Coaf todos os órgãos públicos com papel relevante no combate à lavagem de dinheiro, incluindo Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria da Fazenda Nacional, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados.

A intensa divulgação da nova lei e da atuação do conselho tem estimulado o engajamento dos agentes econômicos no combate à lavagem de dinheiro.

- O número de comunicações de operações suspeitas recebidas pelo Coaf aumentou de 824, em 1999, para 6.654, em 2000.
- Todas as comunicações são analisadas com a colaboração, quando necessário, dos órgãos vinculados ao conselho, e os indícios de crime encaminhados às autoridades policiais e judiciais competentes.
- O Brasil, por meio do Coaf e do Ministério das Relações Exteriores, participa ativamente dos mecanismos internacionais e regionais de cooperação no combate à lavagem de dinheiro.

Ações da Polícia Federal

Para dar apoio à repressão da criminalidade, foram desenvolvidos, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, os seguintes projetos e iniciativas:

- Polícia Federal na Amazônia (Pró-Amazônia), destinado a criar condições para o controle das fronteiras, prevenir e reprimir o narcotráfico, o contrabando, os crimes contra bens, serviços e interesses da União e contra a ordem política e social, bem como os de natureza ambiental.
- Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (Promotec), com a finalidade de ampliar e aprimorar a presença da Polícia Federal nas áreas do território nacional não abrangidas pelo Pró-Amazônia e promover a modernização do segmento técnico-operacional do Departamento de Polícia Federal.
- Modernização da Academia Nacional de Polícia
- Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
- Plano de Instalação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima (Nepom)
- Integração ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)
- Plano de Reparelhamento Policial (Parp)
- Projeto Técnico de Integração das Informações Criminais.
- Compra de mil novas viaturas, com renovação de 70% da frota de veículos; de quatro helicópteros e dois aviões; de 4.000 computadores de mesa e 1.000 portáteis, entre outras aquisições.

Foram realizadas diversas operações conjuntas entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais e as Forças Armadas. Destacam-se as seguintes:

- Operação Impacto, desenvolvida no Estado do Maranhão no período de julho a agosto de 1996, que culminou com a recuperação de carros roubados ou furtados, a apreensão de armas de fogo de diversos calibres, de grande quantidade de drogas e o cumprimento de mandados de prisão.
- Convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para um combate mais eficiente aos crimes previdenciários, a partir de 1995.
- Operação Alagoas, feita a partir do início de 1998.
- Operações Porteira Fechada Norte, Centopéia, Sul do Pará, Mandacaru e Porto Belo, que tiveram como objetivo coibir atos ilícitos e crimes contra a vida.

Infoseg

- Em 1995, teve início a implantação do Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), um instrumento fundamental para o combate ao crime em geral e ao crime organizado em especial.
- O Infoseg é um banco de dados nacionais e estaduais de informações criminais, mandados de prisão, população carcerária, armas de fogo, condutores de veículos, veículos furtados e roubados. Ele pode ser acessado eletronicamente em todo o território nacional pelas autoridades ligadas à área de segurança pública.
- Em 2001, o sistema foi redefinido, aprimorado tecnologicamente e recebeu investimentos de R\$ 1,3 milhão. Em 2002, foi centralizado no Ministério da Justiça, oferecendo um sistema ágil para as polícias brasileiras.

Conportos

- Em 1995, o Brasil tornou-se membro efetivo da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, que, entre outras atribuições, cuida do combate à lavagem de dinheiro. No mesmo ano, foi criada a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), com a finalidade de elaborar, implementar e supervisionar o sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nessas áreas.

Polícia Rodoviária Federal

- O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) tem um efetivo previsto em lei de 10.098 homens. Em 2002, foram criadas 600 novas vagas, já em fase de preenchimento. Estão previstas outras 1.100, para 2003, e 1.110, para 2004.
- De 1996 a 2002, a Polícia Rodoviária Federal modernizou sua infra-estrutura, com ampliação significativa no número de equipamentos. Foram adquiridos, entre outros equipamentos e materiais, coletes à prova de balas, escopetas, carabinas, pistolas, radares de velocidade, faróis de busca, motocicletas, helicópteros, veículos equipados, unidades móveis de UTI e sistema de comunicação via satélite e de rádio.
- Foram implantados quatro centros de ensino e treinamento, nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza e Aquidauana (Mato Grosso do Sul), além de uma

moderna sala de controle operacional na sede do departamento, com um *link* de participação no sistema Renacom.

- Também o sistema de controle de multas foi modernizado, simplificando-se o processo.
- Para a fiscalização de fronteiras, em 2001, todos os postos rodoviários localizados nessa faixa foram informatizados e estão interligados à sede estadual e à nacional, em tempo real.
- Houve substancial acréscimo nas operações da Polícia Rodoviária Federal, como se pode verificar, por exemplo, com a comparação das estatísticas do primeiro semestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior. Houve o seguinte aumento nas apreensões: cocaína (89%), maconha (63%), cigarros contrabandeados (68%), apreensão de CDs piratas ou contrabandeados (3.713%), veículos recuperados (31%) e cargas roubadas recuperadas (28%).

Programa penitenciário

- O Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário traz a contribuição do Governo Federal para a redução do déficit de vagas nas penitenciárias. Busca promover a reintegração do preso à sociedade, por meio da profissionalização de detentos e de diversas ações de assistência ao preso e ao egresso do sistema penitenciário.
- Foram criadas 34.756 vagas em penitenciárias no período de 1995-2000 e 25.504 vagas em 2001.
- No período de 1995-2001 foram aplicados R\$ 669 milhões na melhoria do sistema penitenciário, sendo R\$ 258,1 milhões apenas em 2001.
- Em 1995, foi criado o Mutirão da Execução Penal, realizado em todo o território nacional, a partir da publicação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, em sintonia com a determinação das Nações Unidas sobre prevenção do delito e tratamento de delinquentes.

A nova realidade do trânsito

- A instituição do Código de Trânsito Brasileiro, em setembro de 1997, representou um marco na busca de uma nova realidade de mais cidadania e de responsabilidade de condutores e pedestres, com instrumentos que permitem a valorização da vida e o combate à violência, além de ajudar a melhorar o tráfego nas grandes cidades.

- Houve veiculação de sucessivas campanhas educativas, especialmente nos meios de comunicação de massa, assistidas por cerca de 100 milhões de pessoas.

Segurança institucional

- Em 1999, a Casa Militar passou a chamar-se Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pelo qual responde um ministro-chefe. O órgão foi ganhando novas atribuições nos mais diversos campos como, por exemplo, inteligência de Estado, prevenção e gerenciamento de crises, segurança das comunicações, prevenção da violência e política de narcóticos, atividades de inteligência federal e de segurança de informação, além de segurança pessoal do Presidente da República e de seus familiares.
- O atual organograma espelha bem essa nova característica do GSI, com ampliação de suas funções e de seu papel nacional. Fazem parte da estrutura básica o Conselho Nacional Antidrogas, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Secretaria Nacional Antidrogas, a Secretaria de Estudos e Assuntos Institucionais e o Gabinete e a Subchefia Militar.



Operação Mandacaru

Por meio da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), o GSI coordenou a execução da Operação Mandacaru no Sertão de Pernambuco, na área então chamada de Polígono da Maconha. Assim:

- O objetivo foi restabelecer a situação de normalidade da segurança pública, afetada por quase 30 anos de ação de capitalistas do narcotráfico e trabalhadores rurais na rentável cultura da maconha.

- Sabia-se que a repressão não seria suficiente. Em complemento à Operação Mandacaru, o Banco do Nordeste passou a desenvolver um complexo de ações de cunho socioeconômico denominado Projeto Moxotó-Pajeú.
- O projeto de desenvolvimento sustentado em implantação estimula os agricultores a substituir o cultivo da maconha por outras atividades, tais como a criação de rebanhos caprino e ovino, a pesca, o cultivo de árvores frutíferas e outras produções agrícolas adaptáveis à região.
- O êxito do Moxotó-Pajeú dependia de uma ação simultânea de repressão. Sem a Operação Mandacaru, os recursos aplicados teriam migrado para a cultura da maconha.
- A Operação Mandacaru teve a participação de 2.000 homens, contando com importante apoio das Forças Armadas, e custou cerca de R\$ 7 milhões. Em sua primeira fase, durou de 29 de novembro de 1999 até 20 de janeiro de 2000, quando passou ao controle dos órgãos estaduais de segurança.
- O aumento da fiscalização na área pela Receita Federal resultou na aplicação de multas e autuações que alcançaram o valor de R\$ 16.159.001,65.
- O Projeto Moxotó-Pajeú, após pouco mais de três anos de atuação, já aplicou cerca de R\$ 116 milhões no financiamento de atividades produtivas na área, proporcionando mais de 29 mil oportunidades de capacitação.
- Em consequência, projeta-se para 2003, em relação ao ano de 1999, um crescimento de 250% na fruticultura irrigada, 210% no rebanho e na produção de carne e 500% na piscicultura. São resultados associados à Operação Mandacaru, que criaram condições para o sucesso do Projeto-Moxotó Pajeú, marcando a presença do poder público na área após longo tempo de semi-abandono.
- Os resultados da Operação Mandacaru não devem ser avaliados apenas por números, como os de pés de maconha erradicados ou de traficantes presos, mas pelas mudanças introduzidas na região, que vem experimentando uma progressiva melhoria da situação socioeconômica aliada à segurança.

Plano de Prevenção da Violência

Uma das contribuições do GSI foi o Plano de Prevenção da Violência (Piaps). Trata-se de uma iniciativa voltada para a gestão em segurança pública, começado em 2001.

- Levando-se em conta os indicadores de violência foram priorizadas sete regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Cuiabá, Recife, Vitória, Distrito Federal e cidades do entorno. São 121 municípios com uma população de 37 milhões de pessoas. Os recursos aplicados correspondem a R\$ 336 milhões.

- No lugar de criar programas, o Piaps busca articular ações em diversos níveis, para que as políticas públicas hoje existentes nos níveis federal, estadual ou municipal possam ser realizadas de maneira eficaz.
- Não dispõe de orçamento próprio para viabilizar projetos. Os recursos utilizados são provenientes de 49 programas federais, selecionados do Avança Brasil como adequados para a prevenção primária da violência urbana, e gerenciados por 13 ministérios parceiros do Plano.
- Foram buscadas parcerias em todas as esferas de governo, com órgãos do Executivo, Judiciário, Legislativo, empresas privadas e o Terceiro Setor.
- Alguns exemplos de programas federais parceiros nos mais diferentes ministérios são: Toda Criança na Escola; Livro Aberto; Fortalecimento Fiscal de Estados e Municípios; Combate à Violência contra a Mulher; Paz nas Escolas; Qualidade no Serviço Público; Programa Sentinela de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Erradicação do Trabalho Infantil; Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids; Saúde da Família; Esporte Solidário; Municipalização do Turismo; Educação Ambiental; Geração de Emprego e Renda; Morar Melhor; Universalização dos Serviços de Telecomunicações; Comunidade Ativa; Cenfoco; Projeto Alvorada, entre outros.

Secretaria Nacional Antidrogas

- No período de 1998 a 2002, o Governo Federal adotou uma série de medidas para reduzir a demanda e a oferta de drogas no Brasil, que alteraram a tradicional abordagem com a qual o país vinha conduzindo o assunto.
- A Medida Provisória nº 1.669, de 19/6/1998 promoveu a reestruturação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão, que passou a se denominar Sistema Nacional Antidrogas. O Conselho Federal de Entorpecentes, vinculado ao Ministério da Justiça, transformou-se no Conselho Nacional Antidrogas, presidido pela Casa Militar da Presidência da República. Ao transferir para a Presidência a coordenação do Sistema, o Governo priorizou o tema dentro de sua agenda política.
- Além disso, nesse mesmo instrumento legal, foi instituída a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) para exercer a função de secretaria-executiva do Conselho Nacional Antidrogas e conferir maior organização e efetividade à ação antidrogas.
- As mudanças permitiram a melhor atuação na prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento, na recuperação e na reinserção social de dependentes químicos.

- Contribuíram para a repressão ao uso indevido de drogas, para a repressão ao tráfico ilícito, à produção não autorizada de drogas e para o combate à lavagem de dinheiro.
- Como primeira e importante realização, a Senad coordenou o trabalho de uma comissão técnica, constituída por membros da comunidade científica, do setor público e da sociedade civil. Com base nas propostas do I Fórum Nacional Antidrogas, foram apresentadas propostas para o texto da Política Nacional Antidrogas, em agosto de 2002.
 - Essa política estabeleceu os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias para a ação antidrogas. Entre os pontos importantes, destacam-se: o compartilhamento de responsabilidades entre governo, setor produtivo e sociedade civil; a municipalização das ações e o reconhecimento da diferença entre o usuário ou dependente; o traficante de drogas.
 - No campo do tratamento de dependentes químicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) adotou normas e critérios mínimos de funcionamento de instituições que atuam na recuperação de dependentes químicos em 2001.
 - Por meio de subvenções sociais, a Secretaria Nacional Antidrogas prestou apoio financeiro a projetos de pesquisa, prevenção e tratamento, desenvolvidos por organizações privadas ou da sociedade civil, favorecendo, no período de 1998 a 2002, 94 instituições, no valor total de R\$ 5,6 milhões, vindos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Agência Brasileira de Inteligência

- A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem como função planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País; planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e a análise de dados para assessorar o Presidente da República; avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência.
- A inteligência brasileira, por intermédio da Abin, participa ativamente de iniciativas regionais e fóruns internacionais sobre o tema terrorismo. O Brasil aderiu aos doze acordos da Organização das Nações Unidas (ONU) e à resolução para a prevenção e repressão do financiamento de atos terroristas, de 2001, e adotou medidas preventivas contra ações extremistas.

- O governo brasileiro, assessorado pela Abin, participa do Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo (Cicte), criado no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) para padronizar e unificar mecanismos legais relativos ao tema.
- Em 3 de junho de 2002, a Assembléia-Geral da OEA aprovou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, e o Brasil foi um dos primeiros países a assiná-la.
- Na esfera do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Abin é membro do Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo (GTP). Além disso, a agência tem assento nas reuniões do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, cujo objetivo é coordenar as atividades operacionais e de inteligência de polícia para combater todas as formas de crime organizado na região.
- O Brasil patrocinou e sediou quatro reuniões de inteligência sobre o Plano Colômbia, nas quais foram discutidos aspectos do desenvolvimento desse plano e os reflexos do seu componente militar nos países limítrofes, bem como o narcotráfico.
- A Abin também integra o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, que é a Unidade de Inteligência Financeira do Brasil. Essa atividade é de fundamental importância para o fortalecimento das ações que objetivam neutralizar o Crime Organizado, particularmente a “lavagem” de dinheiro.

Combate à corrupção

PARA QUE AS APURAÇÕES DE DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E OUTRAS irregularidades na administração federal se fizessem de modo mais rápido e cabal, o governo resolveu criar a Corregedoria-Geral da União (CGU), em abril de 2001. O objetivo era ter um instrumento do Executivo destinado a dar mais agilidade aos processos de apuração de denúncias referentes ao prejuízo do patrimônio público, buscando a punição dos responsáveis e o ressarcimento aos cofres da União.

- Com nível de ministério, a Corregedoria-Geral da União está vinculada diretamente ao Presidente da República. Tem autoridade para requisitar – a qualquer repartição federal da administração direta ou indireta – informações e documentos necessários aos seus trabalhos e à instauração de procedimentos e processos administrativos.
- Desde os primeiros momentos, o novo órgão preocupou-se, especialmente, em dar a mais imediata resposta à opinião pública, sobre denúncias de irregularidades veiculadas pela mídia, em respeito ao dever do poder público de prestar contas de seus atos aos cidadãos.
- Assim, os casos de maior destaque em 2001 mereceram ágil apuração. Entre outros, foram objeto de imediata investigação e apuração, por exemplo, os seguintes:
 - Existência de fraudes em projetos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
 - Concessão e manutenção irregular de financiamentos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
 - Indícios da existência de aplicações irregulares dos fundos de desenvolvimento regionais, como o Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste (Finor e Finam).

- Irregularidades em composições administrativas de processos judiciais de desapropriação de terras no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER).
- imputações da existência de lesão ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), com participação acionária da União, na desapropriação de terras públicas do Distrito Federal.
- Em todos os casos, sem exceção, houve instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos que ainda não haviam sido adotados, bem como adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, para a punição dos responsáveis e o ressarcimento aos cofres públicos.

Bancos de dados para acesso do público

- Para o desempenho de suas atividades, a CGU providenciou a formação de três cadastros: o Banco de Processos Administrativos em Curso, o Banco de Denúncias Recebidas e o Banco de Punições. Eles podem ser consultados pelo público via internet (www.planalto.gov.br/cgu). Assim, cada cidadão pode fiscalizar, passo a passo, o andamento e a quantidade de investigações em curso, o que garante absoluta transparência às atividades.
- Desde o começo, a CGU recebeu representações ou denúncias por cartas ou *e-mails*, vindas de vários estados. Essa foi a base para a formação de um cadastro específico. Até setembro de 2002, o Banco de Denúncias Recebidas tinha 4.489 processos, com uma média de 249 por mês. Desse montante, já foi concluído o exame e determinado o arquivamento de 3.047 processos. Os demais encontram-se em exame ou aguardando o resultado de diligências requeridas pela CGU. Com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos, um formulário foi colocado à disposição na internet, com o título *Saiba como Fazer a sua Denúncia*.
- O Banco dos Processos Administrativos em Curso mostra que, em setembro de 2002, havia 4.489 procedimentos sob o acompanhamento da CGU. Estão aí incluídos tanto as acusações que mais freqüentaram o noticiário da imprensa – como os casos ligados ao DNER, Terracap, Sudam, Sudene, Escelsa, obras inacabadas, Títulos da Dívida Agrária (TDA) e outros – quanto os casos menos presentes na mídia, que mereceram o mesmo tratamento. No início dos trabalhos da CGU, foi solicitado a todos os ministros o fornecimento de relatórios sobre procedimentos nas suas respectivas áreas. Essas informações permitiram a formação do cadastro.

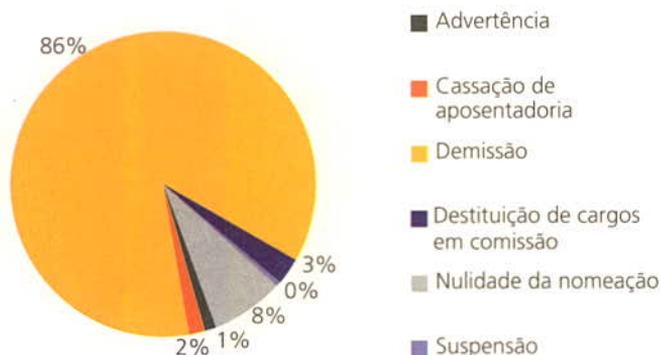
- Desde o fim de abril, também está disponível na internet o Banco de Punições. Ele contém relação de todas as punições administrativas aplicadas, desde 1º de janeiro de 2001, a servidores públicos federais, como resultante de procedimentos disciplinares instaurados para averiguação das responsabilidades sobre irregularidades.



- Em 30 de setembro de 2002, essa relação apresentava 507 punições, assim distribuídas por categoria: 437 demissões, 40 suspensões, 14 destituições de cargos em comissão, 9 cassações de aposentadoria, 5 advertências, e 2 nulidades da nomeação.
- Em permanente atualização, o Banco de Punições é uma prestação de contas do Governo Federal à sociedade brasileira, para que os cidadãos possam acompanhar e fiscalizar o andamento da correção dos desvios éticos, no âmbito do Executivo.

Punições no Executivo Federal

Distribuição por categorias, de janeiro de 2001 a setembro de 2002, com um total de 507



Fonte: CGUI/ASTEC

Transparência e credibilidade

- As atividades da CGU culminam na constatação da infração administrativa, com definição das providências necessárias à proteção do patrimônio público. São acionados os órgãos aos quais compete tomar essas providências: Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Sistema de Controle Interno, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e o Ministério Público.
- A atuação da CGU estimula a transparência dos atos dos funcionários do Executivo Federal, prevenindo, desta forma, a ocultação de infrações e favorecendo o controle e a fiscalização pelo próprio público.
- A ampla publicidade sobre a atuação da CGU e a intensificação da apuração das irregularidades e da aplicação de sanções e medidas judiciais complementares, por sua vez, aumentam a atenção dos servidores na gestão dos negócios públicos e estimulam a transparência dos atos administrativos.
- O grande número de denúncias populares recebidas pela CGU evidencia o aumento progressivo da credibilidade do órgão na opinião pública, e a efetiva e crescente participação da sociedade na fiscalização e no controle dos atos da administração federal em todas as esferas.

- Por sua vez, o franco apoio à atuação da CGU nos diversos ministérios e órgãos federais, ratifica a firme determinação do Governo Federal, como um todo, no combate à corrupção.
- A atuação da CGU reforça o entendimento de que o estímulo à fiscalização, por parte do cidadão, é a melhor vacina contra os desvios de conduta na administração pública.

Acordos de cooperação

- Para o aprimoramento do combate à corrupção, em setembro de 2002 a CGU formalizou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), visando desenvolver um projeto de matriz de risco que permita avaliar o grau de transparência das ações no efetivo emprego dos recursos públicos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Esse trabalho, de metodologia científica, tem ainda o objetivo de melhorar a administração pública federal, por meio da criação de mecanismos de avaliação de fragilidades nos sistemas, principalmente na prevenção de possíveis desvios éticos.
- Estão em fase final de negociação, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiamentos destinados ao Programa de Promoção da Ética e Defesa do Patrimônio Público, no valor equivalente a US\$ 6 milhões, sendo a contrapartida nacional de US\$ 3 milhões, e tendo como objetivo melhorar a eficácia das ações da Corregedoria-Geral da União.

Sistema Federal de Controle Interno

Entre 1994 e 2001, antes da criação da Corregedoria Geral da União (CGU), o combate à corrupção era feito pelo Sistema Federal de Controle Interno (SCI) e pela Secretaria Federal de Controle Interno, inicialmente vinculados ao Ministério da Fazenda e depois à Casa Civil. Atualmente, o SCI está integrado à CGU.

- A partir de 1996, houve uma grande evolução no número de fiscalizações realizadas pela SCI. Foram fiscalizados 1.110 municípios que receberam recursos federais para a execução das programações, o que representa 22% dos 4.947 municípios existentes, relacionados pelo TCU para efeito de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios-FPM/96.

- No ano de 1998, 1.486 municípios receberam equipes de fiscalização da Secretaria, perfazendo um total de 4.952 fiscalizações; em 1999, 1.970 municípios receberam equipes de fiscalização da Secretaria Federal de Controle. Verificou-se, naquele ano, um crescimento da ordem de 84% na quantidade de fiscalizações realizadas, em relação a 1998.
- No exercício de 2000, foram realizadas 17.123 fiscalizações, quando 2.302 municípios receberam equipes de fiscalização desta Secretaria. Houve um crescimento da ordem de 87% na quantidade de fiscalizações realizadas em relação a 1999.
- Em 2001, foram realizadas 14.526 fiscalizações e 2.302 auditorias, em todos os Estados, abrangendo 2.086 municípios, representando um grau de cobertura geográfica de 37,51% dos 5.561 municípios do País. Houve um decréscimo de 15,16% na quantidade de fiscalizações realizadas, em relação a 2000, em função do incremento nas auditorias de acompanhamento de gestão e de recursos externos.
- Até agosto de 2002 foram realizadas 9.194 fiscalizações e 1.530 auditorias, em todos os Estados, abrangendo 1.828 municípios, representando cobertura geográfica de 32,87% dos municípios brasileiros.
- Essas auditorias referem-se não só ao acompanhamento da execução dos programas de governo, mas também à avaliação da gestão dos administradores públicos federais.

Comissão de Ética Pública

Criada em maio de 1999, a função básica da Comissão de Ética Pública é implementar o Código de Conduta da Alta Administração Federal, destinado a ministros, secretários nacionais, presidentes e diretores de autarquias, fundações, agências reguladoras, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A preocupação com a ética pública ressurgiu com grande ênfase na agenda política das nações pelos efeitos perversos que resultam da sua falta, deixando de ser vista apenas como um problema moral e passando a ser percebida como ameaça à ordem econômica, à organização administrativa e ao próprio Estado de Direito. O que diferencia os países não é a ocorrência ou não do problema, mas a forma como se organizam para enfrentá-lo.

Integrada por seis membros designados para mandato de três anos pelo Presidente da República, a comissão passou, a partir de agosto de 2000, a contar com uma Secretaria Executiva vinculada à Casa Civil, por sua vez composta por oito funcionários,

e um orçamento para desenvolvimento de suas atividades. Em 2001, o orçamento representou cerca de R\$ 150 mil, e, em 2002, poderá alcançar R\$ 400 mil.

O foco do trabalho da Comissão de Ética Pública está centrado, de um lado, nas autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal; do outro, nos seus elementos de ligação com as entidades e órgãos que integram o Executivo federal. Em relação ao primeiro grupo, integrado por 760 autoridades, a Comissão desenvolve todas as funções básicas em gestão da ética, zelando pela adequação das normas de conduta; desenvolvendo ações de educação; monitorando sua observância.

Em relação ao segundo grupo, que alcança 165 técnicos, representando 220 entidades e órgãos do Executivo, cujos dirigentes estão vinculados ao Código da Alta Administração, o objetivo é a disseminação de conhecimento de boas práticas em gestão da ética e a identificação, desenvolvimento e implantação de instrumentos de apoio à gestão da ética.

Em defesa dos cofres públicos

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO VEM DANDO IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO em defesa dos cofres públicos, ameaçados com frequência por decisões da Justiça favorável às megaindenizações, aos precatórios superfaturados ou à indústria de liminares. Ao órgão cabe a representação judicial e extrajudicial da União, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Executivo. Nos últimos cinco anos em que a AGU atuou como defensora do dinheiro do contribuinte brasileiro, foram economizados R\$ 78,6 bilhões. Criada pela Lei Complementar nº 73/93, a AGU está dando sua contribuição às diretrizes do Governo Federal que atribuíram prioridade à defesa da União e às políticas públicas como elemento indispensável à defesa da sociedade e ao fortalecimento da democracia.

A Advocacia-Geral da União em defesa dos cofres públicos

Economia no reajuste do FGTS	R\$ 40 bilhões
Impugnação do cálculo de precatórios	R\$ 21 bilhões
Precatórios superfaturados do DNER	R\$ 443,7 milhões
Recuperação do dinheiro do TRT-SP	R\$ 4,8 milhões
Ação indenizatória – Aeroporto do Rio de Janeiro	R\$ 16,9 bilhões
Ação rescisória – Servidores do Banco Central	R\$ 255,6 milhões
Total	R\$ 78,6 bilhões

Fonte: AGU

Reajuste do FGTS

Foi uma herança de planos econômicos implantados por governos anteriores, com desfecho judicial em 2000 e solução nesta administração. A defesa da União foi decisiva para que o Supremo Tribunal Federal optasse por reduzir o reajuste dos saldos do FGTS de 120% para 68%, uma economia de R\$ 40 bilhões para os cofres públicos. Isso permitiu que 28 milhões de correntistas do FGTS fizessem acordo com a Caixa Econômica Federal para obter o reajuste pela via administrativa. Cerca de 1 milhão deles já desistiram das ações que haviam impetrado contra a Caixa.

Impugnação de cálculo de precatórios

Outro episódio expressivo é o resultado das ações de impugnação de cálculos dos precatórios emitidos contra a União, apurado pelo Departamento de Cálculos e Perícias da AGU. Desde 1995, o total impugnado chega a R\$ 21 bilhões. Isso significa que o Tesouro Nacional teria um dispêndio dessa ordem, se não fosse a atuação dos advogados públicos.

Precatórios superfaturados do DNER

Os precatórios do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) passam por uma análise minuciosa da AGU. A atuação da AGU nas ações judiciais contra a extinta autarquia evitaram, em 2001, o pagamento indevido de R\$ 443,7 milhões, saldo dos precatórios superfaturados. Um deles era do Sindicato Nacional das Indústrias da Construção Pesada (Sinicon), que caiu de R\$ 373,8 milhões para R\$ 79,2 milhões, uma redução de 78,55%, conforme cálculos de uma comissão formada por representantes do Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes e da AGU. A Advocacia-Geral da União teve participação decisiva na identificação de irregularidades no DNER, o que culminou na extinção da autarquia.

Recuperação do dinheiro do TRT-SP

A atuação dos técnicos da Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, da AGU, viabilizou a primeira recuperação no exterior do dinheiro desviado das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Os advogados públicos conseguiram o reconhecimento da Justiça americana de que a posse do apartamento, em Miami, do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto é do governo brasileiro, porque foi adquirido com dinheiro desviado ilegalmente. O apartamento foi avaliado em US\$ 800 mil, tendo sido alienado pelo montante de US\$ 830 mil. Junto com Ministério Público Federal, os

advogados do departamento também viabilizaram o bloqueio de aproximadamente US\$ 4 milhões em depósitos bancários na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro

A atuação da AGU impediu o pagamento da ação de indenização relativa à desapropriação da área do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 16,9 bilhões. O Juízo da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro extinguiu o processo, acatando a tese da AGU de prescrição da ação e ausência de representação legal da Companhia Brasília.

Devolução dos valores do Plano Bresser e do Plano Verão

O TST deu provimento ao pedido da União na ação rescisória, requerendo devolução dos valores recebidos pelos servidores do Banco Central, no total de R\$ 255,6 milhões relativos ao Plano Bresser e Plano Verão.

O maior escritório de advocacia do Brasil

Os números da Advocacia-Geral da União

Advogados da União	1.164
Procuradores federais	3.140
Procuradores da Fazenda Nacional	858
Total	5.162

Fonte: AGU

Dimensões e atuação

- Com status de ministério, a AGU hoje é o maior escritório de advocacia do País.
- Para atender à demanda de cerca de 2 milhões de processos que correm na Justiça, de interesse da União, o órgão tem 1.164 advogados da União, 3.140 procuradores federais, reunidos na Procuradoria-Geral Federal, para atuar nas autarquias e fundações, além de 858 procuradores da Fazenda Nacional.
- Desde 1994, a AGU vem sendo equipada para ser um escritório de advocacia ágil e moderno, preparado para enfrentar nos tribunais os maiores escritórios particulares do País.
- Todas as unidades nos Estados estão interligadas por rede de informática, que permite uma atuação mais integrada.
- O órgão faz a sua parte na agilização do Judiciário brasileiro. As súmulas administrativas editadas pela AGU, num total de 18, ajudam a reduzir o volume de processos

que tramitam na Justiça. Os advogados públicos estão autorizados a não recorrer contra decisões já proferidas em cerca de 150 mil processos que correm na Justiça contra a União. As súmulas relativas à Previdência Social atingiram um total de 50.480 ações na Justiça Federal.

- A AGU, ao lado do Conselho de Justiça Federal, teve atuação decisiva no processo de criação dos Juizados Especiais Federais, implantados no País, em janeiro deste ano. Nesses Juizados, pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte podem mover ações contra a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, em processos cujo valor não ultrapassa 60 salários mínimos. A conclusão de uma ação, que antes tramitava até dez anos, pode agora ocorrer em apenas seis meses. Além disso, o pagamento será feito diretamente à pessoa interessada, sem a necessidade de precatórios.
- A politização das ações judiciais ou o eventual uso político da máquina judiciária exigiu da AGU mais agilidade nas respostas aos ataques às políticas públicas quando feitos por meio judicial. Foram os casos das ações contra a privatização do Banespa, contra o fator previdenciário e, mais recentemente, o caso do racionamento de energia elétrica, entre outros.

Outros órgãos

- A Procuradoria-Geral da União (PGU) atua por meio do braço contencioso, e atualmente representa a União em cerca de 1 milhão de processos. À PGU estão subordinadas cinco Procuradorias Regionais correspondentes a cada uma das regiões judiciárias federais. A estas, por sua vez, vinculam-se as 22 Procuradorias da União, em cada capital de Estado da Federação, exceto naqueles em que estão sediadas as próprias Procuradorias Regionais (DF, PE, RJ, RS e SP). Nos municípios do interior dos Estados que sediam circunscrições da Justiça Federal e onde o volume de processos justifica a presença de advogados da União, a AGU é representada por 26 Procuradorias Seccionais. De 1998 até o momento, foi registrada a movimentação de 2.772.788 processos judiciais.
- A Consultoria-Geral da União (CGU) coordena as atividades de 853 advogados da União nas consultorias jurídicas dos ministérios e nos núcleos de assessoramento do Poder Executivo. Tem como atividades principais o controle prévio da legalidade dos atos da administração e a elaboração de pareceres jurídicos destinados à solução de controvérsias e à uniformização de práticas e interpretações no âmbito da adminis-

tração federal. Os pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República são vinculantes para todo o Poder Executivo federal. De 1993 até o momento, foram editados 244 pareceres.

- A CGU tem, sobretudo, a tarefa de coordenar a elaboração das informações prestadas em juízo pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal; elaborar as defesas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) contra atos federais e estaduais; acompanhar as causas de interesse da União e dos órgãos vinculados ao STF; preparar as manifestações da AGU nessas causas; distribuir memoriais; realizar sustentações orais nas sessões plenárias; assim como acompanhar *in loco* todas as sessões do STF.
- A Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU) possui as atribuições de fiscalizar as atividades funcionais dos membros da AGU, realizar inspeções de caráter preventivo e correções nos órgãos da própria AGU e das entidades vinculadas, e a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares. Compete, ainda, à CGAU avaliar os membros da AGU em estágio confirmatório. No período de 1994-2002 foram realizadas 651 correções ordinárias e 177 correções extraordinárias.
- Com a Lei nº 9.704, de 17 de novembro de 1998, incrementaram-se a atividade apuratória e o número de processos administrativos disciplinares instaurados por meio de portarias conjuntas da AGU e dos Ministérios. Foram instaurados, desde a edição da Lei, 42 processos administrativos disciplinares, os quais envolveram a participação de 130 servidores.
- A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), tendo sua origem na Diretoria-Geral do Contencioso, foi instituída por Decreto de 1850. A PGFN apresenta vinculação dupla. Administrativamente, é subordinada ao titular do Ministério da Fazenda. Em termos técnico-funcionais, porém, responde diretamente ao Advogado-Geral da União. À PGFN compete representar a União nas causas de natureza fiscal-tributária federal, que hoje alcançam o número de cerca de 4 milhões de processos.
- A Procuradoria-Geral Federal, vinculada à AGU, foi criada pela Lei nº 10.480/2002 e veio suprir as necessidades da administração federal na área de contencioso judicial e administrativo. Tem como missão representar as autarquias e fundações públicas federais, bem como coordenar as atividades dos procuradores federais em 175 entidades vinculadas ao Executivo federal. Essas entidades somam aproximadamente 2 milhões de processos judiciais e respondem pela inscrição e a cobrança de mais de R\$ 60 bilhões na dívida ativa da União.

